

Copyright © 2021 FFLCH-USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

Vice-Chefe: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha

COMISSÃO ORGANIZADORA

Beatriz Daruj Gil

Elis de Almeida Cardoso

Marcelo Módolo

Maria Inês Batista Campos

Phablo Roberto Marchis Fachin

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alessandra Ferreira Ignez

Ana Elvira Luciano Gebara

André Vinicius Lopes Coneglian

Bruno de Oliveira Maroneze

Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira

Fabiana Cristina Komesu

Henrique Santos Braga

Joelma Castelo

Luciane de Paula

Marli Quadros Leite

Patrícia de Jesus Carvalhinhos

Pedro da Silva de Melo

Renata Palumbo

Tatiani Daiane de Novaes

Vinicius Gonçalves dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Medeiros Dantas (Universidade Federal de Campina Grande)

Artur Costrino (Universidade Federal de Ouro Preto)

Eckhard Bick (University of Southern Denmark)

Joyce Elaine de Almeida Baronas (Universidade Estadual de Londrina)

Juliano Desiderato Antonio (Universidade Estadual de Maringá)

Maria Beatriz Nascimento Decat (Universidade Federal de Minas Gerais)

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal)

Mário Eduardo Viaro (Universidade de São Paulo)

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elis de Almeida Cardoso

Revisão técnica

Beatriz Daruj Gil

Elis de Almeida Cardoso

Marcelo Módolo

Maria Inês Batista Campos

Phablo Roberto Marchis Fachin

Beatriz Daruj Gil
Elis de Almeida Cardoso
Marcelo Módolo
Maria Inês Batista Campos
Phablo Roberto Marchis Fachin
(Organizadores)

**PESQUISAS EM FILOGIA
E LÍNGUA PORTUGUESA**

VOLUME I



FFLCH/USP
São Paulo, 2021
DOI: 10.11606/9786587621821

P474 Pesquisas em filologia e língua portuguesa [recurso eletrônico] : volume I /
Organizadores: Beatriz Daruj Gil ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP,
2021.
3.783 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-82-1
DOI 10.11606/9786587621821

1. Língua portuguesa – Estudo e pesquisa. 2. Linguística. 3. Filologia.
I. Gil, Beatriz Daruj. II. Cardoso, Elis de Almeida. III. Módolo, Marcelo. IV.
Campos, Maria Inês Batista. V. Fachin, Phablo Roberto Marchis.

CDD 410

ISBN: 978-65-87621-82-1
DOI: 10.11606/9786587621821

1. Língua Portuguesa. 2.Linguística. 3.Filologia. GIL, B.D., CARDOSO, E.A.,
MÓDOLO, M., CAMPOS, M.I.B., FACHIN, P.R.M.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

PESQUISAS EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

VOLUME I

SUMÁRIO

Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa: Léxico, Gramática e Ensino	7
Beatriz Daruj Gil, Elis de Almeida Cardoso, Marcelo Módolo, Maria Inês Batista Campos, Phablo Roberto Marchis Fachin	
As composições neológicas S+S no português brasileiro: esboços de uma investigação semântica	13
João Henrique Lara Ganança	
Os termos metafóricos da Economia e suas conceptualizações	32
Elenice Alves da Costa	
A figura da <i>menina-mulher</i> nas canções de Anitta: uma análise léxico-semântica	42
Fábio Ferreira Pinto	
Letras maiúsculas e repetições lexicais: recursos em <i>Olhinhos de Gato</i>, de Cecília Meireles	57
Rodrigo Schulz Ferreira	
Por uma língua “natural e neológica”: formações neológicas em <i>Poesias reunidas e Memórias sentimentais de João Miramar</i>, de Oswald Andrade	73
Dafne Rodrigues Alvares de Castro	
Língua porca: o léxico sujo de Chuck Palahniuk – uma análise estilística sociológica	83
Mayke Suênio Soares Matias	
Córrego Quebra Canga e os Caminhos Tropeiros de Ribeira de Iguape: um olhar toponímico pelo viés lexicográfico	96
Arlete Nestlehner Cardoso de Almeida	
As mudanças nos topônimos amazônicos na Era Pombalina: um olhar para além da motivação saudosa	110
Clara Beatriz Haag	
Toponímia portuguesa e brasileira: reflexões sobre a mineração e a preservação de memória em Aveiro (Portugal) e em Guarulhos	120
Adriana Tavares Lima	
O Português de São Tomé e Príncipe: aspectos socio-históricos e linguísticos	137
Amanda Macedo Balduino	
Marcação de plural: um estudo semântico de classe nominal do pepel	157
Ivo Aloide Ié	

Etimologia de substantivos indicativos de sentimentos e estados de tristeza no português	177
Erika Gimenez	
A expressão <i>se pá</i> e sua gramaticalização no português brasileiro	200
Monique Ganasin	
Análise do par correlativo proporcional “quanto mais... mais” e similares à luz da perspectiva cognitivo-funcional	212
Valéria Adriana Maceis	
Sociolinguística Quantitativa, estatística e <i>softwares</i>	231
Nancy Mendes Torres Vieira	
Produção escrita de artigo de opinião em manual didático no contexto da BNCC	250
Renata Lara de Moraes	
A dissertação em livros didáticos da redemocratização brasileira	262
Nathalia Akemi Sato Mitsunari	
Gêneros argumentativos no <i>Currículo da Cidade</i>	281
Elvis Lima de Araújo	
Sobre os organizadores	304
Sobre os autores	306

Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa: Léxico, Gramática e Ensino

**Beatriz Daruj Gil
Elis de Almeida Cardoso
Marcelo Módolo
Maria Inês Batista Campos
Phablo Roberto Marchis Fachin**

Os capítulos deste volume consistem em resultados de pesquisas desenvolvidas por pós-graduandos do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Inserem-se em três linhas do Programa, a saber: Léxico do Português, Gramáticas do Português e de Línguas de Contato, e Linguística Aplicada ao Português.

Nessas três linhas, desenvolvem-se, respectivamente, as pesquisas que têm por base o estudo do léxico em seus aspectos etimológicos, morfológicos, semânticos e discursivos; o estudo da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe – tanto do português quanto de línguas em contato; o estudo do texto e do discurso aplicado tanto ao contexto escolar quanto a outros contextos.

A despeito de serem trabalhos conduzidos em perspectivas variadas, reúnem-se em torno do estudo da língua portuguesa, objeto ao qual inúmeros pesquisadores vêm se dedicando ao longo dos 50 anos de existência do Programa.

Para dar maior divulgação a esse conjunto de estudos, o Programa promove, desde 2018, o Colóquio de Pesquisa Discente (CoPeD), evento bienal no qual estudantes compartilham suas pesquisas, são avaliados por pesquisadores externos ao programa e têm a oportunidade de publicar seus trabalhos em obras como esta.

Os 18 capítulos deste volume são resultado dos trabalhos apresentados no II CoPeD, realizado em dezembro de 2020, e abordam a neologia, tanto na língua geral, quanto no discurso literário; a terminologia; a etimologia; a ideologia e a expressividade das escolhas lexicais e seus efeitos de sentido; a importância histórica dos topônimos; as características do português africano; as variações linguísticas; as expressões que se tornam comuns na língua; aspectos textuais e discursivos em obras didáticas.

No que diz respeito à neologia, selecionando textos diversos publicados entre 2014 e 2017 em blogues jornalísticos ligados à *Revista Veja*, à *Revista IstoÉ*, ao jornal *Folha de S. Paulo* e ao portal UOL, João Henrique Lara Ganança, em seu capítulo intitulado *As composições*

neológicas S+S no português brasileiro: esboços de uma investigação semântica, procedeu a uma recolha de unidades lexicais neológicas compostas de substantivo + substantivo, a fim de investigar as características morfológicas e semânticas dessas formações. Com base na linguística cognitiva, o autor mostra que o significado das unidades lexicais neológicas compostas não é a simples e direta soma do significado total de seus membros, mas é construção cognitiva a partir de mesclagens conceptuais complexas e projeções seletivas entre domínios cognitivos diferentes.

No capítulo *Os termos metafóricos da Economia e suas conceptualizações*, Elenice Alves da Costa apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada *Um estudo de metáforas terminológicas presentes em gêneros acadêmicos da Economia: aspectos linguísticos, comunicativos e cognitivos*, enfatizando como as metáforas conceptuais da Economia desenvolvem-se a partir de mapeamentos cognitivos, observando-as em diversos gêneros acadêmicos.

Tendo como base a vertente sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, Fábio Ferreira Pinto, no capítulo *A figura da menina-mulher nas canções de Anitta: uma análise léxico-semântica*, analisa escolhas lexicais de canções da cantora e compositora Anitta, organizando-as em campos semânticos, com a finalidade de apresentar a visão de mundo referente à mulher no universo da enunciadora.

Abordando o estudo do léxico no discurso literário, apresentam-se os capítulos de Rodrigo Schulz Ferreira, Dafne Rodrigues Alvares de Castro e Mayke Suênio Soares Matias. Rodrigo Schulz Ferreira, em *Letras maiúsculas e repetições lexicais: recursos em Olhinhos de Gato de Cecília Meireles*, identifica de que forma letras maiúsculas e repetições lexicais formam parte do estilo da obra *Olhinhos de Gato*, de Cecília Meireles. Observa como esses recursos contribuem para a exploração da carga emocional do discurso, permitindo ao leitor experimentar a atmosfera nostálgica de uma infância envolta em perdas com intensidade, introspeção e melancolia vividas pela personagem da obra.

Em seu capítulo, Dafne Rodrigues Álvares de Castro apresenta um estudo léxico-semântico das construções neológicas de Oswald Andrade, levando em consideração os objetivos discursivos do autor e o contexto histórico-literário da época. A pós-graduanda analisa os neologismos literários oswaldianos, contribuindo para a construção do estilo do autor e para a verificação de sua criatividade lexical.

Com o objetivo de esboçar uma análise do “léxico sujo” de Chuck Palahniuk, para tentar compreender como os efeitos expressivos das escolhas lexicais do âmbito do grotesco, do sexual/pornográfico e do escatológico são importantes para, na inter-relação entre o ético e o estético, caracterizar o estilo do autor, Mayke Suênio Soares Matias baseia-se na estilística

sociológica, desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin, e elege como *corpus* o conto “Tripas”, parte da obra *Assombro: um romance de histórias*.

A Toponímia é abordada em alguns dos capítulos deste volume. Primeiramente, em *Córrego Quebra Canga e os Caminhos Tropeiros de Ribeira do Iguape: um olhar toponímico pelo viés lexicográfico*, Arlete Nestlehner Cardoso de Almeida analisa o topônimo *Córrego Quebra Canga* por meio de uma recolha lexicográfica diacrônica do substantivo do termo específico, *canga*, para detectar motivações extralinguísticas para o topônimo. Descreve a espacialidade da ocorrência toponímica - paisagem e atividades sociais do local no período colonial – e conclui com a apresentação da possível origem etimológica do topônimo, fornecendo dados da época do seu surgimento, e enfatizando a complexidade enfrentada pelo pesquisador nesse tipo de análise.

Clara Beatriz Haag, em *As mudanças nos topônimos amazônicos na Era pombalina: um olhar para além da motivação saudosa*, desenvolve uma análise toponímica de espaços do território da extinta capitania do Grão-Pará (1616-1821) e observa a substituição em massa dos nomes nativos de vilas e aldeamentos por topônimos portugueses, em razão da necessidade de a Coroa Portuguesa se afirmar como proprietária daquele território, demonstrando a importância geopolítica dos nomes de lugares. Constata que um estudo toponímico completo não se sustenta na tradicional análise toponímica por campos semânticos, mas que se deve basear em abordagens sócio-onomásticas.

Adriana Tavares Lima faz uma comparação entre a Toponímia brasileira e a portuguesa, analisando dois casos particulares de topônimos relacionados à atividade de mineração: *Cacia*, no concelho de Aveiro, e *Lavras*, no município de Guarulhos. Seu objetivo é observar a preservação da memória por meio dos nomes desses lugares, que são analisados tanto do ponto de vista semântico, quanto do morfológico.

No texto intitulado *O Português de São Tomé e Príncipe: aspectos socio-históricos e linguísticos*, Amanda Macedo Balduino apresenta a situação linguística atual do português de São Tomé e do português de Príncipe. O surgimento dessas variedades recupera o estabelecimento colonial do português em espaço multilíngue, e o seu desenvolvimento inicial como segunda língua dos povos autóctones, depois como língua materna adquirida pelos nativos. A autora traz um breve panorama de alguns processos fonológicos e morfossintáticos. Analisando fatores históricos, sociais e linguísticos, conclui que o desenvolvimento de variedades locais próprias precisa de uma descrição e sistematização linguística, ao serem comparadas à literatura dedicada ao português brasileiro e ao europeu.

Em *Marcação de plural: um estudo semântico de classe nominal do pepel*, Ivo Aloide Lé descreve e analisa prefixos de plural no sistema de categorização nominal do pepel, língua do

subgrupo Bak de subfamília Atlântico, tronco Níger Congo. Nesse sistema as línguas apresentam morfemas de classe, isto é, afixos que determinam o gênero a que pertencem o nome e a sua concordância com os demais elementos da frase. A metodologia aplicada pelo autor é qualitativa exploratória e quantitativa com base na pesquisa bibliográfica. Os resultados parciais indicam que no sistema do pepel um único lexema é capaz de receber diversos significados de acordo com o prefixo em que é encaixado. A título de exemplo, o autor esclarece que os nomes de árvores e frutas são semanticamente distintos, apenas, por meio de morfemas de classes que se ligam ao seu radical. Como *pe-naan (banana) bu-naan (bananeira)*.

Por meio de conceitos e metodologias da Etimologia, Erika Gimenez analisa palavras constituídas sob o hiperônimo *tristeza*, buscando identificar a origem e o étimo latinos. A recolha procedeu-se a partir da seleção de verbetes de dicionários de língua portuguesa em cuja microestrutura houvesse a informação “sentimento negativo ou estado de tristeza”, e a análise objetivou trazer abonações mais confiáveis e informações mais precisas a respeito das datas das primeiras ocorrências das palavras que são objeto da pesquisa. Dentre vinte palavras escolhidas, *mágoa* foi a selecionada para a demonstração etimológica e análise no capítulo.

No capítulo intitulado *A expressão se pá e sua gramaticalização no português brasileiro*, Monique Ganasin apresenta como ocorre a gramaticalização da expressão *se pá* e suas respectivas variações (*sepá, sepa, se pa, cipá*, etc.), na modalidade escrita da língua, por meio de ocorrências retiradas de postagens na rede social Twitter, visto que essa expressão não está presente nos compêndios gramaticais e seu uso mostra-se muito frequente também na internet. A autora utiliza pressupostos teóricos do funcionalismo e do cognitivismo, pelos quais se entende que a linguagem é uma atividade sociocultural cuja estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas e, por isso, com uma dinamicidade constante que resulta da criatividade dos usuários da língua ao adaptar sua fala aos diferentes contextos de comunicação.

Ainda na perspectiva da sintaxe funcional, Valéria Adriana Maceis analisa os processos de correlação sintática com o artigo *Análise do par correlativo proporcional “quanto mais... mais” e similares à luz da perspectiva cognitivo-funcional*. O trabalho investiga o uso de construções correlativas proporcionais encabeçadas por *quanto mais... mais* e similares (*quanto mais... menos; quanto menos... mais; quanto maior... maior; quanto menor... menor*), centrando-se na análise da formação considerada mais prototípica, ou seja, *quanto mais... mais*. Tal investigação se dá em gêneros textuais diversos, provenientes de diferentes variedades do português. Em síntese, objetiva-se, com isso, explorar os valores semânticos aparentes nessa estrutura correlativa proporcional, analisando diferenças em termos de composição e função sintática entre as variantes do par e investigando os deslizamentos semânticos que podem emergir dessas construções. Para tanto, o *corpus* da pesquisa foi colhido no *Corpus do*

Português, onde se é possível ter acesso a dados em diacronia, além de ocorrências de variedades do português falado em outros países nos quais tal língua corresponde ao idioma oficial (ou a um dos).

Na perspectiva da análise sociolinguística, o artigo de Nancy Mendes Torres Vieira, a *Sociolinguística Quantitativa, estatística e softwares* apresenta modelos estatísticos e softwares que podem ser utilizados no tratamento quantitativo de dados em estudos sociolinguísticos, bem como, discute a utilização dessas ferramentas em doze dissertações de mestrado que analisaram a monotongação de ditongos orais do português brasileiro (PB), empregando o método da Sociolinguística Quantitativa.

Na área de Linguística Aplicada ao Português, apresentam-se os trabalhos de Renata Lara de Moraes, Nathalia Akemi Sato Mitsunari e Elvis Lima de Araújo.

Em *Produção escrita de artigo de opinião em manual didático no contexto da BNCC*, Renata Lara de Moraes analisa proposta didática de artigo de opinião em manual aprovado no Programa Nacional do Livro Didático, anos finais do ensino fundamental (PNLD/2020). A escolha desse gênero discursivo deve-se ao fato de conter em seu eixo estrutural a exposição de opinião por meio de um percurso de construção argumentativa que é movida pelos valores de quem escreve. Com essa finalidade, três perguntas foram norteadoras desse trabalho: (1) Qual o tratamento dado às esferas de circulação, no manual didático? (2) Como os textos argumentativos, como o artigo de opinião, são orientados para as atividades de produção escrita? (3) De que modo as atividades propostas exploram o posicionamento crítico do estudante e mobilizam os elementos da linguagem na produção e recepção dos textos?

O trabalho de Nathalia Akemi Sato Mitsunari, *A dissertação em livros didáticos da redemocratização brasileira* explora o conceito de dissertação na coleção *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990). Para tanto, foram selecionadas seções de redação do terceiro volume dessa coleção, porque esse volume traz, pela primeira vez, o conceito de dissertação argumentativa, a partir da (re)apresentação da proposta de redação do vestibular da Universidade de São Paulo de 1990. A partir dos resultados da análise, identificam-se inovações nas formas de apresentação da dissertação que ratificam a coleção como obra de referência, bem como permanências na concepção de língua que ainda fazem da produção de texto escolar um objeto de distinção. O conceito de dissertação tem multiacentuações no plano do grande tempo, e seu significado leva uma vida muito mais intensiva que o contexto imediato de determinada época pode explicar.

No término dessa sequência de artigos, no texto *Gêneros argumentativos no Currículo da Cidade*, Elvis Lima de Araújo analisa as tensões discursivas presentes no documento curricular norteador do ensino de língua portuguesa para Educação de Jovens e Adultos, na rede municipal

da cidade de São Paulo. O problema aparece a partir da pergunta: Diante da falta de material didático atualizado, para os professores da EJA no Brasil, o que os professores de Língua Portuguesa da EJA, na rede municipal da cidade de São Paulo, utilizam como referenciais didáticos para a realização de suas aulas? O autor investiga a concretude heterodiscursiva da língua em uso como forma de evidência de sujeitos ideológicos, assim como a materialidade linguística que direciona o ensino do gênero argumentativo na modalidade da EJA. Trata-se de uma pesquisa documental, suplementada pela pesquisa-ação realizada em uma escola da rede pública municipal de São Paulo. Mikhail Bakhtin e o Círculo, assim como Paulo Freire, figuram como principais referenciais teóricos através da Análise Dialógica do Discurso – ADD, e Teoria da Ação Dialógica, respectivamente. O *corpus* é composto por textos produzidos pelos alunos envolvidos na pesquisa-ação, a partir da aplicação de uma proposta didática pautada na produção do gênero discursivo “carta opinativa do leitor”, tendo como documento norteador o *Currículo da Cidade: Educação de Jovens e Adultos: Língua Portuguesa*, anos finais do ensino fundamental.

Esses trabalhos — reunidos e dispostos por sua respectiva área de pesquisa— apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e reiteram o compromisso com a diversidade e a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente produtivos para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento, em todos os sentidos, inovador e revigorante.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa e a todos os seus colaboradores, aos autores e aos pareceristas, que, com ânimo e contínua resistência, têm dado prosseguimento a este importante projeto científico, mesmo em momento tão adverso.

Excelente leitura a todos!

As composições neológicas S+S no português brasileiro: esboços de uma investigação semântica

João Henrique Lara Ganança

Introdução

Navio-escola. Cirurgião-dentista. Empresa-fantasma. Apesar de nomearem, na realidade extralinguística, entidades diferentes entre si, todas essas palavras¹ têm em comum o fato de haverem sido formadas pelo emprego de um processo de criação lexical bastante conhecido de todos os falantes do português: a composição.

De modo geral, as obras gramaticais da língua portuguesa definem a composição como a “junção de dois elementos identificáveis pelo falante numa unidade nova” (BECHARA, 1999, p. 351). Assim, um composto como *cirurgião-dentista* congrega, na mesma unidade lexical, dois substantivos designadores de profissões da área médica e o ente designado por ele desempenha, simultaneamente, as duas funções.

A partir, sobretudo, dos trabalhos desenvolvidos sob a égide teórica da Morfologia Lexical de Aronoff (1976), de orientação gerativista, as relações gramaticais entre os membros do composto passaram a ser mais bem estudadas e compreendidas, e a diversidade entre as chamadas “palavras compostas” ganhou mais luz. Na língua portuguesa do Brasil, destacam-se, nesse sentido, sobretudo, os trabalhos de Sandmann (1989; 1992).

Para Sandmann, do ponto de vista das relações gramaticais internas entre os membros constituintes, as unidades léxicas compostas podem ser classificadas em: (I) compostos coordenativos/copulativos; (II) compostos subordinativos/determinativos.

Do primeiro tipo são aqueles em que os membros, obrigatoriamente de mesma classe gramatical, podem ser ligados por um operador copulativo (normalmente, a conjunção aditiva *e*) explícito ou implícito: *surdo-mudo* (surdo *e* mudo). Nos compostos desse tipo, os dois elementos são nucleares e a relação entre eles é simétrica e aditiva.

No segundo caso, dos compostos subordinativos/determinativos, a relação entre os dois componentes não é simétrica, mas de dependência, já que um deles (normalmente, no português, o segundo substantivo) determina, qualifica, atribui características ao primeiro, nuclear na estrutura do composto, numa relação de caráter subordinativo ou determinativo. Em

¹ Em Lexicologia, o emprego de *palavra* é sempre problemático, razão pela qual o evitaremos. Em seu lugar, utilizaremos os termos *unidade lexical*, *unidade léxica* ou *lexia*, tomados aqui como sinônimos, para representar o todo semântico que se materializa formalmente como membro do sistema lexical.

guarda-costas, por exemplo, *costas* é complemento direto do núcleo verbal *guarda*, a ele subordinando-se. Em *viagem-relâmpago*, por sua vez, o segundo substantivo, metaforizado, atribui características ao primeiro, desempenhando, portanto, função atributivo-adjetival.

Apesar de amplamente descritas e estudadas do ponto de vista da Gramática, acreditamos que a construção semântica das composições ainda carece de reflexões mais aprofundadas no âmbito dos estudos lexicais em geral. O senso comum nos leva a pensar que a composicionalidade semântica dos compostos é sempre simples e direta, afinal, um *rádio-relógio* é um aparelho eletrônico que, ao mesmo tempo, é um rádio e um relógio. Porém, o que dizer de *navio-escola*, por exemplo? Um *navio-escola* não é, propriamente falando, simultaneamente, um navio e uma escola, já que não há lousa, giz, sala de aula, professor, alunos uniformizados, diretoria, inspetor de alunos e tudo o mais que caracteriza uma escola de educação básica. Percebe-se, então, que, apesar de haver algum grau de composicionalidade semântica (afinal, o *navio-escola* desempenha a função educativa de preparar novos marinheiros), ela nem sempre é direta em todas as unidades lexicais compostas. Dito de outro modo, em algumas composições, semanticamente, A+B não resulta em AB, mas em C, que guarda relações com A e com B, mas é um constructo semântico cognitiva e criativamente trabalhado.

Eis, pois, a questão a ser esmiuçada neste artigo. A tese que acolhemos é a de que, sob a aparente simplicidade formal e semântica das unidades lexicais compostas, escondem-se relações semântico-cognitivas diversas. O que chamamos de unidade léxica composta é, portanto, a materialização formal de processos semântico-cognitivos mais amplos e gerais de mesclagens conceituais, ancorados na própria capacidade humana de compreender a realidade extralinguística e dar-lhe significado. Como apoio teórico, baseamo-nos na Teoria da Mesclagem Conceptual (ou *Blending*), de Fauconnier & Turner (2003). Por escopo de análise, limitamo-nos às unidades lexicais neológicas compostas determinativas/subordinativas de tipo substantivo + substantivo, as quais, segundo Sandmann (1989) e Alves (1990), são as mais produtivas para a criação lexical no português brasileiro contemporâneo. Na seção 3, apresentaremos as composições neológicas S+S elencadas para análise.

1 A Teoria da Mesclagem Conceptual (*Blending*)

Entendem Fauconnier & Turner (2003) que a chamada Mesclagem Conceptual (no original inglês *Blending*) é

(...) uma operação mental básica que conduz a um novo significado, a uma visão global e a compressões conceituais úteis à memória e à manipulação

de faixas de significado que, de outro modo, seriam difusas. Ela desempenha um papel fundamental na construção do significado na vida cotidiana, nas artes e nas ciências e, especialmente nas ciências sociais e comportamentais² (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 57).

Basicamente, a operação mental a que os autores denominam *Blending* consiste em

(...) construir uma correspondência parcial entre dois espaços mentais *input* e projetar, seletivamente, elementos desses *inputs* em um novo espaço mental "*mescla*", que, então, de modo dinâmico, desenvolve estruturas emergentes³ (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 58).

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, na Teoria do *Blending*, os elementos semânticos constantes nos dois espaços mentais *inputs* são projetados seletivamente, isto é, nem todos os elementos dos *inputs* acabam por serem projetados. Os autores citam ainda o espaço *mescla*, onde se constrói efetivamente o significado e onde são desenvolvidas estruturas semânticas emergentes, que podem ser compreendidas, por sua vez, como os produtos finais de todo o processo, ou os *blends*, que se caracterizam por serem algo completamente novo em termos de significado. Além dos dois espaços *input* e do espaço *mescla*, os autores mencionam ainda um quarto espaço, opcional, chamado "*genérico*", cuja função é conectar os dois *inputs*, evidenciando o que de mais geral compartilham. Importa ressaltar, dizem-nos Fauconnier & Turner, que a Mesclagem Conceptual é mecanismo tão importante que se encontra na raiz mesmo da capacidade humana de pensamento e de linguagem, sendo a língua, de acordo com esse conceito, nada mais que a materialização formal de intrincados esquemas de mesclagem (2003, p. 58).

Graficamente, podemos representar o modelo de Mesclagem Conceptual com quatro espaços da seguinte forma:

² Tradução livre do original: "(...) a basic mental operation that leads to new meaning, global insight, and conceptual compressions useful for memory and manipulation of otherwise diffuse ranges of meaning. It plays a fundamental role in the construction of meaning in everyday life, in the arts and sciences, and especially in the social and behavioral sciences". (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 57).

³ Tradução livre do original: "(...) to construct a partial match between two input mental spaces, to project selectively from those inputs into a novel 'blended' mental space, which then dynamically develops emergent structure". (*op. cit.* p. 58).

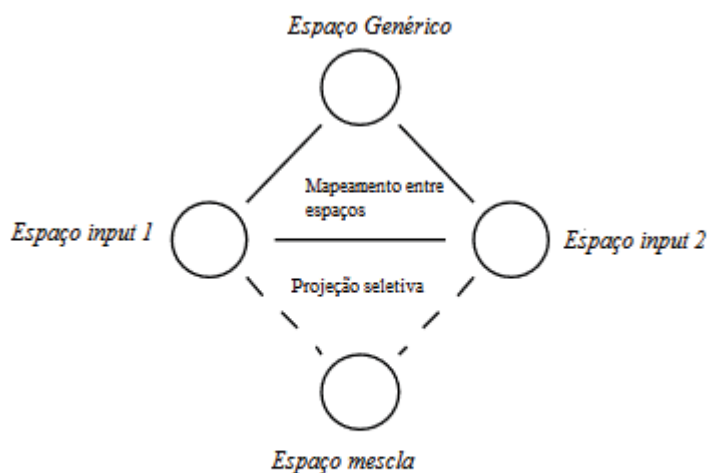


Imagem 1: Modelo de Mesclagem
Conceptual com 4 espaços

Os autores (p. 60) ensinam-nos que as estruturas semânticas cognitivas emergentes do espaço mescla podem se desenvolver, basicamente, por (I) *composição*, quando os elementos trazidos à mescla estabelecem relações semânticas novas, que não existiam, necessariamente, nos *inputs* tomados separadamente; (II) *padrão de completamento*, quando os elementos projetados dos *inputs* podem evocar, inconscientemente, *frames* e modelos cognitivos e culturais; (III) *elaboração*, quando, imaginativamente, instaura-se uma nova lógica no espaço mescla e, por conseguinte, novas etapas de trabalho cognitivo podem ocorrer em seu interior.

Como se pode perceber, na Teoria da Mesclagem Conceptual de Gilles Fauconnier e Mark Turner, a composicionalidade semântica não é, obrigatoriamente, direta, pois o produto semântico final do processo de mescla não se constitui, necessariamente, da simples soma dos significados dos elementos projetados, que, ao contrário, são elaborados e reelaborados no espaço mescla para criar uma estrutura conceptual, não raro, completamente diferente. É justamente aí que reside, em nosso entender, uma das razões pelas quais o *Blending* não só pode ser utilizado para explicar a construção do significado em unidades lexicais compostas, como também que o próprio processo em si da composição lexical é uma de suas possíveis materializações linguísticas.

Resumem os autores os conceitos apresentados dizendo-nos que:

A Mesclagem Conceptual é descrita e estudada cientificamente em termos de redes de integração. Em sua forma mais básica, uma rede de integração conceptual consiste em quatro espaços mentais conectados: dois espaços *input* parcialmente conectados, um espaço genérico de estrutura comum aos *inputs* e o espaço mescla. O espaço mescla é construído por meio de projeção seletiva dos *inputs*, padrão de completamento e elaboração dinâmica. O

blend tem dinâmicas emergentes. Ele pode estar para além de suas conexões com os outros espaços. (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 60).⁴

Informam-nos ainda que quatro são os tipos de redes de integração, ou seja, de *Blendings*: Simplex, Mirror, Single-Scope e Double-Scope⁵.

No primeiro tipo, *Simplex*, um dos espaços *input* é um *frame* completo e o outro consiste de alguns elementos específicos. No tipo chamado *Mirror*, todos os espaços da rede integram o mesmo *frame*. O terceiro tipo, *Single-Scope*, apresenta *frames* diferentes, mas o *blend* (produto final) herda características de apenas um deles. O último tipo, *Double-Scope*, o mais complexo e, por isso mesmo, o mais estudado de todos, apresenta *frames* diferentes e propriedades de ambos são trazidas, seletivamente, para o espaço-mescla. Nas palavras dos linguistas: “O *Blending Double-Scope* consegue resolver conflitos entre *inputs* que diferem fundamentalmente em termos de conteúdo e topologia. Essa é uma fonte poderosa de criatividade humana” (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 60)⁶. Ressaltam os autores, contudo, que apesar de tratados em separado, os diferentes tipos de mesclagem mencionados acima são, em verdade, protótipos dentro de um *continuum* “que ancora nossas noções cotidianas intuitivas sobre o significado para uma compreensão unificada do processo inconsciente em curso” (2003, p. 60)⁷. Desse modo, uma variedade de fenômenos semânticos aparentemente diferentes, como metáforas, metonímias, categorizações, analogias, construções gramaticais etc. podem ser situados dentro desse *continuum*.

A Mesclagem Conceptual opera da mesma forma tanto em níveis mais altos do pensamento, como o científico, o artístico e o literário, até em supostos níveis mais baixos, como a compreensão de elementos básicos e os significados de frases (...). (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 61).⁸

⁴ Tradução livre do original: “Conceptual blending is described and studied scientifically in terms of integration networks. In its most basic form, a conceptual integration network consists on four connected mental spaces: two partially matched input spaces, a generic space constituted by structure common to the inputs, and the blended space. The blended space is constructed through selective projection from the inputs, pattern completion, and dynamic elaboration. The blend has emergent dynamics. It can be ‘run’, while its connections to the other spaces remain in place.”. (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 60)

⁵ Por se tratar de conceitos bastante trabalhados no âmbito da Teoria da Mesclagem Conceptual, optamos por manter os nomes dos tipos de redes de integração tal como aparecem no original inglês, evitando, assim, confusões.

⁶ Tradução livre do original: “Double-Scope Blending can resolve clashes between inputs that differ fundamentally in content and topology. This is a powerful source of human creativity”. (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 60).

⁷ Tradução livre do original: “that anchors our intuitive everyday notions about meaning to an unified understanding of the unconscious process at work. (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 60).

⁸ Tradução livre do original: “Conceptual Blending has been shown to operate in the same way at the highest levels of scientific, artistic and literary thought, and at the supposedly lowers levels of elementary understanding and sentence meaning (...)”. (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 61).

Mencionam os autores, como vimos, que o processo cognitivo chamado por eles *Blending* está na raiz do pensamento e da criatividade humanas. Isso se explica, uma vez que, por ele, é possível realizar compressões, ou seja, aproximar mentalmente dois ou mais eventos, domínios, situações, elementos etc. e colocá-los juntos. Ao longo do tempo na história da língua, algumas compressões tornam-se tão convencionais que se associam a determinadas formas gramaticais que, apesar de formalmente simples, escondem variados e complexos processos de mesclagem.

Não estabelecemos espaços mentais, conexões entre eles e espaços mescla sem motivo. Fazemos isso porque nos dá uma visão global, uma compreensão em escala humana e um novo significado. Isso nos torna eficientes e criativos. Um dos aspectos mais importantes de nossa eficiência, discernimento e criatividade é a *compressão* obtida pelo *blending*. Certas relações conceituais, como tempo, espaço, causa-efeito, identidade e mudança, aparecem repetidamente em compressão sob mesclagem. Chamamos essas importantes relações conceituais de "relações vitais". A compressão maximiza e intensifica as relações vitais. O *Double-Scope Blending* fornece aos seres humanos a capacidade de realizar compressões notáveis, e toda a língua fornece uma matriz sistemática para tipos de compressão. Vários padrões de compressão altamente úteis tornam-se convencionais e estão associados a formas gramaticais específicas (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 63).⁹

Por mobilizar considerável gama de recursos mentais, aproximando domínios e modelos cognitivos díspares, o processo de *Blending*, sobretudo o de tipo *Double-Scope*, fornece-nos interessante caminho de explicação da construção do significado em unidades lexicais neológicas. Ora, se considerarmos, como Fauconnier & Turner, que a criatividade humana se ancora na capacidade de operar mesclas, é inevitável não tomar a criatividade lexical como materialização linguística de mesclas e, especificamente no caso das composições, isso nos parece evidente. Adiante, tentaremos demonstrar essas afirmações com a análise semântica de algumas lexias compostas.

⁹ Tradução livre do original: "We do not establish mental spaces, connections between them, and blended spaces for no reason. We do this because it gives us global insight, human-scale understanding, and new meaning. It makes us both efficient and creative. One of the most important aspects of our efficiency, insight, and creativity is the compression achieved through blending. Certain conceptual relations, such as time, space, cause-effect, identity, and change, show up again and again in compression under blending. We call these all-important conceptual relations "vital relations". Compression maximizes and intensifies vital relations. Double-scope blending capacity provides human beings with the ability to do remarkable compressions, and every language provides a systematic array for types of compression. Various highly useful compression patterns become conventional and are associated with specific grammatical forms." (FAUCONNIER & TURNER, 2003, p. 63)

2 *Corpus* de análise e metodologia

Os *corpora* de análise para o presente estudo são constituídos de textos publicados originalmente em 89 blogues jornalísticos dos mais variados assuntos, ligados à *Folha de S. Paulo*, à revista *Veja* e ao portal *Universo Online* (Portal UOL). Todos os textos que compõem esse *corpus* datam de 2014 e integram, por sua vez, o *corpus* da pesquisa de Mestrado que desenvolvemos na Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dr^a Ieda Maria Alves (GANANÇA, 2017), no qual estudamos o processo da prefixação.

Achamos por bem acrescentar como *corpus* para a pesquisa de Doutorado também os blogues jornalísticos, estes ligados especificamente aos temas política e sociedade, veiculados nos anos de 2015, 2016 e 2017 pela revista *IstoÉ: Blog do Boechat*, Bolívar Lamounier, Brasil Confidencial, Leonardo Attuch, Marco Antonio Villa, Mentor Neto, Murillo de Aragão, Ricardo Amorim, Rodrigo Constantino e Sergio Pardellas. Isso se justifica tendo em vista que o processo sobre o qual agora nos debruçamos, a composição, não é tão frequente quanto a prefixação¹⁰, o que nos levou a ampliar o *corpus*, o qual nunca é exaustivo, em busca de uma visão mais completa da questão.

Para a detecção das unidades lexicais neológicas nos *corpora*, submetemo-lo ao software “Extrator de Neologismos”, desenvolvido em parceria entre o *Projeto TermNeo* (FFLCH-USP) e o *Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional* (NILC), da Universidade de São Paulo em São Carlos (SP).

Basicamente, o “Extrator” serve como primeiro filtro por comparar, de modo automático, as unidades lexicais existentes nos *corpora* jornalísticos de análise com amplos e diferentes léxicos¹¹, segmentando os possíveis neologismos inseridos em seus contextos de uso. Ao linguista cabe validar, em momento posterior, o caráter neológico das lexias sugeridas pelo programa computacional por intermédio de obras lexicográficas previamente definidas.

Como filtros lexicográficos, que nos auxiliaram no processo de conferência do caráter neológico às unidades lexicais compostas selecionadas pelo “Extrator”, utilizamos os dicionários:

(I) HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁰ Segundo dados da *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, fruto do trabalho coletivo do Projeto TermNeo (FFLCH-USP), criado e coordenado por Ieda Maria Alves, os neologismos formados por composição representam 24% do total de unidades léxicas recolhidas, ao passo que os derivados com prefixos respondem por 30% do total. No presente momento, a Base está passando por uma revisão geral, a fim de ser, tão logo quanto possível, disponibilizada integralmente para consulta no site: termneo.fflch.usp.br. Mais de 15 mil unidades léxicas neológicas diferentes compõem esse rico material.

¹¹ Originalmente, para compor os *corpora* do “Extrator”, foram utilizados três léxicos em formato eletrônico: o léxico do *ReGra* (<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/regra.htm>), o léxico do *Unitex-PB* (<http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex/>) e o léxico *REPENTINO* (site atualmente fora do ar).

(II) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

(III) MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso entre jan. de 2018 e mar. de 2019.

3 Análise dos dados

Coletamos, até o presente momento, dos *corpora* textuais de análise, 384 unidades léxicas neológicas compostas de padrão S+S. Dessas, 104 (27% aproximadamente) são compostos coordenativos/copulativos e 280 (73% aproximadamente), determinativos/subordinativos. A maioria desses últimos compostos apresenta algum grau de relação metafórica entre os membros constituintes. Por metáfora, entendemos, segundo Lakoff & Johnson (1980), a compreensão de um domínio da experiência em termos de outro. Assim, por exemplo, ao dizermos que um argumento foi implodido, projetamos sobre “argumento” um domínio de experiência mais concreto, o da construção civil. Logo, “argumento” é entendido cognitivamente como se fosse um edifício o qual é possível implodir.

Para a demonstração da tese com a qual trabalhamos, isto é, a de que a construção semântica da lexia composta não é a simples e direta soma dos seus membros constituintes, e dadas as limitações de espaço de que dispomos, analisaremos apenas cinco neologismos compostos: *assessor-cabideiro*, *Estado-babá*, *fêmea-Nostradamus*, *Neymar-dependência* e *universo-bebê*. Os contextos integrais em que essas unidades lexicais foram empregadas encontram-se como anexos a este artigo.

A unidade lexical neológica composta *assessor-cabideiro* designa um auxiliar específico do então deputado petista André Vargas. A construção semântica dessa criação lexical mescla os domínios POLÍTICA e MOBÍLIA, respectivamente. Ainda que, no discurso oficial, a função do assessor político seja de considerável relevância, as práticas de corrupção e esbanjamento do dinheiro público, que abundam entre a classe dirigente brasileira, têm ajudado a construir um esquema imagético em que o assessor é evocado como parte do esquema de espoliação do erário público: é uma figura inútil, posta ao lado do político apenas para justificar a exuberante verba de gabinete, sem desempenhar, contudo, qualquer função real na organização do trabalho executivo. No português, existe, inclusive, uma lexia bastante pejorativa especialmente cunhada para denominar essa classe: *aspone* (assessor de porra nenhuma).

O contexto em que o neologismo foi empregado parece sugerir exatamente isso, uma vez que a única função observável do assessor em questão é levar o paletó do figurão político, o que, convenhamos, ele poderia fazer por si mesmo, economizando o dinheiro do povo que

sustenta seus serviços à nação. Definir este assessor, metaforicamente, em termos de uma peça pouco essencial na mobília de uma residência, um cabideiro, ajuda, portanto, a construir a crítica em torno do excesso de assessores inúteis na política brasileira. Semanticamente temos, portanto, um cargo político, já imageticamente associado à inutilidade, e que é definido, pela metáfora, em termos de um móvel, por sua vez, também não essencial, cuja única função é servir de suporte a casacos e paletós.

Na projeção metafórica, a não essencialidade de cabideiro incide sobre a utilidade do cargo, apagando qualquer noção que ainda houvesse em assessor de “auxílio real”, “essencialidade”, “utilidade” etc. A ideia de “pendurar roupa”, própria do cabideiro, define, satiricamente, o ato de “assessorar” realizado pelo auxiliar.

Por outro lado, noções semânticas específicas da materialidade do móvel, como material de que é feito, forma característica, imobilidade etc. não são projetadas, uma vez que elas não se sustentariam no domínio POLÍTICA. O único contexto em que poderia haver projeções dessas noções semânticas sobre assessor seria caso estivéssemos em uma história infantil permeada pelo fantástico, tal como o clássico da Disney “A Bela e a Fera”, em que os empregados do castelo da Fera eram todos peças de louça e mobília, que falavam, cantavam e trabalhavam. Nesse caso, contudo, melhor seria dizer *cabideiro-assessor*, com o domínio MOBÍLIA na nomeação do referente.

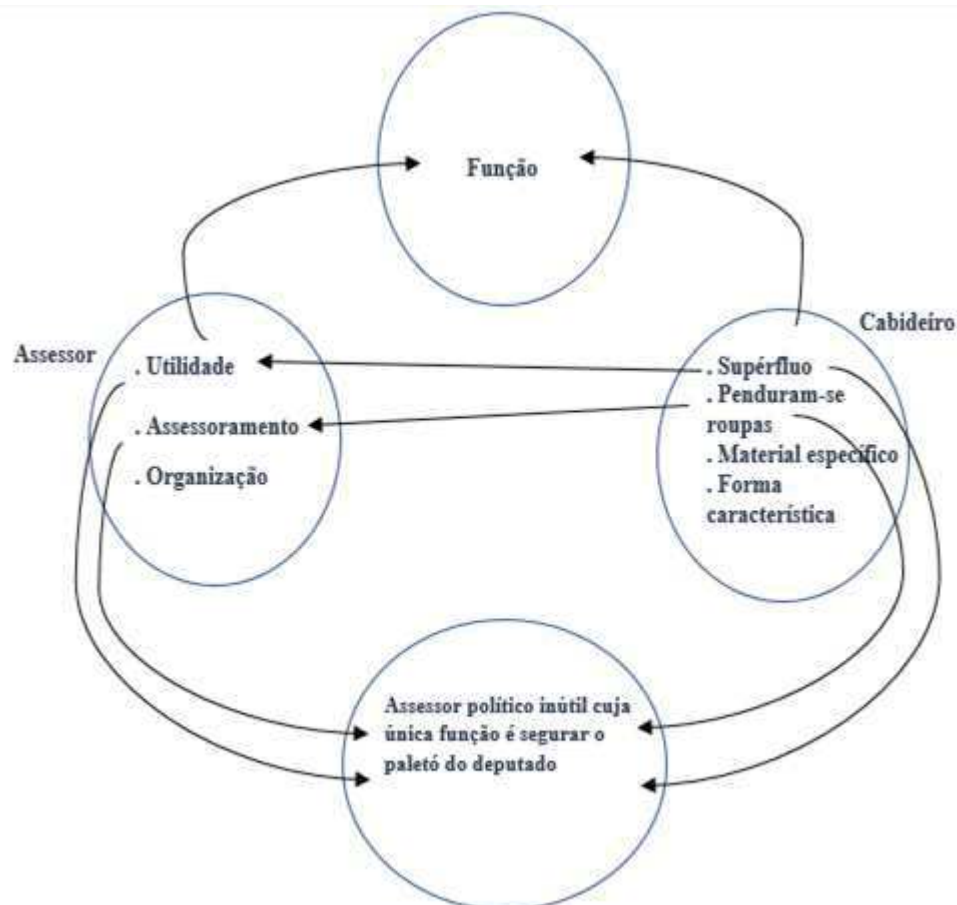


Imagem 2 : Modelo de projeção interdomínios do neologismo *assessor-cabideiro*

Na composição neológica *Estado-babá*, o *input 2* remete-nos ao domínio da INFÂNCIA, no qual desponta a figura da babá, geralmente uma moça jovem, que cuida de crianças (alimentando-as, entretendo-as, banhando-as, zelando por elas etc.) mediante remuneração financeira. Normalmente, a imagem da babá evoca, ainda, famílias de classes economicamente favorecidas, que podem pagar por seus serviços. Um *Estado-babá*, portanto, poderia ser, a princípio, um governo que tivesse como prioridade maior o cuidado, sempre necessário, à infância.

Não é isso, contudo, que vemos no contexto em que a unidade lexical neológica foi empregada. O blogueiro elenca alguns modelos político-econômicos, como o socialismo, o feudalismo e a social-democracia, classificada, pejorativamente por ele, *Estado-babá*, e os compara ao capitalismo de livre-mercado, nos moldes estadunidenses.

Sem entrar em detalhes técnicos, lembramos apenas que a social-democracia é uma política que prega a intervenção do Estado na economia e na sociedade, de modo a promover, no âmbito do capitalismo, a justiça e o Estado de bem-estar social. Essa filosofia de governo opõe-se ao capitalismo de livre mercado justamente por assegurar direitos sociais mínimos para

toda a população (acesso à saúde, à educação e à moradia, por exemplo), independentemente das flutuações da economia.

Ao comparar o Estado social-democrata a uma babá, o blogueiro coloca-se contrário a esse modelo, optando pelo livre mercado irrestrito. De babá são projetadas noções como “zelo”, “cuidado”, “alimentar a criança”, “proteção”, entre outras, ao passo que “serviço remunerado” e “moça jovem”, por exemplo, não se projetam do *input 2*. Se o Estado é entendido como babá, o povo passa a ser a criança, a quem o governo deve cuidar, alimentar e zelar pela integridade.

Todavia, pelo contexto em que a unidade lexical foi empregada, verifica-se que todas as projeções de babá adquirem tons negativos. Assim, o cuidado, o zelo, a proteção que foram projetados de babá viram cuidado excessivo. Isso se explica pela superposição do esquema imagético de “criança” sobre “população governada”. À criança não se dá liberdade irrestrita dada a sua pouca maturidade física e psicológica. A criança deve ser vigiada para não se colocar em situações de risco. Ora, essas noções, ao serem projetadas sobre a população, tornam-se problemáticas, pois a vigilância e a falta de liberdade do *Estado-babá* tolhem o crescimento da criança-população. É aí que reside a crítica do blogueiro: a social-democracia, em seu entender, tolhe a liberdade econômica ao imporem restrições ao livre mercado.

Esquemáticamente, o papel de agente do *input 2* encontra-se com o papel regulador do Estado social-democrata; a vigilância à criança projeta-se sobre a economia; a satisfação de todas as necessidades encontra sua contraparte em sociedade e a própria noção de crianças superpõe-se à população.

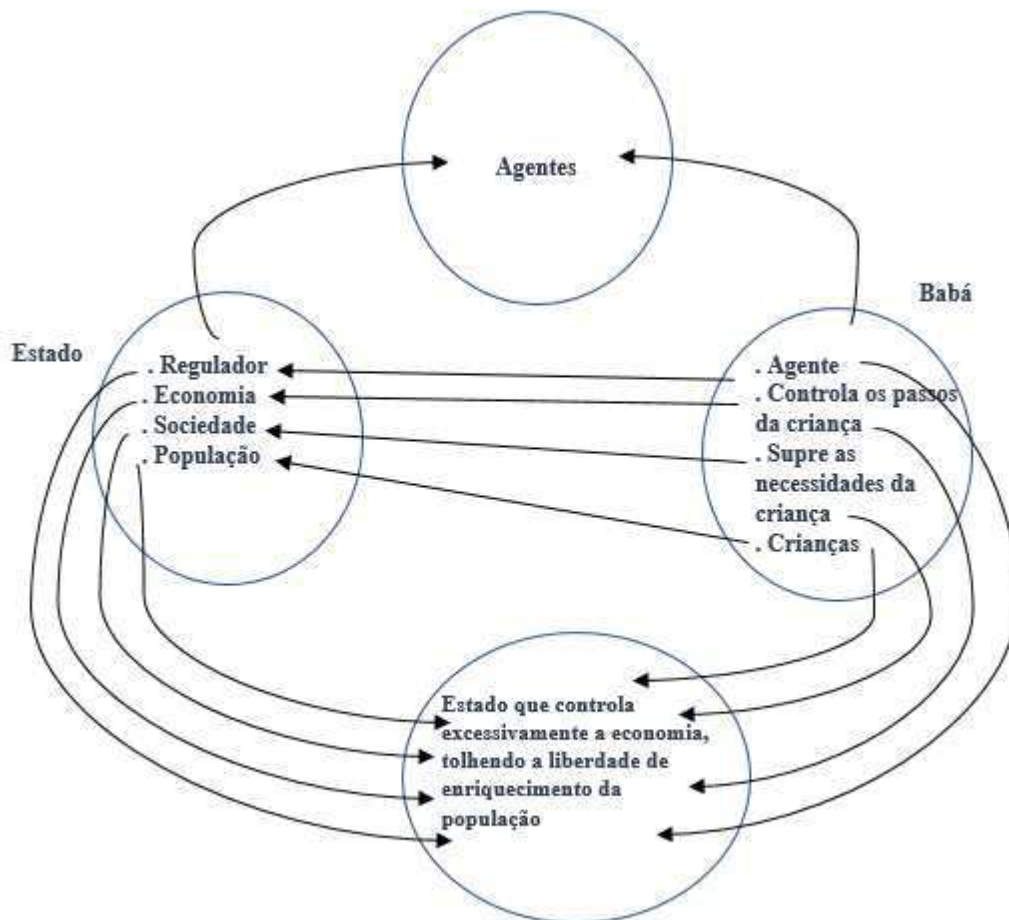


Imagem 3 : Modelo de projeção interdomínios do neologismo *Estado-babá*

Recorrendo ao contexto do neologismo, percebe-se que o blogueiro autor da unidade lexical denomina como *fêmea-Nostradamus* a mulher excessivamente desconfiada das promessas feitas pelos homens. O texto, porém, não emprega a palavra “mulher”, dando preferência a “fêmea”, que, por evocar o domínio NATUREZA, está, pois, para além da civilização, deixando entrever a ideia de que essa desconfiança da mulher quanto à conduta masculina está na raiz da própria natureza, não sendo, portanto, culturalmente construída.

O segundo *input*, Nostradamus, refere-se ao famoso médico e alquimista francês da Renascença Michel de Nostredame, famoso na cultura ocidental por ter escrito centenas de centúrias proféticas enigmáticas que, supostamente, previram acontecimentos desenrolados de sua época até os dias atuais e daqui até o futuro. Culturalmente, Nostradamus tornou-se sinônimo de profecia, conhecimento do futuro. De fato, sempre que ocorre alguma tragédia de vulto reinterpretem-se seus textos e acham neles a previsão “certeira”.

De Nostradamus, projetam-se sobre fêmea noções como “capacidade de prever” e “sensibilidade quanto à iminência da ocorrência de fatos”, o que explica ser a fêmea “desconfiada de véspera”, ou seja, ela consegue intuir quando o homem vai enganá-la, pois,

como o profeta francês, possui uma sensibilidade para tanto. Contudo, as noções de “dom mediúnico” ou “artes esotéricas ocultas” não se projetam, de modo que *fêmea-Nostradamus* não evoca qualquer noção místico-esotérica, muito pelo contrário. Além de ser algo natural (habilidade própria da fêmea e não só da mulher), essa capacidade de prever o mau comportamento dos homens é resultado da naturalização da mentira no universo masculino (“das promessas masculinas não-cumpridas”). Como as fêmeas desde sempre se decepcionam com os machos, por “seleção natural”, essa capacidade autoprotetiva de prever as falhas masculinas integrou-se ao DNA da fêmea.

Esquemáticamente, temos:

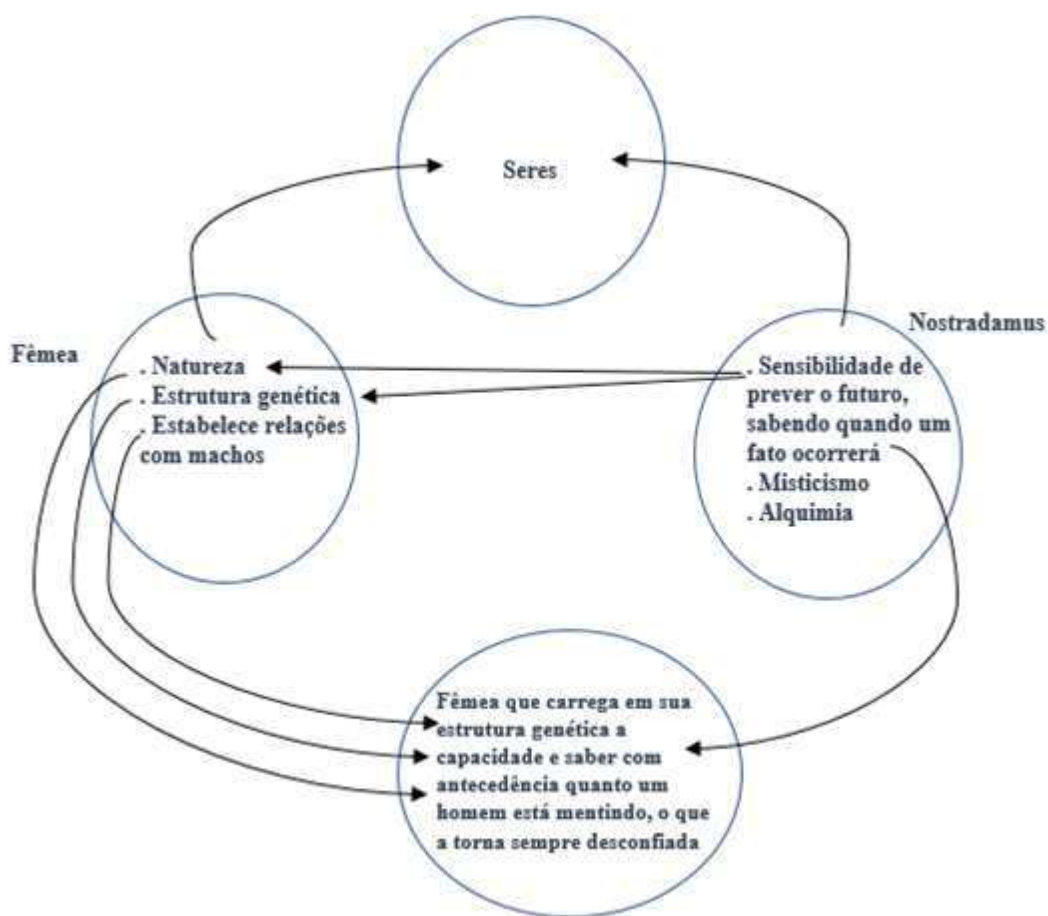


Imagem 4 : Modelo de projeção interdomínios do neologismo *fêmea-Nostradamus*

A palavra *dependência* foi empregada em segunda posição para compor o neologismo *Neymar-dependência*. Nele, o famoso futebolista brasileiro Neymar Jr. é ressignificado metaforicamente nos termos de uma substância química que causa dependência, ou seja, é redefinido, numa forte crítica, como se fosse uma droga.

O contexto da unidade lexical neológica menciona alguns comportamentos em campo que o autor do texto julga típicos de Neymar, os quais têm sido copiados pelos jogadores da Seleção Brasileira de Futebol: marcação individual, linhas distantes e bolas longas. A partir da projeção do domínio DROGAS, evocado diretamente pela lexia *dependência*, sobre o primeiro *input*, esses comportamentos são metaforizados como os sintomas do uso prolongado da “droga” Neymar e os jogadores passam à condição de adictos: não agem mais com liberdade de escolha, mas condicionados pelos efeitos da substância entorpecente. Assim como as drogas são combatidas e os viciados levados a tratamento, implícito fica na construção semântica do neologismo em questão a necessidade de combater a perniciosa influência de Neymar Jr. para libertar os outros jogadores dessa escravidão reductora de sua condição de profissionais da bola.

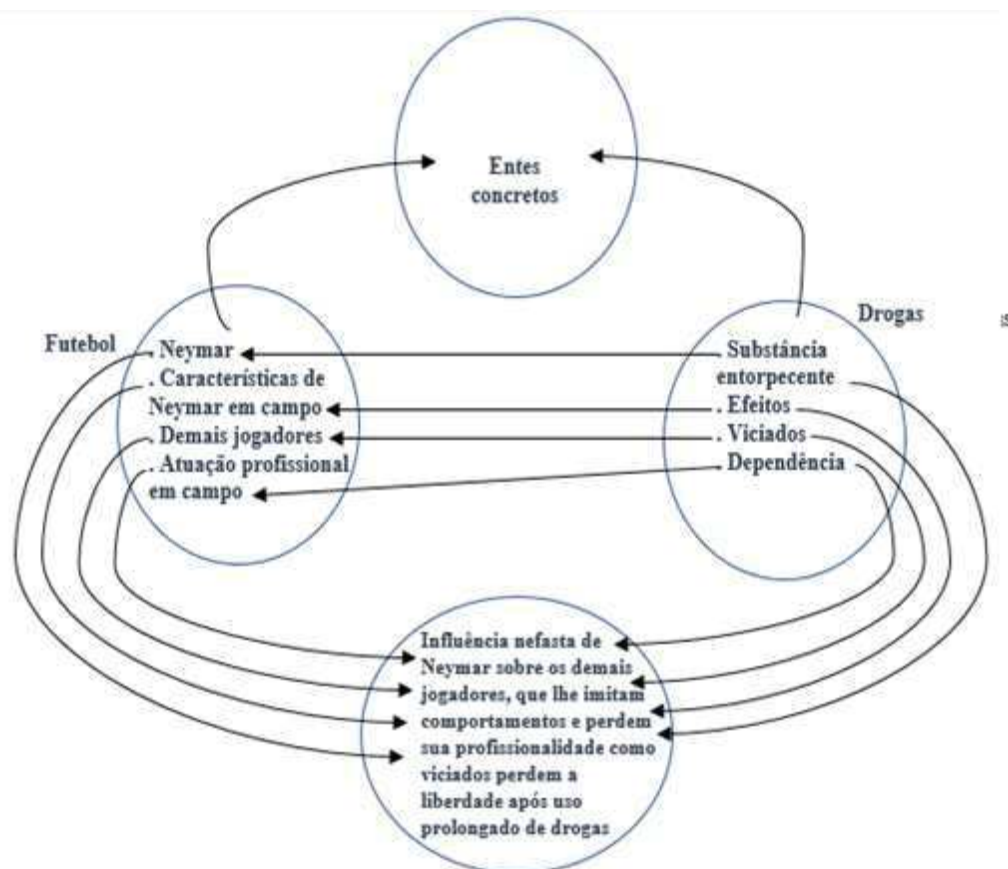


Imagem 5 : Modelo de projeção interdomínios do neologismo *Neymar-dependência*

No modelo esquemático de mesclagem conceptual esboçado acima, entram em ação para a construção da complexa trama semântica metafórica de *Neymar-dependência* outros elementos além dos materializados pelas unidades lexicais que formam a composição. Sobre “Neymar” incide “substância entorpecente”, o que o ressignifica como “droga”. Os efeitos dessas substâncias projetam-se sobre as características do jogador em campo, tornando-as

perniciosas. Os viciados em droga, outro elemento do domínio cognitivo em questão, projetam-se sobre os demais jogadores em campo, que tendem a copiar Neymar, dependendo dele, como o adicto depende da droga para sobreviver.

Nas demais composições neológicas elencadas para este estudo, a relação entre o segundo e o primeiro membro é adjetival-atributiva. Aqui, contudo, instaura-se relação subordinativa, uma vez que a metáfora “Neymar é uma droga” instaura-se pela evocação a “dependência” à qual “Neymar” subordina-se na condição figurativa de substância ilícita.

Finalmente, na unidade lexical neológica *universo-bebê*, mesclam-se elementos dos domínios ASTRONOMIA e INFÂNCIA, e o universo é compreendido metaforicamente como um bebê. O contexto fala sobre imagens da “famosa radiação cósmica de fundo – o ‘eco’ em micro-ondas gerado pelo Big Bang”, captada artisticamente graças à técnica desenvolvida pelo brasileiro Diego Gonçalves, astrônomo da Universidade de São Paulo. Segundo a Teoria do Big Bang, o universo teve origem após uma explosão cósmica, que liberou micro-ondas ainda irradiando pelo espaço sideral. Seu estudo tem ajudado os cientistas a desvendar os mistérios do universo na época de seu surgimento, ou seja, quando ele, metaforicamente, era um bebê de 380 mil anos de idade, segundo o blogueiro, pouquíssimo tempo nas quase infinitas escalas astronômicas, muito ao contrário, aliás, do que representa isso em termos humanos.

Do espaço mental aberto por bebê, projetam-se sobre universo apenas as noções de “pouca idade” e “nascimento recente”, que incidem em “surgimento” e “Big Bang”, ao passo que outros elementos tipicamente humanos como “fragilidade estrutural”, “necessidade de cuidados maternos”, “fofura”, “inocência” etc., por não se sustentarem no primeiro *input*, não entram na estruturação semântica do neologismo composto.

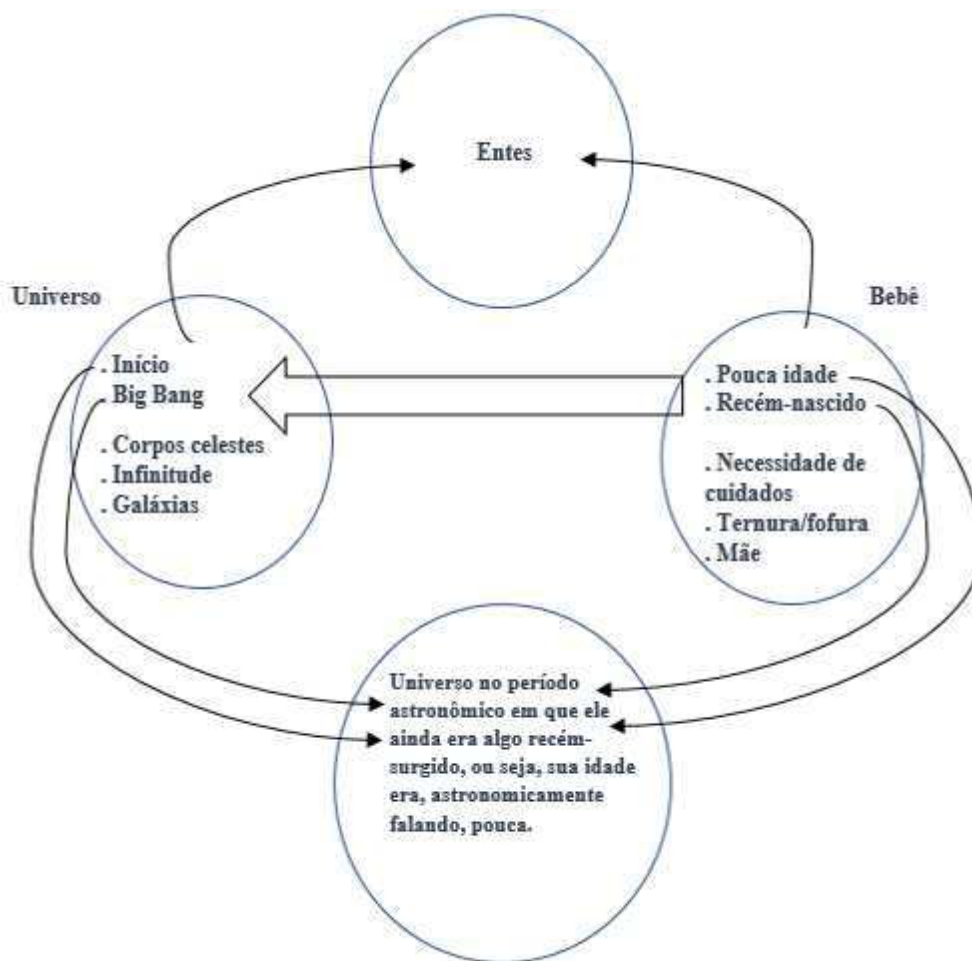


Imagem 6 : Modelo de projeção interdomínios do neologismo *universo-bebê*

Considerações finais

Procuramos demonstrar, com este estudo, que o processo de construção semântica das composições neológicas de padrão S+S determinativo/subordinativo não é a simples e direta soma dos significados de seus membros, mas é um constructo cognitivo, fruto de intrincados processos de mesclagem conceptual entre domínios cognitivos diferentes. Para tanto, analisamos o significado de cinco compostos neológicos, onde verificamos que o produto semântico final contempla elementos seletivamente projetados, no espaço mescla, a partir dos dois *inputs*, e nele trabalhados criativamente. Nem todos os elementos dos *inputs* são projetados na mescla, mas apenas aqueles que são funcionais para significar o que o falante, consciente ou inconscientemente, deseja comunicar.

O processo da composição configura-se, assim, como uma das materializações linguísticas de processos cognitivos mais gerais, já que a mesclagem conceptual está na raiz da própria capacidade humana de significar, conforme ensinam Fauconnier & Turner (2003). De fato, operamos com mesclagens o tempo inteiro: nas construções metafóricas, nos símbolos,

nas imagens, no sincretismo, nas cerimônias religiosas, nas artes etc. Contudo, apesar de reconhecermos que o significado se constrói na mente humana, não podemos desprezar, em absoluto, a importância do contexto e da cultura. Sem a recorrência aos contextos imediatos de utilização dos neologismos em análise e sem apelarmos à nossa experiência de ocidentais, brasileiros, vivendo no século XXI, jamais conseguiríamos penetrar a riqueza semântica dessas composições neológicas. Como entender a social-democracia enquanto “Estado-babá” e tudo o que essa crítica representa sem apelarmos ao embate entre ela e o neoliberalismo, que afeta nossa vida política diária? Como entender um “assessor-cabideiro” se nada soubéssemos da estrutura corrupta que sustenta a classe política brasileira?

Assim, pode-se concluir que operamos cognitivamente com mesclagens porque, de fato, dispomos dessa capacidade mental. Todo o aparato cognitivo só se movimenta, porém, com o *input* maior do contexto sociocultural e histórico em que o neologismo, o falante/escritor e o ouvinte/leitor estão inseridos. O trabalho conjunto mente e cultura fazem, pois, o milagre do significado.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.
- ARONOFF, Mark. **Word formation in Generative Grammar**. Boston: The MIT Press, 1976.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. [1ª ed. 1961].
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. Conceptual Blending, Form and Meaning. **Recherches en Communication**, n.19, p. 57-86, 2003. DOI: [10.14428/rec.v19i19.48413](https://doi.org/10.14428/rec.v19i19.48413).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.
- GANANÇA, João Henrique Lara. **Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de blogs da internet**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-05072017-105742>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-05072017-105742/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2019.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso entre jan. 2018 e mar. 2019.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scienca e Labor/Ícone, 1989.

Anexos

Anexo I – Contextos em que as unidades lexicais neológicas compostas foram empregadas

Assessor-cabideiro

Quando substitui o titular Henrique Alves (PMDB-RN), solicita uma aeronave pela prerrogativa do cargo para viajar a Londrina, sua terra natal. Uma foto publicada em blogs do Paraná flagrou uma dessas comitivas de Vargas: eram três assessores, entre eles um maleiro e um <‘**assessor-cabideiro**’> só para levar seu paletó (veja aqui). (*Coluna Esplanada, 08/04/2014*)

Estado-babá

O capitalismo de livre mercado sem dúvida permite maior mobilidade, especialmente se o compararmos com as alternativas: feudalismo, socialismo, social-democracia com <**estado-babá**> e capitalismo de estado, com muitos privilégios distribuídos pelo estado aos “amigos do rei”. Em ambiente de livre concorrência, os herdeiros vão à bancarrota se não colocarem a herança para trabalhar de forma adequada a satisfazer a demanda dos consumidores. (*Constantino, 29/06/2014*)

Fêmea-Nostradamus

Da costela do homem frouxo, nasceu a <**fêmea-Nostradamus**>. A desconfiada de véspera. Óbvio que ela é resultado de muitas promessas masculinas não-cumpridas. Ela cansou de mascar o jiló do desprezo. (*Xico Sá, 30/04/2014*)

Neymar-dependência

O Brasil, por sua vez, um amontoado de bons jogadores tentando resolver em uma jogada individual. A <“**Neymar-dependência**”> que se faz presente em cada um! Marcação individual; linhas distantes, bolas longas, marcam a bola nas jogadas de bola parada (no primeiro gol foi

gritante!); confiam na raça, motivação, grupo fechado, trazer o torcedor para jogar junto, ufanismo, VAMO LÁ!... (Ricardo Setti, 12/07/2014)

Universo-bebê

O <universo-bebê> vira obra de arte

Uma técnica usada por um brasileiro está ajudando a tirar mais informação da famosa radiação cósmica de fundo — o “eco” em micro-ondas gerado pelo Big Bang. E as imagens são estonteantes. Essa radiação revela as condições na época em que o Universo era um “bebê”, com apenas 380 mil anos de idade. Hoje ele tem 13,8 bilhões de anos. É graças a ela que os cientistas conseguem hoje identificar a geometria do espaço-tempo no Universo observável e determinar as quantidades de matéria e energia no cosmos. A técnica, contudo, vai mais adiante. Ela foi recentemente aplicada aos dados colhidos pelo satélite europeu Planck, que fez as mais precisas medições já obtidas da radiação cósmica de fundo. (*Mensageiro Sideral*, 15/12/2014)

Os termos metafóricos da Economia e suas conceptualizações

Elenice Alves da Costa

Introdução

Este estudo tem o propósito de apresentar e discutir, para o II CoPeD realizado no ano de 2020 (FFLCH-USP), alguns resultados da pesquisa de doutoramento, que esteve sob a orientação da Profa. Dra. Ieda Maria Alves (FFLCH-USP), sobre as metáforas terminológicas da Economia, circunscrevendo-se no âmbito do projeto de *pesquisa Observatório de neologismos do português brasileiro contemporâneo*, cuja linha de pesquisa é o Léxico do Português. O modelo teórico adotado para o agrupamento dos termos metafóricos foi o da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), uma vez que essa teoria facilita o mapeamento cognitivo de metáforas sob o aspecto conceitual, dentre os quais se destacam ECONOMIA É FÍSICA e ECONOMIA É BIOLOGIA. Os termos que emergem desses conceitos no campo da Física são, por exemplo, os relacionados à *alavancagem*, tais como “*alavancagem bancária*” e “*alavancagem financeira*”, entre outros domínios que se referem à aceleração, equilíbrio e elasticidade. Na Biologia, sobressaem-se termos cujos domínios-fonte reportam ao conceito de que a Economia é um organismo ou um corpo humano, como por exemplo: *capital humano*, *crescimento econômico*, *núcleo orgânico*, entre outros.

Para Ajzenhal (2015, p. 146) em *Complexidade aplicada à Economia*, muitos economistas, tais como os marginalistas foram influenciados pela ciência, no caso a Física, ao aplicarem conceitos da Física Matemática à Economia. No campo da Biologia, o domínio-fonte do qual se apropria a Economia para estabelecer analogias, em sua grande parte, é oriunda da “*biologia evolucionária*” que compreende a organização econômica como um processo dinâmico, “*fruto de interações, competições, mudanças estruturais, escassez de recursos, entre outros elementos*” (AJZENTHAL, 2015, p. 166-168).

Após os comentários acima realizados, demonstraremos no desenvolvimento deste artigo de que forma essas conceptualizações são estabelecidas ao estudarmos alguns dos termos metafóricos do *corpus* em análise extraídos de gêneros acadêmicos.

1 Metáfora e ciência

A metáfora ao ganhar destaque nos estudos científicos, com o objetivo de se comprovar que a ciência se faz por intermédio dela, surge da teoria de Lakoff e Johnson a qual extrapolou

a noção aristotélica de que a metáfora é sobretudo um fator de ornamentação da linguagem. Em *Metaphors we live by* (1980), é defendida a ideia de que pensamos metaforicamente. Essa concepção foi elemento propulsor para pesquisas atuais sobre esse fenômeno, o que possibilitou chegarmos à conclusão de que “metaforicidade” e ciência são duas faces de uma mesma moeda.

Inicialmente a Terminologia repelia a metáfora devido à sua percepção objetivista da linguagem. Não obstante, uma nova visão sobre a importância do papel da polissemia e da metáfora em Terminologia aparece no final do século XX até os dias atuais, a partir do momento em que esses pressupostos teóricos e metodológicos são colocados à prova, passando por revisões entre os estudiosos da Terminologia, tais como a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e a Socioterminologia.

Logo, os termos metafóricos dos quais iremos tratar neste trabalho não são oriundos da linguagem geral. Eles são terminológicos, uma vez que essas unidades se referem ao conhecimento especializado humano. As terminologias advindas da Física, Biologia, Química, entre outras, ao exprimirem os saberes científicos pelo vocabulário terminológico, compreendem tanto uma dimensão cognitiva, pelo fato de expressarem conhecimento especializado, quanto uma dimensão linguística, uma vez que conformam “o componente lexical especializado ou temático das línguas” (KRIEGER; FINATO, 2016).

Esse vocabulário especializado não pode ser tratado nesta pesquisa apenas como recursos expressivos do ponto de vista linguístico, deve ser analisado, sobretudo, sob o viés da heurística, visto que essas metáforas terminológicas são responsáveis pelo processo de conceptualização de um referente devido ao fato de explorarem relações de semelhanças estabelecidas entre o conceito especializado e um conceito familiar.

Para Hermans¹ (1989, p. 14 *apud* Oliveira, 2009, p. 31), as epistemologias; na atualidade, asseguram que todas as ciências se fundamentam em torno de uma operação de *metaforização*. O especialista pensa por meio de um sistema conceitual, apoiando-se nesse tipo de metáfora terminológica que se assenta especialmente na metáfora cognitiva, associando, em ciência, a compreensão e a visão. O uso eficiente de uma metáfora pode representar uma dada situação com a finalidade de se obter um quadro de reflexão e uma visão adaptada da realidade.

As metáforas terminológicas apresentam também uma função pedagógica, uma vez que elas facilitam a compreensão de fenômenos complexos, esclarecendo e facilitando, por exemplo, a visualização de conceitos abstratos. Elas têm um papel inegável na comunicação

¹ HERMANS, A. La définition des termes scientifiques in *Meta*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 1989, XXXIV, 3, pp. 142-145.

especializada, pois também cumprem uma função comunicativa, elemento necessário ao desenvolvimento e à apresentação das ideias a serem veiculadas pelo texto.

Para Martins (2004, p. 137), a metáfora pode favorecer um projeto científico do ponto de vista educacional ou pedagógico, isto é, pode explicar um preceito ou uma teoria, auxiliar no processo de aprendizagem, ou ainda, recapitular uma teoria e descrever métodos. Ela também pode exercer um papel criativo, pois realiza novas previsões, demonstrações ou experiências, apresentando novas entidades ou conceitos teóricos. De forma que, uma metáfora pode evidenciar como a descrição literal pode ser equivocada e a metafórica pode indicar uma descrição mais adequada.

2 Abordagem metodológica

Para que os resultados apresentados e analisados neste estudo pudessem ser alcançados, tornou-se necessário constituir um *corpus* composto por gêneros acadêmicos da Economia, tais como artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento disponíveis em formato eletrônico pelos *sites* da USP e da Unicamp capturados durante o período de 2005 a 2015. Após o processamento do *corpus*, a linguagem *Python* destacou-se como a principal ferramenta adotada para que pudéssemos chegar à geração de planilhas que possibilitassem a escolha dos termos da área em questão, as unidades terminológicas foram categorizadas em campos conceituais cuja perspectiva teórica respaldou-se nas contribuições da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) para a análise de metáforas.

Dentre os domínios-fontes observados e “tipologizados”, destacaram-se aqueles relacionados a atividades do cotidiano, no campo da guerra, da zoomorfia, noções de orientação (alto e baixo), entre outros domínios importantes para a constituição de uma sistematicidade metafórica da Economia oriunda de sua origem histórica como campo científico, tais como as metáforas advindas da Biologia e da Física, revelando aspectos conceituais de uma disciplina com aspectos comunicativos e cognitivos de alta performance acadêmica. A seguir, serão apresentadas essas duas interfaces (biológica e física), além de outros mapeamentos semânticos alcançados pelo viés da Linguística Cognitiva.

3 A interface econômica e Biologia

Os termos metafóricos deste *corpus* de pesquisa demonstram em parte essa motivação de ordem biológica quando nos deparamos com termos, tais como “*crecimento econômico*” e “*núcleo orgânico*”. Nas metáforas “*crecimento*” e “*orgânico*” dos termos relacionados, o domínio-fonte é o da Biologia, compreendidas como um organismo [na acepção 1 do verbete

“organismo” do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 2079), o termo é registrado como BIO, palavra que se refere ao campo científico da Biologia].

Somente para o conceito de ECONOMIA É UM ORGANISMO, encontramos 47 registros de termos desta coletânea em que essa metáfora biológica ocorre; podendo ser interpretada como um organismo vivo ou um corpo, que nasce, cresce – dando origem ao termo “*crecimento econômico*” -, adoece e morre.

Para Silva (2013, p. 293), o domínio do ORGANISMO ou do CORPO é tipicamente humano. Ele é domínio-fonte da metáfora personificada presente no discurso econômico. O conceito ECONOMIA É ORGANISMO, de forma mais usual ECONOMIA É PESSOA, revela a compreensão, em nossa cultura, de que as instituições e os sistemas financeiros e econômicos são entidades orgânicas, ou seja, corpos e pessoas que podem adoecer, e que, portanto, vão precisar de assistência médica. Dentre esses termos metafóricos, um deles contextualiza a unidade terminológica *crecimento econômico*:

Se, por um lado, o <crecimento econômico> pode ser um poderoso estímulo ao ingresso do IDE, por outro o aumento dos investimentos externos – na medida em que constituem elevação do estoque de capital existente (greenfield investment) também pode [...] ser responsável como um dos fatores do <crecimento econômico>, significando um problema de indogeneidade. (NONNEMBERG; MENDONÇA. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento, 2005).

4 A interface econômica e a Física

No campo da Física, Ajzenhal (2015, p. 187) revela em vários momentos de sua obra *Complexidade aplicada à economia* as analogias que os cientistas da Economia estabelecem com a Física. Ajzenhal indaga, por exemplo, se a estrutura do equilíbrio na Economia tradicional é uma metáfora ou uma ciência, conforme veremos a seguir:

Não há dúvida de que, ao estudar a física de Poincaré, Walras ficou metaforicamente inspirado pela semelhança entre as noções de forças em equilíbrio em sistemas físicos e as noções de forças em equilíbrio em sistemas econômicos. Como já explicitado, a semelhança o levou a aplicar as ferramentas matemáticas da análise do equilíbrio aos sistemas econômicos. Em outras palavras, a estrutura do equilíbrio na economia tradicional é uma metáfora ou uma ciência? Naquela época, a filosofia da ciência e a compreensão dos papéis legítimos e ilegítimos da metáfora não eram tão bem compreendidas como ocorre atualmente. (AJZENTHAL, 2015, p. 186-187).

Na Física, um dos conceitos que se destaca é o da “alavancagem”, gerando mais de 14 unidades neste domínio metafórico. A “alavancagem” reporta-se a movimentos físicos em que se usa uma “alavanca” para fazer levantamento de objetos sem muito esforço; nesse contexto, surgem termos como *alavancagem*, *alavancagem bancária*, *alavancagem financeira*, *alavancagem das instituições financeiras*, dentre outros.

Em relação ao termo *alavancagem financeira*, por exemplo, a analogia é estabelecida entre processo físico da “alavancagem” e as operações financeiras, as quais implicam aumento da rentabilidade financeira pelos empréstimos obtidos de credores, por meio do conceito metafórico de que ECONOMIA É FÍSICA. Esse mapeamento metafórico nos leva a realizar algumas inferências, uma delas reside no fato de que se a ECONOMIA É FÍSICA, ela precisa de “máquinas” para fazer uma série de movimentos físicos. Em seu aspecto polissêmico, atende à ideia de que a Economia que funciona como uma “máquina” atinge a sua máxima eficiência (Sardinha, p. 108, 2007). A seguir, um dos contextos desse termo metafórico capturado nesse *corpus* científico:

Dessa forma, estariam valendo se dos benefícios da <alavancagem financeira>, seja para abarcarem aquelas oportunidades que não poderiam devido à indisponibilidade de recursos internos e/ou próprios ou mesmo pelo benefício de utilizar recursos mais baixo. (ALBUQUERQUE, Alavancagem financeira e investimento: um estudo nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto, 2013).

5 Outras projeções metafóricas

Além dos domínios acima discutidos, um dos conceitos metafóricos que se sobressai neste *corpus* de pesquisa é o domínio da guerra, em ECONOMIA É GUERRA, originando termos, tais como *ataque especulativo*, *ativos defensivos*, *ativos estratégicos*, *guerra comercial*, *guerra fiscal*, *guerra de moedas* e *guerra de preços*. Essas unidades metafóricas permitem apreender o conceito de cada uma dessas lexicalizações em Economia, a partir da experiência concreta da guerra. Na composição sintagmática, *ataque especulativo*, compreende-se por meio da metáfora *ataque*, uma espécie de fato em que a economia de uma nação sofre uma investidura contra a moeda local. Abaixo, o contexto em que um desses termos, a exemplo de *guerra comercial*:

A necessidade é a mãe da invenção. Os japoneses não viram o futuro, apenas se adaptaram às condições adversas do pós II Guerra. Mas aprenderam a lição do planejamento e construíram uma política industrial que permitiu sua inserção, mais a frente, de forma bastante agressiva no mercado internacional. Mobilizaram o país para <guerra comercial> e a vencerem, até Volker montar a política monetária e cambial que colocará a hegemonia americana de volta ao jogo internacional, nos turbulentos anos 80. (PRADO, A. J. C. *Neoliberalismo e desenvolvimento: a conexão trágica*.2007).

Além dos domínios acima mencionados, ocorrem também outros mapeamentos cognitivos, dentre os quais, o da “guerra”, da “fauna”, da “violência”, entre outros, cujas frequências não são tão intensas se comparadas com as projeções metafóricas estabelecidas com a Física e a Biologia. As metáforas de espacialização também são bastante produtivas em Economia. Lakoff; Jonhson (2002, [1980]) consideram que elas partem da ideia de que a maior parte de nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas orientacionais. Esses autores (2002, [1980], p. 59) asseguram que a maioria delas fazem menção a orientações espaciais a exemplo de para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de fundo – raso, central – periférico. A seguir, alguns exemplos:

FAUNA: *tigre asiático*

Dentre os grandes mercados de eletrônicos, destacam-se ainda outras economias asiáticas. A Coréia do Sul ocupa a sexta posição, sendo a nona maior em eletrônicos de consumo. Os outros três <Tigres Asiáticos>, Taipé Chinesa (Taiwan), Cingapura e Hong Kong, que detêm, respectivamente, a décima primeira, a décima terceira e a vigésima posição no mercado de eletrônicos, possuem o vigésimo quarto, o décimo sexto e vigésimo primeiro mercado de áudio & vídeo. Notar que os países que compõem o grupo conhecido como ASEAN-4 (Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia), exportadores notórios de eletrônicos, inclusive de BEC, não possuem envergadura equivalente como consumidoras. Apesar disso, há de se destacar que a Malásia representa o décimo sexto maior mercado de eletrônicos, embora não esteja entre os vinte e cinco maiores de BEC; e a Indonésia se constitui no décimo oitavo mercado mundial para os produtos de áudio & vídeo. (SÁ, M. T. V. *A indústria de bens eletrônicos de consumo frente a uma nova rodada de abertura*. 2004).

NÁUTICA ou MOVIMENTOS DA ÁGUA: *flutuação cambial*

Em relação à adoção de uma união monetária, Eichengreen, Tobin e Wyplosz (1995) ressaltam que a <flutuação cambial> não é inevitável, pois as relações financeiras e comerciais com os países que não integram a união monetária não são eliminadas. Por outro lado, embora a <flutuação cambial> permita maior poder de discricão às autoridades monetárias, não deve ser desprezado o custo referente ao possível distanciamento da taxa de câmbio em relação à sua taxa de equilíbrio. (MENDONÇA, H. F. de; PIREZ, M. C. de C. *Liberalização da conta de capitais e inflação: a experiência brasileira no período Pós-Real*, 2006.)

Conforme Lakoff; Jonhson (2002, [1980], p. 81), algumas imagens estruturantes de nossos modelos cognitivos idealizados demonstram relações existentes entre o funcionamento da mente e experiências do corpo com o mundo do qual emergem nossos sistemas conceptuais humanos. Essas imagens são oriundas de nosso sistema corpóreo. Para esse tipo de

compreensão, eles idealizaram o modelo cognitivo da metáfora do “contêiner”, conceito demarcador de fronteira também utilizado para as noções de interior e exterior.

No esquema imagético do “contêiner”, encontramos, dentre as unidades estudadas, termos metafóricos como *capital aberto e fechado, fundos fechados, empresas de capital fechado, nicho de investimento, nicho de mercado, piso, piso nacional, piso dos benefícios previdenciários, teto, teto salarial, teto de benefícios, barreira tarifária, fronteira de produção estocástica, margem, margem líquida*.

Com o objetivo de demarcar valores que não podem ir mais abaixo e nem ir mais acima, surgem, por exemplo, termos metafóricos constituídos com *piso*, exemplificado por *piso salarial* (menor valor de salário que pode ser pago dentro de uma categoria profissional específica) e *teto*, como *teto de benefícios* (maior valor dos benefícios previdenciários). Nesses exemplos, o conceito do “limite” é mapeado nas expressões linguísticas. A seguir, um dos termos contextualizado:

A reforma de 2003 seguiu a orientação principal da reforma de 1998, procurando melhorar o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário público. Uma diferença, no entanto, é que ela se concentrou basicamente no RPSP. O RGPS não foi alterado, com exceção da regra que aumentou o <teto dos benefícios> (passou a ser de R\$ 2.400 na época da aprovação da Emenda nº 41). (UEDA, D. M. *Sistema previdenciário brasileiro: aspectos macroeconômicos e distributivos*, 2005).

Por último, apresentando somente um termo para alguns conceitos que emergem de nosso cotidiano, sendo projetados para a Economia, podemos destacar:

. ECONOMIA É ESTADO CIVIL - capaz de gerar o termo *descasamento de moedas*, que diz respeito ao endividamento em determinada moeda para financiar investimentos, apresentando como retorno outra moeda distinta;

. ECONOMIA É RELIGIÃO - responsável pelo licenciamento das unidades *fetichismo da mercadoria*² e *paraíso fiscal*, esse último termo refere-se a pequenos “estados” nos quais as empresas multinacionais estabelecem sucursais, ou pessoas físicas que depositam seus recursos aproveitando-se de impostos muito baixos ou inexistentes;

² Segundo Sandroni (2005, p. 335), esse conceito é oriundo da economia marxista. Por meio dessa escola, compreendemos as condições de funcionamento da produção mercantil relacionadas à propriedade privada. De acordo com essa perspectiva, as pessoas têm a “ilusão” de que as mercadorias são dotadas de propriedades inatas, de forças “extra-humanas” ou religiosas, afetando e influenciando a vida delas. Tal crença é fator determinante para o estabelecimento da metáfora do “fetichismo”.

. ECONOMIA É ESCAPE - com sua *fuga de capitais* (quando uma pessoa ou instituição decide levar o seu dinheiro para fora do país ou de um país para outro);

. ECONOMIA É DANÇA FOLCLÓRICA e sua *ciranda financeira* (situação do mercado financeiro em que os movimentos especulativos são muito intensos em função da existência de um nível muito alto de incerteza econômica);

Uma das metáforas mais conhecidas nas projeções acima mapeadas é a do *paraíso fiscal*. Esse conceito tange a lugares em que recursos financeiros são depositados por causa dos impostos baixos ou inexistentes, podendo ser compreendidos como ECONOMIA É RELIGIÃO ou um tipo de “refúgio”, que trará segurança com ótimas promessas de investimento, ou seja, um local onde reina a felicidade para o dinheiro dos investidores.³

Nas projeções *paraíso fiscal* e mesmo em *ciranda financeira*, há um tom de ironia nessas metáforas, pois o que elas traduzem, do ponto de vista conceptual e mesmo retórico, é um mundo financeiro de “prazeres”, ao passo que o sentido que lhes subjazem é justamente ao contrário, o de perversão financeira e econômica, pois sabemos que os *paraísos fiscais* são normalmente avessos à aplicação das normas de direito internacional atentas ao controle da *lavagem de dinheiro*. A *ciranda financeira* é conceituada também de uma forma positiva, comparando-a a uma dança folclórica, porém ao contrário esse tipo de negócio pode destruir economias e provocar empobrecimento de muitas pessoas.

Considerações finais

Os conceitos presentes nos termos metafóricos da Economia revelam de que forma compreendemos essa área de conhecimento em nossa cultura científica. O legado deixado por Lakoff & Johnson, entre outros teóricos, é fundamental para o avanço da pesquisa da metáfora nos estudos científicos. Aliada à Teoria Comunicativa da Terminologia e à Socioterminologia, a metáfora terminológica ocupa o seu lugar e o seu reconhecimento na teoria Sociocognitiva para o fazer científico.

A visão mecanicista da Economia circunscreve seu domínio na Física, uma vez que muitos de seus teóricos se inspiraram nela para estabelecerem analogias entre as noções de “forças em equilíbrio em sistemas físicos” e as de “forças em equilíbrio em estruturas econômicas”. No campo da Biologia, as metáforas da Economia têm essa forte inclinação de revelar seus modos de compreensão através dessa ciência natural que estuda os seres vivos, sua

³ Para a enciclopédia livre “wikipédia” (acesso em: 13 mar. 2020), o termo “paraíso fiscal” vem de um erro de tradução do inglês, “tax haven”, que na verdade significa “refúgio fiscal”. Devido à semelhança entre as palavras *haven* (refúgio) e *heaven* (paraíso), surgiu daí o “paraíso fiscal”.

evolução e relações com o ambiente. No âmbito dessa experiência, o corpo humano é um poderoso centro de expansão metafórica.

Além de cumprirem um papel pedagógico e criativo, as metáforas científicas apresentam a função heurística, uma vez que auxiliam a compreender os fenômenos científicos, ao servirem como “estimuladoras” do pensamento, que surge da relação nova entre dois referentes, facilitando a apreensão de um conceito de difícil entendimento mediante a analogia de algo que já é conhecido por todos. No caso da Economia (ou de qualquer outra área de conhecimento), devemos observar como ocorrem os processamentos dessas metáforas para que tenhamos condições de mais facilmente compreendê-las.

Destacamos também que do ponto de vista linguístico a denominação metafórica é benéfica, pois ela atende ao princípio da economia linguística ao criar um novo sentido para uma lexia já existente. Nada é indizível ou dizível de forma complexa, porquanto a metáfora fornece um desenlace linguístico satisfatório pelo fato de ela refletir de forma nítida e transparente a interação entre o referente extralinguístico e o linguístico (OLIVEIRA, 2011, p, 160).

Referências bibliográficas

- AJZENTAL, Alberto. **Complexidade aplicada à economia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LAKOFF, George.; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- MARTINS, Cláudia Susane Nunes. **A metáfora na terminologia: as metáforas terminológicas nos textos jurídicos de ambiente**, 2004, 318 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto.
- Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3767>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- OLIVEIRA, Isabelle. **Nature et fonctions de la métaphore en Science**. L'exemple de cardiologie. Paris: L'Harmattan, 2009, Adobe digital editions.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, Augusto Silva. O que sabemos sobre a crise econômica pela metáfora. *Conceptualizações metafóricas da crise pela imprensa brasileira*. **Revista Media & Jornalismo**. Braga, v. 22, n. 1, p. 11-34, 2013. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/290779369> O que sabemos sobre a crise económica pela metáfora Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa.

Acesso em: 20 mar. 2021.

A figura da *menina-mulher* nas canções de Anitta: uma análise léxico-semântica

Fábio Ferreira Pinto

Introdução

O estudo das escolhas lexicais do gênero *letra de música* permite que se verifique como são compartilhadas as emoções dos sujeitos envolvidos no discurso. A análise dessas escolhas permite investigar o funcionamento das formas linguísticas na construção, manutenção e reprodução das relações humanas.

No conjunto de letras de música brasileiras, é comum encontrarmos um histórico de composições que retratam a mulher pelo ponto de vista masculino e inserem o universo feminino numa posição de submissão ao homem.

Neste trabalho, procurou-se investigar a figura da *menina-mulher*, apresentada por uma voz feminina, presente no léxico de letras de música que retratam a relação entre homens e mulheres. O *corpus* escolhido é formado por duas canções do gênero musical *funk-pop* compostas e interpretadas por Anitta: “Meiga e abusada” (2013) e “Menina má” (2013). As letras de música foram selecionadas por apresentarem um jogo de sedução entre as figuras feminina e masculina, tema recorrente na obra de Anitta. Levou-se em conta também o fato de a artista possuir grande espaço nos meios de divulgação cultural brasileiros, quer seja em programas de rádio e televisão, quer seja em meios digitais. As canções da cantora são reproduzidas nas principais rádios do país, possuem milhões de visualizações na internet e são temas de novela e filmes.

Anitta, nome artístico de Larissa de Macedo Machado, é um dos grandes fenômenos da música brasileira da última década. Ela possui grande prestígio internacional, figurando na 10^a¹ posição no “Social 50” da revista *Billboard*, ranking de artistas mais influentes no mundo. Ela é também a mulher brasileira com mais seguidores na rede social *Instagram*: 49,2 milhões. As letras compostas e interpretadas por Anitta apresentam a relação entre o homem e a mulher de forma não idealizada pelo amor romântico, modelo tradicionalmente abordado no conjunto de canções brasileiras, sobretudo as de consumo, chamadas assim, por Tatit (2008), devido ao fato de adotarem um tom informal, possuírem grande alcance popular e dominarem o mercado

¹ Informação disponível em <https://veja.abril.com.br/cultura/anitta-entra-no-top-10-de-ranking-de-redes-sociais-da-billboard/>. Acesso em 3 de novembro de 2020.

fonográfico brasileiro. As canções de Anitta procuram reposicionar a mulher nas relações com o homem.

O presente artigo busca investigar, por meio do estabelecimento de campos semânticos, como as escolhas lexicais de suas letras constroem a figura da *menina-mulher* nessas relações.

Para delimitar as escolhas que vão compor os campos semânticos, incluiremos os quatro tipos de lexia descritas por Pottier (1973, P. 26): lexia simples (*chegar, cravo, jardim*); lexia composta (*guarda-florestal, porta-avião*); lexia complexa estável, que aqui consideraremos lexias cristalizadas, já que seu significado depende da construção em que está (*pé de cabra; balaio de gato*); lexia textual, cujo emprego notamos em ditados ou crenças popular, frases de efeito e clichês (*homem do teu tipo; virar tua cabeça; não perco meu tempo*).

Como empregaremos o conceito de lexia como o lexema (unidade lexical do sistema) atualizado no discurso (GIL, 2009), transcenderemos os tipos apontados por Pottier (1973) e incluiremos sintagmas oracionais, como “Tá fazendo tudo que eu mando”, cujo sentido das partes é indissociável no contexto discursivo específico.

Nessa perspectiva, “Meiga e abusada” (2013), por exemplo, será considerada uma única lexia que, contextualizada na letra de música, indica uma forma única e complementar de comportamento, o que impede que, na análise, se separem as unidades “meiga” e “abusada”.

As lexias compõem uma rede associativa que permite organizá-las em determinados campos léxico-semânticos, presentes nas letras das duas músicas que compõem o *corpus* deste trabalho, possibilitando a compreensão de como surge a figura da *menina-mulher* por meio das escolhas lexicais. Esse léxico será analisado com base em princípios sociocognitivistas da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), especificamente o triângulo “sociedade-discurso-cognição” e o “quadrado ideológico”, formulados por Van Dijk (2003, 2018).

Para Van Dijk (2003), o triângulo é formado por: 1 *sociedade*, que é constituída pelos grupos e relações que há entre eles ; 2 *discurso*, que em sentido amplo corresponde ao acontecimento comunicativo; 3 *cognição*, que são as crenças, os objetivos que tanto o indivíduo quanto o grupo ao qual ele pertence carregam. O quadrado ideológico (VAN DIJK, 2018, p.252) pode ser considerado uma representação da “estratégia global de autoapresentação positiva e outra-apresentação negativa”, por meio do qual procuramos enfatizar nossas qualidades e enfatizar os defeitos do *outro*. O quadrado proposto por Van Dijk (2018) possui quatro lados. São eles:

- Enfatizar nossos aspectos positivos
- Enfatizar aspectos negativos do outro.
- Tirar ênfase de nossos aspectos negativos.

- Tirar ênfase de aspectos positivos do outro.

Os lados do quadrado ideológico representam uma estratégia discursiva aplicada pelos usuários da língua aos mais variados níveis do discurso e que ativa os modelos mentais produzindo discursos polarizados. Uma vez que as letras de música deste *corpus* tratam da relação homem-mulher, tais enquadres teóricos são pertinentes para observarmos como essa relação é construída, discursivamente, entre o *eu* e o *outro*. A seguir, apresentamos a base teórica que será empregada no trabalho.

1 Análise Crítica do Discurso: a contribuição da perspectiva sociocognitiva de Van Dijk para o estudo do léxico

A ACD é uma linha de investigação analítico-discursiva que visa a identificar o modo pelo qual o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos em textos orais e escritos. Os analistas críticos do discurso posicionam-se de modo que possam compreender, desvelar e opor-se a formas variadas de desigualdade. A ACD constitui um modelo teórico-metodológico que busca mapear a conexão existente entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas comunicacionais. De acordo com esse modelo, ao mesmo tempo em que o discurso compõe outros elementos da prática social também é constituído por eles.

Para o sujeito, ao assumir o papel de falante do idioma, tudo é possível ser dito na língua. No entanto, o que se enuncia é restringido por aspectos jurídicos, éticos, morais, políticos, econômicos, afetivos, que delimitam o enunciado, contingenciando o que se tem a dizer. Isso se deve ao fato de que todo discurso emitido é uma ação social, o que estará no cerne da ACD.

Segundo Wodak (2003), a ACD tem como ponto de partida os problemas sociais e estuda a linguagem sob uma perspectiva de prática social, cuja contextualização é imprescindível. Para a autora, o texto faz parte da comunicação, e a ACD aborda a função exercida pela linguagem dentro do sistema comunicativo.

Três conceitos são fundamentais para a ACD: história, poder e ideologia. Todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado. Os discursos de poder buscam ser normalizados, bem como tentam legitimar a dominação, além de serem ideológicos e não possuírem neutralidade. Isso ocorre porque eles são carregados de ideologia e constituem um aspecto material da linguagem (WODAK, 2003). A respeito de ideologia, Wodak (2003, p.18) a define como “formas e processos sociais” que fazem circular “as formas simbólicas da

sociedade”, ligando-se a relações desiguais de poder e estabelecendo a dominação de um indivíduo sobre o outro.

Para Van Dijk (2018), a investigação crítica do discurso precisa cumprir uma série de requisitos para concretizar seus objetivos. O autor cita que a ACD se concentra “principalmente nos problemas sociais e nas questões políticas, no lugar de paradigmas correntes e modismos” (2018, p. 114). Multidisciplinar, a ACD, em vez de descrever estruturas do discurso, procura explicar as construções discursivas em termos das propriedades da interação social e, especialmente, da estrutura social. Além disso, a ACD deve focar os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade.

O que se pretende aqui é identificar como, por meio de uma estrutura discursiva e da escolha lexical, é construída a figura da *menina-mulher* nas relações entre o homem e a mulher e seus respectivos papéis sociais nas letras das músicas *Meiga e abusada* (2013) e *Menina má* (2013), compostas e interpretadas por Anitta. Antecipamos abaixo, em exemplos de enunciados, como as escolhas linguísticas são determinadas pelo contexto e pela ideologia.

2 Princípios da dimensão semântica do léxico

Dentre as áreas do conhecimento linguístico, a lexicologia é a que estuda a língua a partir de lexias. Essas unidades podem ser analisadas sob aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e fonológicos. Os estudos lexicológicos permitem perceber como são construídas a visão de mundo e as relações socioculturais dos sujeitos envolvidos no discurso.

Para Ullmann (1964), a lexicologia ocupa-se do léxico de uma língua, compreendido como o conjunto de todas as palavras que dela fazem parte e que forma o conjunto de unidades significativas, submetidas às regras da gramática dessa língua. A respeito das propriedades lexicais, de acordo com Ullmann (1964, p. 63), “a lexicologia terá, por conseguinte, duas subdivisões: a morfologia, estudo das formas das palavras e dos seus componentes; e a semântica, estudo dos seus significados”.

Partindo da afirmação de Ullmann (1964), a *palavra*, contemplada como elemento característico da linguagem, comporta inúmeras possibilidades de abordagem quando observadas morfológica ou semanticamente. Para Barbosa (1980, p. 261), a *palavra* “tem sido estudada em seu estatuto de palavra-objeto ou de meta-palavra”. A autora afirma que esses estudos abordam a palavra “como produto e criação de uma ideologia”, além de “verbalização do pensamento” e “manifestação concreta do discurso” (BARBOSA, 1980, p. 261).

Segundo Barbosa (1980, p. 262), a palavra deve ser considerada “como um instrumento” capaz de construir e de detectar “uma ‘visão de mundo’ de uma ideologia, de um sistema de valores, incluindo uma abordagem do léxico como um elemento instaurador e um lugar privilegiado de reflexo da cultura”. Para a autora, a explicação dos processos de criação e renovação da palavra, e de seu conjunto universal, são algumas das tarefas mais importantes de que se encarrega a lexicologia.

Para Biderman (1978), os estudos lexicológicos estabelecem a distinção entre dois conceitos fundamentais: léxico e vocabulário. De acordo com a autora, temos, no léxico, um conjunto virtual das palavras que compõem uma língua, incluindo as neológicas e as que caíram em desuso. No vocabulário, aparecem todos os vocábulos que foram atestados num determinado registro linguístico. Assim, um dicionário descreve um vocabulário mais ou menos extenso, mas ele não pode descrever o léxico da língua.

Diante desses dois conceitos apresentados por Biderman (1978), detemo-nos especificamente no do léxico. Sendo este um elemento de uma língua natural, Biderman (2001, p. 13) afirma que o léxico “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. Ao serem nomeados, seres e objetos são classificados simultaneamente e reunidos em grupos, detectando semelhanças ou distinguindo traços que os singularize. Assim, o homem compõe o mundo diferenciando aquilo que o cerca. Para que esse processo de composição seja bem-sucedido, é necessário que se envolva o sistema de construção do código e de sentido, buscando desvelar de que maneira as escolhas lexicais em um determinado contexto discursivo contribuem tanto para a representação de mundo por parte do sujeito quanto para a ampliação de sentido que o léxico adquire.

Neste trabalho, sempre que nos referirmos a uma unidade do léxico, usaremos o termo *lexia*, uma vez que a empregaremos no nível do discurso (GIL, 2009), seja ela uma *lexia simples* ou uma *lexia textual* (POTTIER, 1978). Essas unidades, de acordo com Barbosa (1979, p. 167), são o resultado de “um conjunto de semas descritivos constantes”, que asseguram a sua autonomia e diferem-nas paradigmaticamente das outras unidades cambiáveis com ela dentro do mesmo contexto. Assim, os novos semas – significados mínimos – que a *lexia* assimila nos mais variados domínios de experiência passam a constituir normas semânticas dos universos de discursos, por exemplo, de diferentes profissões ou especialidades, e que são armazenadas na memória de cada falante de um determinado grupo como modelos semânticos de realização.

A seguir, apresentamos o conceito de campo semântico e a forma como ele permite que as *lexias* possam ser organizadas por traços associativos, resultando numa visão estruturada do léxico e dos valores culturais dos sujeitos discursivos.

3 Campos Semânticos: associando sentidos

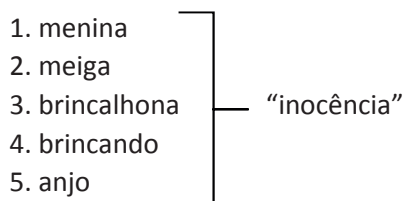
Para Fiorin (2009, p. 14), “um campo semântico é um conjunto de unidades lexicais associadas por uma determinada estrutura subjacente”. Essas unidades estão ligadas por uma rede associativa que pode ter sua natureza variada: associações semânticas, morfológicas, fonéticas ou mesmo discursivas.

Cabe aqui, uma diferenciação entre o “campo associativo” e o “campo semântico”. Ullmann (1964, p. 478) afirma que o “campo associativo de uma palavra é formado por uma intrincada rede de associações, baseada algumas na semelhança, outras na contiguidade, surgindo umas entre sentidos, outras entre nomes, outras ainda entre ambos”. Isso nos mostra, portanto, que o “campo associativo” é bastante amplo, aberto.

O *campo semântico*, de acordo com Ullmann (1964, p. 499), “não reflete apenas as ideias, os valores e as perspectivas da sociedade contemporânea; cristaliza-se e perpetua-se também” transmitindo às gerações seguintes uma análise que contenha a experiência adquirida por meio de uma determinada visão de mundo, tornando-a palpável, inadequada e antiquada até o ponto em que todo o campo tenha que ser refeito.

Para Biderman (1978, p. 151), “os campos semânticos podem evidenciar oposições simples, e/ou oposições complexas de significação”, pois os vocábulos que constituem esses campos são responsáveis por numerosas variações de sentido, ampliando o leque de significados das lexias, a partir da delimitação imposta por uma unidade à outra, o que formará o “campo semântico”.

De acordo com Biderman (1978, p. 150), toda palavra engloba uma “rede de significações” muito extensa. Denominamos *campo semântico* o conjunto dos vocábulos integrantes dessa rede. Como exemplo de tal definição, consideremos as lexias selecionadas a partir da leitura da letra da música *Meiga e Abusada*, de Anitta (2013):



Na lista composta por cinco lexias, é possível perceber a inclusão do componente sêmico de “inocência”. No entanto, as cinco diferenciam-se por dois traços significativos: a ingenuidade e a alegria. Teríamos então:

Quadro 1 – Campos Semânticos da *Ingenuidade* e da *Alegria* em “Meiga e abusada”

<i>Ingenuidade</i>	<i>Alegria</i>
Menina	Brincalhona
Meiga	Brincando
Anjo	

Estes dois traços significativos retomam o título da canção, *Meiga e Abusada* (2013), apresentando o lado *menina* da *mulher* que seduzirá o homem a partir de uma aparente *inocência*.

Podemos ainda avaliar o campo semântico e sua possibilidade de expansão na busca por significados e traços comuns. Às existentes, acrescentemos novas lexias presentes ao longo da letra da música:

1. menina	} “mulher”
2. meiga	
3. brincalhona	
4. brincando	
5. anjo	
6. poderosa	
7. abusada	
8. linda	
9. perfumada	

O novo agrupamento permitiu-nos diferenciar os traços significativos por novos vieses:

i) ingenuidade, ii) sedução e iii) posicionamento diante do outro. Assim, teríamos:

Quadro 2 – Ampliação dos Campos Semânticos de “Meiga e abusada”

<i>Ingenuidade</i>	<i>Sedução</i>	<i>Posicionamento diante do outro</i>
Menina	Perfumada	Poderosa
Anjo	Linda	Abusada
Brincalhona		Meiga
Brincando		

Tendo em vista o exemplo acima, notamos que o *campo semântico* de uma lexia se forma a partir de uma rede de sentidos, ora baseadas na similitude, ora na contiguidade. O campo caracteriza-se por ser aberto e algumas de suas associações estarem fadadas à subjetividade, uma vez que “em cada campo, o material bruto da experiência é analisado e

elaborado de um modo peculiar” (ULLMANN, 1964, p. 488). Assim, a estrutura dos campos semânticos compreende uma escolha de valores particulares.

Ao organizarmos os campos semânticos, tornamos possível a análise do tema e do léxico. Essa análise resulta numa visão sistematizada das lexias e dos valores culturais dos sujeitos discursivos. Ao estabelecer os campos semânticos, percebemos como a inserção vocabular na estrutura de uma língua permite um estudo sistemático desse mesmo vocabulário, na análise de um dado contexto. Estabelecido o *campo semântico* das lexias, o sentido do léxico é identificado em um determinado *corpus*. Assim, feita a análise com o emprego dos *campos semânticos*, deslocamos o léxico do nível do sistema para o do discurso.

4. Análise do Corpus: A figura da *menina-mulher*

Meiga e Abusada (2013)

Eu posso conquistar tudo que eu quero
Mas foi tão fácil pra te controlar
Com jeito de menina brincalhona
A fórmula perfeita pra poder te comandar

Pensou que eu fosse cair mesmo nesse papo?
Que tá solteiro e agora quer parar
Eu finjo, vou fazendo meu teatro
E te faço de palhaço, pra te dominar

Tá fazendo tudo que eu mando
Achando que logo vai me ter
Mas no fundo eu só tô brincando com você

Poderosa, eu sou quase um anjo
Hipnose, já ganhei você
Nesse jogo vamos ver quem é que vai vencer

Toda produzida, ah
Te deixa quente
Meiga e abusada, faço você se perder
E quem foi que disse que eu estava apaixonada por você
Eu só quero saber

Linda e perfumada, ah
Na tua mente
Faz o que quiser comigo na imaginação
Homem do teu tipo eu uso, mas se chega lá eu digo não

Eu posso conquistar tudo que eu quero
Mas foi tão fácil pra te controlar
Com jeito de menina brincalhona
A fórmula perfeita pra poder te comandar

Pensou que eu fosse cair mesmo nesse papo?
Que tá solteiro e agora quer parar

Eu finjo, vou fazendo meu teatro
 E te faço de palhaço, pra te dominar
 Tá fazendo tudo que eu mando
 Achando que logo vai me ter
 Mas no fundo eu só tô brincando com você

Poderosa, eu sou quase um anjo
 Hipnose, já ganhei você
 Nesse jogo vamos ver quem é que vai vencer

Toda produzida, ah
 Te deixo quente
 Meiga e abusada, faço você se perder
 E quem foi que disse que eu estava apaixonada por você
 Eu só quero saber

Linda e perfumada, ah
 Na tua mente
 Faz o que quiser comigo na imaginação
 Homem do teu tipo eu uso, mas se chega lá eu digo não
 Eu sempre digo não

Toda produzida, ah
 Te deixo quente
 Meiga e abusada, faço você se perder
 E quem foi que disse que eu estava apaixonada por você
 Eu só quero saber

Linda e perfumada, ah
 Na tua mente
 Faz o que quiser comigo na imaginação
 Homem do teu tipo eu uso, mas se chega lá eu digo não

Menina Má (2013)

Me olha e deseja que eu veja
 Mas já digo: Não vai rolar!
 Agora é tarde pra você querer me ganhar
 Rebolo, te olho
 Mas eu não quero mais ficar
 Eu admito que acho graça em ver você babar

Vem, se deixa render
 Vou como sereia naufragar você
 Satisfaço o meu prazer
 Te provocar e deixar você querer

Agora eu vou me vingar: Menina má
 Vou provocar, vou descer, vou instigar
 Me pede beijo, desejo
 Não vou beijar
 Pode sonhar!
 Sou uma menina má

Agora eu vou me vingar: Menina má
 Vou provocar, vou descer, vou instigar
 Me pede beijo, desejo

Não vou beijar
 Pode sonhar!
 Sou uma menina má

A seguir, apresentamos um quadro com as lexias selecionadas a partir das duas letras de música do *corpus* deste trabalho, que foram organizadas no campo semântico “Menina-mulher”.

Quadro 3 – Lexias do campo semântico “Menina-mulher”

	Menina-mulher
1	Meiga e abusada
2	jeito de menina brincalhona
3	Eu finjo
4	vou fazendo meu teatro
5	Tá fazendo tudo que eu mando
6	Achando que logo vai me ter
7	Mas no fundo eu só tô brincando com você
8	Poderosa
9	eu sou quase um anjo
10	Menina má
11	Não vai rolar
12	Rebolo, te olho
13	Mas eu não quero mais ficar
14	acho graça em ver você babar
15	Vou provocar
16	vou descer
17	vou instigar
18	Não vou beijar
19	Pode sonhar

Na letra de música *Meiga e abusada* (2013), o título formado pela lexia “Meiga e abusada” (1)², tratada aqui como uma unidade única do discurso e não como unidade da língua, por isso *lexia*, visto que indica uma forma de se comportar da *menina-mulher* presente nas letras de música deste trabalho, traz uma dicotomia entre um imaginário ingênuo e uma visão mais

² Os números colocados após as lexias indicam o número de cada unidade dentro do campo semântico em que está inserida.

erotizada da mulher. Uma *menina-mulher* pronta para desafiar os padrões, tendo um comportamento provocativo, que é evidenciado pela lexia “abusada” em “Meiga e abusada” (1). Ela se apresenta com ar de ingenuidade infantil como em “jeito de menina brincalhona” (2). A enunciatória se autodenomina “menina” e se coloca no campo da infância e da ingenuidade ao empregar a lexia “brincalhona”. Ao se apresentar com um “jeito” - “jeito de menina brincalhona” (2) -, a enunciatória encaminha seu discurso para tratar da maneira como se comporta diante de seu interlocutor. O ato de brincar - “brincalhona” - ganhará contornos mais adultos: “Eu finjo” (3), “vou fazendo meu teatro” (4). Essa construção discursiva da *menina-mulher* dá-se por conta da *cognição*, que traz os *modelos mentais*, que são as crenças presentes no indivíduo e compartilhadas socialmente. Para Van Dijk (2018), a relação entre *discurso* e *sociedade* se dá pela *cognição*. Assim, a imagem da *menina* que usa da brincadeira como arma de sedução faz parte de um imaginário presente nas letras de música brasileiras.

A enunciatória do discurso estende o sentido de “jeito” para “finjo”, deixando implícito que ela possui um “jeito fingido” e que isso é uma atitude de “menina brincalhona”. Ao assumir todo o protagonismo da ação ao deixar claro que é uma atitude consciente - “Eu finjo” -, marca, com ênfase, a primeira pessoa do singular com o pronome pessoal do caso reto “Eu”, com o verbo *ir* conjugado na primeira pessoa “vou” e com o pronome possessivo que também identifica a primeira pessoa do singular “meu”. O que antes era brincadeira ganha contornos mais sérios ao ser classificado como “teatro”. A enunciatória evidencia a sua estratégia de ação; pois, ao empregar as lexias “Eu finjo” (3) e “vou fazendo meu teatro” (4), ela passa da “menina” para a “mulher” que tem consciência de que o jogo da conquista que ela propõe indica um comportamento que engana e ilude o *outro*.

O jogo dicotômico, que apresenta a figura da *menina-mulher*, segue no campo provocativo e desafiador. A enunciatória afirma que por conta do “teatro” que ela faz, seu interlocutor se submete a suas vontades: “Tá fazendo tudo que eu mando” (5), “Achando que logo vai me ter” (6). O emprego do gerúndio em “fazendo” e “achando” dá dinamismo à ação. Nota-se que o *outro* pratica as ações acreditando que possuirá a enunciatória do discurso. Vale ressaltar que há uma cacofonia que parece ser proposital, dado o tema e o contexto do conjunto das letras de música desse *corpus*. Na lexia “Achando que logo vai me ter” (6), a expressão “me ter”, levando em consideração que a canção é um gênero que se apropria da oralidade, pode ser entendida como “meter”, que é uma gíria empregada para indicar relação sexual. Isso acentua o caráter provocativo com o qual a enunciatória lida com seu interlocutor.

Esse posicionamento evidencia-se na lexia seguinte - “Mas no fundo eu só tô brincando com você (7)”. Ao iniciar com uma conjunção adversativa - “mas” -, ela emprega todo o conjunto da lexia como uma oposição às expectativas de seu interlocutor. A enunciatória reforça o caráter

de quem está fingindo, como no par de lexias “Eu finjo” (3) e “vou fazendo meu teatro” (4), acentuando e erotizando a *menina-mulher* que tem um “jeito de menina brincalhona” (2). Tal atitude, na visão da enunciativa, é possível porque ela se vê como “Poderosa” (8). É por estar num patamar do qual ela parece emanar poder, que sabe que o *outro* submete-se ao seu desejo, como em “Tá fazendo tudo que eu mando” (5).

O jogo teatral com o qual ela brinca com o *outro* retoma a marcação antitética nas lexias “eu sou quase um anjo” (9) e “Menina má” (10). O fingimento e o jeito brincalhão são agora caracterizados por dois adjetivos que geram uma antítese: “anjo” e “má”.

Essa *menina-mulher* que brinca e finge fazer um “teatro” com seu interlocutor, ora sendo “quase um anjo”, ora assumindo ser uma “menina má”, passa a objetificar a provocação em si mesma, apropriando-se de um discurso, tradicionalmente, masculino, na medida em que a enunciativa se apresenta objetificada. Após afirmar que “Não vai rolar” (11), ela diz “Rebolo, te olho” (12). Na lexia “Não vai rolar” (11), o verbo “rolar” ganha um significado comum ao universo das relações quer sejam afetivas, quer sejam sexuais, indicando o acontecimento de afeto ou de sexo entre os pares. “Rolar” indica *acontecer*, trazendo a ideia da concretização daquilo que se deseja. É uma expressão típica da oralidade, que no contexto deste *corpus*, envolve a relação entre o homem e a mulher. Trata-se de uma gíria cristalizada, cujas possibilidades se dividem entre *sim* e *não*, como no verso da canção.

Após a negativa, a enunciativa corporifica essa provocação. Tendo dito que “Não vai rolar” (11), ela usa o corpo para provocar o *outro* a quem se dirige: “Rebolo, te olho” (12). No universo do *funk*, “rebolar” é empregado com sentido de exprimir sensualidade. Aqui, a sensualidade é dirigida ao interlocutor de forma direta, pois ele foi marcado no enunciado – “te”. O fato de olhar para seu interlocutor enquanto rebola - “Rebolo, te olho” (12) – e depois de ter negado o contato que ele deseja – “Não vai rolar” (11) – reforça o epíteto que a enunciativa dá para si mesma: “menina má”.

Na lexia “Mas eu não quero mais ficar” (13), a enunciativa mantém a dicotomia de mostrar e esconder, dar e tirar, ser anjo e má, menina e mulher. Após “rebolar” e “olhar” para o seu interlocutor, ela retoma a negativa. O emprego da conjunção adversativa “mas” e do advérbio “não” enfatizam a negação que ela dirige ao *outro*. Esse ato de negar faz parte do *desafio* e da *provocação* que ela lança em direção ao *outro* como forma de se divertir. A *mulher* que seduz objetificando seu corpo e a *menina* que se diverte com brincadeiras teatrais está presente em “acho graça em ver você babar” (14). Nessa lexia, “acho graça” possui o sentido de diversão. Indica alguém que fica contente com algo que vê ou faz. Uma vez que a enunciativa provoca o *outro*, como podemos notar em “Rebolo, te olho” (12), ela observa o resultado de sua brincadeira ao vê-lo “babar”. O ato de “babar”, no conjunto das letras de música deste *corpus*

possui duas vertentes: i) indica um forte desejo pelo *outro*, retomando a expressão popular *água na boca*, no entanto sexualizada; ii) indica alguém que *perdeu o juízo*, enlouqueceu em função das provocações sexuais que recebe.

O entendimento de “acho graça em ver você babar” (14) é explicado pela própria enunciadora nas lexias seguintes. Nas lexias encadeadas – “Vou provocar” (15), “vou descer” (16) e “vou instigar” (17) -, a enunciadora emprega uma gradação, explicitando sua posição diante de seu interlocutor: “provocar”, “descer”, “instigar”. Essa sequência de lexias resume o jogo de sedução em que a enunciadora envolve o *outro*. Ela vai provocá-lo ao “descer”, que retoma implicitamente “rebolar”, e “instigar”, que retoma “babar”.

O campo semântico da *Menina-mulher* explicita o jogo em que a enunciadora enredou seu interlocutor. As lexias “Não vou beijar” (18) e “Pode sonhar” (19), dão a medida de como a enunciadora conduziu o discurso com o qual ela se dirige ao *outro*. De um lado, ela é enfática em explicitar sua negativa diante daquilo que o interlocutor deseja, que é o beijo: “Não vou beijar” (18). De outro, ela o mantém preso a esse mesmo desejo, afetando sua mente: “Pode sonhar” (19). Além disso, é possível entender a lexia “Pode sonhar” (19) como uma expressão do tipo *Vai sonhando*, cujo valor é justamente indicar que a pessoa não deve ter esperança de que aquilo que ela deseja irá se realizar.

No campo semântico *Menina-mulher*, o quadrado ideológico de Van Dijk (2018), permite que possamos observar a polarização que envolve os atores da situação comunicativa.

Quadro 4: Formas de polarização do campo semântico *Menina-mulher*

<i>Autoapresentação Positiva da Mulher</i>	<i>Outra-apresentação negativa do Homem</i>
Meiga e abusada	Tá fazendo tudo que eu mando
jeito de menina brincalhona	Achando que logo vai me ter
Poderosa	acho graça em ver você babar
	Mas no fundo eu só tô brincando com você

Em “Meiga e abusada” (1) temos uma *autoapresentação* positiva da enunciadora do discurso, uma vez que ela apresenta a si mesma com ênfase no que vê como qualidade e que vai ao encontro do tema desse subcampo. Esse procedimento de colocar ênfase positiva sobre si reaparece em “Poderosa” (8). A *menina-mulher* é “meiga”, “abusada” e “poderosa”. Aqui, vale observar que o sentido atribuído à “abusada” é o mesmo de *destemida*, de *provocante*.

Por outro lado, ela apresenta seu interlocutor como alguém passivo diante da enunciadora: “Tá fazendo tudo que eu mando” (5), “Achando que logo vai me ter” (6). Este homem, que faz o que a enunciadora quer, recebe uma *outra-apresentação* negativa, visto que realiza os desejos dela e não os dele. Essa ênfase nas qualidades negativas do *outro* está

presente também em “acho graça em ver você babar” (14), cujo sentido de “babar” é o de desejar aquilo que não tem e que não pode ter. Ele é o brinqueado dessa *menina-mulher*, como em “Mas no fundo eu só tô brincando com você” (7).

Considerações finais

A partir da análise das duas letras de música compostas e interpretadas pela cantora Anitta, tendo como arcabouço teórico o enquadre sociocognitivista da Análise Crítica do Discurso, segundo as linhas de pesquisa de Van Dijk (2003, 2018); e os trabalhos de Biderman (1978) e Ullmann (1964), que tratam de aspectos léxico-semânticos da lexicologia, procurou-se observar como a figura da *menina-mulher* é representada nas letras de “Meiga e abusada” (2013) e “Menina má” (2013), de Anitta.

A análise permitiu notar que a enunciativa das letras de música enuncia um discurso em que, por meio da *menina-mulher*, lança um desafio e uma provocação em direção ao seu interlocutor. Ela faz uso de um jogo de sedução que alterna entre a ingenuidade e o erotismo. Nele, vê-se uma enunciativa que domina as ações da cena comunicativa e que perpassa as letras de música presentes neste artigo.

O jogo de sedução utilizado por ela coloca o interlocutor do discurso diante de uma enunciativa que ora se passa por uma *menina*, adotando um tom de brincadeira, em que a provocação ganha ares juvenis; ora adota uma postura mais erotizada, passando das brincadeiras infantis para o fingimento que cria a expectativa de que seu interlocutor a conquiste. O que a análise nos mostra é a construção de um arquétipo que invade a mente de seu interlocutor, fazendo com que ele seja controlado pela enunciativa, realizando as vontades dessa *menina-mulher*. Tal construção apresenta essa figura recorrente no conjunto das músicas brasileiras. No entanto, ainda que as músicas de Anitta busquem o reposicionamento da mulher nas relações com o homem, o *corpus* deste trabalho traz uma voz feminina que adota um discurso masculino, visto que a enunciativa das letras de música deste estudo se apresenta como objeto sexual para manipular seu interlocutor.

Referências bibliográficas

ANITTA. **Meiga e abusada**. Rio de Janeiro: Warner, 2013. CD (3:49).

ANITTA. **Menina má**. Rio de Janeiro: Warner, 2013. CD (2:55).

BARBOSA, Maria Aparecida. Aspectos da produtividade léxica. **Língua e Literatura**. São Paulo: Edusp, 1979, p. 165 - 183.

- BARBOSA, Maria Aparecida. Modelos em Lexicologia. **Língua e Literatura**. São Paulo: Edusp, 1980 p. 261 – 279.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Fundamentos da Lexicologia. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria Linguística: teoria lexical e computacional**. Rio de Janeiro - São Paulo: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, pp. 13-22.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- GIL, Beatriz Daruj. A canção de consumo: léxico e ideologia. In: Gil. Beatriz Daruj.; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil (Org.). **Modelos de Análise Linguística**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 79 – 95, 2009.
- POTTIER, Bernard. **Estruturas linguísticas do português**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- ULLMANN, Stephen. **Semântica – Uma introdução à ciência do significado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Ariel, 2003
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2018.
- WODAK, Ruth. y MEYER, Michel. Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003.

Letras maiúsculas e repetições lexicais: recursos em *Olhinhos de Gato*, de Cecília Meireles

Rodrigo Schulz Ferreira

Introdução

Escrita entre 1939 e 1940, em forma de treze fascículos para a Revista Ocidente, em Portugal, a obra *Olhinhos de Gato*, de Cecília Meireles, é uma prosa autobiográfica em que a poeta, por meio de escolhas lexicais pontuais, descreve os primeiros anos de infância de OLHINHOS DE GATO, protagonista da história. O narrador, onipresente e onisciente, conduz o leitor às sensações de melancolia e de profundo pesar. Além de muitos recursos usados pela poeta, dois deles são bem empregados por Cecília Meireles: o uso de letras maiúsculas, quer na palavra toda quer apenas na primeira letra, e as repetições lexicais, geralmente registradas em um mesmo parágrafo ou em parágrafos próximos.

Acreditamos que a poeta tenha se valido desses recursos para despertar a atenção do leitor. Se as letras maiúsculas sugerem uma pausa com o propósito de aguçar sentimentos e afetividades no leitor, as repetições lexicais, por outro lado, inserem o leitor em outros minicontos, como *alegorias*¹, porque é dessa forma que a poeta pode amenizar a dor de OLHINHOS DE GATO e permitir ao leitor uma *pausa* à temática principal. Tendo em vista que a obra contempla mais de cento e setenta páginas, os exemplos analisados em letras maiúsculas são aqueles que, para nós, conotam mais intensamente alguma mensagem que conduza o leitor a uma reflexão mais profunda acerca do efêmero e do eterno, sentimentos que, de forma geral, permeiam muitas obras cecilianas e que, em *Olhinhos de Gato*, são latentes².

¹ Além do constante luto vivido pela menina, que, para recordar a mãe, remexe nos objetos, nas roupas e nos acessórios deixados pela ela, o narrador insere outros minicontos: o encontro do cachorrinho Jasmim, o bloco de carnaval, a descoberta da noite e o encontro com o priminho, cujo comportamento OLHINHOS DE GATO desabonava. Didaticamente, o capítulo 1 descreve alguns objetos da casa e acessórios da mãe e o estado físico e psicológico da protagonista; no capítulo 2, as personagens são mostradas ao leitor; no capítulo 3, a morte da mãe (*Mãos de prata*); no capítulo 4, o encontro com Jasmim, o cachorrinho perdido na mata e a preocupação de Có, ao vestir a menina; capítulo 5, o narrador rememora a perda dos irmãos de OLHINHOS DE GATO; no capítulo 6, a menina visita *Orelhinha Peluda*, o padrinho por quem nutre grande carinho; no capítulo 7, o narrador, como uma câmera, descreve a casa em que a menina vivia; nos capítulos 8 e 9, o baile de carnaval; no capítulo 10, a descrição de um grande temporal e a sexta-feira Santa; no capítulo 11, a chegada de uma linda berlinda de *coupé*; no capítulo 12, a visita do médico e o leilão com alguns dos acessórios valiosos deixados por *Mãos de prata*; no capítulo 13, a transição de fase da protagonista, com o corte dos cachos, simbolizando uma nova fase na vida de OLHINHOS DE GATO: com mais independência e menos mimos.

² Cecília Meireles vai conduzindo a narrativa por meio de constantes oscilações entre sentimentos bons e ruins, experiências doces e amargas, momentos felizes e tristes.

O uso de letras maiúsculas denuncia, por vezes, valores enraizados, mostrando ao leitor costumes e parte dos hábitos das personagens que conviviam e cuidavam da menina³. As palavras escritas em letras maiúsculas serão analisadas levando-se em conta a sensação/sentimento que podem despertar no leitor. Em relação às lexias repetidas, analisaremos aquelas que inserem outras narrativas à temática central (a morte de *Mãos de prata*). Em cada um dos treze capítulos, Cecília Meireles conduz o leitor por meandros tão férteis quanto a imaginação de OLHINHOS DE GATO, que consegue, muitas vezes, fazer uma transposição entre o mundo real e o imaginário. As letras maiúsculas reforçam, quase sempre, sentimentos de dor; já as lexias repetidas permitem uma pausa à menina e ao leitor, que, mesmo brevemente, distanciam-se dos sentimentos de dor, solidão e pesar.

1 Letras maiúsculas: afetividade

A questão do emprego das maiúsculas jamais deixou de atormentar os preparadores de originais de língua portuguesa. E o problema não é novo. Ele aparece, a bem dizer, com o próprio desenvolvimento da escrita e seus desdobramentos (e dificuldades) (ARAÚJO, 2008, p. 78, grifos nossos).

A poeta usa, de forma pontual, palavras com letras maiúsculas, ora a palavra toda ora apenas a primeira letra. Em todos os trechos analisados neste artigo, há intencionalidade. Cecília Meireles as usa dessa forma para resgatar a carga emocional que essas palavras assumem dentro do contexto narrado e, assim, despertar a atenção do leitor, para que ele faça uma reflexão. Segundo Silva (2015, p. 229), o uso da maiúscula pode estar associado a certa necessidade de dar *status privilegiado ao referente a ele associado*. Para ele, ainda, é preciso ponderar o uso das maiúsculas como forma de realce estilístico, quando o uso das maiúsculas é feito para atender um determinado uso, o que é corroborado por Luft (2007, p. 96, grifos nossos): “muitas vezes a inicial maiúscula é facultativa, dependente de circunstâncias, *intenções* e significados”.

Na verdade, é um recurso que extrapola o registro gráfico, tendo o propósito de direcionar o leitor para uma determinada intencionalidade e, portanto, conferindo expressividade aos termos.

³ São essencialmente três personagens que compõem a narrativa: *Boquinha de Doce*, avó materna, *Dentinho de Arroz*, a ama e Maria Maruca, a empregada. Há, claro, outras personagens como *Orelhinha Peluda*, o padrinho e as agregadas, como Có, além dos vizinhos.

Sobre o recurso gráfico de usar letras maiúsculas, diz Martins (2012, p. 90, grifos nossos): “o emprego das maiúsculas, fora dos casos regulamentados pelo Acordo Ortográfico, pode sugerir *respeito, admiração sentimento religioso, acatamento de autoridade*”. Ainda: “a maiúscula pode ainda sugerir uma *personificação, uma idealização, ou a intenção de uma profundidade metafísica*” (MARTINS, 2012, p. 91, grifos nossos). Para Bueno (1964, 128, grifos nossos): “foram os românticos os primeiros a descobrir na maiúscula recurso estilístico, servindo-se dela para expressar a sua *afetividade*”. O nome da protagonista, OLHINHOS DE GATO, por exemplo, aparecerá, em toda a narrativa, com todas as letras maiúsculas. Isso possibilita entender o grau de importância da personagem - a menina é como um troféu à avó⁴, que perdera outros entes tão próximos e queridos de maneira precoce.

Para Silveira Bueno (1964, p. 128-129, grifos nossos):

(...) foram os iluministas medievais os primeiros a dar importância pictórica à letra inicial do primeiro período, tinham em mira a estética da página manuscrita, criando a arte da miniatura: no espaço vazio, por exemplo, de um O, pintavam toda uma paisagem, toda uma cena religiosa. (...) usavam ainda os poetas iniciar cada verso com maiúsculas, não por finalidades estilísticas, mas gramaticais: como não estava sistematizada a pontuação lógica do pensamento, separava, por maiúscula um verso do outro, a maiúscula indicava, portanto, verso novo e nada mais. *Destas finalidades passaram os escritores à da reverência, do respeito, dando à maiúscula a função hierarquizante que ainda possui.*

Como dissemos, diferentes sensações podem ser percebidas. Vejamos algumas delas em trechos da obra:

(i) Mostrar inconformismo:

Mas...isto...ISTO vai pro leilão? ISTO? Este casal de príncipes...? (p. 166, grifos nossos).

Além de estar grafado em letras maiúsculas, o pronome ganha expressividade pela repetição também. Inicialmente, aparece grafado em letras minúsculas. Em seguida, surge com letras maiúsculas, o que já desperta a atenção do leitor. Na terceira ocorrência, aparece com letras maiúsculas e com um sinal de interrogação (?). Dessa forma, concluímos que o casal de príncipes tinha valor afetivo, portanto não deveria ir para o leilão, uma vez que, segundo Maria Maruca, poderia parar em mãos ‘erradas’. O ponto de interrogação é importante também, pois

⁴ Poderíamos interpretar o uso de letras maiúsculas para o nome da protagonista como uma metáfora, pois, como vimos, a menina era a única sobrevivente daquele pequeno núcleo familiar.

ele realça o alto grau de indignação por parte da personagem, que parece não acreditar no que estaria por acontecer. Imaginamos, claramente, a cena de Maria Maruca, estarecida, segurando o objeto.

Martins (2012, p. 106, grifos nossos) lembra:

“(...) pode ser inerente ao próprio significado ou *pode resultar de um emprego particular, sendo perceptível no enunciado em razão do contexto*, ou pela entonação (enunciado oral), ou por algum recurso gráfico, como aspas, grifo, maiúsculas/ minúsculas, tipos de impressão, e outros (enunciado escrito)”.

(ii) Saudar a figura materna:

Depois, uns dedos enluvados pegam-lhe no queixo, para lhe levantarem o rosto: “Mas é o retrato da mãe!” **MÃE** (p. 12, grifos nossos).

No exemplo acima, o narrador mostra como a menina é parecida com a mãe, sensibilizando o leitor.

(iii) Evidenciar o credo católico:

Faz uma cruz por cima da boca, ao bocejar, diz que não se deve rogar pragas, porque os anjinhos do céu estão sempre dizendo **AMÉM** – e se acertar o **Amém** com a praga, a desgraça acontece mesmo – e enquanto esfrega a roupa na tina, recita para OLHINHOS DE GATO, que a observa em silêncio (...) (p. 24, grifos nossos).

Chama atenção do leitor para o credo católico, sintetizando o que a personagem Maria Maruca dissera: não se deve desejar mal às pessoas. O **AMÉM** e o **Amém**, então, reforçam que os anjos estão sempre por perto, ouvindo os pedidos das pessoas e que não é bom usá-los em vão. Em seguida, ainda, dando a Deus uma característica absoluta, por meio da locução adjetiva, Cecília Meireles usa a expressão **A FACE DIVINA!**, em que ela dá a Deus um tom absoluto, que tudo vê. Não se contenta, portanto, com o enunciado antes usado “É a face de Deus!”:

Um beijo na ponta dos dedos selava a boca sobre as palavras santas. O mesmo beijo que ela depunha no pão que lhe caísse aos pés⁵, apanhando-o pressurosa, e explicando, como ofendida: É a face de Deus! **A FACE DIVINA!** E era como se alguém – mas quem? – de um outro lugar, lhe ensinasse umas obscuras coisas (p. 25, grifos nossos).

⁵ Crença de que, ao beijar o pão caído, pecado não é jogá-lo no lixo.

Uma vez que a morte já havia levado tantos entes queridos daquela pequena família, o narrador parece se referir à entidade maligna de forma amedrontada, personificando-a e tentando mantê-la distante:

Ele é que livra de peste, de fome, naufrágios, trovoadas e tentações do **Demônio** (p. 22, grifos nossos).

Percebemos que as personagens mais idosas, ao fazerem referência à figura demoníaca, mostram medo, como se ela (a entidade) pudesse se materializar. Às vezes, nem usam esse nome para não invocar ou atrair coisas ruins. Temos a sensação de personificação da entidade, que pode ceifar outras vidas, já que a morte já levava outras tantas pessoas da família de OLHINHOS DE GATO.

Em seguida, o mal é visto de forma temida:

Por isso tudo é que se traz ao pescoço, além do colarzinho vermelho, um fio de linha, que se esconde por dentro da roupa, e onde há breves amarrados, orações medidas de santos, sementes, pás – que vencem todas as surpresas do **Mal** espalhado neste mundo para desabar sobre os desprevenidos (p. 24, grifos nossos).

Do trecho acima, a maiúscula concentra uma forte carga semântica de energias negativas que podem acometer OLHINHOS DE GATO. Cecília Meireles personifica a entidade, usando, portanto, a maiúscula. No final da prosa, o sinal da cruz aparece de forma personificada, marcando certa importância e respeito pelo sinal:

- E conta até 50, ou mais... E sabe fazer o **Pelo-Sinal**... (p. 178, grifos nossos).

O leitor pode constatar o quão católicas eram aquelas duas senhoras que cuidavam de OLHINHOS DE GATO, cujo sinal era feito para trazer benção e proteção de Deus ao corpo e à alma.

(iv) Enxotar a morte:

“- Como era o rosto dele? – a menina perguntava. Mas disseram-lhe que nunca tirara o retrato. (**PARA NÃO MORRER**) (p. 46, grifos nossos).

Há uma justificativa para que não fizessem retratos do avô. As letras maiúsculas evidenciam o grande medo que as personagens têm da morte, pois ela levava precocemente as pessoas da família de OLHINHOS DE GATO.

Havia um luminoso pasmo. O silêncio dizia: “Parece mentira que não tenha morrido. **COMO OS OUTROS**” (P. 114, grifos nossos).

OLHINHOS DE GATO parece ter escapado do mal que persegue os entes da família: a morte. Diferentemente dos dois irmãos, ela, mesmo sempre muito abatida, ia, pouco a pouco, superando a morte.

De dentro dos seus compridos dentes cerrados, uma voz aguda e tremula gritava para o mundo inteiro: “**OLHA A MORTE!**”. As negrinhas encolhiam-se: Cruzes!” Sentia-se um arrepio (p. 127, grifos nossos).

Percebe-se o quão forte é a oscilação entre a vida e a morte. A morte é vista como algo tenebroso e, em várias passagens, as personagens têm medo dela. Referem-se a ela como algo assustador, que causa muito sofrimento e uma dor imensurável na alma, principalmente na de OLHINHOS DE GATO, que, além da morte da mãe, perde, ao longo da narrativa, o canário, o gato, o cachorro.

O aveludado azul, o lustroso verde, os amarelos, os roxos, os vermelhos acabaram-se, naquela secreta noite. “**TUDO MORRE**” (p. 139, grifos nossos).

Mais uma vez, a sensação de morte retorna. Dizer, em letras maiúsculas, que tudo morre reforça a efemeridade da vida. Tudo um dia se exaure, quer seja a vida, quer sejam os sentimentos bons ou ruins. Nada nem ninguém é eterno. Talvez, apenas talvez, as memórias sejam para sempre.

(v) Evidenciar a prostração de OLHINHOS DE GATO:

Era um espetáculo tal que a menina não resistia ao desejo de vê-lo. Mas o vento lançava-lhe terra nos olhos e na boca. O vento enchia-lhe os ouvidos de um tumulto imenso – casas carregadas pelos ares, navios virados, árvores arrancadas – **ELA MESMA** levada por entre essas coisas perdidas – para onde? para onde? – e sem se poder agarrar a nada, sem que ninguém a puxasse – caída para fora do mundo, pela força do vento (p. 56, grifos nossos).

Além de o vento *carregar pelos ares* objetos e bens materiais, ele também tinha força para arrastar a menina: delicada, de braços finos, mole e sempre doente. Podemos pensar, ainda, pela leitura do trecho, que a menina se vê perdida em pensamento, assim, da mesma forma que a ventania carregava folhas, objetos, OLHINHOS DE GATO parecia ser invadida por uma rajada de pensamentos e emoções.

(vii) Evidenciar a fértil imaginação de OLHINHOS DE GATO:

- Lá em casa do teu padrinho... Muito longe... lá para o Largo dos Leões. **LARGO DOS LEÕES** (...)Extensões imensas abrem-se na imaginação da menina. Um terreiro maior que o da D. Erotides. Oh! Muito maior. E os leões em volta, sentados, rugindo. Naturalmente, aqueles leões enormes (...)” (p. 80-81, grifos nossos).

O narrador descreve o local onde morava uma das personagens, *Orelhinha Peluda*. A casa ganha expressividade pela imponência. Talvez fosse mais uma casa qualquer e comum, mas, na imaginação de OLHINHOS DE GATO, era uma casa bonita, grande, imponente, aconchegante e com adornos que lhe chamavam a atenção. Mais uma vez, a imaginação da menina se mostra fértil.

(viii) Mostrar a excentricidade de OLHINHOS DE GATO:

Mas a outra negrinha disse com desprezo: “Isso não é encarnado, sua boba, isso é – **SULFERINO!**” (...) E ela não se importou de ter sido boba. Ela achava tão bonito, tão bonito! **SULFERINO!** (p. 134, grifos nossos).

Quando OLHINHOS DE GATO, ao ver um instrumento tocado por um menino, diz tratar-se de um objeto encarnado, ou seja, sujo, chamam-na de *boba*. A expressividade é alcançada quando as negrinhas pontuam a cor do objeto. As negrinhas, de fato, estavam reforçando a cor, corrigindo a impressão errada que OLHINHOS DE GATO tivera sobre o objeto.

Ouvia-se do outro lado a voz de Boquinha de Doce: “É uma criança muito boa, muito boa ... Com tão bom coração, nunca vi, mesmo. Mas é tão teimosa, tão teimosinha... Muito esquisita... **ESQUISITA** (p. 136, grifos nossos).

Para retratar o comportamento estranho de OLHINHOS DE GATO, a poeta, em um primeiro momento, por meio da fala da avó, diz que a menina é “muito esquisita”, expressão em que um advérbio de intensidade altera um adjetivo e o intensifica. Não sendo o advérbio suficiente, Cecília Meireles usa o adjetivo em letras maiúsculas, como forma absoluta para qualificar um traço de personalidade de OLHINHOS DE GATO. A menina, indubitavelmente, era diferente das outras, uma vez que observava tudo e interagiu com elementos que nem vida tinham, como os parafusos, os panos, os tecidos para tecer as roupinhas das bonecas, além do assoalho (chão).

(ix) Evidenciar a transição de fases de OLHINHOS DE GATO:

Para marcar a grande transição de fases pela qual passaria a protagonista, a poeta se socorre, mais uma vez, do uso das maiúsculas:

E diziam adeus! adeus! - adeus para ela mesma, adeus uns para os outros, - **ADEUS** (p. 171, grifos nossos).

Lendo o trecho, fica claro que se trata de uma significativa mudança na vida da menina e, para isso, o *adeus* aparece reiteradamente, sendo seu último registro em letras maiúsculas. O cumprimento de despedida nos dá a sensação de que, após cortar os cachinhos alourados, OLHINHOS DE GATO passaria para uma outra fase da vida, com mais responsabilidades. A expressividade é associada à leitura de trechos anteriores: *rostinho pálido, de lábio triste, e de olhos claros e sozinhos, emoldurado, - pela última vez” - nos cachos em que a luz despertava umas levezas de ouro claro*. Esse **ADEUS** parece, portanto, não ter mais volta.

2 Repetições lexicais: pequenas narrativas

Quer dizer, *a reincidência de uma palavra em um texto*, regularmente, constitui uma pista de *por onde anda sua unidade semântica* (ANTUNES, p. 65, grifos da autora).

(...) *os índices de ocorrência das unidades lexicais em um texto já apontam para sua concentração temática; já sinalizam a disposição do interlocutor de não se afastar do núcleo pretendido* (ANTUNES, p. 65, grifos da autora).

Como dissemos, além da temática central, em cada um dos treze capítulos são exploradas temáticas paralelas à central. No capítulo 1, Cecília Meireles retrata o estado físico e psicológico da menina, após perder a mãe.

No início da prosa, a protagonista aparece com a saúde bastante debilitada e a febre é vista como uma ameaça que poderia ceifar⁶ a vida da menina:

- Era a **febre**...⁷ Era a **febre**... Sentava-se na cama, e abria a boca, pegajosa, amarga, quente, esperando a colher de remédio que lhe vinha chegando **devagarinho, devagarinho**...(p. 10, grifos nossos).

⁶ No início do século, grandes cidades, como o Rio de Janeiro, foram acometidas pela peste, que dizimou muitas famílias. Na obra *Olhinhos de Gato* há uma sugestão de que, na família, a mãe e os outros irmãos morreram devido à doença (peste). O livro inicia-se com Cecília delirante na cama, sendo cuidada. No início do século XX, a peste rondava o Rio de Janeiro (SENA, 2009, p. 45).

⁷ As reticências são usadas, na obra, para indicar a interrupção da frase, sugerindo dúvida, hesitação ou supressa. O que nos chama a atenção é o fato de que muitas frases são encerradas por meio dessa

Duas considerações são relevantes aqui. A primeira é a escolha pelo substantivo abstrato *febre*, que retrata bem o estado prostrado da menina quando da repetição lexical: OLHINHOS DE GATO estava mal. Essa informação pode ser confirmada pela leitura de palavras como *pegajosa*, *amarga* e *quente*⁸, que descrevem a boca da menina. Além dessas, há a presença do remédio e a maneira como ele é administrado à pequena: a repetição do advérbio de modo (*devagarinho*) faz com que a cena ganhe um ar de lentidão.

Outro trecho que merece nossa atenção é a repetição das palavras: *preto*, *negro* e *luto*. Todas elas são pontuais e estão concentradas em um mesmo período, o que, certamente, denuncia o ambiente de profunda dor e desolação.

O *preto*, ausência de luz, é expressivo na narrativa, pois simboliza o grande luto vivido pela menina. Embora não tenha alta recorrência, é, mesmo assim, latente. No texto, encontram-se tanto o adjetivo *preto*, quanto o adjetivo *negro*:

OLHINHOS DE GATO mergulha as mãos nos crepes franzidos, para tocar os vidrilhos sobre o cetim e a gaze. Crepes **pretos**, vidrilhos **pretos**, cetim **preto**, gaze **preta**... **Negro, negro, negro, negro**... levanta os olhos, ao retirar os bordados de palhetas e miçangas, que mal cintilam naquela treva. E o olhar que se encontra com o seu está dizendo lá longe, onde o olhar é ainda pensamento: "**Luto, luto, luto, luto**..." (p. 12, grifos nossos).

A memória de dor, metaforizada pela palavra *negro*, cuja repetição tem forte efeito estilístico, marca o sofrimento vivido por OLHINHOS DE GATO durante quase toda a narrativa, excetuando-se alguns momentos de alegria - quando ela acha um cachorrinho perdido e o leva para casa⁹ e quando visita *Orelhinha Peluda*. Observamos que a combinação de *preto* mais o

pontuação. O ar que paira nas falas das personagens é de muita dúvida. Que rumos teriam tido OLHINHOS DE GATO se a mãe não tivesse partido? As memórias da primeira infância teriam sido as mesmas? Talvez, a menina tivesse se ocupado com as aventuras e alegrias que os primeiros anos de uma criança costumam proporcionar; não se lembrar das dores, perdas e solidão. Martins (2012, p.87) fala acerca dos sinais de pontuação e entoação: "Alguns escritores utilizam sinais reiterados (!!!; ???) ou combinados (?; ???!!!), no reforço de sugerir a intensidade da surpresa e do espanto ou da perplexidade e da dúvida (MARTINS, 2012, p. 87).

⁸ Esses três adjetivos que descrevem a boca da menina podem ser lidos também como características de OLHINHOS DE GATO.

⁹ Jasmim é o cachorro encontrado pela menina, no meio da mata, perdido e acuado, predicativos que se aplicam à menina também. OLHINHOS DE GATO estava brincando com ele, mas estava também escutando. E Boquinha de Doce perguntou-lhe: "Como é que se vai chamar?" Discutiu-se o nome. A criança queria que fosse "Jasmim". "Ai, um jasmim preto! — ria Maria Maruca — nunca na minha vida vi!" E troçando chamava-o: "Jasmim, Jasminzinho, anda cá, meu cheiroso Jasmim! ..." (p. 90).

adjetivo *negro* desempenha forte expressividade lexical, sugerindo ausência de vida. Para a protagonista, são memórias ruins, amargas e melancólicas. Há um *luto* para cada *negro*, ou, ainda, um *negro* para cada *luto*. As duas leituras são possíveis. OLHINHOS DE GATO está diante de um acontecimento irreversível, que marca e define sua infância.

Depois, o luto, sentimento constante em toda a narrativa:

E o olhar que se encontra com o seu está dizendo lá longe, onde o olhar é ainda pensamento: "**Luto, luto, luto, luto...**" (p. 10, grifos nossos).

O olhar é, portanto, distante, a mente pensativa e o coração parece estar destroçado. A menina projeta a dor para si mesma, quando o olhar e pensamento se fundem dentro dela. Ela está a pensar na partida da mãe, sentindo a dor (o luto).

Quando a menina procura o colo da ama, pois está com medo e insegura, o trecho conduz o leitor à cena do afeto, ternura e da atmosfera da tranquilidade antes do ninar no colo de quem se ama:

- Não te ponhas a pensar nessas coisas... Isso é **sono...** é **sono...** Encosta-se aqui... Ó...ó...ó... (p. 21, grifos nossos).

No capítulo 2, a poeta descreve o caminhar da vida pelas ruas do bairro em que OLHINHOS DE GATO morava. Sem dúvida, quando Cecília Meireles, mesmo que brevemente, apresenta ao leitor essas personagens, ela evidencia parte dos hábitos de uma dada época¹⁰. Alguns desses vendedores, como o carvoeiro, estavam acompanhados de seus inseparáveis companheiros: os burrinhos.

Os burrinhos, comuns à época para carregar as mercadorias que seriam vendidas, marcam a cena de forma pontual: a vida parece acontecer no mesmo ritmo preguiçoso que se assemelha aos adjetivos que qualificam o burrinho do carvoeiro. Essa repetição dá à descrição da cena um alto grau de afetividade. O narrador mostra como a menina nutre afeto pelo animalzinho:

¹⁰ O carvoeiro, gritando: "*Éh! carvão!...*", as criadinhas, *risonhas*, a turca do bazar, *carcamana*, o verdureiro, *com as mãos e os pés grossos e vermelhos*, o peixeiro, *feio, áspero e escuro*, o comprador de ferro velho, gemendo: "*Tchumbo, metale, cama velha...*", o mascate, batendo dois paus nas mãos: "*É-renda de linho!*", o amolador, *que silvo tão alto!*, o moleque da cana, o angueiro, o sorveteiro, cantando: "*Sorvetinho, sorvetão...*" os garotos da rua, os carroceiros, etc. Muitos desses personagens marcam uma dada época, em que os vendedores, por exemplo, iam de porta em porta 'ganhar o pão'. Outros, ainda, como o lixeiro, o garrafeiro e o laranjeiro *pareciam trabalhar duramente*.

E, de longe, cansadinho e calado, chega o **burro** do carvão...chega o **burro** da água...(...) O carvoeiro grita umas duas vezes com a sua voz do mato: “Eh! Carvão!... Carvoeiro? (...) E o **burro** espera, amarrado numa árvore, mascarando um capinzinho dali de perto (...) Mas o burrinho é outra coisa. O **burrinho** vê-se logo que é gente encantada. Mesmo assim como **burro**, parece-se imensamente com uma menina de trancinhas duras (...) Ah! O **burrinho**, mesmo sem as flores, é muito mais bonito que o cavalo, é mais bondoso (p. 32, grifos nossos).

No capítulo 3, a temática se volta à cena do velório de *Mãos de prata*. Nele, os raminhos desenhados no lenço ganham evidência:

Desviaram um lencinho de seda enfeitado de **raminhos** roxos. Oh! Os **raminhos** ela está vendo: durinhos, na seda, com folhinhas e flores... “Beije a mamãe.” O rosto era duro e frio (...) (p. 83, grifos nossos).

Como é esperado, nos velórios, há muitas flores, pois essa é uma forma carinhosa e respeitosa de se despedir. O ambiente parece estar carregado pelo cheiro morno¹¹ das flores e o lenço que OLHINHOS DE GATO usa é adornado com *raminhos*, o que, sem dúvida, remete o leitor a um ambiente de grande dor e luto.

Antunes diz: “outro aspecto ligado à questão da repetição de palavras pode ser considerado: *os pontos em que tais repetições se localizam ou se distribuem ao longo do texto*” (2014, p. 66, grifos da autora). De acordo com ela, a disposição gráfica, ou seja, a quantidade de vezes que determinada unidade léxica aparece em um mesmo parágrafo, conta bastante para conduzir o leitor a uma dada unidade temática.

No capítulo 4, uma das agregadas, Có, veste OLHINHOS DE GATO. É interessante notar como a palavra *calcinhas* aparece de forma reiterada, o que dá à cena uma significativa preocupação em deixar a menina sempre muito bem vestida, asseada:

Camisolinha! ... Vestidinho de renda! ... **Calcinha** nova! ... (...) Assim falando, iam metendo a criança nas **calcinhas** novas (...) Pois não é que Có sabia fazer pela beira das **calcinhas** aquele desenho com linha (...) (p. 85, grifos nossos).

No capítulo 5, a palavra *solidão* retrata de forma precisa como a menina lidaria com as inúmeras perdas de seus entes. OLHINHOS DE GATO se sente sozinha quase toda a narrativa,

¹¹ Interessante a sinestesia (olfato e tato) empregada por Cecília Meireles para fundir o odor da transpiração humana àquele exalado pelas flores expostas no velório.

mesmo estando quase sempre acompanhada por alguém. A solidão não deixa de se fazer presente na vida da protagonista:

Solidão, solidão... Acumulam os dias **solidão** (p. 92, 2015, grifos nossos).

OLHINHOS DE GATO, no capítulo 6, vai à casa do padrinho, *Orelhinha Peluda*. A memória mais latente que a menina tem do padrinho é a quantidade de pelos que ele tem em suas orelhas e no corpo. A protagonista, certamente, guarda uma imagem muito clara acerca dele:

E você também vai ficar de orelhas **peludas**? (...) Na verdade, os dedos eram **peludos** também. E o queixo acabava em cavanhaque. A própria voz era **peluda**. De vez em quando, afastando os **pelos**, ouvia-se o pigarro: “Gqran, gqran...” Mas nada disso impressionava tanto como aquele **pelo** das orelhas que vinha lá de dentro da cabeça, lá de dentro da vida, num tudo cerrado, como restos de uma estranha vegetação... (p. 103, grifos nossos).

No capítulo 7, o leitor é apresentado, mesmo que brevemente, à vizinhança em que OLHINHOS DE GATO vivia. Nela, os gatos parecem ser importantes, pois aparecem com frequência. Muitas vezes as pessoas que cercavam a menina estavam ocupadas, então, uma forma de se distrair é observar os movimentos dos gatos. O narrador, ao descrever os diferentes comportamentos dos bichanos, acaba por espelhar os comportamentos da menina, como se ela estivesse olhando para dentro de si, porque, da mesma forma com que os gatos oscilavam de temperamento, OLHINHOS DE GATO parecia ser igual.

Pôs-se a fazer “caminhas de **gato**” nos dedos dos pés. *Dentinho de Arroz* não chegava. Maria Maruca não se ocupava dela. *Boquinha de Doce* tinha tanta mas tanta coisa que fazer, (...). Um dia, eram os **gatos** pretos: chegavam tranquilamente, sem estranheza, (...) Mais tarde, despontavam finos miados, tímidos e inquietos surgiam **gatinhos** novos amontoados pelo cantos. (...), e vinham outros **gatos** – e eram os malhados, e eram os amarelos – e vinham novos **gatinhos**... e assim por diante (p. 112-113, grifos nosso).

Nos capítulos 8 e 9, o narrador dá ênfase ao baile de carnaval. Então, nada mais característico do que os *sacos de talagarça* e os *confetes*, que deixam as ruas coloridas e as crianças sempre felizes. Essas palavras são recorrentes¹² ao longo das páginas desses dois capítulos:

¹² Embora estejamos analisando as repetições intencionais de palavras nocionais, há, neste capítulo, verbos que aparecem com alta recorrência e que denotam pontualmente os movimentos tipicamente feitos nos bailes de carnaval: **sacudindo** pandeiros, **sacudir** de guizos, sorriam e **atiravam** beijos, **atiravam** beijos **sorrindo**, moças **atiravam** beijos, **sorrindo** (p. 124-131, grifos nossos).

As meninas debruçavam-se para fora das janelas, e balançavam na rua **sacos de talagarça**, com **confete** vermelho ou verde. (...) As meninas puxavam para cima os **sacos de talagarça**, e soltavam punhados de **confete** que o vento desbaratava em cores vivas. (...) Os garotos espertos amontoavam no chão, pelas esquinas, o **confete** caído junto com pontas de cigarro e papéis velho (p.124-128, grifos nossos).

No capítulo 10, o narrador insere o leitor dentro de uma cena cinzenta. Antes de a tempestade acontecer, muitas nuvens são colocadas nas páginas e na descrição do que seria um grande temporal, em que pessoas e animais ficariam acuados, como OLHINHOS DE GATO, boa parte da prosa:

Mas, de repente, tudo entristece. Numa secreta noite, tudo isso se desmancha, e o que existia na véspera já não se encontra mais. **Nuvens**, só **nuvens**, tudo **nuvens**. O céu forrado de **nuvens**, as montanhas vestidas de **nuvens**, as árvores enroladas em **nuvens**, as casas cobertas de **nuvens**, os quintais transbordantes de **nuvens** (p. 139, grifos nossos).

São tantas nuvens que o leitor, de forma gradual, vai se sentido envolvido por uma atmosfera carregadamente nebulosa, assim como eram os pensamentos de OLHINHOS DE GATO. É interessante notar como os adjetivos (*forrado, vestidas, enroladas, cobertas, transbordantes*) desempenham papel relevante nessa intensificação no emaranhar o leitor dentro desse ambiente sombrio: gradativamente, as nuvens vão ganhando volume e, assim, tomando conta de tudo.

No capítulo 11, o narrador descreve a chegada de uma berlinda de *coupé*¹³. Com ela, os cavalos estavam adornados a ponto de o leitor quase conseguir enxergar a luz que emanava dos artefatos presentes nas cabeças dos animais:

Brilhava uma **estrela** na testa do cavalo. Brilhavam duas **estrelas**. Brilhavam todas as **estrelas** e os arreios cobertos de guizos de prata (p. 146, grifos nossos)¹⁴.

¹³ Carruagem de dois assentos e quatro rodas, mais estreita do que os coches, e com muitos ornatos.

¹⁴ Cecília Meireles usa desse efeito da repetição em outros trechos da prosa e como recurso gráfico para acentuar uma descrição. No capítulo 2, o mais longo da prosa, a poeta escreve: **Um pingo** d'água no telheiro da cozinha. **Outro pingo. Muitos pingos**, nítidos, flores, como moedas tinindo (p. 57, grifos nossos). Nesse trecho, os pingos se avolumam e, assim, o barulho se intensifica, sendo comparado ao tinir dos metais.

No capítulo 12, Cecília Meireles relata, por meio dos olhos atentos do narrador, a forte ligação que a menina tinha com a natureza¹⁵. OLHINHOS DE GATO parece se entregar verdadeiramente em duas situações: quando está aninhada no colo da avó ou da ama e, também, quando tem a chance de sentir a natureza. Como se fosse uma extensão¹⁶ do corpo e da mente da protagonista, ela parece se entregar profundamente:

Tão bom! Tão bom resvalar do colo para a **terra**, e abrir os braços (...) Tão bom, perto da **terra**! Por cima da **terra**... por dentro da **terra**... (p. 162, grifos nossos).

Há, neste capítulo, muitas palavras que denunciam a forte relação da menina com a natureza: *chão áspero, grãos de areia, penugem das ervas, os cogumelos de frágil carne rósea, folhas ovais do cajueiro*¹⁷, *pé da laranjeira*, etc.

Por fim, no último capítulo, em que OLHINHOS DE GATO tem as madeixas cortadas e, com isso, perde algumas regalias, o narrador permite que o leitor possa reconstruir uma das cenas mais importantes da prosa: a transição de fases da protagonista, que é metaforizada por meio dos cabelos que lhe são decepados.

Cecília Meireles usa muitas palavras que fazem o leitor visualizar todo o percurso feito pela menina ao sair de casa, chegar ao salão, ter as madeixas cortadas, ter o cabelo recolhido pelo barbeiro e quando de seu retorno a casa.

Por que seria que resolveram cortar-lhe os **cachos**? (...) cortar o **cabelo** às crianças para, quando crescerem, terem uma **trança** até os calcanhares? (...) “E tragam-me para casa os **cachinhos** cortados! Não se esqueçam!” Então, descendo a rua, a menina passou a mão melancolicamente pelo **cabelo**. **Cabelo** alourado, fino como o dos recém-nascidos e encaracolando-se sozinho (...) “Vai ficar muito bonitinha, de **cabelo** cortado”. (...) “Os **cachos** são para levar para casa”. (...) nos **cachos** em que a luz despertava umas levezas de ouro claro. (...) Recolhia cada **cacho** na palma da mão, (...) O moço colocou os **cachos** cortados na prateleira, e (...) Por cima do pano, desde os ombros até as suas mãos, rolavam pedacinhos de **cabelo** cortado, que (...) E esfregando-lhe o **cabelo**, misturando-o bem entre os dedos, perguntava-lhe: “Gosta do cheirinho, hein? Maria Maruca, ao entregar-lhe o dinheiro, perguntou: “O sr. não tem um papelzinho para embrulhar os **cachos**?” (p. 168-172, grifos nossos).

¹⁵ Cecília Meireles, desde muito cedo, apaixonou-se intensamente pela natureza.

¹⁶ Nem sempre, contudo, Cecília permanece contemplativa perante o mundo exterior. Por vezes integra-o ao mundo interior, numa identidade cujo resultado é a fusão entre poeta e natureza (GOLDSTEIN & BARBOSA, p. 101, 1982).

¹⁷ O avô de OLHINHOS DE GATO é saudado nessa prosa. Ele é enterrado ao pé de um lindo cajueiro, do qual ele sempre cuidou muito bem.

O leitor pode sentir o quão importante o corte de cabelo¹⁸ é para a menina, marcando, metaforicamente, uma significativa transição de fases. Agora, e depois de ganhar uma cadeirinha de vime da avó, OLHINHOS DE GATO iniciaria uma nova fase.

Considerações finais

Por meio das análises, foi possível verificar que o uso intencional de letras maiúsculas desperta no leitor reflexões acerca das mensagens pretendidas por Cecília Meireles sobre aqueles primeiros anos, logo após perder a mãe e os irmãos. Certamente, o leitor faz pausas quando se depara com cada um dos usos dessas letras maiúsculas, tentando desvendar quais foram as intenções projetadas pela poeta ao escrevê-las. No que se refere ao uso reiterado de *lexias* dentro de um mesmo parágrafo, ou em parágrafos próximos, Cecília Meireles permite que a narrativa descreva não apenas a história central: o luto vivido pela menina ao perder mãe, mas conduz o leitor às diferentes cenas que são narradas junto ao tema central, que permitem que ele (o leitor) saiba mais acerca das personagens, dos costumes locais do Rio Janeiro em 1920, dos hábitos da família de OLHINHOS DE GATO, além de distanciar OLHINHOS DE GATO e o leitor de cenas em que há sempre muita dor e luto.

Quer seja pelo uso das letras maiúsculas, quer pela inserção de palavras repetidas de forma concentrada, a poeta consegue tocar o leitor e fazê-lo entender as outras mensagens presentes em cada um dos treze capítulos de uma obra que fala majestosamente sobre o efêmero e o eterno, o ganhar e perder, o alegrar-se e o entristecer-se.

Acreditamos ter explorado, mesmo que de maneira breve, alguns pontos iniciais para futuras reflexões acerca da importância que certos recursos podem desempenhar dentro de um texto. Por um lado, as maiúsculas fazem o leitor refletir acerca das intenções da poeta; as repetições, por sua vez, mostram cenas (narrativas) paralelas à central, possibilitando, assim, uma *quebra* intencional, que deixa a narrativa, de certa forma, mais leve e mais interessante/abrangente ao mostrar ao leitor tantas outras pequenas histórias que marcaram a vida de OLHINHOS DE GATO naqueles primeiros anos de infância.

¹⁸ Acredita-se que os cabelos, assim como as unhas e os membros de um ser humano, possuem o dom de conservar relações com esse ser, mesmo depois de separados do corpo. Simbolizam suas propriedades ao concentrar espiritualmente suas virtudes: permanecem unidos ao ser, através de um vínculo de simpatia. (...) Daí, igualmente, o hábito existente em muitas famílias de conservar cachos de cabelos e os primeiros dentes de leite. Na verdade, essas práticas significam mais do que o simples desejo de perpetuar uma recordação: elas revelam quase uma vontade de fazer sobreviver o estado da pessoa a quem esses cabelos pertenciam (CHEVALIER, GHEERBRANT 1988, p. 153, grifos nossos)

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Irandé. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2014.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípio da técnica de editoração**. 2. ed. rev. e ampl. Revisão e atualização: Briquet de Lemos. Prefácio: Antônio Houaiss. [São Paulo]: Unesp; [Rio de Janeiro]: Lexikon, 2008
- AULETE, Caldas. **Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**: Dicionário Caldas Aulete, vs online, acessado em 20 de setembro de 2020.
- BUENO, Silveira. **Estilística Brasileira: o estilo e a sua técnica**. Edição Saraiva, São Paulo: 1964.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva et al. 3. Ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.
- GOLDSTEIN, Norma Seltzer e BARBOSA, Rita de Cássia. **Literatura Comentada: Cecília Meireles**. Abril Educação, 1982.
- LUFT, Celso Pedro. **As letras maiúsculas**. In: _____. Grande manual de ortografia globo. Supervisão de Lya Luft; organização: Marcelo Módolo; consultoria técnica: Mário Eduardo Viaro. 2. ed. rev. e atual. 2ª impr. São Paulo: Globo, 2007, p. 93-97.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- MEIRELES, Cecília. **Olhinhos de Gato**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2015.
- SILVA, José Pereira. **O uso de letras maiúsculas e/ou minúsculas**. In: XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, vol. XIX, nº 1, Fonética, Fonologia, Ortografia e Política Linguística. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/07/019.pdf. Acesso em 20 de set. de 2020.

Por uma língua “natural e neológica”: formações neológicas em *Poesias reunidas e Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald Andrade

Dafne Rodrigues Alvares de Castro

Introdução

O fenômeno neológico é natural de todas as línguas e se caracteriza por uma necessidade de nomeação de seres, objetos, fenômenos, fatos culturais e conceitos. Às vezes, essa necessidade é sanada a partir de uma nova forma, constituída por meio de processos de formação de palavras, outras vezes, pela ressignificação de uma forma já existente no sistema linguístico¹. Desse modo, pode-se afirmar que o processo de criação lexical é inerente ao sistema linguístico e ao desenvolvimento da sociedade, por isso, trata-se de um processo natural de evolução da língua.

Alves (1990), ao abordar a questão neológica por um viés social e discursivo, afirma que o acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Isso significa que novos itens lexicais são inseridos no sistema por meio do uso. Em contrapartida, a autora reforça que outras unidades lexicais vão caindo em desuso, também por um processo natural de atualização do sistema. Nesse sentido, novos itens (os neologismos) são incluídos na língua, enquanto itens que perdem utilidade comunicativa (os arcaísmos) vão sendo banidos do sistema pela falta de uso.

Cabré (2015) afirma que o fenômeno da neologia é relativo e sincrônico e que é impossível dissociá-lo do discurso, já que os neologismos são produzidos em uma situação determinada. A autora constata ainda que, posteriormente, o novo elemento tende à estabilidade, podendo ou não se integrar à língua. Com essa afirmação, coloca-se em evidência o objetivo primário do fenômeno: facilitar e garantir a comunicação. Nesse caso, é possível notar que os recursos neológicos estão sempre a favor da expressão.

Entretanto, ao se analisar o uso de recursos neológicos em textos literários, observa-se tendência contrária. Muitas vezes, a unidade inédita não é retomada em outros contextos e raramente passa a integrar o léxico do idioma. Nota-se, a partir disso, que a neologia, nesse caso, é empregada com objetivo diferente da neologia aplicada à linguagem como um todo. Na literatura, o intuito não é a nomeação ou a representação de algo novo, mas sim, o modo como se quer representar, a visão particular do escritor sobre o objeto ou conceito. Evidencia-se,

¹ Basílio (1980) chama o primeiro caso de neologismo sintático e o segundo de neologismo semântico.

então, que a necessidade literária não está na expressão, mas sim, na expressividade, na argumentação singular impressa pelo poeta/escritor a partir de uma criação satírica, jocosa, pejorativa ou enfática, por exemplo.

Cardoso (2018) difere produtividade léxica de criatividade léxica ao afirmar que esta dá-se de modo consciente a partir de um processo intencional de elaboração, enquanto aquela é inerente ao próprio sistema linguístico e é aplicada, normalmente, por processos inconscientes. Nesse sentido, a produtividade lexical estaria ligada à necessidade comunicativa, enquanto a criatividade lexical levaria em consideração o efeito estético, estilístico.

A neologia literária pode ser considerada uma maneira inédita de apresentar uma visão pessoal do mundo, diferente daquela conhecida socialmente. No entanto, é importante atentar-se ao fato de que a criatividade lexical, apesar de representar uma forma subjetiva de tratar a língua, não pode ser desvinculada de seu contexto social. “As transformações do léxico no decorrer de um período refletem o pensamento e a visão desse grupo. Logo, as criações de um autor mostram como se estrutura sua própria visão de mundo”. (CARDOSO, 2018, p. 196).

Ao se analisar obras literárias, deve-se sempre levar em conta o contexto de produção, já que os recursos expressivos empregados refletem a visão particular do autor, pertencente a uma sociedade de uma determinada época. O fenômeno neológico literário, portanto, deve ser encarado como um recurso de expressividade. A partir dessa afirmação, surge o seguinte questionamento: **como realizar estudo de unidades lexicais neológicas em um texto literário?**

Para responder a esse questionamento, uma seleção de textos de duas obras do poeta Oswald Andrade: *Poesias Reunidas* (1974) e *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1991) será apresentada e, a partir desse *corpus* de pesquisa, realizar-se-á análise léxico-semântica levando em consideração aspectos formais e semânticos das unidades neológicas e elementos do próprio discurso: contexto e objetivos discursivos do autor.

Se, de forma geral, para considerar algo novo é preciso opô-lo ao velho, no caso dos neologismos, é preciso estabelecer diferença entre a novidade e o que já é usual. Para isso, faz-se necessário estabelecer procedimentos metodológicos para que uma unidade seja reconhecida como nova. O procedimento adotado neste trabalho está baseado no princípio de *corpus* de exclusão.²

² Segundo esse princípio, são consideradas neológicas as unidades lexicais que não estão presentes em um conjunto de obras de referência definido previamente, em geral obras lexicográficas. Para o presente trabalho, consideramos como *corpus* de exclusão o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001).

1 Neologia e modernidade: formações neológicas e estilo oswaldiano

A Semana de 22 foi um marco no que diz respeito à quebra de padrões estéticos e sociais. Nas artes, percebe-se, nitidamente, a identificação dos artistas brasileiros com os movimentos de vanguarda europeus. A literatura, por sua vez, não fica à margem dessa influência, manifestando, em sua estética e composição, um estilo inovador, que de certa forma, quebra a norma “cultura”. É nesse contexto artístico, cultural e social que se molda o estilo revolucionário de Oswald Andrade que, adaptando estéticas visuais das artes de vanguarda, acaba por criar uma linguagem singular.

Do cubismo, Oswald aproveita-se da suposta simplicidade das formas (optando por um estilo sintético) e da multiplicidade de perspectivas (ao apresentar realidade multifacetada, cujo enredo é representado em “flashes”, como em *Memórias Sentimentais de João Miramar*); já do futurismo, o autor capta o rompimento com a sintaxe padrão (perspectiva defendida pelo Manifesto Futurista, de Marinetti). Em muitas obras do autor, observa-se a quebra da sintaxe habitual pela justaposição de palavras, o que evidencia a opção do autor pela descontinuidade no lugar da ligação.

Dos princípios dadaístas de Marcel Duchamp, Oswald Andrade aproveita o conceito de *ready-made* plástico (conceito em que objetos prontos e acabados eram ressignificados e classificados como obras de arte) para inovar sua produção literária a partir do que Campos (1974) chama de *ready-made* linguístico. O autor afirma que a poesia de Oswald de Andrade acusa duas vertentes: a *destrutiva*, dessacralizante, e a *construtiva*, que rearticula os materiais. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que destrói o velho e “tira do pedestal” os antigos padrões, constrói algo novo a partir da ressignificação.

Daí a importância que tem, para o poeta, o *ready made* linguístico a frase pré-moldada do repertório coloquial ou da prateleira literária, dos rituais quotidianos, dos anúncios, da cultura codificada em almanaques. "A riqueza dos bailes e das frases-feitas", como está no "Manifesto Pau-Brasil". O *ready made* contém em si, ao mesmo tempo, elementos de destruição e de construção, de desordem e de nova ordem (CAMPOS, 1974, p. 29).

Nunes (1979) adverte para a participação ativa do autor na construção de uma literatura nacional, em resposta àqueles que achavam que Oswald seria muito *afrancesado*. O autor afirma que Oswald, ao criar o Manifesto Antropofágico, pretendia criar uma poesia brasileira de exportação, que não apenas exaltasse a cultura nacional como também a tornasse reconhecida e respeitada no exterior.

É evidente que diante de tanta inovação, as escolhas lexicais realizadas pelo autor corroborem a tentativa de romper com a norma e padrões vigentes, visando à construção de

um estilo inédito a partir da ressignificação do antigo. Para isso, o autor vale-se, muitas vezes, de neologismos literários para implementar o novo.

No estilo oswaldiano, está impressa linguisticamente - não apenas no uso inovador da língua, como também na abordagem do tema - a reivindicação de uma língua viva e popular. Oswald (1991), ao defender a modernidade e lutar por uma língua “natural e neológica”, nas palavras de Campos (1974), toma consciência do processo de atualização da língua e de todo o sistema de comunicações, que se dá, principalmente, após a Revolução Industrial.

Campos (1974), de forma literária e expressiva, ao descrever a poesia de Oswald, esclarece que o autor reivindica o uso de um português brasileiro com todas as suas variantes regionais e coloquiais e que reforça a ideia de que o português brasileiro não pode ser uma réplica do modelo lusitano, como queriam fazer crer os puristas.

Se há em Oswald uma reivindicação, por uma "língua sem arcaísmos", "natural e neológica", pela matéria oral e fatural, pela "contribuição milionária de todos os erros", esta não se esgota na alforria do português falado no Brasil, miscigenado no trepidante caldeirão racial de São Paulo, da tutela dos puristas, que lhe queriam impor os estalões lusitanos da expressão castiça e lhe pretendiam embargar o acesso ao panteão reservado da literatura escrita. O roteiro oswaldiano tem mais longo alcance, maior conteúdo prospectivo. (CAMPOS, 1974, p. 51).

A partir disso, pode-se afirmar que, além de defender a ideia de língua “natural e neológica”, Oswald também emprega unidades neológicas em sua poesia, corroborando assim a ideia de que a língua é viva e que o falar popular a transforma a todo momento. A criatividade lexical do autor é bastante vasta, sendo composta por neologismos sintáticos e semânticos. O escritor possui um repertório bem variado de unidades lexicais neológicas em suas obras, que representam diferentes processos de formação: derivação, composição, neologismos formados por empréstimo³ etc. Algumas dessas unidades serão analisadas a seguir.

2 Estudo de caso

O *corpus* selecionado para a análise foi retirado de duas obras de Oswald Andrade: (1) *Poesias Reunidas* (1974), que inclui o Primeiro Caderno do escritor e (2) *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1991), romance modernista que não obedece ao estilo composicional do gênero, apresentando capítulos inteiros em versos.

³ Processos de formação nomeados por Alves (1990).

Do primeiro livro, será analisada a poesia *Bonde* (p. 106), enquadrada em sua série de poemas-comprimidos; já do segundo, os capítulos *77 Meses Fazendeiros* (p. 71) e *146 Verbo Crackar* (p. 97) servirão como objetos de estudo⁴.

2.1 *Bonde*

O transatlântico mesclado
 Dlendlena e esguicha luz
 Postretutas e famias sacolejam

O poema *Bonde* compõe uma série de poemas-comprimidos em que o poeta opta pela redução e pela síntese para expressar sua visão sobre a vida e sobre a sociedade de forma geral. Nesse caso, o poema faz parte da série “São Martinho”, na qual o poeta tem como foco os elementos rurais.

Entretanto, o que fica em evidência, nesse caso, é o processo de urbanização das cidades. No poema, o bonde elétrico representa a mudança nos meios de transporte, originária do crescimento e urbanização das cidades. Essa transição coloca em foco as mudanças sociais relacionadas ao modo de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que reflete as diferenças entre as classes sociais, fator que pode ser comprovado a partir da equivalência semântica entre a unidade “bonde” e a expressão “transatlântico mesclado”.

No poema, a expressão é empregada como parassinônimo de “bonde” por um processo metafórico. Para descrever o transporte urbano, o poeta utiliza a unidade “transatlântico” (transporte náutico de alto padrão), acrescentando a ela outra unidade com valor adjetival, “mesclado” (fazendo referência à mistura de pessoas: raças, etnias, profissões etc.). Mescla que, ao longo do poema, passa a ser representada pelas unidades “postretutas” e “famias”. Observa-se, a partir disso, a criação de um neologismo composto por subordinação em que a primeira unidade (“transatlântico”) é especificada pela segunda (“mesclado”).

Outras unidades que, apesar de não se enquadrarem necessariamente como neologismos, devem ser levadas em consideração porque representam construções incomuns, são “prostretutas” e “famias”, as pessoas que são transportadas pelos bondes. Nota-se, pois, nesse caso, a tentativa do autor de representar o falar popular daquele contexto: a linguagem usada por moradores dos arredores de um porto, o que faz crer que o desvio gráfico seja uma tentativa de representação fonética de uma mistura de línguas. Campos (1991) denomina “erro”

⁴ A seleção do *corpus* levou em conta o aparecimento de unidades lexicais neológicas e sua contribuição como recurso de expressividade.

criativo esses desvios intencionais de Oswald, pois a transgressão da norma dá-se intencionalmente com o intuito de representar o uso da língua pelos falantes.

Outra unidade lexical que leva em consideração os fonemas é o neologismo “dlendlena”. O verbo “dlendlenar” foi criado pelo autor, possivelmente, a partir da unidade onomatopaica “dlen dlen”, que representa o som do sino do bonde.

Para Alves (1990), as onomatopeias fazem parte dos neologismos fonéticos e são as únicas criações lexicais formadas por processos de formação não arbitrários, pois se baseiam na tentativa gráfica de reprodução de um som, o que impossibilita seu caráter imotivado. Oswald, no entanto, não cria uma nova onomatopeia, mas sim, utiliza-se de uma já existente para criar um novo verbo, atribuindo à onomatopeia características das formações verbais: desinências número-pessoal (3ª pessoa do singular) e modo-temporal (presente do indicativo).

2.2 *Meses fazendeiros*

Celiazinha no colo da Maria portuguesa abria primeiros olhos para a vaca da escada matinal e depois passo a passo para o pomar dos trópicos inchados.

Célia monotocava shimmys e Mozart no piano bandolim da sala de jantar entre as paisagens iguais das janelas.

E os dias ronronavam a máquina surda de café com o sustenido nostálgico da serraria araponga.

Colônia bodes botados hóspedes rústicos na manhã.

Meios porcos invadindo telhas vãs de cozinha com jabuticabas e gatos esfomeados.

Siás donas e lentidões de negros.

Italianos de pé no chon e santuários empetecados e milagrosos.

E homens e mulheres a pé e a cavalo nas estradas enferrujadas pelo sol lavrador.

O capítulo *Meses fazendeiros* compõe o romance modernista de Oswald intitulado *Memórias Sentimentais de João Miramar*. Nesse capítulo, o autor investe na descrição de um ambiente de fazenda. Trata-se da fazenda de café Nova Lombardia, local onde os protagonistas Miramar e sua prima Célia passam um tempo logo após o nascimento de Celiazinha, filha do casal.

Nesse fragmento do romance, nota-se o uso das unidades “siás” e “chon”, novamente, como uma tentativa de representar o falar popular. Nesse contexto, entretanto, o objetivo é, respectivamente, (1) a imitação da fala dos negros alforriados que, mesmo após a assinatura da Lei Áurea, continuaram a trabalhar nas fazendas e a se dirigir assim às donas da casa grande e (2) a representação do sotaque dos italianos que, após a Primeira Guerra, fugindo da miséria e da devastação, vieram para o Brasil trabalhar nas fazendas de café. O trecho em que essas duas

unidades foram empregadas representam a troca da mão de obra escrava dos negros pela mão de obra barata dos italianos entre os séculos XIX e XX.

Criação neológica que merece destaque é a unidade “monotocar” (“monotocava”), formada pelo prefixo grego “mono-” (um) e a forma verbal “tocar”. A nova formação verbal, possivelmente, foi criada para transmitir a ideia de que Célia tocava, apenas, um instrumento musical, o “piano bandolim”, instrumento inventado que também pode ser considerado um neologismo literário. A unidade composta (formada por duas unidades que representam semanticamente dois instrumentos totalmente distintos), nessa composição coordenativa, constitui um único instrumento, que representa a relação entre o velho e o novo. As unidades “piano” e “Mozart” refletem o antigo, o clássico e as unidades “bandolim” e “shimmys” simbolizam novidade, o moderno.

Ao se analisar a formação do composto neológico “piano bandolim” é possível afirmar ainda que, ao criar um composto neológico a partir de uma composição coordenativa, – em que nenhuma das partes integrantes da unidade está subordinada a outra – o autor coloca em prática um de seus ideais literários: a desierarquização da gramática e da sintaxe.

2.3 Verbo crackar

Eu empobreço de repente
 Tu enriqueces por minha causa
 Ele azula para o sertão
 Nós entramos em concordata
 Vós protestais por preferência
 Eles escafedem a massa

Sê pirata
 Sede trouxas

Abrindo o pala
 Pessoal sarado.
 Oxalá que eu tivesse sabido que esse verbo era irregular.

Também compondo capítulo de *Memórias Sentimentais de João Miramar*, o título desse poema é formado por um neologismo. Agora, o objetivo é descrever a falência da família de Miramar após a crise econômica mundial que afetou diretamente os produtores de café.

Para a constituição da unidade “crackar” tem-se duas hipóteses. A primeira é a de que o autor pode ter partido do próprio recurso onomatopaico “crack” (utilizado mundialmente para descrever a quebra da Bolsa de Nova York), transformando-o em verbo⁵. Nesse caso, a onomatopeia passaria por um processo de transformação a fim de descrever como a quebra da

⁵ Processo semelhante ao da unidade “dlendlena” na poesia *Bonde*.

Bolsa de Valores comprometeu os bens e as finanças da família de Miramar. A segunda é a de que o autor tenha partido do próprio verbo em inglês “crack”, que já apresenta como significado dicionarizado a acepção de *falir, ir à falência*. Nesse caso, o autor aproveitar-se-ia da forma e do sentido da unidade e a inclusão do sufixo “-ar” passaria a transmitir dinamicidade.

Ao longo do poema, é nítida a relação entre a unidade “crackar” e outras unidades lexicais do universo da falência. Nos seguintes trechos: “eu **empobreço**”, “ele **azula** [...]”, “nós entramos em **concordata**”, “vós **protestais** [...]”, as unidades em destaque comprovam a situação econômica delicada da família de Miramar.

Como já dito anteriormente, as onomatopeias são usadas para representar graficamente fenômenos sonoros. Nesse caso, “crack” é a tentativa de representação do som de algo material se quebrando. A unidade, ao ter seu significado ampliado para *quebra econômica* passa por um processo metafórico. Entretanto, no poema de Oswald, pode haver ainda outro processo envolvido em “crackar”, o de particularização da metáfora.

Ao transformar uma expressão já ressignificada - que indica uma *quebra financeira mundial* - em verbo, o autor particularizaria a ação de quebrar. Desse modo, a onomatopeia que, até então, era usada para nomear um acontecimento mundial, sofreria um processo de singularização ao receber as desinências verbais e, com isso, passaria a representar uma ação exclusiva⁶ da família de Miramar, a de entrar em falência.

Entretanto, se se considera que o autor partiu diretamente do verbo em inglês para caracterizar a falência da personagem, o processo de particularização da metáfora seria invalidado, pois já é possível encontrar em obras lexicográficas o verbo empregado com o sentido de *falir*.

É possível notar também que “crackar”, empregado nesse contexto, produz dinamismo e transmite a ideia de agilidade. A quebra econômica da família foi brusca, inesperada, imediata, assim como a narrativa, que também se apresenta de maneira concisa e lacunar: os pronomes vão sendo conjugados nos versos de forma veloz. Além disso, o primeiro verso é constituído pela expressão “de repente”, o que reforça a ideia de um acontecimento abrupto e acidental.

Considerações finais

A partir da análise do *corpus*, é possível observar como o fenômeno da neologia literária é empregado para favorecer uma perspectiva artística e uma visão de mundo, não podendo, pois, ser comparado aos neologismos da língua comum. Enquanto o objetivo da neologia da

⁶ O emprego da palavra “exclusiva”, nesse caso, justifica-se pelo fato do termo “crackar” não ser usado para designar falência em nenhum outro contexto.

língua é contribuir para a comunicação, surgindo, muitas vezes, a partir da necessidade da nomeação de algo novo, a neologia literária tem por objetivo contribuir para a criatividade lexical. Às vezes, apenas um novo sentido é atribuído a uma forma léxica já conhecida, por outras vezes, a forma também é inusitada e o autor utiliza-se dos mais variados processos de formação de palavras para compor a nova estrutura léxica.

No caso de Oswald, seu estilo inovador é composto por vários recursos que rompem com as normas gramaticais e o autor, “abusando” de sua licença poética, não apenas quebra com a sintaxe padrão, apresentando sentenças justapostas: sem uso de conectivos e termos “essenciais”⁷, como também inova ao criar novas formas e sentidos.

O uso da unidade “crackar”, por exemplo, pode configurar-se ao mesmo tempo em: (1) neologismo formal (a partir da transformação do recurso onomatopaico em verbo) e (2) neologismo semântico (a partir de um movimento que parte da generalização para a particularização). Partindo dessa hipótese, observar-se-ia que a onomatopeia “crack”, usada dentro do contexto de 1920 para indicar a “quebra” da Bolsa de Valores, representaria um processo metafórico (já que a unidade é originalmente usada para indicar a quebra de algo material) e, em seguida, por um processo de particularização, essa metáfora passaria de um significado geral: “quebra economia mundial”, para um particular “a falência de Miramar”, o que incluiria o termo “crackar” na categoria de neologismo literário.

Esse exemplo, retirado do último poema de Oswald Andrade, mostra nitidamente como os neologismos literários estão a serviço de uma necessidade artística e estilística. O autor, ao fazer uso dos mais variados processos de formação de palavras e ao modificar, ampliar ou particularizar o significado de uma unidade lexical ou expressão léxica já conhecida, almeja alcançar um determinado efeito de sentido, que inclui a representação – por meio de uma visão subjetiva - do mundo, dos sentimentos e das coisas.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: Criação Lexical**. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- BASÍLIO, Margarida. **Estruturas Lexicais do Português: Uma abordagem gerativa**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CABRÉ, Maria Tereza. *Bases para una teoría de los neologismos léxicos: primeras reflexiones*. In: ALVES, I M. & SIMÕES, P. E. **Neologia das línguas românicas**. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 79-107.

⁷ Utiliza-se a terminologia empregada na *Nova gramática do português contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra (2008) para designar “termos essenciais”, a saber: sujeito e predicado.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

CAMPOS, Haroldo de. “Miramar na mira”, In: Andrade, Oswald. **Memórias sentimentais de João Miramar**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1991.

CAMPOS, Haroldo de. “Uma poética da radicalidade”. In: Andrade, Oswald. **Poesias Reunidas**. Rio de Janeiro, 1974.

CARDOSO, Elis de Almeida. **O léxico no discurso literário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

NUNES, Benito. **Oswald Canibal**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Fontes

ANDRADE, Oswald. **Memórias Sentimentais de João Miramar**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1991.

ANDRADE, Oswald. **Poesias reunidas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Língua porca: o léxico sujo de Chuck Palahniuk – uma análise estilística sociológica

Mayke Suênio Soares Matias

A todos os conselhos de Spanbauer e Lish, eu apenas acrescentaria: Faça da linguagem sua vadia. (Chuk Palahniuk, *Consider this*)

Introdução

Chuck Palahniuk¹ (1962-) é a assinatura de Charles Michael Palahniuk, um autor estadunidense que tem uma produção literária considerada de mau gosto por alguns. Isso se dá tanto pelo fato de o autor lidar com temáticas não muito comuns, quanto por fazer a opção por uma linguagem mais seca, minimalista, violenta que abusa do mais reles e abissal teor escatológico e grotesco

Ken St. Andre, um dos críticos do romance *Assombro* (2005), tece comentários um tanto quanto negativos sobre a obra, dizendo que os contos do autor parecem “um catálogo de atrocidades” e que o livro é para aqueles que têm estômagos fortes:

“Palahniuk põe de lado todas as restrições nesta saga distorcida de antagonistas sem um protagonista. Os contos funcionariam se fossem vistos individualmente e em intervalos, mas juntos eles se tornam um catálogo de atrocidades. Palahniuk é um escritor inteligente e inventivo, mas este livro é recomendado apenas para leitores de bibliotecas públicas com estômagos fortes e disposições mórbidas” (ST. ANDRÉ *apud* MACCRACKEN, 2016, p. 23).

Já aqueles que tecem elogios ou se interessam por sua produção artística têm uma visão muito mais aguçada para o que Palahniuk escreve. É o caso de David MacCraken (2016, p.4), que afirma ser Palahniuk um importante autor contemporâneo cuja ficção transgressiva inevitavelmente estabelecerá seu lugar na tradição literária americana. É importante considerar, entretanto, que a obra do escritor é uma grande crítica ao sistema no qual estamos inseridos, ou seja, o capitalismo neoliberal de consumo, e que, além de chocar, tem um intuito maior: o de expor a ferida e diagnosticar o mal social da sociedade estadunidense (ou de qualquer sociedade que seja regida pelo mesmo sistema econômico).

Ao se analisar o conjunto da obra palahniukiana, percebe-se que tanto seus contos quanto seus romances apresentam traços estilísticos marcantes. Além da linguagem minimalista e seca e de suas escolhas lexicais particulares, destacam-se as repetições, tanto de palavras quanto de sentenças completas, a preferência por períodos curtos, a eliminação de verbos de

¹ Pronuncia-se “Póla-nic”.

pensamento e de verbos com teor abstrato (como *acreditar, amar, lembrar* etc.), a eliminação dos verbos *ser* e *ter* em seus diferentes modos, a preferência por verbos de ação, ativos ou físicos (como *chutar, agarrar, andar*), o uso abusivo do pronome pessoal de tratamento “você”. O autor trabalha com a linguagem de forma que ela reflita a perspectiva e a experiência da personagem (o discurso alheio), a ponto de o próprio narrador ser contaminado por ela em seu discurso

Este trabalho tem por objetivo focar nas escolhas lexicais do autor, em especial no seu ampliado “léxico baixo”, ou seja, seu uso abusivo de expressões de cunho grotesco, sexual/pornográfico e escatológico, um dos elementos mais significativos e importantes de sua produção artística e fator imprescindível para sua poética da ação conhecida por seus leitores e teóricos como *Ficção Transgressiva*. Em suas mãos essa linguagem grotesca deixa de ser um elemento desagradável e torna-se uma forma de falar acerca de problemas reais, que precisam ser enfrentados, seja chocando, enojando ou fazendo seu leitor rir. A transgressão funciona como uma espécie de véu escuro-transparente que encobre um problema social, permitindo um vislumbre do que está por trás. O léxico de cunho grotesco, escatológico e sexual/pornográfico é um dos fios desse véu que será analisado no conto *Tripas*, conto que faz parte do romance *Assombro* (PALAHNIUK, 2005 [2016]).

Tripas é o conto em que é apresentado o personagem Saint Gut-Free (São Sem-Pança/Santo Estripado). Trata-se de um dos contos mais famosos de Palahniuk, pelo fato de ter sido responsável por eventos coletivos de desmaios e polêmicas. A narrativa, à primeira vista em primeira pessoa, explana as tentativas de um adolescente de obter, por meio da masturbação, técnicas para se chegar a um orgasmo perfeito: “Um amigo meu, quando tinha 13 anos, ouviu falar de *pegging*. É quando o cara enfia um consolo na bunda. Dizem que se a próstata for estimulada com força suficiente, é possível ter um orgasmo arrasador sem usar as mãos” (PALAHNIUK, 2016, p. 20).

O culto hedonista e narcísico do prazer vai trazer ao personagem consequências inimagináveis e assim se desenrola a trama. Por trás da linguagem violenta, chula, que faz uso constante do baixo material corporal (e a mistura desses elementos causam um grande desconforto no leitor), há um problema real sendo tratado, um problema comum da contemporaneidade: a negação e o apagamento da sexualidade na adolescência. O fato de a sociedade parecer sentir vergonha de abordar tal assunto, ignorando-o, é o objeto de crítica da narrativa. Ao mostrar que os pais só estão preocupados em manter aparências, evitando falar de sexo, o autor revela a hipocrisia da família média estadunidense, não muito diferente da família tradicional brasileira, que está apenas preocupada com o que os outros vão pensar: “No fim das contas, o que acontece contigo nunca é o que te preocupa” (2016, p. 25).

O conto mostra preocupação em se ter uma imagem familiar perfeita, uma família nuclear que, apenas em sua fachada, tem integrantes bem estruturados: um pai provedor, uma mãe que cuida, um casal de filhos felizes e sadios (criados com base nos pilares da ideologia neoliberal de consumo, daquele que obtém sucesso pelo mérito), uma bela casa aconchegante, um cão. Mas, por trás de tudo isso, nas entranhas desse núcleo familiar, o que se verifica é raiva, vergonha, controle, humilhação, autoritarismo, desespero, silenciamento, apagamento, busca por atenção, horror. Esse é o assunto de *Tripas*. Palahniuk assim define a narrativa: “A história, chamei de ‘Tripas’. Superficialmente, a história é chocante, mas seu poder está em como retrata a alienação que sentimos quando nossa sexualidade em formação nos afasta de nossos pais” (PALAHNIUK, 2019, p. 109 – tradução nossa).

O conto tem o intuito de causar um certo grau de desconforto no leitor. Chuck Palahniuk adora causar reações físicas em seu leitor:

A maioria das histórias envolve a mente ou coração do leitor, seu intelecto ou emoções, mas poucas também atraem todo o corpo do leitor. Histórias que provocam uma reação física - horror, pornografia - são vistas como cultura inferior. Mas se você fosse meu aluno, eu perguntaria: por que uma história de alta cultura não pode envolver a mente, o coração e o corpo? (PALAHNIUK, 2019, p. 66 – tradução nossa)

Tal efeito só é possível graças às escolhas do campo léxico-semântico do grotesco (nele estão presentes o escatológico e o sexual/pornográfico), que estão disponíveis no universo social do artista. Cada palavra, considerando como ela é definida por Volóchinov (2019) e Medviédev (2016), está preenchida ideológica e valorativamente. As escolhas feitas por Palahniuk estão intrinsecamente relacionadas a essas avaliações sociais, não esquecendo, jamais, o papel importante e ativo do leitor no direcionamento dessas escolhas.

Dito isso, buscamos, neste trabalho, partindo da materialidade do discurso do conto *Tripas*, de Chuck Palahniuk, analisar como o autor constrói sua produção artística para alcançar sua finalidade estética. As escolhas lexicais permitem que Palahniuk apresente aos leitores, por meio de suas “pérolas metafóricas horripilantes”, os males causados pelo capitalismo neoliberal de consumo e as consequências do que se pode considerar uma espécie de atrofia cultural que tal sistema causa no indivíduo. O objetivo é, então, analisar os efeitos expressivos das escolhas lexicais do âmbito do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico do conto *Tripas*, partindo das discussões feitas pelo grupo de pensadores do Círculo de Bakhtin acerca da problemática que envolve a análise de uma obra de arte verbal. Com o apoio da *estilística sociológica* (ou *poética sociológica*), buscamos demonstrar como essas escolhas lexicais, que

não são utilizadas apenas com o simples intuito de chocar, constituem o estilo do autor, revelando sua visão de mundo.

1 A estilística sociológica e o léxico

Ao se analisar o conjunto das teorias desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin - Mikhail Bakhtin (1895-1975); Valentin N. Volóchinov (1895-1936); Pável N. Medviédev (1891-1938) - para a análise de um objeto estético, verifica-se que os pensadores desenvolvem um sistema metodológico denominado poética sociológica, ou metalinguística, ou Estilística Sociológica (para uma estilística do gênero romanesco).

Uma das preocupações de Mikhail Bakhtin (1895-1975) e seu Círculo de pensadores foi chegar a uma metodologia que abordasse o estilo com maior propriedade, considerando-o a base da comunicação artística:

[...]a comunicação artística mantém a sua peculiaridade: é um tipo específico de comunicação que possui uma forma única, própria a ela mesma. *Compreender essa forma específica da comunicação social, realizada e fixada no material da forma artística, é a tarefa da poética sociológica.* (VOLÓCHINOV 2019 [1926], p. 116)

O Círculo apresenta diferentes conceitos² para abordar a obra de arte verbal no seu todo pleno de sentido, considerando sempre os elementos que são, para os pensadores, indissociáveis: o conteúdo, o material e a forma³.

A composição do estilo de um objeto estético é condicionada, então, (não necessariamente nessa ordem, mas atuando concomitantemente):

- pelos gêneros discursivos;
- pelo enfoque do acabamento material dado pelo artista (sendo este material a palavra);
- pelo aspecto social e dialógico do enunciado concreto;
- pela inter-relação que há entre autor-criador – personagem/herói – ouvinte/leitor;
- pelas relações axiológicas e contextuais;

² Poética sociológica, metalinguística, estilística sociológica.

³ Citando Paulo Bezerra em sua nota para “A ciência da literatura hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*)” (BAKHTIN, 2017, p. 9) a metalinguística seria uma nova ciência “que é uma síntese da filosofia e da filologia num conjunto formado na fronteira entre a linguística, a antropologia filosófica e a investigação literária”.

Valentin Volóchinov, em *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica* (2019 [1926]), afirma que o discurso literário é indiscutivelmente relacionado com o discurso da vida cotidiana, pois a palavra é social e está ligada à vida. Logo, a linguagem da obra literária seria uma espécie de condensação dos valores e avaliações ideológicas que constituem a linguagem cotidiana, que constituem a vida. O teórico faz uma crítica a uma vertente da teoria sociológica marxista de seu período, utilizada somente para questões históricas, deixando de lado tudo aquilo que é referente ao campo da *poética teórica* – o estilo, os aspectos da obra, a forma composicional *etc.* –, gerando, assim, uma ruptura entre forma-conteúdo e teoria-história, esfacelando, então, elementos importantes da constituição artística. Para Volóchinov, “compreender essa forma específica da comunicação social, realizada e fixada no material da forma artística, é a tarefa da poética sociológica” (2019 [1926], p. 116). O autor declara que o enunciado da vida real, enquanto um todo pleno de sentido, compõe-se de duas partes: uma realizada verbalmente e outra subentendida, e afirma, também, que

Toda palavra realmente pronunciada (ou escrita conscientemente) e não adormecida no léxico é a expressão e o produto da interação social entre os três: o falante (autor), o ouvinte (leitor) e aquele (ou aquilo) sobre quem (ou sobre o quê) eles falam (a personagem). A palavra é um acontecimento social. (VOLÓCHINOV, 2019 [1926], p. 128)

Dessa forma, para que possamos compreender um enunciado, precisamos saber qual a *situação*, o *espaço* e o *tempo* em que ele ocorre (o “onde” e o “quando”), o *objeto* ou o *tema* de que trata o enunciado (aquilo de que se fala) e a *atitude* dos falantes em face ao que ocorre (as avaliações valorativas), ou seja, necessitamos do contexto extraverbal. Outro fator importante para o enunciado é a entonação, que é, segundo Volóchinov (2019, p. 82), social por excelência, assim como a parte gestual: a situação e o auditório determinam a entonação, realizando, assim, a seleção de palavras e sua disposição, dando a elas um sentido ao enunciado. Esse fundamento é importantíssimo, pois é no cerne dele que entramos em contato com a questão do estilo: a entonação é o condutor mais dúctil, mais sensível, das relações sociais existentes entre os falantes de uma dada situação – a entonação é a expressão sonora da avaliação valorativa social.

Dito isso, tocaremos em um ponto da materialidade discursiva, ao menos um dos elementos dessa materialidade: o léxico. Mais especificamente, lidaremos com os campos semânticos lexicais do âmbito do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico no conto de Palahniuk. Nesse conto, o léxico que compõe esses campos possui uma potência expressiva que ultrapassa o mero choque. Não se trata de despejar nas páginas do conto palavras baixas, mas de usá-las como um dos elementos de sua produção artística para alcançar a sua finalidade estética. Com o uso dessas palavras o autor desvela toda a hipocrisia velada do puritanismo da

família média estadunidense e as consequências prejudiciais causadas por esse mesmo puritanismo na constituição de um jovem que está na fase mais complexa de sua formação.

O campo léxico-semântico, segundo Cardoso (2018):

É uma seção do universo lexical na qual determinada face da experiência humana está organizada por meio de um número de vocábulos, e cada um desses vocábulos contribui para a delimitação do outro. Portanto, cada esfera da experiência organizada do homem resulta em um campo, e cada pessoa organiza as ideias e o pensamento de uma maneira. (p.126-127)

Para a análise dos campos léxico-semânticos do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico consideramos o fator ideológico do léxico e das escolhas lexicais, pois a obra de arte verbal é, para Volóchinov (2019 [1926]), “um condensador poderoso das avaliações sociais não ditas: cada palavra está repleta delas. Justamente essas avaliações sociais organizam a forma literária como sua expressão imediata” (p.131). Ou seja, aqui se verifica a importância que o aspecto social tem na criação artística, pois essas avaliações vão determinar a escolha da palavra pelo autor e a percepção delas pelo leitor:

O poeta escolhe as palavras não do dicionário, mas do contexto da vida, onde elas se segmentam e se impregnam de avaliações. Desse modo ele escolhe as avaliações relacionadas às palavras, sendo que isso ocorre do ponto de vista dos portadores encarnados dessas avaliações. É possível dizer que o poeta trabalha o tempo todo com o consentimento ou o não consentimento, com a concordância ou a discordância do ouvinte. Além disso, a avaliação também é ativa em relação ao objeto do enunciado, ou seja, o personagem. (VOLÓCHINOV, 2019 [1926], p. 131)

Para Volóchinov, “a escolha do conteúdo e da forma é um mesmo ato que afirma a posição fundamental do criador e nele se expressa uma mesma avaliação social” (2019, p. 134). O teórico afirma que a poética sociológica pode sim partir apenas da composição verbal pura ou linguística, mas não se fecha em seus limites. É importante que se entenda que o aspecto linguístico da obra se relaciona com o todo artístico:

Lá onde a análise linguística vê somente aspectos abstratos (fonéticos, morfológicos, sintáticos etc.), a percepção artística viva e a análise sociológica concreta revelam as relações entre as *peessoas*, que são somente refletidas e fixadas no material da palavra. **A palavra é um esqueleto, que ganha carne viva somente no processo de percepção artística e, por conseguinte, somente no processo da comunicação social viva.** (VOLÓCHINOV, 2019 [1926], p. 134-141 – destaque nosso)

2 Análise estilística do conto *Tripas*

Feito um breve levantamento teórico acerca da estilística sociológica, trataremos de analisar, apoiando-nos no pensamento do Círculo de Bakhtin, o conto *Tripas*, presente na obra *Assombro: um romance de histórias* (2007/2016 [2005], de Chuck Palahniuk. Objetivamos dar enfoque ao léxico de cunho grotesco, escatológico e sexual/pornográfico, buscando compreender como os efeitos expressivos das escolhas lexicais desse campo léxico-semântico são importantes para, na interrelação entre o ético e o estético.

No início do conto, percebe-se que o autor parece preparar o leitor para o que virá, pedindo que ele *inspire* (*Inhale*). E prossegue: “Pegue todo o ar que puder. Esta história deve durar tanto quanto você conseguir prender a respiração. Talvez um pouquinho mais. *Ouçá* o mais rápido possível⁴ (PALAHNIUK, 2016, p. 20). Os parágrafos iniciais estão justamente alertando o leitor para o pior que virá a quem prosseguir a leitura do conto.

O conto *Tripas* é dividido em três atos com um ritmo marcado. Seguindo num crescente, começa leve e vai tendo a tensão aumentada, até o leitor ter breves momentos de alívio. É como se o leitor mergulhasse em uma piscina, segurasse a respiração, subisse para pegar um pouco de ar e mergulhasse de novo, voltasse para respirar, mergulhasse de novo e segurasse a respiração por mais tempo, até emergir uma última vez e ter a sensação de alívio, esse é o efeito físico, que se associa ao ato masturbatório, causado pelo término da leitura. Esse efeito só é possível graças às escolhas lexicais feitas pelo autor. E essas escolhas nos causam diferentes sensações físicas: desde o riso, o nojo, até o mais alto grau de angústia e desespero.

Na parte final do conto, o jovem narra com muitos detalhes o que ele vê e sente quando percebe que seu intestino está preso no filtro de sucção da piscina. A descrição é extremamente angustiante. Para descrever o desespero, o autor faz uso de diversas palavras que remetem ao campo léxico-semântico do grotesco e do escatológico, criticando o puritanismo. Notemos como as escolhas lexicais do campo semântico com que estamos lidando contrastam perfeitamente com o velamento de um problema real, ou seja, do quão prejudicial é o velamento da sexualidade. Destacamos este trecho do conto e o apresentamos nas duas versões:

Paulo Reis	Érico Assis
<p>O que posso dizer é que as tripas não sentem tanta dor. Pelo menos, não como a nossa pele. O troço que a gente fica digerindo é chamado pelos médicos de matéria fecal. Mais para cima ficam os quimos, bolsas finas e melosas recheadas de milho, amendoins e grãos verdes de ervilha.</p>	<p>Tudo que posso dizer é que suas tripas não sentem tanta dor. Não como a pele. As coisas que você digere; os médicos chamam de matéria fecal. Mais pra cima fica o quimo, que é uma massa fina e gosmenta cravada de milho, amendoim e ervilhas.</p>

⁴ “Take in as much air as you can.

<p>Flutuando o meu redor há uma sopa de sangue, milho, merda, esperma e amendoins. Minhas tripas vão se espichando rabo afora, enquanto eu tento agarrar o que sobrou. Mesmo assim, meu primeiro impulso é vestir o calção novamente, seja como for.</p> <p>Deus que me perdoe se meus pais virem meu piru.</p> <p>Fecho um dos meus punhos em volta do rabo, e com a outra mão arranco do pescoço o calção listado de amarelo. Mas vestir o troço é impossível. (PALAHNIUK, 2007, p. 25 – destaque nosso)</p>	<p>É essa sopa de sangue, milho, merda, esperma e amendoim que flutua à minha volta. Mesmo com as tripas saindo pelo cu, eu segurando o que restou, mesmo assim minha primeira vontade é recolocar meu calção de banho.</p> <p>Deus me livre meus pais verem meu pau.</p> <p>Enquanto cerro o punho em volta do cu, com a outra mão agarro meu calção de banho de listras amarelas e o tiro do pescoço. Ainda assim, colocar o calção é impossível. (PALAHNIUK, 2016, p. 28 – destaque nosso)</p>
---	--

Por meio do véu transgressor o autor-criador consegue expor e diagnosticar o mal social. O léxico transgressor, para continuarmos usando a metáfora de que lançamos mão para descrever o processo artístico de Palahniuk, em conjunto com a temática e o conteúdo do conto, com a construção sintática e da linguagem, ajuda a tecer o que o autor quer mostrar: os malefícios do falso moralismo e do silenciamento da sexualidade. O choque que causa no leitor o fato de que o personagem-narrador está mais preocupado em não ser pego nu pelos seus pais do que tentar sobreviver é enorme. A composição lexical do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico tem grande importância para que o artista obtenha esse efeito. O escatológico por meio da apresentação de palavras que remetem aos processos fisiológicos, aos fluidos corporais e excrementos associados ao campo que se refere à comida conseguem causar uma sensação nauseabunda no leitor, enquanto as palavras que se relacionam ao corpo, basicamente de forma disfêmica, tornam o trecho expressivamente potente, causando-nos um forte impacto. Vejamos no quadro o léxico destacado por esses campos:

Escolhas lexicais de um trecho de <i>Tripas</i> ⁵		
Campo léxico-semântico	Paulo Reis	Érico Assis
Processos fisiológicos, fluidos corporais e excremento	digerindo, matéria fecal, quimo, bolsas finas e melosas, sopa de sangue, merda, esperma.	digere, matéria fecal, quimo, massa fina e gosmenta, sopa de sangue, merda, esperma.

⁵A recolha de todo o léxico deste conto está nos anexos, aqui estamos trabalhando com um recorte dessa coleta.

Corpo	Tripas, dor, pele, bolsas finas e melosas, tripas, rabo, piru, punhos, rabo.	Tripas, dor, pele, tripas cu, pau, punho, cu.
--------------	--	---

Reforçando o que dissemos, o horror, o bizarro, o violento, o risonho, o nojento e o cômico que são tão criticados em suas obras são justamente os elementos fundamentais característicos de sua produção artística. Todos esses elementos em conjunto formam o véu transparente que encobre o problema real. Além do mais, reforçamos o poder e a importância que a linguagem e seu léxico “baixo” têm para sua composição artística. Mais uma vez salientamos, esse léxico é um dos fios desse véu. As escolhas lexicais do âmbito do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico, ao mesmo tempo que chocam, conseguem desvelar o falso moralismo da família média estadunidense quando insere entre as palavras que enojam, chocam, ofendem, como acontece no fragmento seguinte (bater punheta/bater umazinha; esperma seco/esperma morto), palavras que remetem ao sofrimento psíquico e físico dos adolescentes (suicídio(s); sufocar; filho morto; pendurado pelo pescoço). Entretanto, as palavras são usadas em contraste com as escatológicas e sexuais em um contexto de moralidade que elenca o suicídio e o sofrimento psíquico mais dignos de serem apresentados socialmente do que algo considerado tão vergonhoso quanto a sexualidade. Vejamos o uso dessas palavras no trecho em que elas aparecem:

<p>Paulo Reis</p> <p>Alguns atos são tão baixos que sequer merecem ter nome. São baixos demais para serem mencionados.</p> <p>Pesquisando o passado, os conselheiros escolares especializados em psicologia adolescente declaram que os recentes aumentos em suicídios juvenis se deviam a adolescentes tentando se sufocar enquanto batiam punheta. Os pais encontravam o filho morto, pendurado pelo pescoço a uma toalha amarrada no varal do armário, com esperma seco espalhado por toda parte. Obviamente, os pais limpavam tudo. Vestiam calças no filho, Melhoravam as aparências, tornando a coisa... intencional, pelo menos. Um suicídio adolescente triste, do tipo normal. (PALAHNIUK, 2007, p. 20)</p>	<p>Érico Assis</p> <p>Algumas coisas são tão vis que nem merecem um nome. Tão baixas que nem vale a pena comentar.</p> <p>Pensando bem, os peritos em psicologia infantil, os orientadores escolares de hoje em dia, dizem que o último pico de suicídio adolescente, em grande parte, foi dos jovens tentando se sufocar enquanto batiam umazinha. Os pais achavam o filho com uma toalha enrolada no pescoço, a toalha amarrada na barra do armário do quarto, o garoto morto. Esperma morto pra todo lado. Óbvio que os pais limpavam. Colocavam uma calça no garoto. Tentavam dar uma aparência... melhor. Intencional, pelo menos. Suicídio adolescente do tipo normal, triste. (PALAHNIUK, 2016, p. 22)</p>
--	---

Escolhas lexicais de um trecho de <i>Tripas</i> ⁶		
Campo léxico-semântico	Paulo Reis	Érico Assis
Sexual/ Pornográfico	Batiam punheta.	Batia umazinha.
Escatologia	Esperma seco.	Esperma morto.

De acordo com Cardoso (2018), “a exaltação do grotesco, por meio de gírias e palavrões ou de unidades lexicais que evocam as partes baixas do corpo, as deformidades, os excrementos (a coprologia), faz parte de muitas obras poéticas” (2018, p. 69). ⁷A autora reforça que as escolhas lexicais deste campo que apresentam a visão de mundo e o estilo do autor “estão presentes no discurso literário com o objetivo claro de chocar o leitor, criticar o culto midiático da beleza, marcar uma posição de rebeldia contra padrões pré-estabelecidos ou ainda buscar, por meio do feio, o riso”. Para ela, o grotesco tem um propósito, cabendo ao leitor compreendê-lo.

Em Chuck Palahniuk, o propósito não é simplesmente o de causar choque, ou causar nojo, revolta, desconforto. As escolhas lexicais do campo ao qual estamos lançando luz, como um dos fios da transgressão, fazem parte da arquitetura do autor e sua “teleologia”: expor a ferida e diagnosticar o mal.

As avaliações ideológicas estão condensadas no conto. Paraphraseando Medviédev (2016), vemos refletido e refratado no conteúdo do conto o meio ideológico. Mas também percebemos as reflexões e as refrações de outras esferas ideológicas (ética, cognitiva, política, religiosa e assim por diante), ou seja, o conto refrata em seu ‘conteúdo’, a totalidade desse horizonte ideológico, do qual a obra é uma parte. Sem esquecer de ressaltar ainda a presença do heterodiscurso que, segundo Bakhtin (2015), é essa diversidade de vozes introduzida no conto como discurso do outro em linguagem do outro, servindo à expressão refratada das intenções do autor – palavra bivocal especial: temos a voz do narrador/personagem, dos pais, dos amigos, dos médicos e do próprio conjunto social refletida e refratada e seu mundo verboideológico presente, além do seu conjunto de valores representados. A intencionalidade do autor não é julgar moralmente os valores apresentados; ele se coloca distante (o que lhe traz muitas críticas daqueles que não entendem sua construção artística⁸). O que ele quer é

⁶ A recolha de todo o léxico deste conto está nos anexos, aqui estamos trabalhando com um recorte dessa coleta.

⁷ Apesar de a autora estar se referindo ao uso deste léxico na poesia, acreditamos se encaixarem também no contexto da prosa literária.

⁸ Tratamosdo desconforto valorativo causado pelas obras de Palahniuk em **Palahniuk e seu diagnóstico do mal.** Em: <file:///C:/Users/Mayke%20Su%C3%AAnio/Downloads/DISCURSO%20E%20LITERATURA%20EM%20M%C3%9ALTIPLOS%20OLHARES%20-

apresentá-los artisticamente: “Este é o motivo pelo qual descrevo um comportamento questionável em meu trabalho, mas me recuso a endossá-lo ou condená-lo. Por que impedir a maravilhosa energia do debate público?” (PALAHNIUK, 2019, p. 103 – tradução nossa).

Por mais vergonhosas ou sérias que tenham sido as consequências apresentadas no conto, os pais ou a família preferem ignorar ou silenciar (“Algumas coisas são tão vis que nem merecem um nome, tão baixas que nem vale a pena comentar”). O não-dito paira durante os jantares em família, as festas de aniversário, os problemas pessoais. É, como lemos no conto, o “espírito da cenoura invisível” dos três adolescentes. Mais vale reajustar a cena deplorável da morte por sufocamento e dar a ela aparência de suicídio do que enfrentar o problema e perceber o mal causado por um puritanismo e um falso moralismo exacerbado ao se ignorar a sexualidade desses jovens. Para todos os três, as consequências são piores do que se poderia imaginar, tanto físicas como psicológicas. A questão do suicídio juvenil, que está no conto encoberta pela transgressão, apesar de suavizada pelo choque das outras palavras, possui uma imensa carga valorativa

Com isso, entendemos que o uso artístico que Chuck Palahniuk faz do léxico de cunho grotesco, escatológico e sexual/pornográfico não é simplesmente um uso desnecessário e de gosto duvidoso do nosso arsenal léxico-semântico. Essas escolhas e usos são parte constituinte da arquitetônica palahniukiana e de seu estilo. São um elemento fundamental do projeto artístico pelo qual ele tem apreço: a Ficção Transgressiva. É só a partir dela e de suas características estilísticas que ele pode expor a ferida e diagnosticar o mal social.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo tentar compreender como Chuck Palahniuk (1962-), no conto *Tripas*, presente em *Assombro: um romance de histórias* (2005) idem, constrói seu universo fictício e o desenvolve estilisticamente. Para tal, apoiamo-nos no que foi desenvolvido teoricamente pelo Círculo de Bakhtin, na *estilística sociológica* (ou *poética sociológica*), que tem como intuito primordial superar a separação entre o “formalismo” e o “ideologismo” nos estudos literários, ou seja, buscamos não separar a forma e o conteúdo em um discurso, já que ele é social.

Buscamos também mostrar como as escolhas lexicais transgressoras contribuem para compor arquitetonicamente a produção artística do escritor e, com isso, compreender como os efeitos expressivos do campo léxico-semântico do grotesco, do escatológico e do

sexual/pornográfico são importantes para, na interrelação entre o ético e o estético, caracterizar o estilo de Palahniuk e sua obra.

Referências bibliográficas

ALDANA NIETO, Wilson Julián. **Afaga-me as tripas a feiura da porcaria desses romances: experiência estética e poiética escatológica em *Haunted*, de Chuck Palahniuk e *Acenos e Afagos*, de João Gilberto Noll, dois romances contemporâneos**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/104857>>. Acesso em Jul. de 2018.

BAKHTIN, Mikhail M. "Os gêneros do discurso". In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, pp. 261-306, 6 ed.

BAKHTIN, Mikhail M. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014, 5. Ed.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014, 2. Ed.

BROOKER, M. Keith. **Techniques of Subversion in Modern Literature: Transgression Abjection, and the Carnavalesque**. University Press of Florida, 1991.

CARDOSO, Elis de Almeida. **O léxico no discurso literário: A criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea**. São Paulo: Edusp, 2018.

KEESEY, Douglas. **Understanding Chuck Palahniuk**. Columbia, South Carolina: University of South Carolina, 2016. [e-book]

MACCRACKEN, David. **Chuck Palahniuk, parodist: postmodern irony in six transgressive novels**. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, Inc., Publishers, 2016. [e-book]

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos Estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. São Paulo: Contexto, 2012.

PALAHNIUK, Chuck. **"Books Catalyze Revolutions"**. Disponível em: <<https://www.urbandaddy.com/articles/42320/chuck-palahniuk-books-catalyze-revolutions>>. Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

PALAHNIUK, Chuck. **Assombro**. Tradução de Paulo Reis. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

PALAHNIUK, Chuck. **Assombro: um romance de histórias**. Tradução de Érico Assis. São Paulo: LeYa, 2016.

PALAHNIUK, Chuck. **Haunted: a novel of stories**. New York: Anchor Books, 2005.

PALAHNIUK, Chuck. **Mais estranho que a ficção**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

RABELO, Lorena Melo. **Transgressão e tradução: o elemento transgressivo no texto literário e o caso de Chuck Palahniuk**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos e poemas**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

Córrego Quebra Canga e os Caminhos Tropeiros de Ribeira de Iguape: um olhar toponímico pelo viés lexicográfico

Arlete Nestlehner Cardoso de Almeida

Apresentação

Este artigo oferece ao leitor um olhar sobre nossa pesquisa em andamento, intitulada “Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica”. O *corpus* levantado constitui-se de aproximadamente 400 topônimos coletados e cotejados em fontes cartográficas de diferentes temporalidades: 1892, 1896, 1914, 1954, 2011 e 2014, entre outras, e em fontes secundárias como borradores¹, diários, anotações pessoais, documentos de posse e propriedade de terras (produzidos entre 1892 e 1998). A partir dos dados que vimos analisando, elegemos um único topônimo para evidenciar alguns fatos com relação à pesquisa toponímica: 1) a análise estritamente linguística não é suficiente quando se pretende, como é o nosso caso, a recuperação de uma paisagem anterior; 2) a pesquisa tende a ser interdisciplinar, o que a torna bastante complexa tanto do ponto de vista da teoria quanto da orientação metodológica; 3) a recuperação de motivações dos antigos denominadores revela não apenas dados linguísticos de interesse, mas também contextos históricos, sociais, culturais e até geomorfológicos.

Iniciaremos o artigo fazendo uma recolha lexicográfica sincrônica do substantivo presente no termo específico do topônimo, *canga*, palavra que, apesar de transparente, é polissêmica e pode apresentar várias origens etimológicas distintas. A seguir, situaremos o leitor na espacialidade da ocorrência toponímica, recuperando traços relativos à paisagem e também às atividades comerciais e sociais ali presentes desde o período colonial. Evidentemente, esse apanhado sempre busca trazer o próprio topônimo à discussão. Por fim, como resultado obtido, discutiremos a possível origem etimológica desse topônimo em específico, mostrando ao leitor a complexidade enfrentada pelo toponimista não apenas quanto à sua pesquisa, mas também quanto à sua formação como pesquisador, já que a própria essência da disciplina o leva a deparar-se com problemas de solução complexa, exigindo inovação teórica e epistemológica.

¹ Borradores são livros de controle informal de comércio, serviam para a realização de anotações de transações comerciais para posterior transcrição aos livros de registro comercial.

1 Premissas: a canga em obras lexicográficas

O topônimo espontâneo Córrego Quebra Canga é constituído por um termo genérico, *córrego*, e por um termo específico composto, formado pelo verbo *quebrar* na terceira pessoa do singular e o substantivo *canga*, no caso, um enunciado linguístico. Genérico é um termo técnico utilizado (não apenas no Brasil) para indicar, grosso modo, o elemento geográfico que recebe a denominação. É parte do que Dick (1990 a [1980] p.10) denominou sintagma toponímico, “o genérico, em relação de simbiose com o topônimo, forma uma unidade cuja relação entre seus membros é biunívoca” (Carvalhinhos 2007, p. 177).

De acordo com as taxonomias toponímicas proposta por Dick (1990 a [1980] p. 26-34)², Córrego Quebra Canga é um topônimo de natureza antropocultural que se refere a elementos da cultura material de uma sociedade, ou seja, um ergotopônimo. Na verdade, há um problema aqui que se coloca justamente pelas taxonomias. A classificação correta é dirrematopônimo, topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. É um exemplo de como as taxonomias podem ser um problema, e não uma solução.

Quando um topônimo surge de maneira espontânea, é sempre o reflexo de um ato de fala. Estabelecidos pelo uso, os elementos morfológicos pertinentes ao topônimo conservam a substância semântica, ainda que seu significado esteja esvaziado. Carvalhinhos (2008, p. 177) esclarece esse aspecto:

A denominação da própria entidade geográfica vinculada ao nome também revela dados do povo denominador, e as variantes lexicais, sendo um espelho de sua fala, são importantes para que se tracem áreas dialetológicas em determinado território e, por outro lado, como léxico já estabelecido e cristalizado, a Toponímia fornece dados ao dialetólogo sobre a permanência de certos traços arcaicos na fala de determinado território. (CARVALHINHOS, 2008, p. 177)

Desde a Antiguidade, os nomes foram considerados fundamentais para o estudo da linguagem e isso continuou a ser um tema importante para a investigação filológica, linguística e filosófica ao longo da história do pensamento ocidental. Por essa razão, além de gerar referências e informações sobre a qualidade dos espaços territoriais, a toponímia é um registro

² Dick (1990 a [1980]) propõe um modelo, a exemplo do que já ocorria em outros países, de uma análise toponímica que não se volte apenas para os aspectos internos da língua e estabelece onze taxonomias de natureza física e dezesseis taxonomias de natureza antropocultural. O modelo criado apresenta a adoção de um prefixo greco-latino adicionado ao termo topônimo, que permite considerar as motivações dos nomes e definir as classes onomásticas.

histórico dos valores culturais de organização de uma sociedade. Para Vasconcellos (1931, p. 312) “os nomes são como sentinelas do passado, a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos”.

A partir da investigação toponímica, somos capazes de elucidar também a formação histórica de um lugar. A língua, por meio do léxico, é um importante instrumento para conceber e categorizar os objetos, fatos, ou estado de coisas. Ao extrairmos um topônimo de determinado documento, o signo não se isola, não se esvazia, pelo contrário, motiva informações diversas e múltiplas. A interpretação de um topônimo é capaz de produzir a “crônica de um lugar” e isso só se torna possível porque “o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que fatos atuais se projetam no futuro, através da inscrição onomástica, possibilitando dessa forma, a sua análise posterior (DICK 1990 a [1980] p. 36).

Entrando no assunto que nos interessa estudar nesta oportunidade, fizemos a recolha e cotejo entre várias fontes lexicográficas relacionadas a *canga*. De acordo com Bluteau (1712; V2 p.102), *canga* “é um pau grosso com faces a qual puxam os bois para levarem o carro com os pescoços numa travessa a que chamam cangalhos - jugo, ou pau que os homens de ganho levam nos ombros, as cargas”. Há o derivado *cangalha* – “armadilha de paus que formam uma grade larga, para sustentar as quartas que os aguaceiros carregam nas bestas. Significa os paus de cangalha dispostos a modo de grade. Termo de Atafona para paus estreitos e compridos em que se descansa a moenda”. Existe ainda o termo *cangalho* – “de pera ou maçã é um ramo com três, quatro ou mais frutas”. E *cangalhos* – “paus de carga de bois. Chamam no Brasil aos negros que chegam doentes e esfaimados. São dois paus de dois palmos de comprimento com faces e dentes entre os quais andam os pescoços dos bois, nos dentes dos cangalhos se prendem brochas”. Encontramos o verbo *cangar* – “botar a canga; cangar os bois” (BLUTEAU, 1712; V2 p.102).

No dicionário de Silva (1813; V.1 p. 336), *canga* pode designar “o jugo com o que se jugam os bois para a lavoura. Varas para levar suspensas no meio as cargas, como caixas, pipas. Fazenda de algodão da Índia, amarelada ou azul (*ganga*)” (SILVA, 1813; V.1 p. 336).

No mesmo dicionário encontramos *cangalhas*, *cangalhos*, *cangar* e *cangoera*. Dentre as definições, colhemos *cangalhas*:

duas canastras grandes que se acomodam no seladouro de bestas pendendo de cada lado para certas cargas. Armação de pau com esteirões que assentam no seladouro de cavalos de carga no Brasil de uma banda e de outra pendente carga em sacos, bruacas, canastras. Peça de atafona, dois paus em que descansa a moenda (SILVA,1813; V.1 p. 336).

Também *cangalhos*:

dois paus de canga entre os quais se amarram os pescoços de bois. Galho de pera ou maçã com três, quatro ou mais frutos e o verbo *cangar*— jugar com as cangas os bois. Cangar a casa de palha, por uns paus atravessados por cima do colmo para que o vento forte não a descubra. No Brasil, cangão é vara atravessada por cima do sape que atam na vara que vai por baixo do colmo atada nos caibros (SILVA, 1813; V.1 p. 336).

Em Cunha (2010, p.121), encontramos as seguintes acepções para *canga*:

¹ sf. ant. armação de paus para se colocar sobre os tetos de palha (XIV), peça de madeira que prende os bois pelo pescoço e os liga ao carro ou ao arado. (1813). Provavelmente do celta cambica – madeira curva de *cambus-curvo*”; *canga* - ²s.f. antigo instrumento de suplício chinês (XVII). Talvez do chinês Kang-kia – trazer a canga ou do anamita gong; em qualquer das hipóteses, o vocabulário português teria sofrido influência de *canga*¹ (CUNHA, 2010, p.121).

Conforme Nascentes (1955, p. 93,94), *canga* em Portugal significa:

jugo de bois. Neste sentido, segundo Leite de Vasconcelos (RL, II, 34) vem do verbo *cangar*. O sentido oriental desta palavra, diz Dalgado, é tábua de suplício, usada principalmente na China e na Cochinchina. Baseando-se em Yule, afirma o mesmo autor que neste sentido é genuinamente o vocábulo registrado num dicionário do século IX com a forma de *kangias* donde provém o cantonês *k’ang-ka*, trazer a canga, e provavelmente a anamita *ganga*. Julga Yule que os portugueses tomaram a palavra de uma destas últimas formas e a associaram com a sua designativa de jugo de bois ou jugo de carregador para transportar as cargas. G. Viana, porém, afirma que o termo português designou, por analogia de forma ou aplicação, a tábua que serve de suplício na China. Os antigos orientistas portugueses dão ao instrumento diversos nomes [...]. M. Lübke, REW, 1541, filia ao lat. *cambica*, *cambita*, *camboa*, de origem gaulesa. Macedo Soares lembra possível origem africana, de um verbo que significa amarrar, atar, prender (revista brasileira, 15-5-1880). Há um tecido com este nome, v. *ganga*”. Existe uma entrada para *cangalha* - “de canga e suf. *alha*”. Entrada para o verbo *Cangar* – “do latim *conjugare*, juntar ao mesmo jugo (Cornu, Port. Spr. 105, Leite de Vasconcelos, RL II, 34, G. Viana, Apost. I 222 Nunes, Gram. Hist. 57) *Conjugare-conj’gare-congar*. Entende Domingos Vieira que não há exemplo de alteração fonética semelhante a que se daria no caso dessa etimologia dever aceitar-se. Deriva *cangar* de *canga* (q.v.) (NASCENTES, 1955, p. 93,94).

Na obra de Ferreira (2010, p.411), encontramos as seguintes interpretações para *canga*:

¹ sf. - [do celta cambica, madeira curva, poss.] peça de madeira que prende os bois pelo pescoço e os liga ao carro, ou ao arado, jugo. Pau que os carregadores põem aos ombros para suspender fardos. Opressão, sujeição, jugo;” *canga* “²- [do chinês kang-kia com influência. de *canga*¹ poss.] instrumento de suplício usado em parte da Ásia, formado por uma tábua com

furos onde se prendia a cabeça e as mãos dos condenados; ganga; *canga* -³ [F. red. de tapanhoacanga (q. v.)] S.F.; Bras. MG concentração de hidróxidos de ferro na superfície do solo sob a forma de concreções, e que às vezes constitui bom minério de ferro. [Outras f. : itapanhoacanga, tapiocanga, tapunhunacanga. Cf. *canga* ⁴]; *canga* - ⁴ [De or. incerta] S.f. 1. Tec. Têx. Certo tecido de algodão 2. Vest. Retângulo ou triângulo de tecido, ger. de algodão, us. como saída de praia (q.v.) (FERREIRA, 2010, p.411).

Há, ainda, uma entrada para *Cangalha* (1) e outra a ela relacionada, *Cangalhas* (2)

(1) [de *canga*¹ + *alha*] S.F. 1 Cangalhas (1 e 2) 2. Bras. S. peça de três paus unidos em triângulo que se enfia na cabeça de porcos para não destruírem hortas cultivadas. 3. Bras. Bot. V. canafístula (3). 4. Bras. pop. perna torta ou arqueada. 5. Bras. N.E. Pessoa de pernas arqueadas ~V. *cangalhas*. Pernas tortas e arqueadas.

(2) [Pl. de *cangalha*] S.f. pl. 1. Armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra a carga das bestas, metade para um lado delas, metade para o outro; *cangalha*. 2. Peças em que descansa a moega das atafonas; *cangalha* 3. Pop. Fam. Óculos ~ V. *cangalha* • De *cangalhas* - de pernas para o ar (FERREIRA, 2010, p.411).

Em Corominas (1987, p.126), *canga* “significó primitivamente yogo y viene probablemente del cético cambica, madera curva derivada de cambos-curvo. Derivados: *cangalla* - Aparejo para llevar carga las bestias, desperdicio de mineral, persona cobarde, *cangallo*” (COROMINAS, 1987, p.126).

No Dicionário da Real Academia Galega (2012), *canga* designa:

aparello de madeira ao que se suxeita, polo pescozo ou pola cabeza, unha parella de animais de tiro para engancharlos ao carro ou ao arado. Xugo. Pau que se ata en sentido horizontal ao pescozo de certos animais para obstaculizar o seu paso por lugares estreitos. É sinónimo de *cangalla* que por sua vez é cada un dos paus curvos en forma de U ou cada unha das barras de madeira que atravesan o xugo en sentido vertical, entre os que se cingue o pescozo do animal. Pau que se ata en sentido horizontal ao pescozo de certos animais para obstaculizar o seu paso por lugares estreitos (GONZÁLEZ, 2012, Dicionario da Real Academia Galega).

Canga consta no Dicionario de la lengua española da Real Academia Española (2014)

Del celta *cambīca 'madera curva', der. de *cambos 'curvo'; cf. galés kamek. Arado dispuesto para una sola caballería. Yunta de cualesquiera animales, excepto bueyes. Del port. *canga* 'yugo', y este del celta *cambīca 'madera curva'. En China, instrumento de suplicio, en que se aprisionan el cuello y las muñecas del reo” (DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA DA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014).

Há autores que afirmam outra origem etimológica para *canga*, a Língua Tupi, como Navarro (2013, p.216), *kanga*¹ - “secura”, *kanga*² - “osso”, o derivado *kangûeri* - “ossinhos”,

kangüera – “osso fora do corpo, osso descarnado; espinha de peixe”. Em outra entrada temos *kanga*³ - “armação de navio, casa; qualquer peça de tal armação”, e como Sampaio (1987 [1901] p.142,143), cuja definição nos interessa especialmente pela questão geológica suscitada:

Davam ao nome de canga ou acanga, que quer dizer cabeça, à parte superior ou ao topo do veiro. Chamavam tapunhunacanga (tupuyuna, o negro, acanga, cabeça), isto é, cabeça de negro, à formação constituída por uma crosta negra de hidrato de ferro, cheia de concreções ocas do mesmo hidrato, e com as paredes interiores cobertas de cristalizações da mesma substância. Denominavam guapiara ao cascalho diamantino que cobre o solo em certos lugares de mineração, isto é, da barranca dos ribeiros e do leito destes. A corruptela alterou-o para gupiára ou grupiára (SAMPAIO, 1987 [1901] p.142,143).

Interessante constatar que *canga*, em tupi, pode representar a armação de uma casa, ou qualquer peça, definição que coincide com a de Cunha (2010): *canga*: “armação de paus para se colocar sobre os tetos de palha” (2010, p.121). O significado não difere muito do registrado por Silva (1813): “*Cangar* a casa de palha, por uns paus atravessados por cima do colmo para que o vento forte não a descubra. No Brasil, cangão é vara atravessada por cima do sape que atam na vara que vai por baixo do colmo atada nos caibros” (1813; V.1 p. 336).

O sociólogo, etnólogo e folclorista Alceu Maynard Araújo (1967, p.338) assim descreve *canga*:

A invenção da canga perde-se na noite dos tempos. Desde que o homem começou a aproveitar a força do animal no trabalho, quer no amanho da terra, quer no transporte, para o boi ele inventou a canga. Canga é jugo. Atrelam dois animais no jugo. – símbolo do companheirismo - para execução do trabalho. Dois amigos, são sempre assim citados: “puxam igual na mesma canga”. É tão velho o uso da canga, que o divino Mestre, em um de seus admiráveis convites dirigidos aos cansados e oprimidos diz: tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve. (Mateus 11-29-30). Cristo impregnou suas mensagens de poesia e dos costumes do oriente. Em nosso folclore temos inúmeros fatos oriundos do Oriente. Eis um deles - a canga (ARAÚJO, 1967, p.338).

Araújo (1967, p.338) ressalta a antiguidade do instrumento *canga*: “A invenção da canga perde-se na noite dos tempos” e destaca a sua origem oriental, assim como Antenor Nascentes (1955, p. 94), Antônio Geraldo da Cunha (2010, p.121), Ferreira (2010, p.411) e as definições de *canga* presentes no Diccionario de la lengua española da Real Academia Española (2014).

Las encuestas del Atlas Lingüístico de Andalucía de Manuel Alvar (1953, p. 256) faz referências a *canga*:

[...]En Burguillos (Sevilla) encontré un tipo de arado cuadrangular que puede emparentarse con los gallegos y con los del occidente lusitano. Cómo ha llegado este tipo de arado a Burguillos y puede desplazar al *arado dental*, es algo que no puedo precisar, aunque pueda decir que en el pueblo viven hoy 33 portugueses, oriundos, sobre todo, de San Guendín y Miranda: pero en esas zonas el apero empleado es de tipo *radial*. Sin embargo, el aislamiento documental de ese arado cuadrangular me parece que no durará, pues *canga* es el arado de vertedera en Bollullos del Condado, *canga* también es empleado para entrecavar las viñas en Cabezas de San Juan (*ganga* en Trebujena), *cangayo* es en Niebla el varal supletorio que se pone al arado para labrar con una sola bestia: todas estas voces, a pesar del cambio semántico experimentado, son de indudable origen occidental Alvar, 1953, p. 256).

O que mais se aproxima, na descrição acima, das definições de *canga* pesquisadas é o seguinte: “varal supletorio que se pone al arado”, ou seja, um pau de jugo para uma só besta. Alvar (1953, p. 257) esclarece em nota de rodapé que “*El cangayo* se llama horcate en otros sitios, y en Arcos de la Frontera un apero del mismo tipo que la *canga* de Trebujena recibe el nombre de arado [...]”. Não podemos deixar de apontar que para o autor possivelmente tal arado quadrangular seja de origem celta (gauleses), assim reforçando a origem *cambica* para *canga* que significaria madeira curva, como consta no Dicionario Etimológico de Lengua Castellana de Joan Corominas, para quem *canga* – “significó primitivamente yugo y viene probablemente del cético *cambica*, madera curva derivada de *cambos-curvo*” (1987, p.126).

Sérgio Buarque de Holanda (1975, p. 248) faz menção a esse arado quadrangular descrito em inventário de 1599, em São Paulo: “[...] Trata-se de instrumento pesado peculiar, do norte ou centro da Europa, e cuja presença no nordeste da península ibérica só lhe parece explicável pelo fluxo dos invasores suevos durante o século V”. Embora o autor mencione o arado quadrangular, não faz menção a *canga*. No entanto, a localização geográfica identifica esse instrumento em terras lusitanas:

Na península ibérica este tipo de charrua estava circunscrito a Portugal, e em Portugal a todo o Minho da “ribeira” assim como as terras planas e fundas do litoral para o sul do Douro. Há indícios que no século XVI, teria existido na Extremadura. Regiões, em parte, já densamente povoadas ao tempo da colonização do Brasil e que forneceram dos maiores contingentes de povoadores para o Novo Mundo. Não admira se, que com esses povoadores, tivessem vindo seus instrumentos tradicionais de trabalho. (HOLANDA, 1975, p. 248)

Há duas hipóteses, portanto, para o componente *canga* de nosso topônimo: um, ibérico, ligado ao arado e ao uso de animais de carga, e outro tupi, que, de certo modo, pode convergir para o mesmo significado (ainda que metonimicamente), já que está ligado à “cabeça”. É possível que o topônimo Córrego Quebra Canga tenha surgido na região não fruto de um

português brasileiro, mas por intermédio da língua dos primeiros colonizadores portugueses, falantes de um português que ainda se afastava do galego (TEYSSIER, 2001) e, em contato com línguas diversas em função das navegações mercantilistas e expansionistas do século XV e XVI. Porém, não podemos deixar de aventar a possibilidade de que a palavra *canga* tenha surgido, ou se consolidado, em outra etapa da dinâmica histórica de conquista de território brasileiro.

Ribas e El Khatib (1969, p. 102) tecem considerações sobre a influência castelhana trazida pelas tropas:

Dessa forma, pode-se dizer que os espanhóis retornariam ao Paraná, após a presença frustrada no século XVI (Jesuítas), por via indireta, vinda do Rio da Prata". Essa colonização, apesar de já fortemente mestiçada, portanto, sensivelmente transformada no sangue, linguagem e costumes, sem nenhuma sombra de dúvida se fez sentir, de maneira inconfundível, (...) até modificando as falas, em mais de uma província ou estado (RIBAS & EL KHATIB, 1969, p.102).

Embora persista dúvida em relação ao período histórico da entrada da palavra no léxico do Português Brasileiro, provavelmente a motivação toponímica deste nome de lugar em específico se prende às viagens do ciclo econômico do tropeirismo, as quais se intensificaram na região entre a metade do século XVIII e final do século XIX. Petrone (1973, p.382) afirma a importância desse ciclo econômico na configuração dos espaços no sul do Brasil.

São Paulo conquistou dentro do quadro brasileiro posição de destaque com relação à indústria do transporte, a partir da abertura do caminho do Sul, na quarta década do século XVIII, porquanto constituía passagem obrigatória das bestas criadas no Rio Grande do Sul e das reses dos Campos Gerais que demandavam os centros consumidores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, inclusive, de São Paulo. A interiorização de fortes setores da economia brasileira no século XVIII com a mineração, primeiro, e, mais tarde, com o renascimento das atividades agrícolas no Rio de Janeiro, em São Paulo e mesmo em Minas Gerais, garantiu a esse gado vindo do Rio Grande do Sul e dos Campos Gerais, um mercado consumidor apreciável (PETRONE, 1973, p.382).

Passado este primeiro momento de cotejo lexicográfico, buscaremos situar na próxima seção o topônimo Córrego Quebra Canga em sua situação geográfica real.

2 Situação espacial, os caminhos e as tropas

O Vale do Ribeira, o Alto Paranapanema e o atual território do Estado do Paraná beneficiaram-se com o fluxo de mercadorias que percorriam os Caminhos do Sul. Os tropeiros atravessavam os sertões em sua lida comercial, transportando mercadorias, encomendas,

levando e trazendo notícias. Promoviam o intercâmbio entre moradores e forasteiros, facilitavam o escoamento da produção, provocavam o surgimento de entrepostos comerciais e fundavam povoados e localidades. A dinâmica social da região do Médio e Alto Vale do Ribeira nesse período, estava condicionada a um sistema comercial que envolvia três tipos de meios de transporte: o terrestre, realizado por tropas de mulas em trilhas interiores que atravessavam o sertão e venciam as íngremes escarpas da serra do mar; o fluvial, realizado por canoas no diversificado complexo de águas que compõe a bacia do rio Ribeira de Iguape; e o marítimo, efetivado por navios no litoral de Iguape.

Localizada nos contrafortes da Serra do Mar, a região é um ponto estratégico de confluência de várias trilhas indígenas que foram utilizadas pelos primeiros exploradores em sua expansão territorial rumo ao interior do continente americano. Mais tarde, essas trilhas (os caminhos do *Peabiru* e suas ramificações) foram os caminhos de tropeiros em suas viagens comerciais. Os caminhos do Peabiru eram uma referência para expedições exploratórias e comerciais de variados povos do continente americano e de diversos exploradores provenientes do continente europeu, em sua maioria de origem portuguesa e espanhola. O espanhol, nesse sentido, foi frequente e assíduo viajante desses caminhos indígenas nos primeiros tempos de conquista de territórios e de indefinição de fronteiras (MOTA, 2003, p.241).

O Peabiru vence a serra do mar e era chamado pelos portugueses de *Estrada Real* e pelos espanhóis de *Camino Real*, ligando São Vicente na baixada litorânea de São Paulo até as missões sulinas, atingindo os domínios guaranis em Assunção, no Paraguai (MOTA, 2003 p.241). Uma de suas principais encruzilhadas localizava-se no Planalto de Piratininga que, naquela época, era chamado de *Campo* – local de parada e termo muito presente na cartografia antiga. Além de São Vicente, o litoral de Santa Catarina e o litoral de Iguape/Cananéia eram importantes pontos de chegada do Peabiru. Embora alcançasse portos naturais no litoral, o Peabiru era utilizado por viajantes do sertão que atravessavam o Vale do Ribeira. Dick (2007. p. 2) afirma que o Peabiru era um caminho do interior do continente: “o Peabiru não era, porém, o ‘caminho do mar’ da população da vila, mas o caminho do interior; há entre os dois uma relação disjuntiva de oposição geográfica, e não de oposição semântica”.

O léxico das línguas de distintos povos foi o instrumento utilizado para fixar na própria língua o contexto extralinguístico. A escolha e a utilização dos nomes resultaram dos interesses e valores dos usuários (SAPIR, [1911] 1980). Os nomes que se mantiveram no tempo e no espaço se referem a elementos da paisagem altamente icônicos para a sociedade que se desenvolveu a partir dos condicionantes iniciais de ocupação territorial, fundamentados na exploração mineral. O ecossistema atual da região é resultado dessa interação entre fatores históricos de ocupação e fatores ecológicos. Os topônimos resultam do intercâmbio do homem com seu meio

e, assim como os ecossistemas, os topônimos sofrem evoluções e adequações ao longo do tempo, possibilitando interpretações das condições socioambientais de um território em decorrência de sua ocupação humana. São interpretações que podem nos revelar os tipos de colonização, as formas de interação com o meio, entre outras atividades do homem.

O topônimo Córrego Quebra Canga provavelmente é um marco histórico das relações socioeconômicas que se estabeleceram entre o Vale do Ribeira e a região serra acima, do Alto Paranapanema e dos Campos Gerais paranaenses. Na segunda metade do século XVIII, o povoamento territorial se intensifica ao longo das estradas de tropas que levam aos Caminhos do Sul, notadamente no Estado de São Paulo: Sorocaba, Itapeva, Itapetininga e Itararé e, no Paraná: Castro, Ponta Grossa e Palmeira, localidades com áreas de campos propícias para assentamento das invernadas, lugar de pastagem e parada para descanso e engorda dos animais no inverno.

Provenha, então, do português ibérico ou do tupi, o fato é que Quebra Canga parece estar ligado ao tropeirismo e, assim, estabelece um elo entre a atividade comercial passada e a atualidade permeada por mudanças. Por outro lado, Sampaio (1987 [1901] p.142,143), destaca um dado que encontra ressonância na geomorfologia local. Em estudos recentes, há evidências de geossistemas ferruginosos em São Paulo, no Morro do Serrote, na área de Juquiá-Registro e Jacupiranga, no Vale do Ribeira. No Paraná, nos distritos do litoral, Rio Branco do Sul, Cerro Azul e Castro, nos Campos Gerais paranaenses na região do Alto Paranapanema (CARMO & KAMINO, 2015), ou seja, em área de ocorrência do Topônimo Quebra Canga. Na região do Alto Paranapanema há uma cidade chamada Guapiara, dados consonantes com a definição proposta por Sampaio (1987 [1901] p.142,143). Em suma, ainda que não possamos afirmar, ao certo, se a *canga* do topônimo Córrego Quebra Canga liga-se, de fato, à presença de minério de ferro e seus derivados, não é hipótese que possa ser descartada em um primeiro momento. Em todo caso, pode haver, sem dúvidas, uma homonímia e homografia – um único topônimo registrando duas origens etimológicas distintas e dois fatos sociais diferentes, ainda que convergentes para a economia local.

Considerações finais

O homem nomeia o território que utiliza desde o início do processo civilizatório, principalmente para se orientar em seus caminhos ou demarcar seu espaço, sua posse, seu domínio, como em Sítio do Castelhana, Ribeirão dos França, Ribeirão João Luiz, topônimos presentes em nosso corpus. Muitos são descritivos da própria natureza do espaço, tais como Nove Ilhas, Córrego Comprido, Córrego do Descalvado, Córrego do Tijuco, Cachoeira do Caracol,

Cachoeira do Funil. Entretanto, há aqueles que, ao serem interpretados, transmitem a história do lugar: Córrego do Ouro Grosso, Córrego do Ouro Fino, Córrego Lavrinha, Ribeirão da Lavra, Ribeirão das Catas, topônimos criados durante o ciclo do ouro que se iniciou no século XVI e se estendeu até o final do século XVIII na região, com algumas recorrências durante o XIX, o século da rizicultura, dos canaviais, da criação de porcos, dos engenhos e da intensificação das viagens de tropas comerciais. Ocorrências registradas em topônimos como Córrego Arre lá, Córrego Quebra Canga, Cachoeira do Quebra Poupa, remetem diretamente ao comércio de tropas e canoas por recuperarem alguns eventos ocorridos com navegantes, cargas, ou animais durante as viagens.

Cabe destacar que, apesar de ser essencialmente linguística por trabalhar com elementos lexicais que são usados no discurso como topônimos, a análise toponímica conta com teoria própria no sentido em que depende também de fatores externos à estrutura linguística propriamente dita, em seus aspectos discretos, isto é, suas relações de segmentação e/ou decomposição. É fundamental voltar as atenções para os aspectos externos à língua, desvencilhando-se da ideia costumeira de toponímia como mera área de estudo estritamente situada no léxico, integrante da gramática da língua (um estudo da sucessão de mudanças na forma de uma palavra ou expressão no decorrer do tempo) num viés claramente estrutural, privilegiando aspectos da forma linguística (fonético-fonológica, morfológica, sintagmática e até mesmo sintática). Trata-se necessariamente de uma abordagem híbrida, em que o topônimo é a materialidade empírica compreendida pelo empreendimento de estudos de natureza sociológica, política, mítica ou religiosa de uma dada sociedade, comunidade, grupo, entre outros.

Nesta oportunidade, a análise toponímica do Córrego Quebra Canga permitiu-nos evidenciar várias definições dicionarizadas que podem contemplar o significado original do topônimo, possivelmente surgido no ciclo econômico do Tropeirismo. Contudo, a título de conclusão que não conclui — pois que a pesquisa toponímica em específico e a pesquisa em geral sempre estão dinamicamente em movimento e constante atualização, ressaltamos uma vez mais um dado que surge no momento de fechamento deste texto: a possibilidade de *canga* estar ligada a Geociências, como já apontamos no corpo deste texto e como parece afirmar-se possível segundo estes novos dados.

As cangas formam extensas couraças posicionadas como ilhas de ferro em meio a uma matriz geológica formada há bilhões de anos. Ela representa uma das superfícies expostas mais antigas do planeta. As couraças são compostas por até 90% de óxidos e hidróxidos de ferro. A temperatura da superfície pode atingir quase 70°C e contém solos muito ácidos, rasos, com reduzidos índices de fertilidade. [...] “a terminologia canga será abordada sob a ótica de um

ecossistema desenvolvido junto da rocha ferruginosa. A palavra original, itapanhoacanga, datada do século XIX, sofre uma redução para a denominação atual” (CARMO & KAMINO, 2015).

Desta forma, o topônimo Córrego Quebra Canga também poderia ter sido produzido nesse contexto, ainda que canga seja um termo e não um vocábulo — é claro que, neste caso, se explicaria claramente por um processo de vocabularização a partir de um termo (BARBOSA, 2001), mas sua formação seria aparentemente mais recente do que supomos. Esse último parágrafo pretendeu, apenas, buscar a motivação toponímica real, que sempre proporciona recuperar fatos da história econômica, individual, coletiva e social de determinado lugar.

Referências bibliográficas

- ALVAR, Manuel, **Las encuestas del “Atlas Lingüístico de Andalucía”**, Revista de dialectología y tradiciones populares, 11:3, 1955.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional. Ritos * Sabença * Linguagem * Artes e Técnicas**, volume III, 2ª edição, edições Melhoramento, São Paulo, 1967.
- BARBOSA, Maria Aparecida. **Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos**. Cienc. Culto. São Paulo, v. 58, n. 2, pág. 48-51, junho de 2006. DOI: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo> [consultado em 20/11/ 2020].
- BLUTEAU, Rafael, C.R. 1638-1734 **Vocabulario Portuguez e Latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/> [consultado em 15/11/2020].
- CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino (org.) **Geossistemas Ferruginosos do Brasil: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015.
- CARVALHINHOS, Patricia de Jesus **Variantes lexicais na toponímia portuguesa: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados. estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu**, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos RJ: CIFEFIL, 2008.
- COROMINAS, Joan, **Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana**. 3ª ed. Editorial Gredos S.A., Madrid, 1987.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____ **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos.** 2.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990 a.

_____ **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 b.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Coordenação de Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos-5ª edição -Curitiba: Positivo, 2010.

GONZÁLEZ González, M. (dir.): **Dicionario da Real Academia Galega.** A Coruña: Real Academia Galega. <<https://academia.gal/dicionario>> [Consultado: 20/10/2020]

HOLANDA, Sérgio Buarque de - **Caminhos e Fronteiras,** 2ª edição, Rio de Janeiro. J. Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE) - **Mapa Municipal Estatístico de Itaberá-** Mesorregião de Itapetininga e Microrregião de Itapeva - Malha territorial 2010- Edição 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. **São Paulo: exercício de memória.** ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa.** Livraria Acadêmica. RJ, 1955.

<https://www.docdroid.net/8C7Raqt/dicionario-etimolgico-da-lingua-portuguesa>

[consultado em 25/10/2020].

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo,** A língua indígena clássica do Brasil, 1ª edição-São Paulo- Global, 2013.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do sul na década da Independência.** Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Comunicação apresentada na 1.a Sessão de Estudos, dia 5 de julho de 1972.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: **Diccionario de la lengua española,** 23.ª ed., [versión 23.4 en línea]. <<https://dle.rae.es>> [consultado em 23/09/ 2020].

RIBAS, José Taborda & EL KHATIB, Faissal. **“Formação Étnica do Paraná: o elemento castelhano”.** 3ª ed. Em: **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

SAMPAIO, Teodoro, **O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL** - Introdução e Notas do Professor FREDERICO G. EDELWEISS. 5ª edição - Companhia Editora Nacional - São Paulo, Brasil, 1987.

SAPIR, Edward. **A Linguagem.** São Paulo: Perspectiva, [1921] 1980.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por

Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

[consultado em 05/11/2020]

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

VASCONCELLOS, José Leite. **Opúsculos, volume III, Onomatologia**, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

As mudanças nos topônimos amazônicos na Era Pombalina: um olhar para além da motivação saudosa

Clara Beatriz Haag

Considerações Iniciais

Considerada um ramo da Onomástica, ciência que estuda os nomes próprios, a Toponímia, cujo objeto de estudo é o signo toponímico, explora o significado e a origem dos nomes de lugares, assim como averigua suas transformações linguísticas. Podendo surgir de forma espontânea, na fala, é um elemento potencial para recuperação e análise linguística. No entanto, o meio físico e cultural não podem ser desprezados, assim como fatores ideológicos ou forças maiores, que acabam também por influir e marcar o topônimo como um instrumento de vontade política. Em conjunto com a história, poderá indicar o deslocamento dos povos na ocupação de um território e buscar os traços que grupos linguísticos deixaram (DAUZAT, 1926).

Desse modo, o topônimo atua como um signo linguístico que individualiza um espaço, sendo ele físico ou sociocultural. Pode, ainda, ser considerado um espelho da realidade, trazendo à luz a essência semântica de seu significado (DICK, 1980). Essa essência semântica pode revelar traços da natureza, como os relativos à fauna e à flora, mas também pode desvelar fatos políticos e históricos. É assim que o topônimo cristaliza a forma que determinada sociedade vê ou via o mundo, ou, em menor escala, sua própria paisagem física e cultural, visto que é pelo léxico que um indivíduo, grupo ou cultura se exprime. As marcas deixadas por um topônimo acabam se fixando mesmo quando a referência concreta para este já não existe mais, evidenciando o seu valor cultural e patrimonial. O *United Nations Group of Experts on Geographical Names* (UNGEGN), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), determinou o nome de lugar como herança imaterial, e, portanto, digna de preservação (UNGEGN, 2015)¹.

São esses estudos que vêm recuperando a língua, a história social e política de determinadas regiões, iniciando-se pela etimologia, pela investigação do significado e prosseguindo pela busca de um cenário motivacional que poderá proporcionar essa recuperação (CARVALHINHOS, 2002). O fato de um signo toponímico estar ligado a uma língua, a um povo e, portanto, a uma visão de mundo faz com que se pense o ato de nomear como

¹ O boletim aqui citado refere-se a uma edição dedicada especialmente para os nomes geográficos como herança cultural, trazendo uma série de exemplos que corroboram com o exposto neste trabalho.

humanização da paisagem, no sentido de ser uma atividade especificamente humana.

Assim, na toponímia o nome assume não apenas a função de identificação, mas também implica relações com um universo conhecido e revela valores simbólicos. Aparentemente contraditória à arbitrariedade do signo (Saussure, 2012), Dick (1990) defende a motivação do signo toponímico. Na verdade, o que a autora quer dizer é que além da motivação lexical, que possui graus de motivação ou de arbitrariedade, também é preciso levar em conta os motivos do denominador, estes nem sempre desvinculados da subjetividade. Segundo Dick (1990, pág. 60): “nome e nomeador pertencem a um só conjunto, são elementos da mesma origem, unidos pelo ato de nomeação”.

A partir deste prisma, o presente artigo propõe compreender as linhas que arrematam a colcha de retalhos da realidade colonial espelhada pelos topônimos, comparando-a com aos da sincronia para elucidar a rica história que permeia estas terras brasílicas. Entender os topônimos ligados a Portugal na região do Grão-Pará faz-se uma necessidade, as motivações e o patrimônio cultural são peças importantes do quebra-cabeça histórico brasileiro. A análise do léxico toponímico dessa região mostra, a partir de um olhar prévio, possíveis motivações e mecanismos utilizados na substituição de topônimos. Inicialmente, a região foi nomeada pelos povos originários, sendo essa ligada a uma realidade física e ambiental, visto que os nativos utilizavam elementos descritivos do seu meio em seus processos denominativos (SAMPAIO, 1987).

Ao longo da história do Brasil, esses topônimos foram apagados pelo colonizador, sobrepondo à nomenclatura original nativa dos topônimos descritivos aos nomes de lugares portugueses. A Era Pombalina (1750 – 1777; reinado de Dom José I) teve como principal motor a urbanização, e a partir disto a educação não coube mais aos jesuítas. Com a necessidade de demarcar o território, a partir daquele momento a substituição dos antigos topônimos se fez como estratégia política, consolidando as terras portuguesas e, assim, sua hegemonia. Portanto, o transplante de nomes de cidades portuguesas foi o batismo de uma nova era caracterizada por um cunho político e ideológico, não sendo, portanto, um ato saudoso.

1 Apanhado Histórico

A partir deste panorama é preciso entender as origens do povoamento daquela região, os primeiros habitantes da parte amazônica foram os povos originários. Como colaboradores de um projeto de colonização portuguesa, os jesuítas se estabeleceram na colônia para catequizar os indígenas, tanto pela catequese quanto pelo ensino de português (RAYMUNDO, 1998). Muitos religiosos desembarcaram no Brasil para dar ensinamentos não só aos povos indígenas,

mas também aos filhos dos colonos. Contudo, os métodos de ensino, a noção de verdade, de disciplinas passadas para os gentios era permeada por uma lógica europeia, bem distinta dos povos que habitavam a terra (RIBEIRO, 1998).

Desta forma, os jesuítas criaram aldeamentos em diversas regiões, constituindo regimes das missões para estes povos. O que torna interessante este fato é que este termo e signo toponímico é uma assimilação do vocábulo *aldeia*, que era a forma utilizada para as povoações indígenas. Os jesuítas não criaram um termo novo, de forma que adaptaram o conceito para a nova realidade (ARAUJO, 2010). Havia uma necessidade de isolar os indígenas² para então cristianizá-los e inseri-los na sociedade posteriormente.

O nheengatu – língua geral amazônica – e muitas línguas indígenas foram utilizadas em denominações na região amazônica, seja nos aldeamentos, seja em outros elementos geográficos. Porém, a já mencionada reviravolta histórica faz com que muitos desses topônimos fossem perdidos e suplantados por outros³, deixando no esquecimento uma parte importante do Brasil, uma toponímia de resistência e de ancestralidade. O fato é que durante o reinado de Dom José I (1750 – 1777), seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, inicia uma série de mudanças na colônia.

Uma das alterações radicais tange à questão do ensino, tirando o monopólio do saber das mãos dos jesuítas e culminando em sua expulsão. O medo latente provinha do fato de que os jesuítas estavam solidamente assentados naquela região (a Capitania do Grão-Pará), com uma língua já em uso, o nheengatu, e com isto a possibilidade de cisão entre metrópole e colônia se fazia muito presente. Com o objetivo de reafirmar a hegemonia da Coroa Portuguesa e dirimir conflitos, a Lei do Diretório dos Índios foi criada em 1757.

O Diretório impedia que o nheengatu fosse falado na região, tirava os indígenas da tutela jesuítica para torná-los vassalos de Portugal. Esse processo de proibição da língua também se estendeu à toponímia, pois havia uma necessidade de não deixar marcas de um passado. Os nomes escolhidos para substituir as denominações indígenas correspondiam a cidades portuguesas, o que se apresenta como uma reafirmação de pertença das terras amazônicas à Coroa Portuguesa. Também se buscava criar a alegoria de uma civilização: era

² Importante destacar a problemática de nomear povos tão diversos culturalmente como *indígenas*. Assim como a denominação *índio* não é apropriada, pois remete a uma confusão do colonizador ao chegar aqui pensando estar na Índia. Mesmo *a posteriori* não se fez questão de retificar o conceito. Ambas, colocam uma diversidade de povos e culturas como se fossem um bloco. Na impossibilidade de tratar de todos os povos neste trabalho é necessário pontuar esta lacuna, para se pensar outras formas possíveis

³ Apesar das medidas implantadas, alguns nomes de origem indígena resistiram com o tempo, nomes esses atrelados ao cotidiano daquele povo, como o do rio, de alguns bairros, que evidenciam até hoje a presença que se quis apagar.

preciso esquecer o passado de vez e urbanizar a região (ARAÚJO, 2010).

De modo geral, parece senso comum que o transplante dos topônimos portugueses para a região amazônica seria fruto de um sentimento saudoso, uma forma de homenagear sua terra natal, visto que, por passarem longos períodos fora de Portugal explorando novos lugares e estabelecendo colônias, os portugueses buscavam homenagear sua terra, trazer um pouco dela para o Brasil, mesmo que simbolicamente⁴.

Porém, analisando os motivos que desencadearam a aplicação do Diretório a partir da perspectiva histórica faz com que se trace um novo olhar sobre o assunto. Portugal precisava apagar qualquer lembrança dos períodos dos aldeamentos, o que fez com que o conceito destes também desaparecesse (ARAÚJO, 2010): aldeamentos seriam, a partir de então, espaços de urbanização criados por via de decretos. A problemática do Diretório era sua artificialidade, uma língua pode ser proibida, mas não é facilmente apagada. Nas regiões de maior povoamento o controle em relação ao uso do nheengatu poderia ser mais efetivo, mas ainda assim a resistência do falar dentro das casas permaneceu, ocasionando uma dicotomia entre uma língua a ser falada no espaço público, que seria o português, e a outra a ser falada no âmbito privado, o nheengatu.

2 Herança e Memória

O apagamento onomástico iniciado com os aldeamentos indígenas, com a proibição das línguas destes povos originários e com uma política de desapropriação, criou caldo para o conflito. Assim, a questão do nome é peça chave para olhar pelo viés da herança, já que remontar esse passado para criar formas de entender o presente é um meio de negociação. Usamos, assim, o passado e as memórias coletivas para encontrar novas formas de expressar identidade (Smith, 2006). No decorrer da pesquisa, deparamo-nos com uma questão, a ausência da nomeação dos lugares pelos povos indígenas do que entendemos como *cidade*. A nomeação de aspectos geográficos é mais recorrente, mas ainda assim há de se prestar atenção a certos aspectos, como é o caso do Rio Paraná. Na língua local, *Paraná* define o próprio curso de água, e não pode ser interpretado como uma nomeação deste. Ao olhar do outro (no caso, o colonizador), contudo, entendeu-se que o povo assim nomeou o rio. Em terminologia toponímica, o

⁴ Homenagear a terra natal é mecanismo comum não apenas à toponímia brasileira, mas uma tendência observada em outros lugares. Além da saudade, a posse é elemento que aparece com frequência nesse tipo de denominação.

genérico foi tomado como específico. A busca pela memória de um nome nativo passa a ser problemática, visto que a cosmovisão e a memória dos povos aqui destacados é outra.

A problemática que ocorre é de que há outros olhares, o que pode ser um motor importante para uma sociedade pode não ser para outra, mas há vozes que determinam o que é válido ou não, como podemos notar nas palavras de Smith (2006, p. 12): "The power relations underlying the discourse identify those people who have the ability or authority to 'speak' about or 'for' heritage"⁵. As pessoas que são habilitadas para determinar o que é herança, ou não, são as que têm voz, mas seus discursos só são possíveis em detrimento de outros. Isto reverbera na temática aqui levantada: as culturas indígenas passaram por inúmeros apagamentos, iniciados com os aldeamentos, passando pelos atos implicados em decreto e agora, no presente, marginalizados pelo governo. Fica claro, pois, quem é autorizado a falar sobre herança, mostrando as diversas facetas colonizadoras.

Como é o caso aqui abordado, acreditou-se por muito tempo que os nomes de cidades e vilas portuguesas transplantadas para a região implicariam saudade, o que poderia ser explicado dentro do contexto de colonização, mas ao adentrar o assunto encontramos a mudança do nome via decreto como instrumental político, a fim de delimitar as fronteiras de um território português, modernizando uma região que era vista como atrasada por ser habitada majoritariamente por indígenas.

Da micro perspectiva conseguimos olhar para a macro, tangenciando questões históricas, antropológicas, sociais, políticas. "Another crucial theme of this discourse is the idea that 'heritage' is innately valuable. This is because 'heritage' is seen to represent all that is good and important about the past, which has to the development of the cultural character of the present"⁶ (SMITH, 2006, p. 29). Assinalar algo como herança é também valorizá-lo, e ao fazer isto delimita-se o que é ou não importante para ser lembrado no futuro, descartando tudo o que não se encaixa nesse escopo.

⁵ "As relações de poder subentendidas no discurso identificam aquelas pessoas que têm a capacidade ou a autoridade para 'falar' sobre ou 'para' herança" (tradução nossa).

⁶ "Outro tema crucial nessa questão é a ideia de que 'herança' é inatamente valioso. Isso acontece, porque a 'herança' é vista como representante de tudo que é bom e importante sobre o passado, o que teria relação com o desenvolvimento do caráter cultural do presente" (tradução nossa).

Porém, muito se perde dessa forma, “is inappropriate to lump all heritage under this label, and that heritage does much more than offer a sanitized version of the past”⁷ (SMITH, 2006, p. 33). Ao etiquetar algo, perde-se muito. Há uma busca por esse passado higienizado, em que as coisas estão bem delimitadas, mas ao fazer isto se está escolhendo uma forma de se olhar o passado, apagando todas as demais. Segundo Alderman (2002, 101), “the tribute (or celebration, which involves a wider range of categories than just personal first names) memorializes in an urban denomination a vision of the present that will come to pass; to the detriment of this, another vision is no longer offered for the future”⁸.

3 Outros Mundos Possíveis

Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 169), “cremos que o ser de uma sociedade é seu preservar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura”. Nessa contraposição entre o mármore e a murta, sendo respectivamente o homem branco representado pelo mármore e o indígena pela murta, compreende-se que a literatura do período colonial pontua a dificuldade de moldar os povos originários, visto que aceitavam facilmente uma pregação, mas da mesma forma logo deixavam de seguir os preceitos por ela instados, revelando inconstância, a “inconstância da alma selvagem” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Essa inconstância se dá, segundo o autor, por estas sociedades terem como valor central a troca e não a identidade. Por isso que não poderiam crer nem adorar, porque não estavam sujeitos a ninguém, haja vista a ausência do Estado. Segundo Gandavo (1980, p. 19), estes povos não tinham a letra f, l e r, portanto não tinham nem fé, nem lei, nem rei. A inconstância também conduz, segundo Viveiros de Castro (2002), ao que se interpreta como memória, já que os povos originários tinham e têm uma relação com a memória completamente distinta da dos europeus. Sua memória estava ligada à coletividade e à memória dos inimigos.

A partir deste panorama, olhar a memória por meio dos documentos dos colonizadores, da forma pela qual se limitaram a olhar para os povos locais seria corroborar com a mono-

⁷ “é inapropriado agrupar toda herança sob esse rótulo, e esta faz muito mais do que oferecer uma visão higienizada do passado” (tradução nossa).

⁸ “a homenagem (ou celebração, que envolve uma gama mais ampla de categorias do que somente os nomes próprios) cristaliza em uma denominação uma visão do presente que acontecerá, em detrimento disso, uma outra versão não é mais oferecida para o futuro” (tradução nossa).

história (NAVARRETE LINARES, 2004). Quando iniciamos a pesquisa, buscar os nomes indígenas dados para aquelas cidades era nossa maior motivação, mas no decorrer deparamo-nos com este dilema surgido pelo fato de que aqueles povos tinham outra cosmovisão, não nomeavam cidades, e principalmente eram ágrafos. Assim, se porventura em algum documento viesse encontrar uma interpretação de como os povos originários nomearam aqueles lugares deveríamos redobrar a atenção, haja vista que é a visão do outro que ali está registrada, visão muitas vezes acachapante.

Segundo Navarrete Linares (2016, p. 10): “La integración de las historias indígenas a la monohistoria occidental fue resultado de una negación diplomática, siempre desigual y sesgada”⁹. Faz parte do processo de construção de uma mono-história invalidar tradições e pontuar verdades - sob a ótica do dominador. Resultando em uma redução do que poderia ser narrado, do que entraria na história, de quais seriam estes discursos do passado, há um filtro na busca científica em extrair o que se considera verdade dos discursos indígenas. Dessa forma, constrói-se uma única narrativa, linear e nacional, para seguir colonizando o passado (NAVARRETE LINARES, 2016, p. 12).

O foco teria que se transmutar, invés de buscar os nomes destes antigos povoamentos, atentar aos detalhes, ao não narrado. Segundo Navarrete Linares (2016, p. 12): “Así la cosmohistoria nos permite reconocer la riqueza de una historia que nos resulta menos familiar, más interesante, realmente desconocida¹⁰”, para que, assim, a pluralidade possa seguir existindo, e que outros mundos sejam possíveis. Há muito para avançar, mas a busca pela pluralidade, pelos detalhes, por aquilo que não se conta se faz constante nesta pesquisa, para assim o passado trabalhar para o presente, para a constituição do sujeito.

Considerações Finais

Seja sincrônica ou diacronicamente, entender o porquê de tal topônimo identificar uma região, assim como a busca por nomes anteriores e a compreensão de motivações que o levaram a fixar-se, é importante para a língua, a cultura e a história do local. As substituições toponímicas, nesse caso particular ocorrido no Grão-Pará, aconteceram de forma arbitrária e, portanto, carregam uma série de fatores que as determinaram. Reconhecer e investigar esses

⁹ “A integração das histórias indígenas na mono-história ocidental foi fruto de uma negação diplomática, desigual e enviesada” (tradução nossa).

¹⁰ “Assim, a cosmo-história nos permite reconhecer a riqueza de uma história que é menos familiar, mais interessante, realmente desconhecida” (tradução nossa).

fatores significa maior conhecimento da região e do seu passado, trazendo questionamentos para o presente. Com o extinto Grão-Pará não poderia ser diferente. Buscar o porquê da mudança dos topônimos daquela região nos traz à luz nuances às vezes sutis, mas que carregam um apagamento dos povos indígenas em várias instâncias, não apenas o pressuposto pela substituição onomástica. Investigar o motivo das antigas e novas nomeações e os mecanismos linguísticos e ideológicos do transplante de topônimos portugueses faz com que a ideia da saudade seja plenamente descartada, conforme Nascentes (1960).

Tentar recuperar antigos topônimos nativos que nomeavam aquela região colocará em pauta algo negligenciado, pois se poderá entrever a visão de mundo daqueles povos, da cosmovisão ligada a uma realidade física e ambiental. Justifica-se o proposto, sobretudo, por evidenciar que não basta seguir os tradicionais critérios de análise lexical para tratar um *corpus* toponímico, já que o tratamento semântico-lexical nem sempre revela ao pesquisador, por si só, mecanismos utilizados para criação ou substituição de topônimos. É certo, contudo, que este não deve ser negligenciado, mas o presente artigo propõe para o objeto em questão uma visão mais ampla do que tradicionalmente se usa, no Brasil, para estudar os nomes de lugares. Não há lógica, nesse contexto histórico, de se recuperar etimologicamente o que significa Óbidos (PA, antiga Pauxis, 1758), nome transplantado que em seu local de origem relaciona-se a *oppidum*, denominação latina usada para definir as fortificações da idade do ferro, nome frequente em Portugal e presente na raiz do topônimo Óbidos transplantado ao Pará.

Mais que uma questão de língua, justifica-se por inscrever o léxico toponímico em um contexto muito mais amplo - histórico, social, político e até mesmo econômico, evidenciando, assim, a dimensão interdisciplinar assumida pelos nomes de lugares e seu estudo. Desta forma, reviver esse momento histórico por meio de topônimos faz-se necessário como recuperação da feição nativa local, bem como desvendar mecanismos de apagamento com base ideológica. Desta forma, é possível notar como léxico e a toponímia são importantes na recuperação de uma memória apagada. No passado residem peças importantes da história de muitos povos. Histórias muitas vezes que não são contadas, e por isso é preciso ater-se aos detalhes e buscar outras formas possíveis, para que a pluralidade seja um caminho, para que se possa descolonizar mentes e, por fim, o próprio passado.

Referências bibliográficas

ALDERMAN, Derek. Street Names as Memorial Arenas: The Reputational Politics of Commemorating Martin Luther King Jr. in a Georgia County. In: **Historical Geography** 30, pp.

99-120. 2002.

ALDERMAN, Derek. **Place, Naming, and the Interpretation of Cultural Landscapes**. In: **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Edited by BRIAN GRAHAM and PETER HOWARD. Ashgate Press, pp. 195-213. 2008.

AZARYAHU, Maoz. Naming the Past: The Significance of Commemorative Street Names. In: **Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming**. Edited by L. BERG and J. VUOLTEENAHU. Ashgate. Farnham, pp. 53-70. 2009.

ARAÚJO, Renata Malcher de. As Vilas Pombalinas da Amazônia: as Cidades que Tiveram Ordem Para Serem Mestiças. In: LIBBY, Douglas Cole. **Cortes, Cidades, Memórias: Trânsitos e Transformações na Modernidade**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros. 2010.

CARVALHINHOS, Patrícia. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In: **Revista USP**. São Paulo. n.56. 2002.

DAUZAT, Albert. **Les noms de Lieux: Origene et Évolution**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP, 1980.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2ª ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Itatiaia. 1980.

NASCENTES, Antenor. A Saudade Portuguesa na Toponímia Brasileira. In: **Revista Letras**. UFPR. 1960. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19903/13128>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

NAVARRETE LINARES, Federico, “¿Dónde queda el pasado? Reflexiones sobre los cronotopos históricos”. In: **El historiador frente a la historia: El Tiempo en Mesoamérica**. Virginia Guedea (coord). México. Instituto de Investigaciones Históricas-UNAM. pp. 29-52. 2004

_____. “Entre a cosmopolítica e a cosmo-história: tempos fabricados e deuses xamãs entre os astecas”. In: **Revista de Antropologia de São Paulo**. vol. 59. no. 2. pp.86-108. 2016.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os Princípios da Modernidade nas Práticas Educativas dos Jesuítas**. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual de Maringá: 1998. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. Campinas: Autores Associados. 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROSE-REDWOOD, Reuben. –ALDERMAN, Derek. –AZARYAHU, Maoz. Geographies of Toponymic Inscription: New Directions in Critical Place-Name Studies. In: **Progress in Human Geography** 34 (4), pp. 453-470. 2009.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SMITH, Laurajane. The Discourse of Heritage. In: **Uses of Heritage**. London: Routledge. 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix. 2012.

UNITED NATION GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. **Information Bulletin**, Nº 48, Maio, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, in: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002.

Toponímia portuguesa e brasileira: reflexões sobre a mineração e a preservação de memória em Aveiro (Portugal) e em Guarulhos

Adriana Tavares Lima

Introdução

As atividades profissionais ocupam papel de destaque na toponímia de Portugal, indicando ofícios e atividades econômicas que hoje podem estar em desuso (CARVALHINHOS, 1998, p. 202-204; CARVALHINHOS, 2003; LIMA, 2012a, p. 159-161). O mesmo quadro pode ser observado na toponímia do Brasil¹, o que nos leva a destacar o trabalho emblemático de estabelecimento de áreas toponímicas referente à atividade pastoril na região nordeste elaborado por Magalhães (1968).

A mineração é uma prática que tem raízes remotas no território português, remontando a povos de distintas procedências que ocuparam a Península Ibérica antes mesmo da chegada dos romanos. No Brasil, essa atividade também nos conduz a tempos antigos, datando do Brasil colônia. A partir desse período, a extração de minérios passa a ter um papel de destaque na economia, atuando também como um fator que impulsionou a expansão territorial. Embora atualmente a presença da atividade mineradora seja marcante na estruturação econômica e na toponímia de determinadas regiões brasileiras como no Estado de Minas Gerais, denominação que por si só alude ao contexto da mineração, ela também pode estar inscrita em localidades onde essa extração já não é mais exercida há décadas ou mesmo séculos.

Nesse sentido, trazemos à luz dois casos particulares de topônimos relacionados à atividade de mineração, um referente a uma freguesia em Portugal e outro a um local urbano dentro do município brasileiro de Guarulhos, observando ações de preservação de topônimos e memória. A denominação *Cacia*, coletada por meio de índice de topônimos de Portugal, particulariza, além da sede de freguesia, uma estação de caminhos de ferro do concelho de Aveiro, situado em uma área central e próxima ao litoral. A região destaca-se ainda hoje pela

¹ Este texto é fruto de observações iniciadas durante o trabalho final da disciplina de pós-graduação “Panorama Geral de Toponímia Portuguesa”, oferecida pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ministrada de forma condensada pela Prof.^a Dr.^a Patrícia Carvalhinhos no primeiro semestre de 2019. Essas reflexões permitiram revisitar aspectos de relevo estudados durante a elaboração de nossa dissertação de mestrado sobre a toponímia de um concelho do norte de Portugal (LIMA, 2012a), fazer considerações pontuais sobre a toponímia brasileira e tecer encaminhamentos para o estágio atual de nossa tese de doutoramento, que tem como objeto de estudo a toponímia de Guarulhos.

concentração de atividades fabris e alta densidade populacional (CARVALHINHOS, 1998, 2005). Já a denominação *Lavras* liga-se a um bairro periférico do município de Guarulhos (Região Metropolitana de São Paulo), topônimo presente em fontes cartográficas diversas. Até recentemente, também figurava como nome de uma via que corta esse bairro, mas hoje a antiga *Estrada das Lavras* passou a ser a *Avenida José Brumatti*.

Inicialmente apresentaremos alguns dados históricos sobre a mineração onde esses topônimos foram identificados. Em sequência, traremos apontamentos teóricos sobre os estudos de onomástica e de toponímia portuguesa e brasileira (HOUGH, 2018; VASCONCELOS, 1931; CARVALHINHOS, 1998, 2005, 2007, 2014; LIMA, 2012a, 2012b; DICK, 1990a) com foco na oficialização e na substituição de topônimos, considerando conceitos e aspectos sobre memória (BAER, 2010; CANDAU, 2014), memória social (BAER, 2010) e memória e esquecimento (POLLAK, 1989). A par disso, elencaremos como se dá hoje a atribuição de topônimos em Aveiro e em Guarulhos para, em seguida, analisar traços semânticos e morfológicos dos topônimos *Cacia* e *Lavras* e a manutenção dessas denominações em seus locais de origem. Por fim, faremos observações gerais sobre a preservação de topônimos e a memória da atividade de mineração.

1 Alguns apontamentos históricos sobre a mineração na toponímia de Aveiro e de Guarulhos

Embora a toponímia de Portugal e a do Brasil tenham a língua portuguesa como um ponto em comum, as denominações de entidades geográficas nesses dois países portam aspectos que se vinculam a diferentes momentos, o que pode remeter a períodos mais remotos da história de Portugal e do Brasil (como abordaremos melhor na parte teórica deste trabalho) e a características minerais desses territórios.

Antes da chegada dos romanos, o domínio da Península Ibérica foi disputado por fenícios e gregos, o que nos transporta à pré-história portuguesa. Os primeiros que se instalaram no local foram os fenícios, fato que se vincula à origem de Cádiz – local fundado aproximadamente em 1100 a.C., de acordo com escritos da Antiguidade, ou por volta do século VIII a.C., segundo indícios arqueológicos. Enquanto a presença dos gregos desenvolveu-se na costa levantina, a dos fenícios se fez marcante no Atlântico. Visando à obtenção de materiais como o ouro, navegadores fenícios chegaram à Península Ibérica fazendo uso de rotas já conhecidas por coletores de metal. A recolha do minério e os trabalhos de mineração determinaram o estabelecimento de sedes duradouras em localidades junto ao mar e a rios, dando origem a feitorias que, posteriormente, tornaram-se povoações. Tartessos surge como grande cidade ao sul da Península, detendo o domínio de grandes jazidas mineiras localizadas

nessa região. Os contatos que fenícios e gregos estabeleciam com Tartessos estão na base do grandioso desenvolvimento que a Bética apresentou durante a Antiguidade (SARAIVA, 1993).

Nesse período também surgem novidades no trabalho com o metal, sendo que os fenícios podem ter desempenhado o papel de notáveis mineradores. Especula-se que, no português atual, certos vocábulos têm procedência fenícia, praticamente sem a interferência do latim. Nesse contexto insere-se um topônimo de Aveiro, *Cacia*, do qual voltaremos a tratar na análise deste texto. Desse modo, a ação exercida pelos fenícios existe até os dias atuais na onomástica portuguesa (CARVALHINHOS, 1998, p. 15-25).

De acordo com Vilardaga (2016), a descoberta de ouro no antigo aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, que mais tarde se tornou a cidade de Guarulhos, remonta ao final do século XVI. Referências a minas desse período estão presentes em Ata da Câmara de São Paulo do início do século XVII (ATAS II, 16.12.1606). Afonso Sardinha teria sido o responsável pela descoberta de ouro na região de Guarulhos, que ocorreu na Serra do Itaberaba. Vilardaga (2016) observa que a ocupação da área mais ao sul do território da aldeia, ao longo do Rio Baquirivu, foi motivada pela exploração mineral. Geraldo Correa, nomeado como capitão do aldeamento, explorou ouro nessa região, em local particularizado como *Lavras Velhas do Geraldo*. Assim, a nomeação de Geraldo como capitão sacramentou o início da ocupação dessas terras por colonos. As propriedades do solo, os locais onde a atividade de mineração se estabeleceu e os vestígios dessa ação têm sido abordados em estudos mais recentes, nos quais encontramos nomes de cursos de água como *Ribeirão das Lavras*:

No caso da área coberta pelo atual município de Guarulhos, estudos geológicos vêm detalhando seu solo, sua composição mineral e mapeando suas áreas de extração, revelando a amplitude e importância da atividade mineradora na história da região [...]. Além disso, pode-se reconstituir as formas de garimpagem e de trabalho ao longo dos rios, córregos e ribeirões. As principais áreas de extração teriam sido próximas aos atuais “ribeirões das Lavras e Tomé Gonçalves e dos córregos Tanque Grande e Guaraçau” [...], além do rio Baquirivu-Guaçu, que compunham um amplo território permeado de lavras e envolvendo uma série de mineradores e trabalhadores. A presença abundante de água, e seu aproveitamento através de galerias, dutos, aquedutos e canais para lavagem, foi um fator preponderante para o sucesso de tais garimpos e lavras [...]. A presença da mineração na história regional ainda é perceptível nas marcas e vestígios materiais deixados na paisagem, compostos de galerias, escavações em encostas, desvios de rios e ribeirões, obras de drenagem, paredões, montes de rejeitos e entulhos. As lavras tiveram ainda um intenso desenvolvimento no século XVIII, e funcionaram seguramente até o início do século XIX [...] (VILARDAGA, 2016, p. 49).

Assim, *Lavras* é uma denominação que aparece vinculada à história de Guarulhos e à história da mineração no local (IBGE, 2017). Embora a exploração mineral tenha dado início ao

desenvolvimento econômico na região, nota-se que, mais recentemente, o lugar se caracteriza pela presença de pedreiras, atividade comercial pouco expressiva e uso residencial marcado por uma área densamente ocupada, de padrão popular, e por uma porção com chácaras (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 2010). A par disso, a presença da forma *Lavras* na toponímia atual de Guarulhos é percebida como nome de bairro, ainda que como logradouro essa denominação tenha passado por substituição nos últimos anos.

A seguir, abordaremos alguns apontamentos teóricos que se mostram de relevo quanto a esse quadro, visando reunir elementos para uma melhor compreensão sobre a presença e a manutenção dessas denominações em seus locais de origem.

2 Toponímia, memória e monumentos

Como bem aponta Hough (2018, p. 1), a onomástica é uma disciplina tanto antiga quanto jovem. Já na Grécia Antiga, os nomes tinham um papel central no estudo da língua, ligando-se à comunicação entre os homens e a sua organização do mundo. A análise das origens dos nomes é mais recente, não acusando progresso até o século XX em alguns ramos e estando em desenvolvimento em outros. Nesse contexto, o estudo dos nomes na esfera social também é algo um tanto novo, baseando-se em aportes oriundos da sociolinguística (e originando o que os autores vêm denominando *socio-onomastics*, em versão livre *socio-onomástica* – cf. HOUGH, 2018, p. 8-10; AINIALA, 2018; ALDRIN, 2018) e tomando novos direcionamentos nos últimos anos. Ao passo que se observam abordagens que envolvem nomes de diversos tipos, nota-se que outras enfatizam nomes de lugares e de pessoas. Nesse quadro, percebe-se que uma grande quantidade de pesquisas interdisciplinares vinculadas a áreas como arqueologia e estudos da paisagem centram-se em um determinado tipo de denominações, os nomes de lugares.

Carvalhinhos e Lima (2013, p. 277) afirmam que se torna indispensável ter conhecimento da toponímia portuguesa em Portugal, seu local de origem, para que o sistema toponímico do Brasil seja mais bem compreendido. As denominações de lugares portugueses caracterizam-se por terem um histórico de mais de dois mil e duzentos anos, o que permite abordagens diferenciadas e parciais dessa realidade.

O estudo dos nomes geográficos, ou toponímia, é uma das grandes áreas nas quais Vasconcelos (1931) divide o estudo dos nomes próprios. Primeiramente, ao elencar topônimos portugueses por línguas, o autor apresenta nomes pré-romanos, romanos, germânicos², árabicos, de procedências variadas e portugueses propriamente ditos. Da mesma forma que

² Como as denominações estudadas por Piel (1933).

essa divisão coloca em destaque períodos históricos de relevo para a história portuguesa, deixa em evidência as origens e também a constituição histórica do léxico português (PIEL, 1989).

Quanto aos elementos de origem pré-latina do léxico, Piel (1989) destaca a presença de determinados termos referentes a noções concretas, como conceitos de topografia que não tinham formas equivalentes na língua de povos colonizadores, como *barranco*, *pala* e *várzea*. O autor afirma que a procedência dessas línguas é variada, compreendendo elementos celtas e de línguas anônimas (vinculados à família indo-europeia), e outros de línguas relacionadas ao basco ou a um substrato mediterrâneo – o que testemunha o deslocamento de diferentes povos ainda em períodos pré-históricos³. A toponímia pré-romana na Península Ibérica também é estudada em trabalhos como os de Menéndez Pidal (1952), de Nieto Ballester (1997) e de García Sánchez (2007). Para Menéndez Pidal (1952), além constituir a história dos nomes próprios mais frequentes em uma determinada língua, a toponímia se distingue como documento de idiomas antigos:

La toponimia no es sólo la historia de los nombres propios más usuales en un idioma, pues encierra, además, un singular interés como documento de las lenguas primitivas, a veces los únicos restos que de algunas de ellas nos quedan. Los nombres de lugar son viva voz de aquellos pueblos desaparecidos, transmitida de generación en generación, de labio en labio, y que por tradición ininterrumpida llega a nuestros oídos en la pronunciación de los que hoy continúan habitando el mismo lugar, adheridos al mismo terruño de sus remotos antepasados; la necesidad diaria de nombrar ese terruño une a través de los milenios la pronunciación de los habitantes de hoy con la pronunciación de los primitivos (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 5).

Além de agrupar topônimos por línguas de origem, Vasconcelos (1931) apresenta estudos de topônimos de acordo com causas que os originaram, modos de formação de topônimos e estudos de determinadas denominações, como no ensaio “Na Ribeira do Lima”. Ao final da parte dedicada à toponímia, o autor traz, em “Miudezas toponímicas”, generalidades, topônimos de acordo com as línguas de que se originam, topônimos por categorias, como o reino mineral, e topônimos que exprimem determinados fenômenos gramaticais.

Com relação a topônimos de índole mineral, o autor apresenta o estudo de denominações como *Escorial*, *Ferreira* e *Ferraria*, oferecendo diversos dados sobre elas como

³ Ao abordar essas diferentes procedências, Untermann (1962) menciona a existência de “[...] vestígios de diversas línguas na Península Ibérica: célticos, ilíricos, bascos, ligúricos, fenícios [...] sob uma variegada e imprecisa confusão de aspectos isolados, de tal modo que, na melhor das hipóteses, não conseguimos mais do que um inventário de todas as línguas que porventura algum dia tenham sido faladas na Península” (UNTERMANN, 1962, p. 7). O autor também afirma que, de fato, são conhecidos topônimos de procedência pré-romana em toda a Península, mas que, em maioria, foram apontados tardiamente por autores gregos ou latinos do Império.

etimologia, frequência e variações dessas formas na toponímia portuguesa e na da Península Ibérica. Ao explorar as denominações *Ferraria* e *Ferreira* (ambas relacionadas a minas ou a trabalhos de ferro), Vasconcelos (1931, p. 366-368) afirma que, segundo informação levantada em um estudo, o topônimo espanhol *Herrerias*, equivalente ao português *Ferrarias*, particulariza uma localidade onde há resquícios de atividade mineira de povos fenícios. O autor assegura que tem conhecimento do topônimo *Ferrarias*, na Estremadura portuguesa, com resquícios romanos, possivelmente escórias⁴.

Quanto aos fenômenos gramaticais em topônimos, Vasconcelos (1931) dedica partes dos *Opúsculos* à morfologia e à formação de palavras. Quanto à morfologia, há estudo, entre outros, de vestígios de casos latinos em topônimos terminados em *-im* como *Alvim*. Essas denominações referem-se a nomes de proprietários de terras e remontam à Idade Média. Além de *-im*, nota-se em Carvalhinhos e Lima (2013, p. 285) outros sufixos frequentes na toponímia portuguesa com valor de genitivo, que se juntam a antropônimos latinos e remetem à estruturação “villa antropônimo + sufixo”: *-ano/-ão* < *-anus*, *-ões* < *-onis* e *-ães* < *-anis*. Já quanto à formação de palavras, Vasconcelos (1931) destaca o emprego de sufixos diminutivos como um dos modos de distinguir localidades portuguesas, listando morfemas como *-inho (a)*⁶, e outros como *-elo (a)*.

Nesse sentido, averiguando que, entre outros dados, expressões de língua arcaica permanecem cristalizadas em topônimos, Carvalhinhos (2007) também destaca que essa presença de resquícios antigos no léxico toponímico aponta fenômenos linguísticos de relevo, sobretudo quanto ao estudo morfológico – o que a autora coloca em evidência. Em ocasiões que a denominação já se fixou em determinado período e a lexia que o gerou encontra-se em desuso no português contemporâneo, ocorre a não decodificação quanto ao significado e, portanto, o esvaziamento semântico. Outro fenômeno que decorre desse e que também se mostra frequente é a ressemantização, ocorrendo quando o sentido original do topônimo passa a ganhar novo significado.

Como mostra Carvalhinhos (2007), certos nomes de lugares podem ter seu sentido original recuperado por meio do estudo de sua morfologia, dado que morfemas permanecem íntegros nos sufixos, trazendo marcas de uma morfologia arcaica. Com base no modelo taxonômico de Dick (1980, 1990a, 1990b), Carvalhinhos (2007) apurou, ao focar a toponímia de Aveiro, que denominações relacionadas à vegetação (fitotopônimos) e à topografia (geomorfotopônimos), classe que envolve monumentos referentes à pré-história portuguesa,

⁴ Ainda que possa ser possível encontrar trabalhos mais recentes sobre esse assunto, optamos, nesta ocasião, pela recolha de dados realizada por Vasconcelos (1931).

são recorrentes. Já as denominações relacionadas a nomes de pessoas (antropotopônimos) e a atividades profissionais, bem como a locais de trabalho (sociotopônimos⁵), são predominantes quanto ao contexto cultural e social, parte delas com sentido opaco, como *Alvim*.

Ao analisar topônimos brasileiros relativos à índole mineral e à constituição do terreno (litotopônimos), Dick (1990a) observa que essas denominações se ligam a fatos físicos e, de modo mais restrito, a momentos históricos de relevo de um povo. Ao lado desse grupo de denominações, Dick (1990a) relaciona os sociotopônimos referentes a termos vinculados a atividades profissionais exercidas em um local em virtude de suas condições minerais e os topônimos considerados históricos, muitos deles formados por nomes de personalidades (antropotopônimos) que remetem aos bandeirantes. Quanto às atividades sociais e econômicas resultantes da mineração, Dick (1990a) destaca a geração de topônimos referentes a formas como *catas* e *lavras*.

Integrando a onomástica, a toponímia insere-se em um universo de discurso, sujeitando-se às suas leis, dado que o topônimo é um signo da língua desempenhando função de particularizar localidades. A partir da fixação ou da oficialização, o topônimo passa a manter semas e morfemas próprios da língua no momento em que essa denominação ocorreu. Após esse estabelecimento, o topônimo não apresenta mais modificações como signo linguístico, o que o leva a ser apontado como fóssil linguístico. Se o significado do topônimo é de domínio do grupo, ocorre a decodificação adequada. Já em casos de desaparecimento da referência concreta motivadora, o grupo passa a não decodificar o sentido do topônimo, que se mostra então opaco. Embora os semas sejam preservados intactamente, para o usuário apenas o significante permanece mantido. Nesse sentido, o estudo semântico que possibilita a reconstituição do idioma e de atividades exercidas por grupos em determinados momentos pode levar a reconstituir particularidades dessa coletividade (CARVALHINHOS, 2007). Desse modo, a toponímia de Portugal coloca-se como campo vasto para estudos semânticos e, por extensão, toponímicos.

Quanto à fixação do topônimo, a oficialidade coloca-se como um estado diferente dos processos de surgimento dessas denominações, conforme reflexão presente em Lima (2012b). As denominações de lugares podem surgir de modo espontâneo, resultado da trajetória de um grupo, ou de modo sistemático, dados por descobridores ou por dirigentes (DICK, 1990a).

⁵ Segundo o modelo proposto por Dick (1980, 1990a), os sociotopônimos são topônimos referentes a atividades profissionais, a locais onde essas atividades são desempenhadas e a pontos de encontro. Desse modo, entendemos sociotoponímia como o estudo dos sociotopônimos de uma determinada localidade.

Em Aveiro, a atribuição de topônimos é uma competência municipal. A Comissão Municipal de Toponímia é um órgão consultivo da Câmara de Aveiro que, entre suas competências, elabora pareceres sobre atribuições toponímicas em âmbito municipal, uma assessoria técnica quanto à toponímia (CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, 2019; LIMA, 2012b; RODRIGUES, 2009)⁶.

Em Guarulhos, assim como na cidade de São Paulo, a oficialização e a alteração de denominações de logradouros são competências municipais. Nesse contexto, observamos regras para a alteração de topônimos, como a anuência de proprietários de imóveis do local por meio de abaixo-assinado que acompanhará o processo administrativo, e temas para a denominação e alteração de logradouros, o que inclui nomes de pessoas já falecidas, datas ou fatos históricos notáveis e topônimos (PREFEITURA DE GUARULHOS, 2014). Até o momento, diferentemente de Aveiro, não temos conhecimento sobre a existência de comissões de toponímia ou de qualquer outro órgão consultivo que preste assessoria em toponímia tanto ao município de Guarulhos quanto ao município vizinho, São Paulo.

Em relação à memória, Baer (2010) afirma que esse termo apresenta problemas e significados, como identidades pessoais e coletivas, além de vazios ou mesmo esquecimentos quanto à história. Ao explorar a memória social, ou da sociedade, o autor menciona lugares de memória e monumentos como lugar de memória. Em relação a monumentos, cabe destacar que, embora se tenha como objetivo o seu emprego como elemento de recordação, pode perder seu sentido original com a passagem do tempo:

Las dos palabras empleadas para monumento en el idioma alemán – *Mahnmal* y *Denkmal* – plantean en su etimología dos llamadas al espectador: a recordar y a pensar. Aunque ése suele ser el propósito de la erección de monumentos y memoriales, bien es sabido que todo monumento, con el tiempo, no sólo pierde su sentido o intencionalidad original sino que, en tanto que materialización y culminación formal de una idea, tiene siempre un aspecto de cierre (BAER, 2010, p. 139, grifos do autor).

Memória e esquecimento são objetos de estudo de Pollak (1989), que traz observações sobre a memória em disputa, abordando batalhas de memória ocorridas na Europa nos últimos anos e apontando a necessidade de dirigentes de vincular mudança política à revisão do passado (1989, p. 4-5). Assim, mais relevante do que a memória na qualidade de faculdade humana é investigar as maneiras como a memória se manifesta (CANDAUI, 2014, p. 21). Nesse sentido, um dado que se faz oportuno destacar é o apelo a testemunhos, e o encontro de aspectos que

⁶ Cf. maiores detalhes sobre a ação das Comissões de Toponímia em Portugal em Lima (2012b) e no levantamento de Rodrigues (2009).

concordam no essencial e possibilitam reconstruir um grupo de lembranças. Quando as impressões se apoiam não apenas na lembrança individual, mas incluindo a lembrança de outros, a confiança nessa exatidão passa a ser maior, o que se vincula à memória coletiva conforme Halbwachs (1990).

Após percorrermos alguns apontamentos teóricos de relevo sobre a toponímia portuguesa e brasileira e dados que envolvem a fixação de topônimos e os fenômenos que essas denominações estão sujeitas em virtude da passagem do tempo, além de aspectos sobre a memória, procederemos à análise dos dois topônimos aqui delimitados como objetos de estudo, *Cacia* e *Lavras*.

3 O lugar da mineração na memória toponímica em Aveiro e em Guarulhos

Ainda que consideremos fontes primárias de coletas de topônimos, os objetivos deste trabalho nos fazem considerar também outros métodos de recolha, que envolvem critérios teóricos e metodológicos empregados em diretrizes de construção de atlas toponímicos como as do Projeto Atlas Toponímico de Portugal (ATPor) apontadas em Carvalhinhos (2014) e Carvalhinhos e Lima (2013). De outra parte, as denominações *Cacia* e *Lavras* permitem análises semânticas e morfológicas, como a do esvaziamento semântico já mencionada por Carvalhinhos (2007), e uma averiguação da oficialização e da permanência dessas denominações em seus lugares de origem, o concelho de Aveiro e o município de Guarulhos.

De acordo com nosso intuito de estudar um topônimo português distinto por se relacionar à atividade de mineração e analisar a presença dessa denominação ao longo do tempo, encontramos *Cacia* no trabalho sobre a toponímia portuguesa de Carvalhinhos (1998) em item relacionado à pré-história e às características de ordem étnica de povos pré-romanos.

Após elegermos essa denominação como um de nossos objetos de estudo, seguimos orientações de coleta de topônimos empregadas por Carvalhinhos (2005, 2014) e Lima (2012a), que se baseiam em critérios adotados pelo ATPor, para verificar a frequência da forma *Cacia* na toponímia do concelho de Aveiro. Destacamos o uso do método de coleta de denominações do ATPor por esse projeto ter o objetivo geral de analisar estratos de língua em topônimos portugueses do ponto de vista teórico e metodológico toponímico e, como objetivos específicos, estudar processos morfológicos e fenômenos que singularizam os topônimos, entre outros, contribuindo para os estudos da filologia da língua portuguesa (CARVALHINHOS, 2014).

Assim, procedemos à verificação quantitativa da denominação *Cacia* no concelho de Aveiro por meio do repertório de nomes elaborado pelo Grupo CRISE (Cartografia: Rede de

Informação de Situações de Emergência)⁷. Das quatro ocorrências encontradas, apenas duas consideraremos como topônimos propriamente ditos: *Cacia* (uma estação de caminhos de ferro) e *Cacia* (sede de freguesia, uma unidade administrativa portuguesa). As outras duas ocorrências referem-se a denominações de vértices geodésicos, levando-nos a eliminá-las de nosso estudo.

Considerando nosso objetivo de estudar a estrutura semântica e morfológica da forma *Cacia*, encontramos em Carvalhinhos (1998, p. 23-24) uma reconstituição na qual o topônimo *Cacia* é provavelmente oriundo do fenício *katha(n)* ou *koth(n)*, equivalendo a “cortar, retalhar”. Essa hipótese colocou-se como a mais plausível para Carvalhinhos (1998, p. 23-24) em comparação a outras três, vinculando-se à perfuração de um porto para escoar minério:

[...] Latim *Casseia* ou *Cassia*, na hipótese de *Cacia* ser grafia inexata [...]. Parece que era *Cacia* póvoa marítima outrora importante, fortificada pelos romanos, mas, segundo presumo, muito anterior ao seu domínio (2000 a.C.?), que eles faziam a exportação do minério das minas das serras mais próximas. Não existia, como é óbvio, a ria de Aveiro, mas a barra do Vouga. O nome *Cacia* pode também derivar da raiz fenícia *katha(n)* ou *koth(n)* ‘cortar’, ‘retalhar’. Teríamos assim **Catheia* ou **Cathia*, que explicaria perfeitamente *Cacia*. Os fenícios aproveitavam um recesso ou angra da costa e nele escavavam um porto, cortando muitas vezes maciços rochosos. Era a sua técnica, mas isto não significa que os fenícios teriam sido chamados pelos dirigentes locais para escavarem um porto. Ou talvez tartéssicos, cuja língua é desconhecida, mas devia conter muitos vocábulos fenícios (CARVALHINHOS, 1998, p. 23, grifos da autora)⁸.

Logo, *Cacia* mostra-se como uma forma arcaica, esvaziada de seu sentido original, que se preservou em nome de lugar no concelho de Aveiro, contribuindo para se recuperar a ação dos fenícios em torno da atividade de mineração no local. Em direção semelhante quanto à antiguidade dessa denominação, Machado (1984, p. 305) observa que esse topônimo tem origem obscura, possivelmente pré-romana, e aparece em registros do início do século XII, 1106 e 1176. Além disso, o autor afirma que *Cacia* consta como nome de rio em registro do século XIV, 1363.

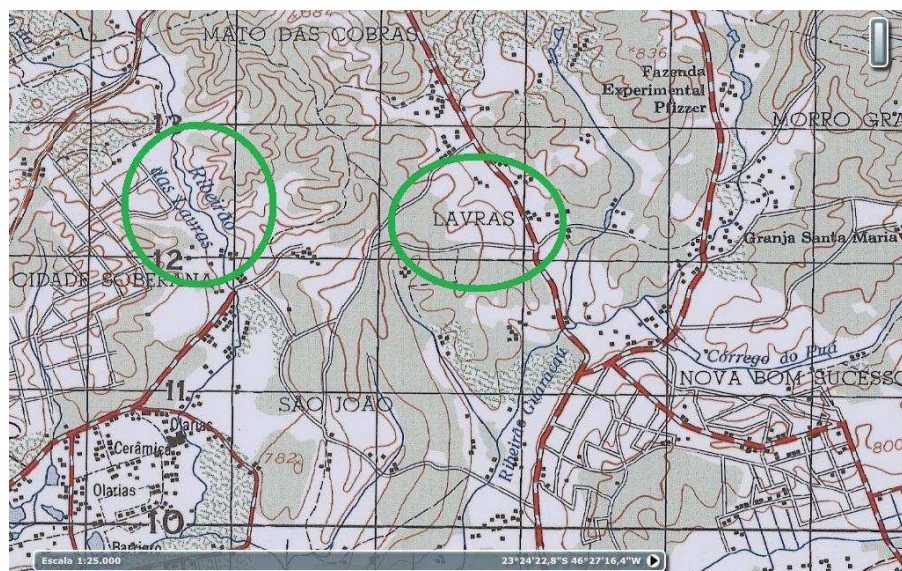
Já a denominação *Lavras* foi, em primeiro momento, coletada em cartografia disponível em visualizador de mapas (escala 1:25.000) da página *on-line* do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGCSP, 2020). Por meio desse recurso, encontramos os topônimos

⁷ A base de dados do Instituto Geográfico Português utilizada por Carvalhinhos (2005) e aqui referida não mais existe depois que o instituto foi extinto, portanto não pode ser consultada. No ato da coleta dessa pesquisa, isso estava disponível em: http://scrif.igeo.pt/ASP/topo_bd.asp. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁸ Cf. Carvalhinhos (1998), essa reconstituição provém da seguinte fonte: “Do artigo *Cacia*, pelo Prof. Aleixo Gomes, inserto no *Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa*, vol. V, 1954, p. 275” (CARVALHINHOS, 1998, p. 23, grifos da autora).

Lavras, particularizando uma região, e *Ribeirão das Lavras*, denominação de curso de água na mesma área.

Figura 1 – “Lavras” e “Ribeirão das Lavras” em “Cartas Topográficas 50K IGG (1964-1974)” no Geoportal IGCS



Fonte: Extraído e adaptado de Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (2020, on-line).

Diferente de *Cacia*, *lavra* ainda é presente no léxico atual do português. Entre outras acepções, a forma mostra-se vinculada à mineralogia, “extração de metais”, e à mineralogia e ao Brasil, “exploração econômica de uma jazida” e “local de onde se extrai metal ou pedras preciosas; terreno de mineração” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1162). Quanto à etimologia, essa forma remete a *labor*, que tem origem no latim e refere-se a “trabalho”, aparecendo registrada como *lavra* no século XIV (CUNHA, 2010, p. 378-383). Em Portugal, observa-se a presença dos topônimos *Labra*, em 897, e *Lavra*, em 1258. Há também ocorrências do topônimo *Lavras* em outros estados do Brasil, como em Minas Gerais, particularizando povoações em localidades onde ocorreu notável extração de ouro (MACHADO, 1984, p. 861-862; DICK, 1990b, p. 137).

Embora a forma *Lavras* possa ser notada ainda em Guarulhos como nome de bairro e também de ribeirão em fonte cartográfica como a já mencionada, observa-se que ela já particularizou uma via que corta a região⁹:

As três escolas do bairro das Lavras estão localizadas na atual Avenida José Brumatti, nome de um italiano dono de olaria. O nome antigo dessa via era

⁹ A *Estrada das Lavras* está listada como uma das vias urbanas mais importantes do município de Guarulhos (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 2010).

Estrada Velha de Itaberaba, também chamada de Ituverava. Em 1989, durante a gestão do prefeito Paschoal Thomeu, recebeu a placa com o nome de Estrada das Lavras. O nome José Brumatti é de 2010 (CAMPOS; OLIVEIRA; FERREIRA, 2011, p. 87).

De acordo com uma Lei de junho de 1991, declarada nula e inconstitucional em janeiro de 1992, *Estrada das Lavras* consta como uma denominação atual que fica alterada para *Avenida José Brumatti* (PREFEITURA DE GUARULHOS, 2016). Em Lei de 2015, *Estrada das Lavras* consta, de fato, como nome antigo da atual *Avenida José Brumatti*, no Bairro das Lavras (CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, 2015).

O que se sobressai, nesse caso em particular, é que a forma *Lavras* é substituída pelo antropônimo *José Brumatti*, fazendo a via pública, desse modo, homenagem a um dono de olaria de procedência italiana. O elemento genérico *estrada*, caminho que pode mesmo se vincular a uma feição mais rural, também é substituído pela forma *avenida*, logradouro que se aproxima mais a uma configuração e estrutura urbana¹⁰.

Assim, vemos que *Lavras* é uma forma que se mantém na toponímia de Guarulhos, como nome de bairro e de curso de água, ainda que tenha sido removida do elemento específico de via que corta essa região. De acordo com o que coletamos e pudemos observar, esse contexto mostra-se diferente do quadro de manutenção da denominação *Cacia* em Aveiro.

Considerações finais

Após analisarmos a presença de *Cacia* e de *Lavras* na toponímia de Aveiro e de Guarulhos, respectivamente, notamos que cabe fazer algumas observações gerais a respeito da manutenção dessas denominações e da memória da atividade de mineração na toponímia dessas localidades.

O exemplo português considerado, *Cacia*, ilustra como se recuperam dados da mineração a partir de um topônimo que se vincula à migração de povos na Península Ibérica antes da presença dos romanos. Hoje, particularizando uma sede de freguesia e uma estação ferroviária de Aveiro, *Cacia* é um topônimo de procedência pré-romana que se encontra esvaziado de seu sentido original, estando a lexia *cacia* em desuso no português contemporâneo – o que indica o esvaziamento semântico dessa forma como fenômeno.

Já a denominação *Lavras*, vinculada à descoberta do ouro em Guarulhos no final do século XVI, permanece como nome de bairro e de curso de água e a lexia *lavra*, oriunda do latim, ativa no português contemporâneo. Dessa maneira, embora a via que corta o bairro tenha

¹⁰ Cf. *estrada* e *avenida* em Cunha (2010).

recebido e perdido a forma *Lavras*, passando a apresentar um antropônimo como termo específico, *Lavras* ainda se mantém como nome que particulariza o bairro e o ribeirão.

De modo geral, tanto *Cacia* quanto *Lavras* permanecem na toponímia de seus locais de origem e se relacionam à memória da atividade de mineração nesses países. Mesmo a toponímia brasileira tendo se fixado em períodos mais recentes, a análise de suas denominações pode apontar dados de relevo, como no caso de *Lavras*, indicando denominações ocorridas em momentos já distantes, atividades econômicas que deixaram de existir e, nesse sentido, uma outra feição que a localidade apresentou.

No que tange às considerações sobre questões metodológicas e teóricas referentes a nosso trabalho de doutoramento em andamento, esses dois topônimos estudados apontam-nos dois dados distintos: a necessidade de buscar denominações anteriores de grandes vias e de empregar um aparato para analisar as substituições toponímicas ocorridas em períodos mais recentes. Dado que a cidade de Guarulhos vivenciou um processo de urbanização acelerada nas últimas décadas do século XX, passando a ter uma toponímia na qual há predomínio de nomes de pessoas, a toponímia crítica coloca-se como aporte teórico para compreender políticas de nomeação e investigar mecanismos que norteiam a substituição de denominações já consolidadas, indo além de análises etimológicas e taxonômicas (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2010; CARVALHINHOS; LIMA-HERNANDES, 2020), recuperando e envolvendo elementos importantes da história local.

A mineração é uma das relações do homem com o meio que, como qualquer outra atividade de destaque, pode deixar marcas profundas e registros na história. Sendo que a toponímia do local corresponde à memória, testemunho (CARVALHINHOS, 1998, p. 41), os topônimos analisados acabam ocupando o papel de monumentos e de sentinelas de períodos tão vetustos quanto as origens dessas denominações.

Referências bibliográficas

ATAS da Câmara da Vila de São Paulo, 1596-1622. Publicação oficial do Arquivo Municipal de São Paulo. v. 2. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

AINIALA, Terhi. Names in society. In: HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 371-381. (Oxford handbooks in linguistics).

ALDRIN, Emilia. Names and identity. In: HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 382-394. (Oxford handbooks in linguistics).

BAER, Alejandro. La memoria social: breve guía para perplejos. In: ZAMORA, José Antonio & SUCASAS, Alberto (eds.). **Memoria - Política - Justicia**. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p.131-148.

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO. **Comunicação**. Notícias. Atribuição de topónimos. 2019. Disponível em: <https://www.cm-aveiro.pt/municipio/comunicacao/noticias/noticia/atribuicao-de-toponimos>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS. **Lei municipal nº 7.397, de 8 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Consolidação da Legislação Municipal referente à denominação de vias, logradouros e próprios públicos, conforme especifica. (Texto atualizado em 17 de julho de 2015). Guarulhos: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <http://consultaguarulhos.sinoinformatica.com.br/Arquivos/LeisOrdinarias/07397.html>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CAMPOS, Daniel Carlos de; OLIVEIRA, Elton Soares de; FERREIRA, José Abílio (orgs.). **Revelando a história do São João e região**: nossa cidade, nossos bairros. São Paulo: Noovha América, 2011. (Série saberes locais).

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHINHOS, Patricia. **A toponímia portuguesa**: um recorte linguístico do Douro ao Tejo. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, n. 56, p. 172-179, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819>. Acesso em: 6 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p172-179>

_____. **Hierotoponímia portuguesa**. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 11., 2007, Rio de Janeiro. **Outros trabalhos do XI CNLF- Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007. v. 11, n. 4. p. 26-38. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/4/Cad%2004%20XICNLF.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

_____. Variaciones lexicales en la hidrotponimia portuguesa: el genérico. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, 24., 2011, Barcelona. **Actes des XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Cultura, Direcció General de Política Lingüística, 2014. p. 1047-1064. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/108.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

CARVALHINHOS, Patricia; LIMA, Adriana. Los pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval. In: INTERNACIONAL CONFERENCE ON ONOMASTICS 'NAME AND NAMING' ONOMASTICS IN CONTEMPORARY PUBLIC SPACE, 2., 2013, Baia Mare. **Name and Naming: proceedings of the Second International Conference on Onomastics**. Cluj Napoca: Mega; Cluj Napoca: Argonaut, 2013. p. 277-290. Disponível em: https://onomasticafelecan.ro/iconn2/proceedings/3_05_Carvalhinhos_Patricia_Lima_Adriana_ICONN_2.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

CARVALHINHOS, Patricia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Conservare ut meminisce: os limites do politicamente correto nas ruas de São Paulo. In: BERLINCK, Rosane de Andrade & GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (orgs.). **História do Português Paulista: Estudos - 6. Série Trilhas Linguísticas**. Cultura Acadêmica Editora, 2020, no prelo.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990a.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990b.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A (EMPLASA). **Município de Guarulhos: Segundo Unidades de Informações Territorializadas (UITs)**. 2010. Disponível em: <https://uit.emplasa.sp.gov.br/PDF/RMSP/3518800.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier. **Atlas toponímico de España**. Madrid: Arco/Libros, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca Vértice. Sociologia e Política, 21).

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUGH, Carole. Introduction. In: HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-13. (Oxford handbooks in linguistics).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Guarulhos. História & fotos. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/historico>. Acesso em: 6 nov. 2020.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DE SÃO PAULO (IGCSP). **Base Cartográfica:** Geoportal IGC. 2020. Disponível em: http://geoportal.igc.sp.gov.br/GeoPortalIGC/Internet_v2/. Acesso em: 6 out. 2020.

LIMA, Adriana Tavares. **De Bracara Augusta a Braga:** análise toponímica de um concelho português. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01032013-125451/pt-br.php>. Acesso em: 6 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/d.8.2012.tde-01032013-125451>

_____. Alterações toponímicas no município de São Paulo: as pontes sobre os rios Tietê e Pinheiros. *In: ENCONTRO DO CELSUL: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL*, 10., 2012, Cascavel. **Anais do X Encontro do CELSUL:** Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Cascavel, 2012b, p. 1-12. Disponível em: https://www.academia.edu/2781171/Alterar%C3%A7%C3%B5es_topon%C3%ADmicas_no_munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Paulo_as_pontes_sobre_os_rios_Tiet%C3%AA_e_Pinheiros. Acesso em: 05 out. 2020.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Editorial Confluência, [1984?]. v. 2.

MAGALHÃES, Erasmo D'Almeida. **Considerações em torno da toponímia pastoril nordestina**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramon. **Toponimia prerrománica hispana**. Madrid: Editorial Gredos, 1952.

NIETO BALLESTER, Emilio. **Breve diccionario de topónimos españoles**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

PIEL, Joseph-Marie. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. **Boletim de Filologia**, t. 2, p. 105-117, 1933.

_____. Origens e estruturação histórica do léxico português. *In: Estudos de Linguística Histórica Galego Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1989 [1976], p. 9-16.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

PREFEITURA DE GUARULHOS. **Lei nº 3.801, de 17 de junho de 1991**. Altera denominação de via que especifica. (Texto atualizado em 22 de junho de 2016). Guarulhos: Prefeitura de Guarulhos, 2016 [1991]. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/leis_download/03801lei.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

_____. **Lei nº 4.110, de 29 de maio de 1992**. Estabelece normas para oficialização, denominação e alteração da denominação de logradouro público e dá outras providências. (Texto atualizado em 3 de junho de 2014). Prefeitura de Guarulhos, 2014 [1992]. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/leis_download/04110lei.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

RODRIGUES, Ana Paula Lima Silva dos Santos. **A oficialização de topônimos espontâneos na microtoponímia de Portugal**. Monografia (Requisito parcial de aprovação na disciplina de pós-graduação Toponímia Portuguesa: Resgate de aspectos físicos e culturais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSE-REDWOOD, Reuben; ALDERMAN, Derek; AZARYAHU, Maoz. Geographies of Toponymic Inscription: New Directions in Critical Place-Name Studies. **Progress in Human Geography**, v. 34, n. 4, p. 453-470, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132509351042>

SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

UNTERMANN, Jurgen. Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana. **Revista de Guimarães**, 72 (1-2) jan./jun. 1962, p. 5-41.

VASCONCELOS, José Leite de. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. v. 3.

VILARDAGA, José Carlos. Terras, ouro e cativo: a ocupação do aldeamento dos Guarulhos nos séculos XVI e XVII. **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**, n. 26, p. 42-61, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/119010>. Acesso em: 6 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.119010>

O Português de São Tomé e Príncipe: aspectos socio-históricos e linguísticos

Amanda Macedo Balduino

Introdução

Neste estudo, expomos alguns fatores sociais e históricos que corroboraram a ascensão do português como língua materna e majoritária em São Tomé e Príncipe (STP) e culminaram na emergência de novas variedades autóctones do português no arquipélago. Visamos, além disso, apresentar, brevemente, alguns processos linguísticos que nos auxiliem no reconhecimento de tais variedades recém-emergentes, indicando que estas apresentam características gramaticais compartilhadas com variedades congêneres como o Português Brasileiro e o Português Europeu, mas possuem, também, estruturas linguísticas singulares.

Apesar de o português – em suas diversas variedades – ser amplamente falado no arquipélago, especialmente em contextos urbanos, escassa é a literatura voltada às variedades de STP (ARAUJO & OLIVEIRA, 2018; BRANDÃO, 2018). Isso é perceptível não somente em relação a STP, mas também a outras variedades de português do continente africano, fato que reflete a exígua produção de trabalhos, bem como a difusão restrita dos trabalhos nessas áreas (cf. SANTIAGO & AGOSTINHO, 2020). São urgentes, assim, pesquisas que explorem tais variedades, compondo este um de nossos objetivos. Este trabalho é parte do projeto de doutorado denominado *Processos Fonológicos no Português falado em São Tomé e no Príncipe (FAPESP: 2017/26595-1)*, e reúne, portanto, algumas características do português falado na cidade de São Tomé, referido como português santomense (PST), e na cidade do Príncipe, referido como português principense (PP), a partir de considerações histórico-sociais e linguísticas em desenvolvimento nesse projeto.

Este artigo está estruturado, portando, em duas seções centrais: na seção 1, retratamos o cenário histórico e social que figuraram a formação da sociedade santomense e o estabelecimento do português no arquipélago entre os séculos XV e XX. Na seção 2, discutimos alguns aspectos fonético, fonológico e morfossintático inerentes às variedades urbanas do português faladas no arquipélago: variação do rótico (seção 2.1), apagamento da coda (seção 2.2) e concordância nominal de gênero e número (seção 2.3), cotejando os dados examinados neste trabalho com a literatura dedicada a essas discussões. Após isso, apresentamos, por fim, as considerações finais.

1 Disseminação do português em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país do Golfo da Guiné localizado na Costa Oeste Africana. Formado por duas ilhas, São Tomé e Príncipe, o arquipélago está situado a aproximadamente 303 km de Libreville, capital do Gabão, e a 400 Km da costa da Guiné Equatorial.

Figura 1 – São Tomé e Príncipe – Costa Oeste Africana



Fonte: <https://mapmaker.nationalgeographic.org/>

Nesse país, a língua portuguesa é amplamente empregada pela população, caracterizando STP como o único país africano cuja língua materna e majoritária é o português (ARAUJO, 2020). Além do português em STP, outras línguas também circulam pelas ilhas, como o santome, o lung'le, o angolares e o kabuverdianu (FERRAZ, 1979; MAURER, 2009; HAGEMEIJER, 2009; 2011; AGOSTINHO, 2015; BANDEIRA, 2017). Embora tais línguas componham a ecologia linguística local, estas são confinadas, no geral, a um espaço social irrisório, fato amparado pelos percursos históricos que refletem a assimilação colonial ali instaurada e, portanto, as sequelas glotocidas do português em STP.

Os portugueses aportaram nas ilhas de São Tomé e do Príncipe na metade do século XV (FERRAZ, 1979). Inicialmente, um entreposto de comercialização de escravos foi instalado no arquipélago. Sendo essa a única atividade econômica das ilhas, havia apenas uma escassa e, muitas vezes, rápida presença portuguesa no arquipélago (GALVÃO & SELVAGEM, 1951). A partir de 1493, todavia, São Tomé passou a receber um contingente maior de colonizadores portugueses (FERRAZ, 1979). A chegada desse grupo, composto, geralmente, por degredados e

comerciantes, foi acompanhada pela fixação de alguns escravos no arquipélago para os serviços braçais e domésticos, os quais eram trazidos de diferentes regiões do continente africano (cf. LADHAMS, 2007; HAGEMEIJER, 2009; BANDEIRA, 2017).

São Tomé e Príncipe, à semelhança de Cabo Verde, era desabitado quando os portugueses chegaram ao arquipélago. Assim, enquanto no continente o colonialismo foi imposto a diversas sociedades autóctones existentes, em STP foi justamente a colonização durante a expansão marítima portuguesa que propiciou a emergência da sociedade santomense (SEIBERT, 2015). Apesar de os portugueses constituírem, desde o início da colonização de STP, o povo numericamente minoritário, eles eram mais homogêneos e detinham todo o poder econômico e político do arquipélago. Os povos africanos, em contrapartida, escravizados e alforriados, sempre foram demograficamente mais numerosos e heterogêneos em relação aos europeus. A convivência entre os diversos povos instalados no arquipélago promoveu o contato entre línguas africanas ininteligíveis entre os diversos grupos étnicos escravizados e o português do século XV, que, por ser a língua do colonizador, grupo social dominante, consistia em um alvo linguístico.

O estabelecimento do português como alvo linguístico relaciona-se diretamente à prática de políticas de assimilação empregadas pela coroa portuguesa. “Assimilação colonial”, em geral, é uma terminologia associada à colonização francesa no continente africano, porém, também foi implementada por outros países imperialistas, como é o caso de Portugal. A ideia que subjaz tal política é a de que os povos subjugados deveriam incorporar costumes europeus, anulando-se enquanto sujeitos pertencentes a um determinado grupo étnico (EGUDU, 1978). A aquisição da língua portuguesa correspondia, justamente, a um dos pré-requisitos necessários para a assimilação completa dos povos forçosamente levados a STP e, nas gerações posteriores, de seus nativos. Ademais, tais pressões linguísticas eram acompanhadas por outras medidas institucionais que visavam o apagamento étnico dos grupos africanos do arquipélago. Estes eram não somente apartados de sua família e sociedade, como tinham que abdicar de sua cultura, religiosidade e código linguístico.

Após o estabelecimento inicial dos diferentes grupos étnicos e linguísticos no arquipélago, em 1515, foi instituído, por D. Manuel, que uma mulher escrava deveria ser dada a cada exilado português da ilha, assentindo, posteriormente, liberdade aos filhos gerados dessa união institucional. A primeira geração de escravos livres foi fundamental para a nativização de um pidgin¹ falado em STP que foi disseminado por todo o país (HAGEMEIJER, 2009; BANDEIRA,

¹ “A pidgin is a reduced language that results from extended contact between groups of people with no language in common; it evolves when they need some means of verbal communication, perhaps for trade, but no group learns the native language of any other group for social reasons that may include lack

2017). O protocioulo do golfo da guiné, após emergir na ilha de São Tomé, foi ramificado a partir das divisões geográficas de alguns grupos de falantes, resultando em quatro línguas-filhas: (i) fa d'ambô, falado na ilha de Ano Bom (pertencente à Guiné Equatorial); (ii) lung'le, empregado na ilha do Príncipe; (iii) santome ou forro falado na capital São Tomé e nas suas imediações e (iv) angolar, língua da comunidade dos Angolares, comunidade quilombola localizada ao sul da ilha de São Tomé (cf. BANDEIRA, 2017, p. 124).

A divisão geográfica de grupos de falantes e o desenvolvimento das línguas autóctones de STP são acompanhados pela fixação de diferentes grupos étnicos autóctones do arquipélago: forros, angolares e principenses e, ainda, os cabo-verdianos, que foram fixados na ilha em decorrência do influxo de contratados, um grupo proveniente de outras colônias portuguesas como Angola, Cabo Verde e Moçambique que chegavam a STP para trabalhar mediante contrato, porém que sobreviviam em condições análogas à escravidão (SEIBERT, 2015). Esses grupos étnicos entraram em contato com as políticas assimilatórias em diferentes medidas e durante períodos distintos ao longo da colonização no arquipélago. Os forros, por exemplo, falantes do santome, descendem dos escravos alforriados e possuíam desde muito cedo regalias dentro da sociedade colonial, já que podiam ocupar o clero e cargos públicos. Além disso, tinham mais contato com a língua portuguesa e com os valores disseminados pela elite portuguesa do que os demais grupos do arquipélago, sendo, muitas vezes, enviados a Portugal para serem educados na metrópole (NASCIMENTO, 2010; SEIBERT, 2015; BOUCHARD, 2017).

Em contrapartida, os angolares viveram, por muito tempo, completamente isolados no sul da ilha de São Tomé. Esse isolamento, favorecido pela própria topografia montanhosa da ilha em conjunto com uma floresta tropical intocada, colaborou com a preservação dessa comunidade quilombola em relação à assimilação europeia disseminada no arquipélago (SEIBERT, 2015). No entanto, mesmo essa preservação – atualmente não tão evidente quanto nos primeiros séculos de colonização – é condenada pelas microestratificações sociais sincrônicas observadas dentro do arquipélago. Os angolares eram – e ainda são – frequentemente considerados, por forros e principenses, bem como pelas elites locais, como um povo rude (BOUCHARD, 2017). Valores europeizados, assim, ainda são propagados pela elite local (ARAUJO, 2020) e, por isso, quanto mais próximo a estes, mais bem avaliado socialmente o indivíduo ou grupo de indivíduos é.

of trust or close contact. Usually, those with less power (speakers of substrate languages) are more accommodating and use words from the language of those with more power (the superstrate), although the meaning form and use of these words may be influenced by the substrate languages” (HOLM, 2000, p. 5).

Na ilha do Príncipe, berço do *lung'le*, encontram-se os principenses. Conforme Nascimento (2008), embora a história da ilha do Príncipe esteja ligada à de São Tomé, esta não se resume à do arquipélago, apresentando “descompassos e diferenças relativamente à da sua irmã” (NASCIMENTO, 2010, p. 399). Conforme relata Nascimento (2008), apesar da convergência histórica com São Tomé, no Príncipe era perceptível uma identidade local. De acordo com o autor:

Malgrado quer as semelhanças em termos de quotidiano e de modo de vida, quer a trama de relações pessoais e familiares, anotavam-se as diferenças e as especificidades, fomentando-se uma consciência bairrista da diferença (que, nalguma medida, andara a par da demarcação social face aos proletários chegados de São Tomé) (...) eventualmente risível para os de fora, não deixava de parecer a quem dela partilhava (e partilha) um esteio de identificação e um laço com a terra. (NASCIMENTO, 2010, p. 401).

A identidade local principense fazia-se notar não somente pelo distanciamento geográfico com a ilha de São Tomé, mas também pelo sentimento de identificação que emergia em seus habitantes e, posteriormente, nativos. Estes, a exemplo dos angolares, não somente passaram a partilhar um espaço geográfico em comum, como também delinearam sua própria história e ancestralidade, dividindo costumes, valores e língua. O *lung'le* emerge nesse contexto, reforçando e, ao mesmo tempo, contribuindo para a formação da identidade étnica da ilha construída em contraposição aos demais grupos de São Tomé. Tal identidade foi, muitas vezes, acompanhada por uma subalternização histórica à ilha de São Tomé, visto que a evolução política e social do país teve como *locus* São Tomé, enquanto o Príncipe permanecia à margem das decisões políticas (NASCIMENTO, 2010, p. 381).

Somando-se a tal marginalização política, a história do Príncipe foi marcada pelo abandono econômico. Até meados dos anos 90, o Príncipe atravessava um período de precariedade, fato que alimentava o sentimento de abandono geopolítico em relação à capital (NASCIMENTO, 2010). Como reação, os principenses iniciaram um movimento de autonomia da ilha, estatuto político administrativo alcançado em 1994 (NASCIMENTO, 2010). A Lei da Autonomia garantia que o Príncipe, apesar de submetido à tutela do Governo da República, deveria ser liderado por um governo e uma assembleia regionais próprios (NASCIMENTO, 2010, p. 387). Nascimento (2010, p. 394) chama atenção para o fato de que essa Lei comporta, sobretudo, uma afirmação identitária. Essa autoafirmação identitária é refletida e, ao mesmo tempo, respaldada, pela ecologia linguística singular da ilha, justificando, ainda, o estabelecimento de uma variedade do português própria: o português do Príncipe (PP). O PP

tem como línguas partícipes de sua formação, o lung'le e o kabuverdianu e, além disso, está distante geograficamente das variedades de língua portuguesa da ilha de São Tomé.

Entre os grupos observados em STP é preciso discutir, ainda, a presença de cabo-verdianos, fato que remonta à segunda colonização do arquipélago, implementada a partir do século XVIII até o século XX (SEIBERT, 2015). Esse segundo período de colonialismo português é consolidado no regime de contrato, visto que a escravidão havia sido abolida em 1875, e é caracterizado pelo influxo expressivo de contratados (SEIBERT, 2008; 2015).

Os contratados vinham de colônias portuguesas continentais como Angola e Moçambique e, ainda, das ilhas de Cabo Verde. Por meio de um contrato de cinco anos renováveis, esse grupo chegava a STP para trabalhar nas roças em condições análogas à escravidão, sendo submetidos a circunstâncias precárias de sobrevivência (SEIBERT, 2008; 2015). Dentre esses grupos, os cabo-verdianos, em geral, não somente eram mais numerosos, como muitos trouxeram suas famílias e permaneceram em STP (SEIBERT, 2015). O influxo de contratados cabo-verdianos intensificou o cenário multilíngue do arquipélago (ARAUJO, 2020), sendo o kabuverdianu mantido, até hoje, como língua veicular e de transmissão entre esse grupo étnico. A população cabo-verdiana em STP, ainda hoje, ocupa as roças e as regiões mais interioranas do país, sendo marginalizada e designada, recorrentemente, como estrangeira e, a exemplo dos angolares, selvagem (SEIBERT, 2015).

A discriminação praticada no arquipélago dentre os diferentes grupos étnicos sempre foi moldada a partir do grau de assimilação dos valores europeus enraizados em STP (SEIBERT, 2015). Mesmo dentre o influxo de contratados que chegavam ao país, distinções podiam ser observadas: os angolanos e moçambicanos, ao preservarem rituais africanos, eram mais hostilizados em relação aos cabo-verdianos cristãos que, em alguns casos, dominavam a língua portuguesa (SEIBERT, 2015, p. 114-115). Portanto, quanto mais próximos aos valores da elite portuguesa e, naturalmente, de sua língua, os contratados e nativos eram menos afetados pelo processo de marginalização ao qual foram submetidos.

O domínio do português pela população autóctone e pelos contratados e seus descendentes instalados nas ilhas nos séculos XIX e XX sempre foi definido, desde muito cedo, como um valor bem avaliado na sociedade santomense. No entanto, poucos tinham acesso a um input que possibilitasse a aquisição, ou mesmo o aprendizado tardio, do português, fato que circunscrevia a aquisição do português, inicialmente, à elite formada por portugueses e alforriados em STP. De fato, baixo era o input português oferecido, visto que a população portuguesa do arquipélago sempre foi proporcionalmente exígua se comparada à população nativa ou mesmo aos contratados.

Nascimento (2010, p. 20-21) indica que, logo no início da ocupação de STP, por volta de 1560-1570, a população portuguesa rondaria os “trezentos vizinhos”, ao passo que a população escrava estaria em torno de um a dois milhares. Já em 1607, brancos, crioulos e negros alforriados ultrapassariam a meia centena, enquanto os escravos equivaliam a cerca de cinco centenas. No século XVIII, a proporção de brancos continuou diminuta, não ultrapassando, conforme Nascimento (2010), 2% da população instalada e autóctone de STP (cf. tabela 1).

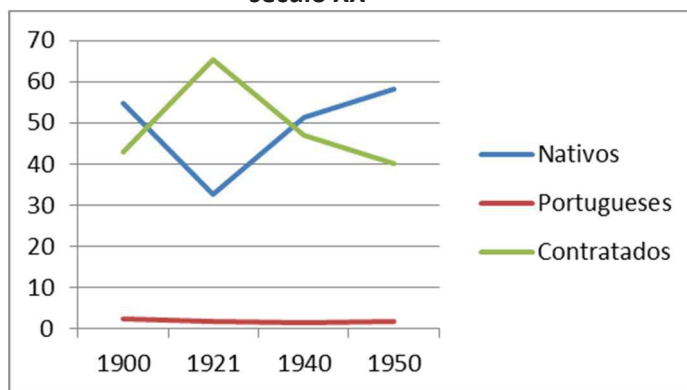
Tabela 1 – Demografia de São Tomé e Príncipe (1758 – 1796)

	Nativos e Escravos	Branco	Total
1758	4.899 (99.35%)	32 (0.65%)	4.931
1771	5.739 (98,1%)	111 (1.89%)	5.850
1777	6.869 (98.33%)	117 (1.67%)	6.986
1796	>11.000	20	> de 11.020

Fonte: Adaptado de Nascimento (2010, p. 20-21).

Mesmo no segundo período de ocupação de STP, com a chegada dos contratados, a população branca permaneceu baixa. O input, em língua portuguesa, era, assim, insuficiente para a difusão da língua portuguesa, dado que mesmo os contratados não dominavam essa língua (ARAUJO, 2020). Na figura 2, apresentamos a proporção (eixo y) da demografia do arquipélago ao longo da primeira metade do século XX (eixo x) no período pré-independência (1975). Como pode ser observado, os portugueses nunca chegaram a compor 10% da população do arquipélago, sendo esta dominada por nativos e contratados – estes, inclusive, na década de 1920 ultrapassam o número de nativos. Em número de falantes, o uso do português, no período pré-independência, não era expressivo (ARAUJO, 2020): a população portuguesa não era grande suficiente para a difusão de um input que pudesse ser acessado por todos e a população nativa e contratada não tinha o português como língua materna de transmissão intergeracional.

Figura 2 – Proporção da população de São Tomé e Príncipe na primeira metade do século XX



Fonte: Adaptado de Nascimento (2008).

Apesar de o português estar, a priori, restrito a uma baixa parcela de STP, a sedimentação social do país, em consonância com as pressões assimilatórias disseminadas, levaram a população não portuguesa, no período pós-colonial, a empregar o português, desfavorecendo, em contrapartida, o uso e a transmissão das línguas autóctones, fato que, atualmente, coloca em cheque a vitalidade dessas línguas (SEIBERT, 2015; GONÇALVES, 2010; GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015; BRAGA, 2018; BALDUINO, 2018; ARAUJO, 2020). No período pós-colonial, portanto, o português é transmitido entre diferentes gerações, estabelecendo-se como a língua materna da maior parte da população santomense.

A demografia, desse modo, apenas passou a ser relevante para a disseminação do português em STP quando nativos e contratados, que compunham a maior parte populacional, incorporaram o português como língua veicular e de transmissão. A adoção do português como língua oficial da recém república em 1975 foi primordial para que isso ocorresse. Para Araujo (2020), é justamente a oficialização do português em conjunto com fenômenos sociais do século XX como a urbanização, a escolarização, a difusão da mídia e ausência de políticas linguísticas dedicadas às línguas autóctones que explicam a ascensão do português em STP. Mesmo depois de 1975, quando STP se tornou independente de Portugal, a língua portuguesa foi eleita como a única língua oficial de STP e, portanto, desde o início do processo de descolonização ela tem se mantido como a língua de prestígio do arquipélago. De fato, a língua portuguesa é ensinada nas escolas e difundida por meio do ensino formal, adotada nos atos de Governo e do Estado e massivamente propagada na mídia, principalmente pela televisão que adota a norma europeia para sua transmissão, ainda que tal transmissão já venha assinalada por traços autóctones às variedades santomenses – traços, em geral, avaliados negativamente pela população.

De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), enquanto o português é falado por 98,4% da população, o santome é falado por uma parcela percentual menor, sendo esta de

72% em 2001 e de apenas 36,2% em 2011. A queda percentual do número de falantes do santome registrada nos censos de 2001 e 2011, em consonância com sua comparação ao alto número de falantes do português, demonstra um declínio do uso e da transmissão das línguas nacionais (INE, 2011). Segundo Gonçalves (2010), esse declínio está associado ao estabelecimento do português como L1, pois, à medida que as gerações mais velhas interrompem a transmissão linguística das línguas minoritárias, estas deixam de ser adquiridas pelas camadas mais jovens da população.

Apesar das implicações glotocidas do português sobre as línguas autóctones, notamos que as variedades do português empregadas no arquipélago possuem traços singulares. Assim, a despeito de o Português Europeu (PE) ser ainda a norma disseminada no arquipélago, diversos trabalhos atestam estruturas linguísticas particulares às variedades faladas em STP (cf. GONÇALVES, 2010; BOUCHARD, 2017; BRANDÃO et al., 2017; CHRISTOFOLETTI & ARAUJO 2018; BRAGA, 2018; GOMES, 2018; NASCIMENTO, 2018; ARAUJO; BALDUINO, 2019; SANTIAGO & AGOSTINHO, 2020). Dentre as diferentes variedades de português faladas no arquipélago, nos ateremos, neste trabalho, ao Português Vernacular Santomense (PST), falado na cidade de São Tomé, e ao Português Vernacular Principense (PP), falado em Santo António do Príncipe.

Historicamente, o PST possui uma longa convivência com o santome, ao passo que o PP coexiste, principalmente, com o lung'le e o kabuverdianu. O movimento de abandono da língua nacional (ARAUJO, 2020) sugere que os falantes nativos do santome e lung'le com mais de sessenta anos aprenderam o português como segunda língua e, posteriormente, transmitiram a variedade portuguesa às novas gerações, que, por sua vez, a adquiriam como língua materna, principalmente nos anos pós-independência quando não empregar o português se tornou um sinal de oposição à política de unificação nacional do governo vigente. Desse modo, o emprego do santome foi sendo reduzido, assim como do lung'le e do kabuverdianu, e o uso da língua portuguesa expandido (ARAUJO, 2020). Todavia, esse abandono das línguas minoritárias do país, em direção ao português, não ocorre de forma regular, pois o *input* parte de uma variedade de segunda e não de primeira língua, o que pode engatilhar mudanças estruturais ocasionadas pela necessidade de preencher lacunas e promover reanálises gramaticais (LUCCHESI & BAXTER, 2009). Tendo isso em vista, notamos que o PST e o PP podem apresentar estruturas gramaticais similares tanto ao PE e outras variedades do português, às línguas autóctones que coexistiam e coexistem com as variedades de português emergidas no arquipélago e, ainda, podem apresentar características singulares.

A difusão do português não se fez ou se faz por meio do aprendizado formal da variedade de prestígio (lusitana, tendo em vista o poder simbólico da metrópole colonizadora) – a despeito das pressões que o PE exerce nas diferentes variedades do arquipélago. Desse

modo, o português que se consolida como a língua materna de grande parte da população corresponde a novas variedades autóctones, as quais apresentam características únicas, resultantes do processo do contato linguístico e de sua aprendizagem ter se dado em um contexto de plurilinguismo. Assim, mesmo o português europeu sendo considerado no sistema escolar como língua-alvo, o português vernacular dos falantes da cidade de São Tomé (PST) e de Santo António do Príncipe (PP) diferem do paradigma lusitano (GONÇALVES, 2010; BOUCHARD, 2017; BRANDÃO et al., 2017; BRAGA, 2018; GOMES, 2018; NASCIMENTO, 2018; ARAUJO & BALDUINO, 2019; SANTIAGO & AGOSTINHO, 2020). São necessários, portanto, estudos que descrevam e sistematizem as diferentes variedades de português emergidas em STP, considerando, para tanto, não somente os aspectos sócio-históricos que subjazem a ascendência da língua portuguesa em uma conjuntura colonial plurilíngue, mas também examinando estruturas gramaticais dessas variedades. Dedicamos a seção a seguir, justamente, à apresentação de alguns processos fonológicos e morfossintáticos característicos do português de São Tomé (PST) e do Português do Príncipe (PP), discutindo a possibilidade de normas ou padrões linguísticos particulares e, mesmo, compartilhados com outras variedades.

2 Aspectos fonológicos e morfossintáticos do PST e do PP

Processos fonológicos equivalem às modificações sofridas pelos elementos sonoros, segmentais ou suprasegmentais, em um determinado sistema fonológico. Tais modificações são compreendidas como fenômenos linguísticos sistemáticos, sendo, por isso, representados e descritos mediante regras. Do mesmo modo, processos morfossintáticos são alternâncias observadas ao nível da palavra morfológica e da sentença. Esses fenômenos constituem, então, operações mentais que podem ser implementadas de diversas formas e em diferentes contextos. Logo, além de trazerem pistas sobre como ocorre a aquisição da linguagem e a mudança linguística, os processos fonológicos e morfossintáticos fornecem evidências acerca das regras que regem a combinação de elementos (segmentos, morfemas, palavras, etc) em uma língua natural, sendo, portanto, fundamentais para a descrição de uma língua, especialmente de variedades ainda pouco estudadas como o PST e o PP. Esta seção é destinada à discussão de alguns fenômenos observados nessas variedades de STP. Examinaremos: na seção 2.1 alternância do rótico; na seção 2.2 apagamentos da coda e, na seção 2.3, concordância nominal de gênero e número.

Esses processos foram levantados a partir da análise de dados de fala espontânea coletados nas cidades de São Tomé e de Santo António do Príncipe em 2016 e 2019. Os dados de fala espontânea são compostos por 22 entrevistas (11 PST e 11 PP), com duração de 60

minutos, conduzidas com sujeitos de diferentes idades e sexo, todos naturais de STP, que apresentavam o português como língua materna. O perfil dos informantes é apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Perfil dos informantes

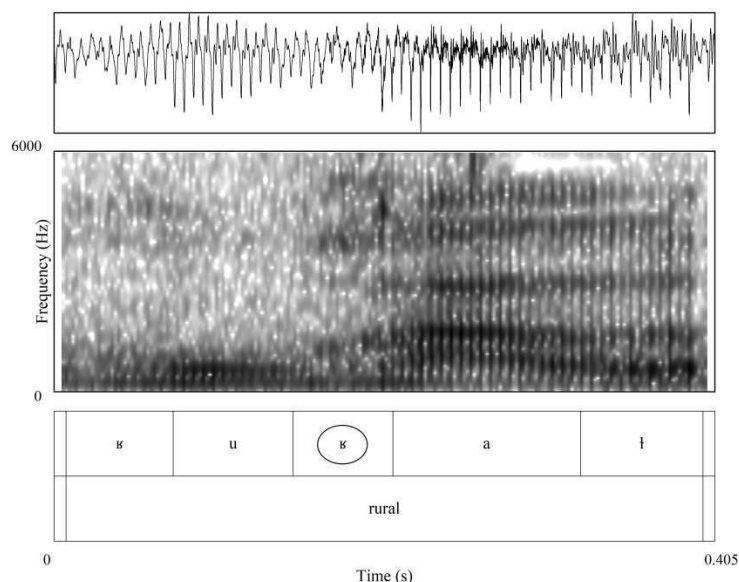
PST			PP		
Idade	Sexo	Escolaridade	Idade	Sexo	Escolaridade
18	M	Alta	20	F	Média
18	F	Alta	20	F	Alta
19	F	Alta	25	F	Média
19	M	Alta	26	F	Média
20	F	Média	27	M	Alta
23	F	Média	31	M	Média
24	M	Alta	35	M	Média
41	M	Alta	37	F	Baixa
43	M	Alta	46	F	Alta
52	F	Graduação	50	F	Alta
70	M	Baixa	73	M	Baixa

Fonte: elaboração própria.

O *corpus* formado pelas entrevistas é heterogêneo e apresenta variabilidade de idade e escolaridade, oferecendo uma amostra diversa e ampla das variedades analisadas. A escolaridade está separada em baixa (4-5 anos), média (6-9 anos), alta (10-12 anos) e graduação. A heterogeneidade do perfil dos informantes pode encobrir a atuação de variáveis sociais sobre os fenômenos analisados – questão que será examinada em trabalhos futuros. O propósito deste trabalho é uma apresentação geral de alguns aspectos gramaticais do PST e do PP, e, por isso, não propomos, nesta seção, uma descrição exaustiva dos processos. Visamos, sobretudo, elencar alguns dos inúmeros fenômenos fonológicos e morfossintáticos que não somente caracterizam o PST e o PP, como ainda estão por ser explorados. Por fim, os dados compilados a partir das entrevistas foram analisados no Praat para delimitarmos, acusticamente, a ocorrência ou não dos fenômenos analisados. Como indicado no espectrograma da figura 3.²

² Script: Torreira, Francisco. 2005. "Draw Objects."
https://github.com/MinhChauNGUYEN/praatfig/blob/master/Script3_DrawObjects_byFranciscoTorreira/DrawObjects-Origin.PraatScript.

Figura 3 – Espectrograma da palavra rural [ʁu'ʁa:] no PP



Como demonstrado na figura 3, o item lexical alvo era etiquetado e recortado em um arquivo de áudio WAV para avaliarmos a ocorrência do fenômeno. No caso, é possível notarmos a posteriorização do rótico /r/ realizado como [ʁ] em posição intervocálica. Além do mais, o exame espectral nos auxiliou na análise dos gatilho(s) e contexto(s) segmentai(s) e suprasegmentai(s) que pudessem afetar os fenômenos verificados.

2.1 Alternância de róticos

Os róticos, no PST e no PP, são debatidos em trabalhos como Agostinho (2016), Brandão et al. (2017), Bouchard (2017), Balduino (2019), Agostinho, Soares e Mendes (2020), Agostinho e Mendes (2020), entre outros. Nessas variedades, os róticos são produzidos como um tepe [r] ou como uma fricativa uvular [ʁ]. Porém, ao contrário das variedades brasileira e europeia do português, a variação [r]~[ʁ] ocorre não somente em coda, mas também em onsets complexos, quando o rótico ocupa a posição de segunda posição do onset, como em (9), e em contexto intervocálico, como (10) e (11), alternância que produz homônimos homófonos.

(9) fraco ['fʁa.kʊ] ~ ['fra.kʊ]

(10) caro ['ka.ʁʊ] ~ ['ka.rʊ]

(11) carro ['ka.ʁʊ] ~ ['ka.rʊ]

Para Agostinho (2016, p. 49), que faz um estudo pioneiro dedicado à alternância dos róticos no PP, a questão que pode ser levantada é a de que o sistema fonológico dessa variedade

se distingue do sistema do PE e do PB. Alternâncias como (9), (10) e (11) seriam, portanto, de natureza fonológica, o que pode ter, ainda, respaldo no contato linguístico, uma vez que a língua crioula da região, o *lung'le*, só possui um fonema para os róticos.

Bouchard (2017) indica que o emprego da fricativa uvular sonora [ʁ] tem a faixa etária como variável relevante no PST. Entre as gerações mais novas (abaixo de 35 anos), correspondente a cerca de 80.8% da população do arquipélago (WORLDBANK, 2019), o uso da variante inovadora [ʁ] é a mais comum. Entre gerações mais velhas, todavia, [r] é a forma mais utilizada e [ʁ] é desfavorecido, sendo considerado ainda, pela parcela mais velha, uma característica errônea da variedade de São Tomé, pois este é um traço que afasta o PST do PE.

A variação entre [r] e [ʁ] é, em suma, atestada em diferentes contextos silábicos, está presente em regras lexicais e pós-lexicais, não é determinada por algum contexto segmental, pode ser identificada na fala de um mesmo indivíduo, e é favorecida pelo fator idade (cf. BOUCHARD, 2017). Logo, admitir /r/ e /ʁ/ como fonemas licenciados em distribuição complementar, não parece ser uma generalização que pode ser sustentada para explicar o uso do rótico no PST e no PP (cf. AGOSTINHO, 2016). O r-fraco e o r-forte podem constituir formas concorrentes de um processo de mudança sonora em curso (cf. BOUCHARD, 2017), porém, a falta de oposição nos leva, a exemplo de Agostinho (2016), Agostinho, Soares e Mendes (2020) e Agostinho e Mendes (no prelo), a estabelecer a existência de apenas um rótico /r/ no sistema sincrônico do PST e do PP. Tal rótico, mediante regras de derivação, poderia, então, ser realizado como um r-forte [r, ʁ, h,] ou um r-fraco [r] em todos os contextos, visto que não há oposição de pares mínimos e análogos promovida pela comutação de róticos.

2.2 Apagamento da coda

Apagamentos segmentais são recorrentes no PST e no PP, assim como em algumas variedades do PB e do PE, atingindo, sobretudo, codas, como indicado no quadro 1 (BALDUINO, 2019; BALDUINO & VIEIRA; 2020; VIEIRA & BALDUINO, 2020).

Quadro 1 – Apagamentos Consonantais no PST e no PP

/l/	/r/	/s/	/N/
fácil ['fa.sɪ]	vermelho [ve.'me.ʎɔ]	vezes ['ve.zɪ]	grande ['grẽ.dɪ]
sul ['su]	cair [ka.'i]	casas ['ka.zɛ]	jovem ['ʒɔ.vɪ]
almoço [a.'mo.sɔ]	escrever [ij.kre.'ve]	cantamos [kẽ.'ta.mɔ]	Pintado [pĩ.'ta.dɔ]

Fonte: Elaboração do autor.

Qualquer uma das quatro codas, no PST e no PP, pode ser elidida. Nesses casos, notamos uma alteração do template CVC em uma sílaba CV, justificando a coda como um constituinte frágil dentro da sílaba (SELKIK, 1982). Entretanto, ainda que o *output* silábico gerado da implementação desse fenômeno seja o mesmo para todos os segmentos-alvo, há diferenças subjacentes a apagamento de cada um desses segmentos. Enquanto o apagamento de /l/, /r/ e /N/, por exemplo, constitui um fenômeno exclusivamente fonológico, a elisão de /S/ possui uma interface morfológica (BRESCANCINI, 2002). Isso é perceptível em dados como **casas** ['ka.zɛ] do quadro 1.

Vale salientar, todavia, que embora o apagamento da sibilante seja possível em itens lexicais cuja coda não porta função morfológica de plural, como em (12) e (13), o fenômeno foi mais recorrente em palavras em que /S/ estava na fronteira de palavra e também equivalia ao sufixo de plural, como indicado em (14) e (15).

(12) feliz [fe.'li]

(13) mesmo ['me.mʊ]

(14) pés ['pɛ]

(15) carros ['ka.ʁʊ]

Esse fato indica que, assim como o PB, a concordância nominal de número não é, necessariamente, marcada entre determinante e seu núcleo nominal, como será discutido na seção 2.3 a seguir, dedicada à discussão de fenômenos morfossintáticos como a concordância de gênero e número.

2.3 Concordância Nominal

Semelhante aos estudos de Brandão (2011) para o PST, Santos et al. (2013) e Santos (2018) para o PP, o português de Angola e o português Kaingang, notamos que o fenômeno de não concordância de gênero é recorrente nos dados examinados neste estudo. O fenômeno é, assim, atestado no PST e no PP, como exemplificado entre (16) e (19).

(16) primeira minha filha nasceu morto

(17) eu não assisti libertação todo porque missão fugiu

(18) criar tem despesa muito

(19) minha avó era velho já

Em geral, é o elemento da segunda posição pós-nuclear – seja este um adjetivo ou um quantificador – que não concorda com o gênero. Assim, o constituinte que ocupa uma posição mais à esquerda porta a informação gramatical de gênero como em (16) e (19). De outro modo, sintagmas nominais, cujo constituinte que normalmente ocupa posição à esquerda é realizado à direita, como quantificador, podem não apresentar a concordância como em (17) e (18). Notamos, ainda, que a não concordância é, no geral, estabelecida em relação ao feminino, mas também são observadas sentenças como em (20) no corpus.

(20) um peixe ela tá caro

(21) vai comprar uma arroz ela tá caro

Ademais, a concordância nominal de gênero, em situações não previstas, também foi levantada nos dados, como indicado em (22). Por um lado, o fenômeno de não realização da marcação de gênero atinge, sobretudo, os elementos nucleares ou pós-nucleares, por outro, aos elementos pré-nucleares pode ser atribuída a marcação de gênero em contextos com concordância não esperada.

(22) Ela tá muita velha

Além da concordância nominal de gênero, notamos, que a concordância nominal de número nem sempre é observada, como em (23) a (28).

(23) dez mandamento era boa novela

(24) vinte hora que é telejornal daqui

(25) criei com meus avô

(26) tenho uma irmã e dois irmão

(27) todas minha criança eu pari em casa sozinha

(28) meu pai tinha uns grupo de canoa

A não concordância de número do núcleo nominal com seu determinante é um fenômeno muito recorrente nos dados de fala analisados do PST e do PP. Similarmente à não concordância de gênero, os elementos pré-nucleares portam a informação de número, mesmo em casos como em (27), em que observamos o plural sendo assinalado apenas no quantificador pré-nuclear. O mesmo pode ser observado em relação à concordância verbal, como exposto em (29).

(29) quando eles estuda eles passa alegre

Em (29), notamos que o falante marcou o plural apenas no primeiro constituinte do sintagma verbal, omitindo a marca no verbo. Com base nessa breve análise e corroborando estudos como os de Brandão (2011) e Santos et al. (2013), é possível levantarmos a hipótese de um padrão geral no PST e no PP, no qual, em um contexto de ampla variação na aplicação da regra de concordância de gênero e número em sintagmas nominais e, mesmo de número em sintagmas verbais, o falante tenda a marcar o plural apenas no constituinte que ocupa a primeira posição no sintagma.

Considerações finais

No século XVI, colonos portugueses aportaram na ilha desabitada de São Tomé para ocupação e posterior estabelecimento de fazendas agroindustriais para cultivo de cana de açúcar. Devido a inúmeros fatores sociais e linguísticos, o país insular de São Tomé e Príncipe (STP) foi berço da emergência e desenvolvimento de línguas crioulas autóctones como santome, lung'le e angolara. Nos séculos XIX e XX, em decorrência do cultivo de cacau e café, o governo português implantou o regime de contrato nas roças através da importação de mão de obra angolana, moçambicana e cabo-verdiana. A chegada dos contratados ao arquipélago promoveu, como consequência, o transplante de uma quarta língua crioula alóctone, o kabuverdianu. Considerando, então, esses dois períodos históricos de colonização e recolonização portuguesas, STP se tornou um cenário plurilíngue em que quatro línguas crioulas eram as principais línguas maternas da sua população, e o português, de maneira geral, não possuía o mesmo status. A partir do período pós-colonial, contudo, o estatuto plurilíngue de STP tem paulatinamente se esvaído, sendo hoje o país africano com o maior número de falantes de português como primeira língua (98,4%) de acordo com o último censo (INE, 2012).

A partir de 1975, o português tem sido transmitido como língua materna para as novas gerações de STP, enquanto as línguas autóctones são cada vez menos transmitidas. Esse fato, em conjunto com fenômenos sociais como urbanização, democratização de ensino (ARAÚJO, 2020) e o sucesso da implementação de uma política de assimilação instaurada no país em todo o período colonial, justificam a ascensão do português em STP. Todavia, a despeito das pressões ainda exercidas pelo padrão linguístico lusitanizado difundido pela mídia e pela escolarização, diferentes variedades da língua portuguesa emergiram e emergem no arquipélago. São estas as empregadas, de fato, no cotidiano da população santomense e principense, refletindo a história plurilíngue do arquipélago, como também constituindo variedades legítimas da língua

portuguesa – e não versões corrompidas do PE. Isso é evidente, por exemplo, diante dos diferentes fenômenos fonológicos observados no PST e no PP, que podem ou não refletir estruturas compartilhadas com o PB, o PE, ou mesmo outras variedades africanas do português.

Com base no levantamento de processos como alternância do rótico, apagamento da coda e concordância nominal de gênero e número, realizado mediante a análise de um corpus de fala espontânea, bem como tendo em vista a literatura dedicada à análise das variedades de STP, expomos alguns aspectos linguísticos que subjazem ao PST e ao PP. Esses processos caracterizam as variedades em evidência como singulares, dotadas de estruturas particulares que as distinguem de variedades congêneres do português como a brasileira e a europeia, ainda que em alguns pontos similaridades estruturais sejam observadas entre estas.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Ana Lúvia; MENDES, Maiara. A grafia dos róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe: fusão fonológica e ensino. *Veredas, Revista de Estudos Linguísticos*, v. 24, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/31830>.

AGOSTINHO, Ana Lúvia; SOARES, Eduardo & MENDES, Maiara. Merging of quasi-phonemes in contact situations: evidence from rhotics in Principense Portuguese. Apresentação de Pôster em Annual Meeting in Phonology. Santa Cruz, California, 2020.

AGOSTINHO, Ana Lúvia. **Fonologia e Método Pedagógico do lung'le**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGOSTINHO, Ana Lúvia. Róticos em contexto intervocálico no Português da Ilha do Príncipe: fonologia e educação. In: IX ENCONTRO DA ABECS. Brasília, Universidade de Brasília, 28-30 de novembro, 2016.

AGOSTINHO, Ana Lúvia; Bandeira, Manuele; Araujo, Gabriel Antunes. O Lung'le na educação escolar de São Tomé e Príncipe. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, n. 33, p. 591-618, 2016.

ARAUJO, Gabriel; Guimarães-Filho, Zwinglio; Oliveira, Leonardo; Viaro, Mario. As proparoxítonas e o sistema acentual do português In: ARAUJO, Gabriel. **O acento em português** - abordagens fonológicas. São Paulo: Parábola, 2007, p. 37-60.

ARAUJO, Gabriel & Agostinho, Ana Lúvia. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 26, p. 49-81, 2010.

ARAUJO, Gabriel. & BALDUINO, Amanda. Nasalização Vocálica no Português Urbano de São Tomé e Príncipe. **Diacrítica**, v. 33, n. 2, p. 41-68, 2019.

- ARAUJO, Gabriel. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe? In: Sweder Souza e Francisco Calvo Del Olmo (Org.). **Línguas em português: A Lusofonia numa visão Crítica**. Porto: Universidade do Porto Press, 2020, p. 173-197.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BALDUINO, Amanda. **A nasalidade vocálica no português falado em São Tomé e Príncipe**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BALDUINO, Amanda Macedo. Apagamento de /R/ e /S/ em coda no Português Principense. **Papia**, v. 29, n. 1, p. 25-39, 2019. Disponível em: http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/3366/pdf_1. Acesso em 23 jul. 2020.
- BALDUINO, Amanda Macedo. **Processos Fonológicos no Português de São Tomé e de Santo António do Príncipe**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Em preparação).
- BALDUINO, Amanda Macedo; VIEIRA, Nancy Mendes Torres. Distribuição da lateral /l/ em coda no português santomense. **Estudos Linguísticos**, v. 49, n. 2, p. 594-615, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/el.v49i2.2490>. Acesso em 20 jul. 2020.
- BOUCHARD, M. **Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé**. Dissertation (Doctoral) - Department of Linguistics, New York University, New York, 2017.
- BRAGA, Gabriela. **A prosódia do português de São Tomé: a entoação do contorno neutro**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Apagamento de R em coda externa em duas variedades africanas do português. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 20, n. especial, p. 390-408, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2018.v20n0a23283>.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Concordância nominal em duas variedades do Português: Convergências e divergências. **Revista Veredas**, v. 15, n. 1, p. 164-178, 2011.
- BRANDÃO, Sílvia; PESSANHA, Davi; PONTES, Stefany; CORRÊA, Monique. Róticos na variedade urbana do português de São Tomé. **PAPIA**, v. 27, n. 2, p. 293-315, jul/dez 2017.
- BRESCANCINI, Cláudia Regina. **Fonologia e Variação: Recortes do Português Brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- CHRISTOFOLETTI, Alfredo & ARAUJO, Gabriel. Vogais e Ditongos no Português Vernacular de São Tomé e Príncipe. In: OLIVEIRA, Márcia & ARAUJO, Gabriel (Orgs.). **O Português na África Atlântica**. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2018, p. 258-296.

EGUDU, R. N. Negritude versus Assimilation. In: Egudu, R. N. *Modern African Poetry and the African Predicament*. p. 30-44, 1978.

FERRAZ, Luiz Ivens. **The creole of São Thome**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

GALVÃO, Henrique & SELVAGEM, Carlos. **Império Ultramarino Português**. Monografia do Império, vol. II. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

GOMES, Danielly Kely. Vogais em contexto postônico medial no português de São Tomé. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Ed.). **Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 159-176.

GONÇALVES, Rita. **Propriedade de Subcategorização verbal no português de S. Tomé**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

GONÇALVES, Rita; Hagemeijer, Tjerk. O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, v.1, n.1, p. 84-103, 2015.

HAGEMEIJER, Tjerk. As ilhas de Babel: A crioulação no Golfo da Guiné. **Revista Camões**, v. 6, p. 74-88, 1999.

HAGEMEIJER, Tjerk. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, Enoch & SMITH, Norval (Ed.). **Complex processes in new languages**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2009, p. 29-50.

HAGEMEIJER, Tjerk. The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.

HAGEMEIJER, Tjerk. From creoles to Portuguese: Language shift in São Tomé and Príncipe. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua Gonçalves & AVELAR, Juanito (Eds.). **The Portuguese language continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2018, p. 169-184.

INE. Instituto Nacional de Estatística (INE): São Tomé e Príncipe em Números. São Tomé: 2001. Disponível em: <http://www.ine.st/2001.html>, 2001.

INE. 2011. Instituto Nacional de Estatística (INE): São Tomé e Príncipe em Números. São Tomé: 2001. Disponível em: <http://http://www.ine.st/2012.html>

INE. 2012. Recenseamento Geral da População e da Habitação: Características Educacional da População. São Tomé: INE.

LADHAMS, John. Article Agglutination and the African Contribution to the Portuguese-based Creoles. 2007. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/322224100_Article_agglutination_and_the_African_contribution_to_the_Portuguese-based_Creoles> Acesso em: 12 mai. 2020.

LUCCHESI, Dante & BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante & BAXTER, Alan. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Das cadências do passado: o acento em português arcaico visto pela teoria da otimalidade. In: ARAUJO, Gabriel. **O acento em português** - abordagens fonológicas. São Paulo: Parábola, 2007, p. 85-119.

MAURER, P. **Principense Grammar texts, and vocabulary of the afro-portuguese creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea**. London: Battlebridge Publications, 2009.

NASCIMENTO, Augusto. **História da Ilha do Príncipe**. Lisboa: Oeiras, 2010.

NASCIMENTO, Augusto. **Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Prefácio, 2008.

NASCIMENTO, Fabiane. **O sistema vocálico do português de São Tomé e o comportamento das vogais médias em contexto pretônico**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de.; ARAUJO, Gabriel Antunes (org.). **O Português na África Atlântica**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2018.

SANTIAGO, Ana Maria; AGOSTINHO, Ana Livia. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.

SANTOS, Eduardo. Aspectos da língua portuguesa em Angola. **PAPIA**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 25-49, 2018.

SANTOS, Eduardo; Agostinho, Ana; Lima & Silva, Moana. Concordância de número e de gênero: aproximações entre o português de Angola, o português do Príncipe e o português Kaingang. Apresentação no IV GELIC. (manuscrito), 2013.

SEIBERT, Gerhard. Novos elementos para a história da introdução do cacau em África, 2008. Online. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12770>>.

SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico*, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1411>>

SELKIRK, Elisabeth. The syllable. In: HULST, H. & SMITH, N. (Ed.) **The Structure of Phonological Representations**. Dordrecht: Foris. p. 337-383, 1982.

WETZELS, L. Primary Word Stress in Brazilian Portuguese and the Weight Parameter. **Journal of Portuguese Linguistics**, Ubiquity Press, v.5, n.6, p. 9-58, 2007.

Marcação de plural: um estudo semântico de classe nominal do pepel

Ivo Aloide Ié

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal descrever e discutir o prefixo de plural no sistema de classificação nominal da língua Pepel de Guiné-Bissau, com o intuito de identificar as suas estratégias de pluralização.

O pepel pertence grupo Bak do ramo Atlântico da família Níger-Congo e faz parte das línguas do mundo que possuem sistema conhecido como classe nominal, também chamado de gênero. Os dois termos são utilizados na descrição das línguas indo-européias e Niger-Congolês. Segundo Aikhenvald (2000), esses sistemas são considerados como os mais gramaticais de todas as classificações nominais, porque cada classe exige uma concordância obrigatória com todos os elementos da sentença.

Os resultados preliminares do nosso estudo indicam que, no pepel, um único lexema é capaz de receber diversos significados de acordo com o prefixo em que é encaixado. Por exemplo, os nomes de árvores e frutas são semanticamente distintos, apenas, por morfemas de classes em que se insere, como *pe-naan* (banana) *bu-naan* (bananeira) (NDAO, 2011).

Os falantes desta língua localizam-se no Norte da Guiné-Bissau, principalmente no Centro de Capital (Bissau) e na Região de Biombo. Por motivo de migração há falantes em outros países, como em Senegal, Portugal e Brasil.

Para contextualizar o povo pepel, tomamos trabalhos da área de história e sociologia e no censo da população guineense de 2009. Para a coleta de dados descrita neste trabalho fez-se uma lista própria, baseada no nosso conhecimento nativo da língua pepel ou com falantes natos; no que diz respeito aos dados escritos sobre a língua pepel, baseamo-nos no trabalho de Ndao (2011, 2015). Sobre a pluralização na língua pepel, não foi encontrado texto ou estudo específico sobre a estratégia de pluralização dos nomes no pepel de Guiné-Bissau. Essa foi uma das dificuldades de nossa pesquisa. Sendo assim, pretendemos neste estudo contornar essa falta oferecendo uma análise inédita sobre a formação do plural no pepel.

O texto segue estruturado desta maneira: na seção **Os pepéis**, apresentam-se a localização do povo pepel e a classificação genética da língua objeto deste estudo. Na seção **Contextualização teórica**, discute-se sobre classe nominal, conceito e esclarecimento da relação entre gênero e classe; a seguir, em **Procedimento metodológico**, descreve-se o método utilizado para elaboração deste artigo; na seção **Modelo teórico**, apresenta-se, para o leitor, o

pressuposto teórico adotado para análise dos resultados; na seção **Sistema de classe nominal do pepel**, discute-se o sistema nominal da língua pepel, foco deste estudo, na qual apresentamos os 12 prefixos de classe; na seção, **descrição e análise de prefixos do plural no pepel**, descrevem-se os prefixos de plural e a função de classe dual de prefixo de classe 7-*m*-. Por fim, conclui-se com algumas considerações. A seguir, iniciam-se as seções que compõem este texto.

1 Os pepéis

1.1 Localização da língua pepel

O grupo pepel vive na Guiné-Bissau, país africano situado na costa ocidental do continente. Faz fronteira com dois países nas províncias norte, leste e sul: ao Norte fica Senegal, a Leste e sul é limitado com a República da Guiné (Guiné-Conacri). Na costa Ocidental é banhado pelo Oceano Atlântico (AUGEL, 2007).

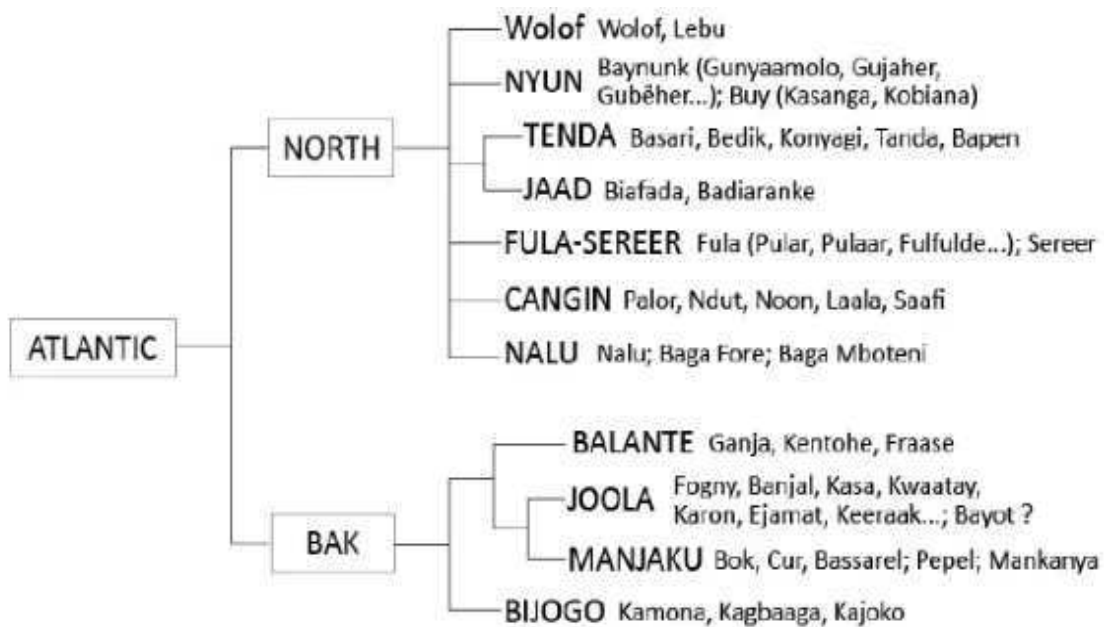
A população da etnia pepel corresponde a 9,1% da população guineense e habita majoritariamente a região de Biombo (província Norte) e a cidade de Bissau (capital do país). A maior expressão populacional se concentra na região de Biombo com 64,7%, sendo que apenas 15,7% habitam em Bissau. (INE CENSO, 2009). Por motivo da diáspora o pepel é falado nos outros países, como é o caso de Senegal.

Além do pepel, o país possui mais de 20 línguas étnicas. Entre as etnias da Guiné com maior número de falantes, destacam-se “Fula (28,5%); Balanta (22,5%); Mandinga (14,7%); Pepel (9,1%); e Manjaco (8,3%)” (INE CENSO, 2009, p. 22).

1.2 Classificação genética da língua pepel

A classificação mais recente das línguas atlânticas das quais o pepel faz parte é de Pozdniakov e Segerer (2016). Nessa classificação, o grupo atlântico é dividido em dois ramos, a saber, Norte e Bak que, por sua vez, têm subgrupos das línguas como podemos ver no esquema da classificação abaixo.

Quadro 1- classificação das línguas atlânticas



Fonte: Pozdniakov; Segerer (2016)

O pepel, juntamente com o bok, o cur, o bassarel, o mankanya e o manjaku, fazem parte do subgrupo denominado Mannjaku. Tais línguas estão agrupadas de acordo com suas características em comum. Segundo Pozdniakov e Segerer (2016, p. 4), a denominação Baké foi atribuída a esse grupo por Sapir (1971), referindo-se ao prefixo *b*-marcador plural dos humanos que as línguas têm em comum. Por exemplo, *ba-nha* (pessoas).

1.3 Contextualização teórica

A principal questão teórica, que é tema deste estudo, é o sistema de classe nominal, também chamado de gênero. Esses sistemas são considerados como os mais gramaticais de todas as classificações nominais, conforme Aikhenvald (2000). Em geral podemos dizer que gênero (ou classe) é marcado pela presença da concordância entre os elementos gramaticais (Creissels, 1999) como veremos na síntese da bibliografia fundamental de autores que tratam da temática.

1.4 Classe nominal/gênero contexto conceituais

Gênero/classe nominal é um tipo de sistema de categorização nominal que nem sempre se apresenta de maneira clara no nome, mas ecoa em outros elementos da frase que podem ser

adjetivos, demonstrativos, artigos, pronomes, etc. Esses elementos podem funcionar de forma variada, obedecendo ao critério de concordância de cada língua (GRINEVALD 2000).

Dixon (1986) sustenta que a classe substantivo possui um sistema gramatical obrigatório. A marcação de classe ou gênero nominal ocorre por meio de um afixo, por exemplo, um artigo obrigatório em francês e alemão ou um prefixo obrigatório no pepel. Em geral, todos os nomes têm obrigatoriedade de se encaixar numa das classes/gêneros, que também devem ser marcados nos outros elementos gramaticais da frase “(demonstrativos, numerais, adjetivos) e são codificados para certas funções sintáticas, no verbo”. (DIXON, 1986, p.106-107).

Aikhenvald (2000) afirma que classe nominal ou gênero são sistemas das línguas que possuem classe de concordância gramatical baseada em características semânticas de animação, sexo ou humanidade. O número de classes de substantivo varia de duas formas como nas línguas indo-europeias para dezenas como nas línguas Níger-congolesas.

No que diz respeito aos morfemas marcadores de classe nominal/gênero, Aikhenvald (2000) afirma que

[...] são dispositivos de categorização de substantivos realizados fora do próprio substantivo dentro de uma frase substantiva modificadora. Eles são realizados, como marcadores de concordância, em modificadores como adjetivos, mas podem também aparecer nos modificadores de classes fechadas, como demonstrativos e interrogativos. Eles também podem ser realizados fora da frase substantiva e estarem marcados no predicado ou mesmo em advérbios. Eles costumam ser afixos geralmente contêm referências a propriedades inerentes a substantivos (AIKHENVALD, 2000, p.17).

O sistema de gênero e classe se define como o mesmo sistema de classificação nominal em que a concordância é obrigatória; assim, o português e o pepel são línguas de classe, porque os “adjetivos atributivos e predicativos devem concordar com o substantivo que eles modificam [...] motivo para que os dois termos sejam usados intercaladamente na descrição dos idiomas” (CORBETT, 1996 *apud* KILARISKI 2013, p. 2).

1.5 Esclarecimento terminológico

Aikhenvald (2000), ao tratar da relação entre os dois termos, lembra que *gênero* foi usado pela primeira vez pelo filósofo grego Protágoras no século V a.C quando classificou o sistema das línguas gregas em três gêneros, a saber, feminino, masculino e neutro. Com os estudos de línguas africanas, foi possível verificar línguas com características semelhantes às do sistema de gênero encontrado nas línguas indo-europeias, apresentando, porém, maior quantidade e variedade de gêneros. O pepel, por exemplo, tem 12 marcadores de gênero e não

distingue masculino e feminino. Assim, o termo *classe nominal* passou a ser usado para sistemas desse tipo (AIKHENVALD, 2000, p. 19).

As línguas da família Niger-congolesa têm um sistema de categorização nominal amplamente conhecido por sua concordância complexa por meio de afixos que determinam a classe do nome e a sua relação com os elementos da oração (ARAÚJO, 2013). Esse tipo de sistema é conhecido como *classe nomina* (AIKHENVALD 2000, p. 19). Nele, os afixos determinam classe a que pertence o nome e a forma de concordância. Para melhor compreensão da relação entre o sistema de indoeuropeias e de Níger congolosas vide o exemplo ilustrativo abaixo, em que “M” indica masculino, “F” indica feminino e “X” indica inexistência de marca de masculino e feminino no sistema do pepel.

Indo-europeias (português)

M		F	
(1) o	homem	a	mulher
Art. M.sg	bonit-o	Art. F.sg	bonit-a
	adj.m.sg		adj. F. sg.

Niger-Congo (pepel)

X		X	
<i>nə-nej</i>	<i>nurɔ</i>	<i>nə-ɲaʃ</i>	<i>nurɔ</i>
CLnə-homem	Adj. bonito	CLnə -mulher	Adj. bonito

Vimos no quadro acima, que o substantivo *nej* (homem) e substantivo *ɲaʃ* (mulher) estão marcados com a mesma classe (classe 8 *nə-*) e que o adjetivo *nurɔ* (bonito/a) mantém a sua forma para os dois substantivos. Essa é a característica das línguas com o sistema de classe nominal. Diferentemente das línguas de gêneros (indo-europeus), como vimos no exemplo do português em que morfemas “o” e “a” indicam que o substantivo pertence ou refere o gênero de sexo masculino ou feminino singular, para plural acrescenta-se “s” (os e as).

O pepel não categoriza com base no gênero, mas por meio de classes nominais, quer dizer, na língua pepel é a classe nominal que indica a categoria do nome, isto é, se o nome refere a categoria dos objetos, das árvores, dos animais e dos seres humanos, independentemente do gênero, como vimos no exemplo com classe 8 *nə-*. Essa classe é a que marca os nomes relacionados aos seres humanos e suas profissões no singular; no plural, altera-se para classe 12 *bɔ-* como descrito abaixo.

No exemplo fizemos uma tradução literal ou direta, considerando que no pepel a categorização não é baseada no gênero. Porém colocamos nos parêntese a tradução aproximada em português.

(2)

Singular				Plural		
<i>nə-poʃ</i>	<i>nə-ɲeʃ</i>	<i>nurɔ</i>		<i>bɔ-poʃ</i>	<i>bɔ-ɲeʃ</i>	<i>bɔ-nurɔ</i>
CL <i>nə</i> -menino	CL <i>nə</i> -homem	Adj.bonito		CL <i>bɔ</i> -meninos	CL <i>bɔ</i> -homens	CL <i>bɔ</i> -bonitos
o menino	homem	bonito (o menino bonito)		os meninos	homens bonitos	(os meninos bonitos)
<i>nə-djukudjuku lipi</i>				<i>bɔ-djukudjuku lipi</i>		
o/a professor/a	inteligente			os/as professores/as	inteligentes	
<i>nə-djukudjuku ia ɔ-skol monton</i>				<i>bɔ-djukudjuku ia ɔ-skol monton</i>		
CL <i>nə</i> -professor/a	verb.ir	CL-escola		CL <i>bɔ</i> -professores/as	verb.ir	CL-escola
ontem				ontem		
(Professor/a foi à escola ontem)				(Professores/as foram à escola ontem)		
<i>nə-djukudjuku ia pe-djukudjuku bɔ-poʃ ɔ-skol monton</i>				<i>bɔ-poʃ ɔ-skol monton</i>		
CL <i>nə</i> -professor/a	verb.ir	CL <i>pe</i> -ensinar		CL <i>bɔ</i> -meninos/as		CL <i>ɔ</i> -escola
adver.ontem						
(Professor/a foi dar aulas para meninos ontem)						

Com base nos exemplos acima, podemos afirmar de que no sistema da língua pepel como da maioria das línguas Níger-congolesa e diferentemente das línguas indo-europeias, como podemos ver no exemplo do português, não existe morfema ou prefixo para categorizar os nomes com base no gênero masculino ou feminino. O que existe no pepel e nas línguas com o mesmo sistema são os prefixos que acompanham o nome de acordo com a categoria, por exemplo, o prefixo *nə-* é especificamente marcador dos nomes e das profissões das pessoas ou dos seres humanos na língua pepel; da mesma forma existem prefixos para categorias de animais, objetos, etc. A outra peculiaridade do pepel são os pares de classes, isto é, cada classe marcador do nome no singular tem o seu par para marcar o nome no plural, como no exemplo acima com classe 8 *nə* e classe 12 *bɔ-*. Ou seja, O nome prefixado com a Classe 8 *nə-* no singular, passa a ser prefixado no plural com a classe 12 *bɔ-*. Por exemplo, *nə-poʃ* (menino) e *bɔ-poʃ* (meninos), enquanto que na língua portuguesa, por exemplo, a pluralização é realizada com acréscimo do “s”. Essas são características que diferenciam sistemas de línguas indo-europeu e niger-congo.

Vale ressaltar que, além das línguas com sistema de categorização nominal gênero ou classe nominal, também há outras línguas com outros tipos de sistemas de categorização. Entre eles classificadores numerais que diferentemente de classe nominal têm “morfemas especiais que aparecem apenas ao lado de numeral ou quantificador. Eles podem categorizar o referente de um substantivo em termos de sua animação, forma e outras propriedades inerentes” (AIKHENVALD, 2000, p. 5).

Por exemplo, na língua Yidiny da Austrália, o classificador *bama* ao lado de *waguja* (*bama waguja*) classifica quantitativamente o homem como "um". Literalmente, *bama* é classificador de seres humanos e *waguja* significa "homem"; ao lado de *bama* significa "um homem". (DIXON 1982 apud AIKHENVALD, 2000).

Seguindo o modelo de alguns autores, entre eles Aikhenvald (2000) e Grinevald (2000), que reservaram nos seus estudos o termo gênero para os sistemas com pequenos números de classe ou que fazem distinção baseados no sexo (indo-europeu) e classe nominal para sistemas com maior número de morfemas de classe nominal ou que não têm o sexo biológico como base para classificação dos nomes, o nosso estudo toma *classe nominal* para descrever o sistema do pepel.

2 Procedimento metodológico

Para efeito deste estudo, realizamos pesquisa bibliográfica, a que se baseou na revisão das literaturas que versam sobre a categorização nominal das línguas em geral e, em particular, as que trataram do sistema de classificação nominal do pepel. Para esse último, destacam-se tese de Ndao (2011), intitulado "Phonologie, morphologie et structures syntaxiques du pepel" e seu artigo de (2015) com o título de “Les classes nominales en pepel” e estudo comparativo de Marques (1947) intitulado “Aspectos do problema da semelhança da língua dos papéis, manjacos e brames (mancanha)”.

Além desses, também serviram de fonte os trabalhos sobre a descrição dos sistemas de classes nominais das línguas do mundo. Esses estudos proporcionaram a maior compreensão sobre a descrição do sistema de categorização nominal das línguas, principalmente, do sistema nominal do pepel. Entre esses trabalhos destacam-se (AIKHENVALD, 2000; GRINEVALD, 2000; POZDNIAKOV, 2015; CREISSELS, 1999).

Para a realização da pesquisa bibliográfica usou-se a metodologia da pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002), a maior familiaridade com o problema investigado e o aprimoramento de ideias, ou a “descoberta de intuição é a principal objetivo da pesquisa exploratória” (GIL, 2002, p.41). Isso trouxe proveito para esta investigação, pois possibilitou a

compreensão das estratégias de pluralização no pepel através de intuição dos falantes nativos. Que é o caso do pesquisador.

Vale ressaltar que o autor deste trabalho é falante nativo da língua objeto deste estudo como língua primeira (L1) ou língua materna (LM). Lembrando que os trabalhos antecedentes foram escritos por não falantes dessa língua, o que pode estar na origem de algumas falhas na descrição do sistema de categorização nominal de *Oium* (pepel).

Com base nesse conhecimento, foram produzidos dados empíricos que foram comparados com os coletados nas literaturas sobre a temática. Para ter a maior certeza das informações produzidas intuitivamente pelo autor, uma lista composta de nomes, prefixos e verbos foi apresentada aos falantes mais experientes para que confirmassem a sua segurança ou a sua existência na língua pepel. Nesta fase utilizou-se a técnica metodológica de introspecção.

Segundo Ngunga (2006)

Método de introspecção [...] consiste no estudo do que o linguista sabe e usa de forma inconsciente. No caso da investigação linguística, trata-se de uma situação em que o próprio investigador estuda a sua língua tal como ele a conhece, podendo, com efeito, consultar outros membros da sua comunidade linguística [...] (NGUNGA, 2000 apud CHIVAMBO, 2013, p. 16).

Seguindo esse modelo, foram consultadas três pessoas, para darem parecer dos dados produzidos, intuitivamente, pelo pesquisador. Todos eles natural de Biombo (Guiné-Bissau) e são falantes nativos da língua pepel.

3 Modelo teórico

Para descrever e discutir a base semântica de classificação nominal da língua pepel, utilizamos no presente estudo os princípios teóricos da linguística cognitiva sobre a categorização linguística.

Estas abordagens definem categoria de forma diferente da teoria clássica de Aristóteles (na sua obra intitulada “*categorias*”) a qual define a categoria com base na propriedade comum compartilhada entre as coisas, em outras palavras, as coisas eram classificadas com base nas características que possuíam em comum. Por exemplo, categorias dos pássaros dividem propriedade comum, do tipo, “seres vivos com asas, penas e conseguem voar.” Assim, na visão da teoria clássica essas características seriam suficientes e necessárias para definir categoria dos pássaros.

Do ponto de vista da teoria de protótipo, essa definição clássica é considerada insuficiente, como explica (Lakoff, 1987), mas não totalmente errada, pois classificamos as

coisas com base no que elas são. Lakoff ainda defende que as coisas não podem ser definidas apenas por propriedades comuns compartilhadas por todas as entidades da categoria, porque, se olharmos casos específicos perceberemos a diferença entre elas. Por exemplo, os pinguins não voam, mas estão na categoria dos pássaros.

O modelo hoje conhecido como teoria de protótipo foi, inicialmente, introduzido ou proposto no estudo de categorização por Wittgenstein (1988) na sua obra Intitulado “Philosophical Investigations”. O trabalho desenvolvido pelo autor traz a nova forma de categorização linguística, sobretudo com o modelo que ele chamou de “*parecidos de família*,” onde afirma que, uma categoria pode possuir subtipos e relacionados um ao outro (NETTO, 2019).

Ulteriormente, essa proposta foi aproveitada e usada na pesquisa de área de psicologia cognitiva desenvolvida por (ROSCH, 1975; 1973), e a denominou de “*teoria de protótipo*.” A teoria foi adotada pelos cognitivistas linguísticos, corrente linguística que se desenvolveu no início dos anos 80 (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987, 1986; LANGACKER, 1987, 1999, 1991; TALMY, 1983, 1988). O motivo para essa adesão veio do interesse pelo significado linguístico ou de entender como ele é usada, além da insatisfação com Semântica Gerativa de Noam Chomsky, de que provêm maioria dos linguistas cognitivistas; o próprio Lakoff foi um dos líderes (SILVA, 2004). Do outro lado, os cognitivistas foram atraídos pelo bom resultado obtido na investigação de psicologia de Rosch que usou a técnica de protótipo para avaliar processo de categorização. Nela, os protótipos tiveram um papel fundamental no processo de categorização. Logo, em 1987, Lakoff introduziu a teoria de protótipo na categorização linguística, ao analisar um trabalho empírico desenvolvido por Dixon (1982) sobre o sistema de classificação nominal do dyirbal, uma língua aborígine da Austrália. Nessa análise, Lakoff afirma que a categorização faz parte do dyirbal, da mesma maneira que em vários outros idiomas, pois todos os substantivos em dyirbal são prefixados por um dos quatro morfemas: *bayi*, *balan*, *balam*, *bala*. Estes são marcadores de classe nominal da língua dyirbal (LAKOFF, 1987)

Apesar de basear, totalmente, a sua análise na proposta de protótipo de Rosch (1975; 1973), Lakoff encerrou a análise propondo uma abordagem teórica de modelo de protótipo, tipicamente, de linguística cognitiva, que ele denominou de “efeito de protótipo” e que pode ser explicado de seguinte modo: “categorias, como pássaro, têm limites claros; mas dentro daqueles limites existem efeitos de protótipo graduados, alguns membros da categoria são melhores exemplos da categoria do que outros” (LAKOFF, 1987, p. 56). De acordo com Lakoff, a abordagem de modelos cognitivos ou teoria de efeito de protótipo para categorização é motivado pela “[...] necessidade de levar em conta a categorização não apenas para objetos

físicos, mas em domínios conceituais abstratos, emoções, relações espaciais, relações sociais, linguagem, etc.” (LAKOFF, 1987, p.56).

A escolha dos modelos de linguística cognitiva para descrição de classe nominal do pepel deve-se ao fato de ser um modelo de análise que explica de forma clara uma categoria e a sua relação com outras categorias. Também por buscar entender a relação entre categoria e todos outros conhecimentos envolvidos na sua motivação semântica. Também por buscar entender a relação entre categoria e todos outros conhecimentos envolvidos na sua motivação semântica. Esse modelo de análise é relevante para investigação no campo de estudo linguístico, principalmente, para descrição e análise das línguas de sistema de classe nominal. Os estudos que nos antecederam usaram abordagem teórica da semântica dos cognitivistas linguística na descrição nominal e confirmaram a sua eficácia para descrição das línguas atlânticas, o ramo linguístico do qual o pepel faz parte. Entre estes estudos destacam-se Cobbinah (2013), na descrição semântica de prefixo de classe em Bainounk Gubëeher e Sagna (2008), na descrição do Jóola Eegimaa. Tanto Cobbinah, quanto Sagna confirmaram a relevância dessa abordagem para a obtenção de resultados da descrição nominal. Ndao (2011) não utilizou princípios cognitivistas, mas baseou-se nos pressupostos funcionais para descrição do pepel. Essa abordagem funcional também foca no significado da mesma forma que o cognitivismo linguístico.

Por meio dessa abordagem, será possível compreender como os falantes do pepel fazem o processamento mental da experiência linguística para classificar coisas no mundo. Finalizada esta breve apresentação dos pressupostos teóricos em que se apoia análise de dados do nosso trabalho, a seguir apresenta-se o sistema de classe nominal do pepel.

4 Sistema de classe nominal do Pepel

O pepel apresenta, no seu sistema, prefixos de classe nominais que entram no esquema de concordância praticamente igual aos de outras línguas do tronco Niger-congolês (NDAO, 2015). No pepel, “o uso do prefixo de derivação para formar nomes a partir de lexemas verbais e também nominais exige que cada nome formado por meio de uma determinada derivada seja atribuído a um gênero específico” (NDAO 2015, p. 1). Para esse autor, a língua pepel possui 12 prefixos de classe, entre eles podemos encontrar 8 classes de singular (\emptyset -, *p*-, *ɔ*-, *k*-, *u*-, *a*-, *n*-, *bu*-) e 4 de plural, (*i*-, *mə*-, *ŋə*-, *bɔ*-). O quadro abaixo apresenta ordem desses prefixos.

Quadro 2- ordem de classe

Nº	Prefixo de classe	Nome	Glossário
1	∅-	∅- pə	areia
2	ɔ	ɔ-kas	passarinho
3	p~ pə-pi	pe-maak	doença/epidemia
4	k~ kə~ ku	Ke-maaja	milhos
5	u	u- maŋə	mangueira
6	a	a-yek	mestre/chefe
7	mə- ~ mu	mu-ʃup	água
8	n- ~ nə-	nə-teʃa	interprete
9	bu	bu- maŋə	mangueira
10	i	i-nongot	panos
11	ŋ- ~ ŋə-	ŋə-rik	peixes
12	bɔ-	bɔ-aʃ	mulheres

Fonte: Adaptado de Ndao (2011)

No quadro acima temos 12 prefixos de classe ordenados de, 1 a 12, de acordo com o estabelecido por Ndao (2011). No parágrafo antes do quadro, vimos que os pares singulares são (∅-, p-, ɔ-, k-, u-, a-, n-, bu-) e plurais são (i-, mə-, ŋə-, bɔ-). Mas, ao observarmos ao quadro 2, percebemos que classe 4-k aparece com o nome no plural *ke-maaja* (milhos) e classe 7-m- marca um nome sem significado de plural nem de singular no pepel *mu-ʃup* (água), mas está listada nos marcadores de plural. Prefixo 5-u está a marcar o mesmo nome com prefixo 9-bu. Pelo objetivo desse trabalho não discutimos essa questão, mas esperamos fazer um estudo só de análise de pareamento de classe feito por Ndao (2011).

O que observamos indica que algumas classes de pares singulares não só servem para dar ao nome significado de singular, mas também permitem pluralização. Por exemplo, classes *k-*, *kə-naan* (plural contável de banana ou mais de uma) e *kə-gati* ("pente" no singular).

A outra percepção que temos de classe nominal da nossa língua é a dualidade de classe *m-*; além de marcar nomes de líquidos e massas, marca os nomes de árvores no plural, como de frutas. O objetivo desse estudo é descrever de forma breve prefixos marcadores de plural, por isso deixamos de lado outras discussões sobre o sistema do pepel.

No pepel, é possível marcar o plural de diversas formas ou tipos por meio de alternância total de prefixos de classe ou apenas consoantes iniciais destes, como acontece nos sistemas de outras línguas atlânticas.

Vale dizer que essa alternância é uma das características específicas do ramo atlântico e que diferencia esse ramo das outras subfamílias dentro da família Niger-congolesa. Como afirma Pozdniakov, “a ligação entre as alternâncias de consoantes nas iniciais dos radicais e os sistemas de classes nominais constitui uma característica [...] principal das línguas do Atlântico [...] que aparentemente não podem ser encontradas nas outras línguas [...]” (POZDNIAKOV, 2015, p.63).

Ainda de acordo com esse autor, “em várias línguas atlânticas existem classes nominais que diferem apenas pelo grau de alternância da consoante inicial [...]” (POZDNIAKOV 2015, p.65). Com base nessa afirmação, o nosso trabalho investigou as estratégias de marcação de plural a partir das alternâncias dos morfemas de classes que marcam o significado do nome. Ampliando, assim, o estudo anterior sobre o sistema do pepel.

5 Descrição e análise de prefixos do plural no pepel

Nessa seção analisamos prefixos marcadores de plural na língua pepel. Os prefixos descritos são *k-*, *i-*, *ŋə-*, *bɔ-*, e *mə-*. No trabalho de Ndao, (2011), o prefixo *k-* não pertence aos pares marcadores de plural, mas aqui colocamos e esclarecemos a razão pela qual incluímos esse prefixo no plural. O nosso foco nessa seção é de mostrar ou comprovar que esse prefixo faz parte dos pares de plural também.

Classe K= k~ kə~ ku

Classe *k-* é uma das classes no sistema do pepel com mais de uma função semântica, pois marca alguns nomes dando-os sentido de singular e alguns com significado no plural, como podemos ver a seguir.

Nomes no singular

kə- djar
CLK- lavora

kə - teni
CLK- espelho

kə - rida
CLK- poltrona

ku- fus
CLK- capinar

kə- bisro
CLK- jurar

kə- nongot
CLK- pano

Ex:

1) *nə-lii ka kə-nongot ke-alu*
CLnə-rei v.ter CLKə-pano CLke-alu
(O Rei tem pano novo)

2) *nə-neş nə-şaf çş kə-djar şo ç-paur*
CLnə-homem CLnə-velho v.estar CLKə-lavora no CLç-campo
(O homem velho está a lavar no campo)

Nomes no plural limitado ou quantidade numerável

kə-maaja
CLK- milhos

kə -maañə
CLK- mangas

kə - naan
CLK- banana

kə - koonho
CLK- dedos

kə - tuii
CLK- tampas

kə - riməla
CLK- limões

kə - şima
CLK- pés

kə - djukulo
CLK- joelhos

Ex:

1) *nə-djar ka kə-maañə kə-puguş*
CLnə-lavora v.ter CLKə-mangas CLKə-duas
(O lavrador tem duas mangas)

2) *nə-poş ka kə-djukulo ke-makul*
CLnə-menino V.ter CLKə-joelho CLke-doente
(O menino tem joelhos doentes)

Se observarmos os nomes acima, podemos perceber que os nomes marcados com a classe *k-* no singular são de objetos, algumas partes do corpo humano, nomes de atividades e nomes abstratos. Temos também nomes dos objetos e partes do corpo no plural. Podemos saber, então, que todos os nomes de fruta marcados com *k-* automaticamente estão no plural.

Alternância dos prefixos

Agora vamos ver como esse prefixo é utilizado no singular e quando é usado para pluralizar o nome. No pepel, além de mudar o sentido semântico do nome através da alternância ou substituição de consoante inicial de prefixo ou sua substituição total, muda-se o sentido do nome por simples troca de “lexema nominal”, como podemos ver nos nomes abaixo.

Plural <i>kə-maaja</i> CLkə-milhos (milhos)	Singular <i>kə-rik</i> CLkə-mar (mar)	Plural <i>kə-kil</i> CLkə-olhos (olhos)	Singular <i>kə-waş</i> CL kə-orelha (orelha)
---	---	---	--

Vimos de que, com prefixo k- dependendo da raiz, o nome recebe o significado plural ou singular. O modelo mais conhecido pelos pesquisadores das línguas Atlânticas é a substituição do prefixo como exemplo a seguir.

Alternância de prefixo kə- e i-

Singular <i>kə-rida</i> CLkə-poltrona (poltrona)	Plural <i>i-rida</i> CLi- poltronas (poltronas)
--	---

Alternância de prefixo ɔ- e ηə-

Singular <i>ɔ-it</i> CLɔ- vaca (vaca)	Plural <i>ηə-it</i> CLηə- vacas (vacas)
---	---

Ex:

1) *Ui ka i-rida i-puguş, alan kə-rida kə-lon*
PP.você v.ter CLi-poltrona CLI-dois, v.oferece CLkə -poltrona CLke-um(1)
(Você tem duas poltronas, oferece-me uma poltrona)

2) *N'dji ka ηə-it paj, ndji jeu pə-ul ui ɔ-it ɔ-lon*
PP.eu v.ter CLηə-vaca seis, PP.eu v.querer v.dar PP.você CLɔ-vaca CLɔ-
um(1)
(eu tenho seis vacas, quero lhe dar uma)

Podemos afirmar que, no pepel, os falantes têm conhecimento das raízes que combinam com prefixos para formar plural e singular e vice-versa.

Estratégia de marcação de plural no pepel

Plural simples e contável

Plural simples

i-tui

CLi-tampas (quantidade não definida)

Ex: 1

Plural contável

kə- tui

CLkə-tampas (quantidade definida)

i-tui i-sumə

CLi-tampa CLi-muito (muitas tampas)

kə-tui kə-pugurs

CLkə-tampas cl-dois (duas tampas)

*N'dji ka i-tui i-sumə*Pron.eu v.tenho CLi-tampa CLi-muito
(eu tenho muitas tampas)*N'dji ka kə-tui kə-pugus*Pron.eu v.ter CLkə-tampas CLkə-dois
(eu tenho duas tampas)

Ex: 2

i-koŋ

CLi-dedo

(Dedos) quantidade incontável

Ex:

i-koŋ i-ʒi Ivo i-kanhi
CLki-dedo CLki-de Ivo CLki-kanhi(Dedos de Ivo são longos) quantidade
indefinida.*kə-koŋ*

CLkə-dedo

(Dedos) dedos quantidade contável

kə-koŋ ki-ʒi pə-ʒima kə-kanhi
CLkə-dedo CLki-de CLpə-pé CLkə-longo
(Dedos de pé são longos) quantidade definida
só dedos de pé.

A diferença entre plural simples marcado com classe *i-*, e plural contável marcada com prefixo *k-*, é que plural contável marca os nomes com uma quantidade maior que uma unidade, mas que podem ser contados até o final, enquanto que plural simples marca plural a partir de mais de uma unidade até infinito então pode ser contado, nem é usado também para contagem numérica, como descrito a seguir.

Plural simples*i-tala i-yek*CLi-corda CLi-grande
(cordas grandes)**Plural contável ou limitado***kə-tala kə-nhene kə-yek*CLkə-corda CLkə-cinco CLkə-grande
(cinco cordas grandes)

Neste caso, o prefixo *i-* não pode receber a raiz *-nhene*, pois não terá o mesmo significado ou passará a ter outro significado no pepel, mas no contexto acima é agramatical. Embora pareça complexo, os falantes do pepel sabem em que momento exato um lexema pode receber prefixo *k-* ou *i-*.

O singular dos nomes acima é marcado com prefixo *p-*, se substituído por consoante inicial obterá singular. Para saber mais detalhes sobre singular no pepel, consultar Ndao (2011).

A seguir, explicamos o plural contável marcado com prefixo *k-* e plural infinito ou genérico marcado com *m-*. Os nomes marcados com prefixo *m-* são mais plurais do que s marcados com *k-*. Ou seja, a classe *m-* marca o plural de uma quantidade incontável de 1 a infinito, enquanto que *k-* marca plural de pequena quantidade e que pode ser contado, como se apresenta na descrição a seguir

Plural com K- e m-**Plural contável com k-***kə- kaan*

CLkə-quiabo (poucos quiabos)

kə- kaan kə-alu

CLkə-quiabo CLkə-fresco

(2 a 10 quiabos frescos)

Ex:

N'dji ka kə-kaan kə-bakari kə-alu

PP.eu v.ter CLkə-quiabo CLkə-oito CLkə-fresco

(eu tenho oito quiabos frescos)

Plural incontável com prefixo m-*mə-kaan*

CLmə-quiabo (muitos quiabos)

mə-kaan mə-Liili

CLmə-quiabo CLmə -gostoso

(muitos quiabos gostosos)

N'dji ka mə-kaan mə-sumə liili

PP.eu v.ter CLmə-quiabo CLmə-muito

gostoso

(eu tenho muitos quiabos gostosos)

Como referimos acima, o plural marcado com *k-* é limitado quanto à quantidade seja dos objetos, seja das partes do corpo, dos nomes de atividades e de nomes abstratos.

O prefixo *m-* é o mais complexo para o não falante do pepel, pois exerce várias funções, no que diz respeito à determinação semântica do nome. Esse prefixo foi descrito no estudo de Ndao (2011; 2014) como classe dos líquidos, massas e marca plural de frutas. Mas, neste artigo, fizemos uma observação baseada no nosso conhecimento de língua como falantes nativos do pepel e percebemos que o prefixo *m-* marca plural incontável dos nomes de árvores, frutas e algumas substância líquidas da mesma maneira, ou melhor, os nomes de árvores, frutas e algumas substâncias líquidas extraída da fruta possuem os mesmos prefixos e lexemas no plural genérico, marcado com prefixo *m-*. a descrição abaixo mostra essa função.

Plural contável e incontável de fruta**Plural contável de fruta com k- limitado***kə-maŋə*

CLkə-mangas

Plural incontável de frutas com m- ilimitado*mə-maŋə*

CLmə-mangas

Ex:

Apili ka mə-maŋə, n'dji jeu pə-nhau kə-maŋə kə-uaker

Apili v.ter CLmə-manga, PP.eu v.querer CLpə-pedir CLkə-manga CLkə-quatro

(Apili tem mangas, quero pedir quatro)

Plural contável de árvore*ŋə-maŋə*

CLŋə-mangueiras

Plural incontável de árvore*mə-maŋə*

CLmə-mangueiras

nə-lii ka mə-maŋə

CLnə-Rei v.ter CLmə-

Ocante ka mə-maŋə sə u-šanş, a al nə-lii ŋə-maŋə ŋə-uaker

Ocante v.ter CLmə-mangueiras no CLu-quintal, PP.ele v. oferecer CLnə-Rei CLŋə-quatro

(Ocante tem mangueiras no quintal, e ofereceu quatro ao Rei)

Podemos ver que no plural contável, os nomes de árvores são marcados com prefixos diferentes de frutas, enquanto que no plural genérico são todos marcados com o mesmo prefixo e mesma raiz. Isso acontece com nomes de árvores, de frutas, de substância líquida e de massas extraídas de frutas. O que indica que classe *m-* possui função dual no plural genérico ou incontável. Como podemos ver em baixa.

Função dual da classe *m-*

-fruta: *mə- maŋə* (mangas) quantidade incontável;

Ex: *N'dji ɔʂ pə-de mə-maŋə*
PP.eu v.estar CLpə-comer CLmə-manga
 (eu estou a comer mangas)

-árvore: *mə-maŋə* (mangueiras) quantidade incontável ou plantações de mangas;

Ex:
N'dji ka ɔ-paur mə-maŋə
PP.eu v.ter CLɔ-plantações CLmə-mangueiras
 (eu tenho plantação de mangueiras)

-frutas: *mə-kadju* (cajus) partes comestíveis ou frutos de cajueiro;

Ex:
N'dji ɔʂ pə-de mə-kadju
PP.eu v.estar CLpə-comer CLmə-caju
 (eu estou a comer cajus)

-líquido: *mə-kadju* (líquido/vinho de caju) líquido extraído de caju;

Ex:
Ocante ɔʂ pə-da mə-kadju
Ocante v.estar CLpə-beber CLmə-caju
 (Ocante está a beber vinho de caju)

-árvore: *mə-kadju* (cajueiros) plantação/campo de;

Ex:
N'dji ka ɔ-paur mə-kadju
PP.eu v.ter CLɔ-plantação CLmə-cajueiro
 (eu tenho plantação de cajueiros)

Considerações finais

Ao longo dessa análise, vimos de forma breve as estratégias de pluralização no pepel, principalmente, o prefixo *k-* que é um dos focos deste estudo, por nunca ser descrito como pertencente aos pares plurais de classe nominais do pepel. Dessa forma, podemos concluir que essa descrição ajudará a repensar pareamento de classe nominal da língua pepel. A outra classe que merece destaque é *m-* cuja funcionalidade dual no plural nunca foi descrita. Podemos dizer

que existem aspectos da língua pepel que ainda não foram descritos. Por isso acreditamos que essa pesquisa contribuirá para conhecimento da língua pepel e para sua preservação.

Referências bibliográficas

- AIKHENVALD, A. Y. **Classifiers**: A typology of Noun Categorization Devices. 1.ed. New York: Oxford University Press, 2000.
- ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. **Domínios conceituais das construções locativas, existenciais, comitativas e possessivas em línguas bantas**, Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.8.2013.tde-28082013-153034.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro**: nação, identidade, pós-colonialismo na litereturada literatura da Guiné-Bissau. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CHIVAMBO, Albino Armando. **A Locativização Em Citshwa**. Dissertação (Mestrado em Linguística).-Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012. S/DOI:
- COBBINAH, Alexander Yao. **Nominal classification and verbal nouns in Baïnouk Gubêeher**. Thesis (PhD in Field Linguistics)- School of Oriental and African Studies, University of London, London, 2013. DOI: <https://doi.org/10.25501/SOAS.00017370>.
- CREISSELS, Denis. Genres indo-européens et classes nominales Niger-Congo. **Faits de Langues- La catégorisation dans les langues, S/v. n. 14, p.177-184, 1999**. DOI : <https://doi.org/10.3406/flang.1999.1280>.
- DIXON, Robert Malcolm Ward. Nouns Classes and Noun Classification in Typological Perspective. In: CRAIG, Colette (org). **Noun Classes and Categorization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986, p.105 – 112.
- GEERAERTS, Dirk. Cognitive Linguistics: Basic Readings. In. DIVJAK, Dagmar; GEERAERTS, Dirk (org) **Cognitive linguistics research 34**. New york : De Gruyter Mouton, 2006 p.1861-4132. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110199901>.
- GRINEVALD, Colette. A morphosyntactic typology of classifiers. In: SENFT, Gunter (Org.), **Systems of nominal classification**, Cambridge: Cambridge University Press. 2000, p. 50- 92.
- INE INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA- GUINÉ-BISSAU ,**Características socioculturais**. Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação, Bissau – 2009.
- KILARSKI, Marcin. **Nominal classification**: A history of its study from the classical period to the present. 1ª Ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 2013.

LAKOFF, George. **Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind.** S/ed. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MARQUES, Jõa Basso. Aspectos do problema da semelhança da língua dos papéis, manjacos e brames. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa .- Memória de África e de Oriente.** Vol. 2, nº 5, p. 77-109, 1947. S/DOI.

NDAO, Dame. Les classes nominales en pepel. **Linguistica Atlantica**, v. 34, n.1, p. 29-43, 2015. S/DOI.

NDAO, Dame. **Phonologie, morphologie et structures syntaxiques du pepel.** Thèse (Doctorat en Linguistique)- Institut national des Langues et Civilisations Orientales, Université Cheikh Anta Diop, Dakar, 2011. S/DOI.

NETTO, Waldemar Ferreira. A materialidade da língua em alguns aspectos da aquisição e da mudança. **Estudos da Língua(gem)**, v.17, n.2, p. 7-28, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v17i2.5333>.

POZDNIAKOV, Konstantin. Diachronie des classes nominales atlantiques: Morphophonologie, morphologie, sémantique. In: CREISSELS, Denis; POZDNIAKOV, Konstantin. (org). **Les classes nominales dans les langues Atlantiques**, Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2015, p.57-102.

POZDNIAKOV, Konstantin; SEGERER, Guillaume. Genealogical classification of Atlantic languages. In: LÜPKE, Friederike (org.). **Oxford guide to the world's languages: Atlantic.** Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 1-38.

ROSCH, Eleanor; MERVIS, Carolyn. Family Resemblances studies In the Internal Structure of Categories. **Cognitive psychology** v. 7, S/n. p.573-605, 1975. DOI:

[https://doi.org/10.1016/0010-0285\(75\)90024-9](https://doi.org/10.1016/0010-0285(75)90024-9).

ROSCH, Eleanor. Natural Categories. **Cognitive Psychology**, v.4, n.3 p. 328-350, 1973. DOI:

[https://doi.org/10.1016/0010-0285\(73\)90017-0](https://doi.org/10.1016/0010-0285(73)90017-0).

SAGNA, Serge. **Formal and semantic properties of the Gújjolaay Eegimaa (A.k.a Banjal) nominal classification system.** Thesis (Doctor of Philosophy in Field Linguistics)- School of Oriental and African Studies, University of London, London, 2008.

SILVA, Augusto Soares da. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs.).

Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva. Coimbra: Almedina, 2004, p.1-18.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigaciones filosóficas.** 2.ed. Trad. Alfonso García Suárez; Ulises Moulines. México: Crítica, 1988.

Sites consultados

Academia. Edu. Disponível em:

https://www.academia.edu/29220664/A_Genealogical_classification_of_Atlantic_languages.

Acesso em: 03, fev. 2020.

Biblioteca digital- boletim cultural da Guiné portuguesa II-005. Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N005&p=87>

Biblioteca Digital USP . disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-28082013-153034/pt-br.php>.

Cognitive linguistics research 34, 2006. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110199901/html>

Cognitive psychology v. 7, S/n. p.573-605, 1975, Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0010028575900249>.

Ebook Cambridge University press. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ueb4r6P5wqUC&oi=fnd&pg=PA1&dq=SE NFT,+G.+\(Org.\),Systems+of+nominal+classification&ots=q4d34KkzZ&sig=9M7Vs9KgWAwJki9KYtnGot7iBXQ#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ueb4r6P5wqUC&oi=fnd&pg=PA1&dq=SE NFT,+G.+(Org.),Systems+of+nominal+classification&ots=q4d34KkzZ&sig=9M7Vs9KgWAwJki9KYtnGot7iBXQ#v=onepage&q&f=false)

Estudos da Língua(gem), v.17, n.2, p. 7-28. Disponível em: 2019

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5333>

Faits de Langues-La catégorisation dans les langues, S/v. n. 14, p.177-184, 1999. Disponível em:www.persee.fr/doc/flang_1244-5460_1999_num_7_14_1280

INEI Guiné-Bissau, 2009. Disponível em: <http://www.stat>

[guineebissau.com/publicação/características_socio_cultural.pdf](http://www.stat.guineebissau.com/publicação/características_socio_cultural.pdf)> acesso em: 13 dez 2019.

John Benjamins Publishing Company. Disponível em:

<https://benjamins.com/catalog/tsl.7.09dix>

Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 20157, p.57-102. Disponível em :

https://www.koeppe.de/titel_les-classes-nominales-dans-les-langues-atlantiques. Acesso em: 16 maio 2020.

Linguistica Atlantica, v. 34, n.1, p. 29-43, 2015. Disponível em :

<https://journals.lib.unb.ca/index.php/la/article/view/22680>

Semantic scholar, 1987. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/9c85/d2dd7e6d924a1078fb93cac9baaa8a850d3e.pdf>.

Acesso em 02 Set. 2020.

SOAS, 2008. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/28825/>

SOAS, 2013. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/id/eprint/17370>

Etimologia de substantivos indicativos de sentimentos e estados de tristeza no português

Erika Gimenez

Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa para dissertação de mestrado, que, por sua vez, faz parte de um trabalho mais extenso, vinculado ao Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP)¹, cujo objetivo principal é “promover e divulgar pesquisas acadêmicas brasileiras sobre Linguística Histórica, Filologia e Etimologia, compartilhando seus resultados, reflexões e metodologias” (NEHiLP, 2012).

A pesquisa está sendo desenvolvida por meio de uma amostra de pesquisa etimológica, em cujo escopo se recolheram vinte palavras, classificadas como substantivos, indicativas de sentimentos e estados de tristeza, no português. As análises etimológicas descritas no trabalho, propostas como hipóteses, buscam descrever a origem e o étimo das palavras pesquisadas. Como resultado, a pesquisa poderá vir a ser tomada como um breve vocabulário de palavras que designam tristeza. O estudo visa, ainda, indicar a data de sua criação ou de sua inserção na língua portuguesa por empréstimo.

Além de trazer um conjunto de palavras e sua etimologia, a intenção foi reconstituir o que poderia ser chamado de “biografia” das palavras estudadas. Para tanto, a pesquisa orientou-se por uma perspectiva diacrônica, buscando a confirmação de datas das primeiras ocorrências delas no português, a partir das evidências encontradas em documentos transcritos e disponibilizados em *corpora* digitais.

1 Bases teóricas

A língua portuguesa de hoje e as fontes clássicas do latim são as duas pontas de uma linha do tempo que permitem o estudo do português do ponto de vista da linguística histórica.

Se considerarmos uma linha do tempo para as transformações da língua portuguesa, por exemplo, e a recortarmos arbitrariamente da cadeia temporal em etapas, temos o que Viaro (2015) identifica por sincronias, que ocorrem sucessivamente na evolução linguística.

¹ Mais informações sobre o NEHiLP e seus projetos, tais como o DELPo, podem ser obtidas em <https://nehilp.prp.usp.br/>.

O trabalho da Etimologia consiste em correlacionar uma determinada sincronia (por exemplo, a atual) com sincronias anteriores, denominadas pretéritas. Na língua portuguesa, adota-se a segmentação de Viaro (2015) em seis sincronias relevantes aos estudos etimológicos, divididas entre S0 (sincronia zero) e S5 (sincronia cinco), desde o período do latim comum (séc. I a.C.) até o momento atual da evolução da língua vernácula.

O ponto inicial é o português, a fim de estabelecer o caminho em busca da origem latina (*terminus a quo*), como sincronia pretérita inicial, percurso que visa ainda resgatar o étimo, forma correspondente de uma palavra qualquer numa sincronia anterior.

A origem de uma palavra também é objeto de estudo da Etimologia. Embora pareçam se confundir, os conceitos de étimo e origem são distintos. É possível ilustrar a distinção entre étimo e origem tomando a palavra “sombra” como exemplo. Nesse caso, se a proposta etimológica identificar apenas que “sombra” vem do latim *umbram*, está desvendando a origem da palavra, pois não demonstra as formas intermediárias adquiridas ao longo das sincronias ocorridas anteriormente, a saber: *so+ombra > soombra > sombra*.

Tais formas pretéritas permitem chegar àquela que foi a forma que motivou a primeira ocorrência de determinada palavra na língua, ou seja, o étimo da palavra. Assim, conforme Viaro (2011),

Algumas vezes o uso flutuante dos termos *étimo*, *etimologia* e *origem*, bem como o salto de etapas se fazem de maneira desordenada, quando não de forma ideológica, como na atitude xenofóbica contra os estrangeirismos (cf. § 5.1). (...) Um estudo etimológico científico não deve, como já dissemos, simplificar esses trajetos, sob pena de parecer tendencioso (p. 106).

No exemplo que será descrito para demonstração da metodologia (tópico 2.3), ‘emoção’ tem como origem o latim *motio*, por *ex+movere > emovere*, mas o étimo está no francês *émotion*.

Viaro (2011) esclarece ainda a importância dos dados para a busca do étimo e para as propostas de datação:

para estabelecer o étimo, é preciso ter *corpora* datados. Conhecer, na prática, a data de *criação* de uma palavra é, contudo, praticamente impossível, a não ser em termos técnicos. Normalmente a palavra já é usada na fala e aparece na escrita somente muito tempo depois. No entanto, a *datação* da ocorrência mais antiga é importante porque só por meio dela saberemos que *naquela sincronia* a palavra já era usada. Se a invenção da palavra é contemporânea à documentação ou se ela só foi grafada séculos depois é uma questão que se coloca apenas hipoteticamente. A importância da primeira datação, desse modo, é a mesma que se atribui aos dados coletados pela Arqueologia ou pela Paleontologia (p. 107).

Na busca do étimo, será traçado um percurso histórico para descrever a história das palavras pesquisadas, suas distinções e alterações semânticas apresentadas ao longo do tempo, a fim de explicar tais fatos linguísticos, sugerindo uma possível biografia para cada vocábulo. O étimo pode ser classificado como herdado, em perspectiva diacrônica, ou emprestado ou criado na própria língua, em sincronia.

Para o entendimento da noção de “biografia”, já exposta anteriormente neste artigo, são fundamentais os conceitos postulados por Schuchardt, conforme Viaro (2011):

uma língua é um *continuum*: não é possível separá-la no espaço ou no tempo. As línguas, na verdade, seriam misturas de línguas e os dialetos, sob esse ângulo, desapareceram completamente. Se não há leis fonéticas, tampouco há exceções. A preocupação de Schuchardt é epistemológica, pois pensa no estudo da linguagem como uma única ciência, com uma única metodologia. A conclusão de Schuchardt é que cada palavra tem uma história (p. 86).

1.1 A Etimologia

A ideia de *continuum* atesta a questão da língua como herança e da necessidade de se estudá-la percorrendo sua evolução histórica, para que, assim, possam ser compreendidas suas mais intrínsecas características nas respectivas sincronias.

Nas palavras de Gébelin, descritas por Viaro (2011, p.59), “as etimologias dariam às palavras uma energia surpreendente, uma vez que remetem ao estado em que seus inventores se encontravam, gerando uma descrição viva e exata das coisas designadas por esses nomes”.

Zamboni (1988) traz uma clara, e bem-vinda, definição de Etimologia como “a ciência que estuda a origem das palavras”:

Se admite comúnmente que la *etimología* (francés *étymologie*, inglés *etymology*, alemán *Etymologie*, ruso *etimológija*, español *etimología*) es la ciencia que estudia el origen de las palabras o, en otros términos, la investigación de las r e l a c i o n e s – formales y semánticas – que ligam una palabra con otra unidad que la precede históricamente y de la que se deriva (p. 9).

Cabe elencar quais foram os principais teóricos que fizeram Etimologia científica. Isidoro de Sevilla, com sua obra em latim *Etymologiae*, de aproximadamente 636, pode ser considerado o primeiro etimólogo em sentido estrito, visto que o *Crátilo*, de Platão, embora verse sobre os atos na nomeação, não fez de seu autor um etimólogo.

Duarte Nunes de Leão publicou, em 1606, a obra que é considerada pioneira nos estudos etimológicos do português, *Origem da Língua Portuguesa*². Nessa obra, já no capítulo I, o autor reflete sobre o efeito do tempo, ou seja, sobre a dinamicidade nas línguas e nos demais aspectos das humanidades: “Da mudança que as lingoas fazem per discurso de tempo: assi como em todas as cousas humanas ha continua mudança & alteração, assi he tambem nas lingoages” (p. 1).

Dotada de prestígio e rica em estudos no passado, atualmente a área da Etimologia é bastante carente de pesquisas acadêmicas, tendo seus estudos apresentado redução após o início do século XX, no período pós-guerras.

Em língua portuguesa, há ainda outras limitações, visto que muitos textos importantes para a pesquisa etimológica estão em línguas estrangeiras, e permanecem assim até os dias de hoje, sem tradução – cenário decorrente da ausência de estímulo e de incentivo na área dos estudos etimológicos e da pesquisa na área de humanidades em geral.

A Etimologia passou a ser concebida por estudos geralmente fantasiosos, por meio de associações intuitivas e sem respaldo científico, distante dos requisitos e métodos que demanda. Seus estudos devem ocupar-se do étimo e da origem das palavras, conceitos diferentes que são alvo dessa ciência, e não figurar nas prateleiras de obras destinadas para curiosidades e entretenimento.

Interessante contrastar tal ideia com o prefácio de Coelho (1890):

Etimologia.— A maior parte das palavras da lingua portugueza tem etymologia fácil de determinar: ou derivam d'outras da lingua ou claramente do latim, já numa forma popular, já numa forma erudita, litteraria. A outra parte, que é a menor, offerece difficuldades, mais ou menos consideráveis e em parte até talvez invenciveis. A falta d'um dictionario historico da lingua, onde cada palavra appareça com as suas antigas formas e significações, se ella remonta aos tempos antigos da lingua, ou que permitia determinar com probabilidade a data moderna d'introdução das que não estão naquelle caso, essa falta é o maior obstáculo que encontra o etymologo portuguez em grande numero de suas investigações. Muitas vezes o conhecimento d'uma fórma antiga, do sentido antigo ou provincial d'uma palavra, basta para fazer rejeitar uma etymologia que aliás se representa com condições de provavel exacção, ou para descobrir a verdadeira origem (p. VIII).

Com tais afirmações, vem à tona a questão da problematização da etimologia na língua portuguesa, já descrita em 1890. Embora um tanto discutíveis na perspectiva atual, pois

² Edição fac-símile disponível para acesso na Biblioteca Nacional de Lisboa em <<http://purl.pt/50/3>>, último acesso em 01.03.2020.

nenhuma etimologia poderia ser tida como fácil, elas resumem o dilema enfrentado pelo etimólogo de nossa língua.

Com relação à hipótese etimológica e à problemática citada por Coelho (1890), ressalta-se que não há etimologias “verdadeiras”, embora seja possível indicar etimologias falsas ou verossímeis, com graus de certeza, ou de probabilidade distintos, variando em sequência: 1 – certeza; 2 – provável; 3 – possível; 4 – improvável e 5 – impossível (sendo os dois primeiros os menos numerosos), conforme Jespersen (1922). Como todo conhecimento científico, as hipóteses etimológicas propostas seriam sempre refutáveis e passíveis de reconstrução, num trabalho semelhante ao que é feito pela Arqueologia e pela Paleontologia.

Na Etimologia, um dos elementos mais importantes é a regularidade observada nas leis fonéticas, a saber: conservação, subtração, adição, transposição e transformação em determinadas posições da palavra. Essas leis são os dados disponíveis para a pesquisa etimológica, pois a mudança é a regra.

Já no aspecto semântico, não há possibilidade de se estabelecer uma regra ou um conjunto de regras; portanto, se, ao longo das sincronias, uma determinada palavra não apresentar mudança no seu significado, a hipótese etimológica tende a ser mais segura e provável.

Houve um período fértil para os estudos etimológicos entre o fim do século XIX até pouco mais da metade do século XX. Max Müller (1873) ordenou em seu texto, nomeado “Magna Carta da Etimologia”, os quatro pontos fundamentais a serem provados (p. 287):

Se desejamos estabelecer nossa tese de que a Etimologia confiável não tem nada a ver com o som, devemos provar quatro pontos: 1 - Que a mesma palavra tem diferentes formas em diferentes línguas; 2 - Que a mesma palavra tem diferentes formas em uma e na mesma língua; 3 - Que diferentes palavras tomam a mesma forma em diferentes línguas; 4 - Que diferentes palavras tomam a mesma forma em uma e na mesma língua (p. 267-268) (tradução nossa).³

Esses quatro pontos foram estipulados por Müller (1873) para as línguas românicas, pelas quais ele não escondia um grande entusiasmo para os trabalhos etimológicos:

Nos dialetos romances modernos, temos diante de nossos olhos um cenário ou repetição mais completa e distinta da origem e do crescimento da linguagem do que em qualquer outro lugar de toda a história da fala humana. (...) Em que, exceto nesses dialetos modernos, podemos esperar encontrar um padrão

³ *If we wish to establish our thesis that sound etymology has nothing to do with sound, we must prove four points: 1 – That the same word takes different forms in different languages; 2 – That the same word takes different forms in one and the same language; 3 – That different words take same form in different languages; 4 – That different words take the same form in one and the same language (MÜLLER, 1873, p. 267-268).*

perfeitamente correto pelo qual as palavras podem passar tanto na forma como no significado sem perder sua identidade? Podemos aqui silenciar todas as objeções, traçando, passo a passo, cada mudança de som e sentido do latim para o francês (p. 270) (tradução nossa).⁴

O conceito de Müller (1873) pode ser atual, caso seja considerado o momento da Etimologia observado no português. A matéria-prima está à disposição; para o contraste das formas nas línguas românicas, línguas-irmãs do português, estão também disponíveis o método e os dados de partida, as leis fonéticas e os conhecidos metaplasmos. O autor procura, ainda, afastar do perfil dos estudos etimológicos a postura erudita e purista no trabalho com os idiomas modernos, advertindo quanto a uma possível vaidade que acomete os estudiosos da linguagem:

Assim como na Botânica, as árvores velhas não são colocadas em uma classe diferente das árvores jovens; seria contra todos os princípios da classificação científica distinguir entre línguas antigas e jovens. Devemos estudar a árvore como um todo, desde o momento em que a semente é colocada no solo até o momento em que dá fruto; e devemos estudar a linguagem da mesma maneira, como um todo, traçando sua vida ininterruptamente desde as raízes mais simples até os derivados mais complexos. Aquele que consegue enxergar nas línguas modernas nada além de corrupção ou anomalia compreende muito pouco da verdadeira natureza da linguagem (p. 269) (tradução nossa).⁵

Malkiel (1976), autor que publicou algumas obras etimológicas importantes da metade do século XX em diante, assume a derrocada da Etimologia e propõe reação, solicitando inovação:

A Etimologia, então, perdeu uma batalha, mas não a guerra, desde que alguns de seus devotos estejam dispostos a assumir o risco de ver seus desafios, ativos e passivos em uma nova perspectiva. A experiência nos diz que o conhecimento com frequência avança em ciclos – melhor ainda, em espirais. Para levantar uma disciplina ameaçada em sua crise atual, devemos tentar puxá-la para cima e empurrá-la para frente ao mesmo tempo, de modo a evitar a repetição monótona. (...) Mas uma medida generosa de experimentação e a ânsia de

⁴ *In the modern Romance dialects, we have before our eyes a more complete and distinct picture or repetition of the origin and growth of language than anywhere else in the whole history of human speech. (...) Where, except in these modern dialects, can we expect to find a perfectly certain standard by which words may undergo both in form and meaning without losing their identity? We can here silence all objections by tracing, step by step, every change of sound and sense from Latin to French (MÜLLER, 1873, p. 270).*

⁵ *As in botanic aged trees are not placed in a different class from young trees, it would be against all the principles of scientific classification to distinguish between old and young languages. We must study the tree as a whole, from the time when the seed is placed in the soil to the time when it bears fruit; and we must study language in the manner as a whole, tracing its life uninterruptedly from the simplest roots to the most complex derivatives. He who can see in modern languages nothing but corruption or anomaly understands but little of the true nature of language (MÜLLER, 1873, p. 269).*

assumir riscos são o preço que se deve estar preparado para pagar por tal abandono de papel (p. vii) (tradução nossa).⁶

Malkiel (1976) adverte sobre o caráter de “entretenimento” que reveste a Etimologia (p. 8), denominado “*gray zone*”, e estabelece como estratégia de sucesso para um dicionário etimológico a suprema organização do *corpus* (p. 35), dentre diversas reflexões de grande valia dispostas nos dez capítulos e nas notas da obra.

Malkiel (1993) parece, ainda, dialogar com o *Crátilo*, de Platão, ao discorrer sobre os atos de nomeação:

O apelo à etimologia no contexto da magia pode ter começado com nomes próprios e ser tão antigo que tenha suas raízes na pré-história. Pais, dando ao seu filho recém-nascido um nome cujo significado 'real' é totalmente transparente para aqueles que estão familiarizados com a língua dada (ou Dolores, Consuelo ou Amparo, ou hebraico Rachel), ou transparente apenas em parte, ou apenas para especialistas, podem, em certa medida, ser motivados em sua escolha por essa chance de codificar um desejo pelo futuro bem-estar da criança ou pelo caráter esperado (padrão de comportamento), mesmo que várias motivações alternativas possam prevalecer. Na medida em que o significado real de um nome excita a curiosidade da comunidade da fala, ou de certos estranhos, a etimologia quase se assemelha ao enigma, e o etimologista, ao ser chamado para resolvê-lo ou esclarecê-lo, age como um mago ou um mágico (p. 1) (tradução nossa).⁷

Todo esse arcabouço teórico tem como objetivo mostrar a base científica para a qual a Etimologia tem procurado retomar.

⁶ *Etymology, then, has lost a battle but not the war, provided some of its devotees are willing to take the risk of seeing its challenges, assets, and liabilities in a new perspective. Experience teaches us that knowledge advances often in cycles - better still in spirals. To lift an endangered discipline out of its current doldrums, one must attempt to pull it up and push it forward at the same time, so as to avoid monotonous repetition. (...) But a generous measure of experimentation and the eagerness to take risks are the price one must be prepared to pay for such abandonment of role* (MALKIEL, 1975, p. vii).

⁷ *The appeal to etymology in magic context may well have started with proper names and be so old as to have its roots in prehistory. Parents, by giving their newborn child a name whose 'real' meaning is wholly transparent to those familiar with the given language (like Spanish Dolores, Consuelo, or Amparo, or Hebrew Rachel), or transparent only in part, or else to experts alone, may to some extent be motivated in their choice by this chance to encode a wish for the child's future well-being or expected character (standard of behavior), even though several alternative motivations may prevail. To the extent that the real meaning of a name titillates the speech community's, or certain outsiders' curiosity, the etymology comes close to resembling the riddle, and the etymologist, in being called upon to solve or clarify it, act like a magus or a magician* (MALKIEL, 1993, p. 1).

2 Metodologia

Visto que o campo dos estudos filológicos, no qual se insere a Etimologia, é extremamente vasto, as diversas metodologias e a confrontação dos resultados garantem conclusões mais acertadas.

Desde o método histórico-comparativo, profícuo para os estudos destinados a grupos de línguas que compartilham a origem, outros surgiram para complementá-lo: o método idealista, a geografia linguística, a onomasiologia e o *Wörter und Sachen* (“palavras e coisas”), que tinha Schuchardt como um de seus criadores, o método neolinguístico, a teoria das ondas e demais métodos afins corrigiram as possíveis deficiências do método histórico-comparativo, que se ocupa das ligações entre o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*, enquanto os demais métodos investigam aspectos de uma mesma sincronia da língua estudada (BASSETTO, 2005, p. 63 a 85).

A pesquisa etimológica, de resgate do *terminus a quo*, possibilitou a análise das motivações concretas das palavras: a alteração semântica de uma ideia concreta para uma abstração dela pôde ser testemunhada. Ou seja, a busca pela reconstrução da biografia da palavra, além de recuperar os aspectos formal e morfológico da palavra em diferentes sincronias e sua origem, trouxe resultados relacionados ao seu significado e suas variações.

E foi a partir do aspecto semântico que o escopo deste trabalho foi delimitado. De acordo com Biderman (1978): “a definição e a delimitação da unidade léxica não podem prescindir do critério semântico” (p. 118). A pesquisa foi definida a partir da escolha da palavra “tristeza”⁸, cujo campo semântico apresentado, nos dicionários analógicos pesquisados (AULETE, s/d; AZEVEDO, 2010) é o mesmo de outras com ela relacionadas, como “aflição”, “agonia”, “mágoa” e “sofrimento”, por exemplo. Dessa forma, recolheram-se os termos indicados diretamente na pesquisa, a fim de compor o escopo das vinte palavras a serem analisadas, como será explicado a seguir.

A afinidade principal que aproxima todas as palavras pesquisadas é a mesma característica semântica⁹: transitam no campo de significado de “tristeza”. Assim, o trajeto do estudo buscou descrever algumas mudanças ocorridas em cada uma, fossem elas formais (os metaplasmos) ou semânticas.

⁸ As palavras que fazem parte do escopo da pesquisa aparecerão sempre sublinhadas, ao passo que os vocábulos indicados a partir de trechos reproduzidos de dicionários ou outras obras serão descritos com aspas simples e aqueles encontrados e descartados da análise da pesquisa estarão apontados em itálico.

⁹ O termo “semântica” está empregado no sentido *lato*, ou seja, no sentido de significado das palavras, caracterizando-as, conferindo-lhes conteúdo e sentido. Não está no escopo deste trabalho aplicar os conceitos específicos que resultam nas diferentes teorias dos estudos semânticos e seus respectivos teóricos.

2.1 O recorte das palavras pesquisadas: dicionários analógicos

A partir da pesquisa de uma palavra nos dicionários analógicos, foi possível encontrar a outra e as demais, numa sequência perseguida pela semântica: na busca por “tristeza”, obtém-se mágoa e insatisfação como resultados mais próximos dentro dos termos análogos, além de “desânimo” (seriam as palavras-chave).

A eleição das palavras pesquisadas se deu a partir dos dicionários analógicos (AULETE, s/d¹⁰; AZEVEDO, 2010). O dicionário Aulete (s/d), por ser digital e de acesso *online*, facilitou a pesquisa das palavras que fariam parte do escopo da pesquisa. O dicionário de Azevedo (2010) confirmou a pesquisa pela qual foi possível, a partir da busca iniciada com “tristeza”, chegar a outras palavras relacionadas pelo mesmo campo semântico.

A possibilidade de compreensão e domínio no uso das palavras é possível a partir da Etimologia, que, ao apresentar a origem e os étimos das palavras de uma língua, pode fornecer os dados que estarão acessíveis aos falantes por meio dos dicionários.

No dicionário de Azevedo (2010), a busca se faz pela área conceitual na qual se encaixa a palavra, buscando então o grupo analógico mais próximo, ou a partir da própria palavra já escolhida, índice da segunda parte do dicionário. Nesse índice, as palavras, em ordem alfabética, remetem à página dos grupos analógicos da primeira parte. As palavras tidas como palavras-chave no dicionário encabeçam grupos analógicos.

Nesse dicionário, há uma classificação das palavras, disposta no quadro sinóptico de categorias. Segue reprodução do quadro nos trechos do grupo de “tristeza”, que orientou a pesquisa:

¹⁰ Projeto *iDicionário Aulete* da Editora Lexikon, disponível em <<https://www.aulete.com.br/analogico>>.

Figura 1: Síntese de quadro sinóptico de categorias
classificação das palavras

<i>Classes</i>	<i>Divisões</i>	<i>Números</i>
I. RELAÇÕES ABSTRATAS	I. Existência	1 – 8
	II. Relação	9 – 24
	III. Quantidade	25 – 57
	IV. Ordem	58 – 83
	V. Número	84 – 105
	VI. Tempo	106 – 139
	VII. Mudança	140 – 152
	VIII. Causa	153 – 179
II. ESPAÇO	I. Em Geral	180 – 191
	II. Dimensões	192 – 239
	III. Forma	240 – 263
	IV. Movimento	264 – 315
III. MATÉRIA	I. Em geral	316 – 320
	II. Inorgânica	321 – 356a
	III. Orgânica	357 – 449
IV. ENTENDIMENTO	I. Formação das Ideias	450 – 515
	II. Comunicação das Ideias	516 – 599
V. VONTADE	I. Individual	600 – 736
	II. Com referência à Sociedade	737 – 819
VI. AFEIÇÕES	I. Em Geral	820 – 826
	II. Pessoais	827 – 887
	III. Simpáticas	888 – 921
	IV. Morais	922 – 975
	V. Religiosas	976 – 1000

Fonte: Azevedo (2010, p. xiii).

A busca para a presente pesquisa em Azevedo (2010) concentrou-se na classe VI, das “afeições”. Dentro dessa classe, os grupos analógicos estão dispostos e encontra-se “tristeza”:

Figura 2: Reprodução do grupo analógico de “tristeza”

ção; espírito ameno/desanuviado; alacridade, veia cômica, garrulice, vivacidade, animação, jucundidade, jovialidade, folgança,

▽ **837. Tristeza**, caimento, choque = caco-tímia, disposição viciosa do espírito, depressão, acabrunhamento, demissão do ânimo, prostração, abatimento, quebradeira, que-

394

breira, desconforto, desalento, desconsolo, descorçoamento, desânimo, atímia, quebramento, quebranto, cansaço moral, desconsolação, desconsoladeza, insatisfação, desolação, amargura, consternação, anuo, assombramento, inconsolabilidade, pesadume, enfado 841; tédio, marasmo, mazombice, aborrecimento, desgosto, travo de tristeza, nostalgia, saudade 833; malenconia, melancolia = trabuzana (pop.), macambuzice, *bili-satra*, lipemania, tristimania, atrabilis, bilis negra, cadilhos, tristura (ant.), nuvem, pena, pesar, sentimento, mágoa, desalegria, hipocondria, misantropia, neurastenia, *spleen*, enxaqueca = hemicrania, cefalalgia, pessimismo, derrotismo, meditação, cisma, congeminência, desespero 858; caverna de Trofônio, gravidade, graveza, circunspeção, seriedade;

fisionomia carrancuda/rebarbativa/rude; aspecto torvo, sombrio; cara de poucos amigos, focinheira, tromba, cenho, triste, vencido, *malade imaginaire*; pessimista, hipocondríaco, misantropo; (causa de abatimento): aflição 830; agrura, dissabor, *memento mori*, luto, ave agoureira, desilusão, tribulação, insucesso; bipolaridade.

V entristecer-se, abater-se, estar abatido & *adj.*; lamentar 839; desconsolar-se, caírem os braços a alguém, chorar, angustiar-se, não estar para festas, parecer consumir-se de tristeza, estar de má data, murchar-se o riso, magicar = andar apreensivo, deprimir-se, ver tudo negro, cobrir-se o coração, saltar a tristeza a alguém, carregar o semblante, ter o rosto carregado, andar abatido & *adj.*; amarroar, ter negros pressentimentos, lastimar-se, sentir/envolver-se em desânimo, desanimar, marasmar-se, cismar, meditar, tornar-se grave, alcachinar-se, sucumbir, acabrunhar-se, abater-se, torvar-se, amofinar-se, enrugar a fronte, obscurecer-se rosto a alguém, franzir o sobrolho, carregar a celha, carregar/franzir o cenho, pender a cabeça ao peito, morder os lábios/beiços, pôr os olhos no chão, sentir depressão, reprimir o sorriso, tornar abatido & *adj.*; desalentar, desencorajar, melancolizar, nublar, quebrantar o ânimo, desolar, abater, combalir, emburrar, embosnar, amuar, deprimir, desconfortar, desprestigiar, funestar, extinguir as palavras nos lábios, enlutar,

consternar, contristar, deixar na alma um sulco de tristeza, infundir tristeza, negrejar, desalegrar, resfriar, gelar, penalizar, entristecer, sombrear, toldar 421; cestar as esperanças de 859; desconsolar, apesarar, ensombrar, enturvar, enoitecer, enevoar, anuviar.

Adj. triste, abatido = alcachinado (pop.), desfalecido, infrato, caído, prostrado, aflito, macerado, assopeado, desolado, acabrunhado, melancólico, deprimido, sombrio, torvo, nebuloso, lipemaniaco, hipocondríaco, apagado, escuro, triste, desalegre, cismático, mesto, amargurado, arrasado, penalizado, apreensivo, pensativo, cogitabundo, murcho, sorumbático = mazombo, amarroado, cabisbaixo, macambúzio, embezeirado, amalancornado = metido consigo mesmo, atrabiliário, atrabilioso, neurastênico, marasmático, bilioso, atacado de atrabilis, saturnino, esplenético, sentimental, meditativo, imaginativo, carrancudo, encaramonado, desconsolado, inconsolável, irremediável, abandonado, infortado, desamparado, ferido no coração, desesperançado 859; perdido, vencido, desanimado, descorçoado, com o coração macerado, desolhado, macilento, mortificado (*sofrimento mental*) 828; dorido, magoado, lacrimoso, alicaído, resabiado, pesaroso, sentido, apesarado, desalentado, misantrópico, consternado, tristonho, abetumado, oprimido, impressionável, cismático, soturno, desgostoso, despeitoso; meditabundo, abatido de ânimo, rabugento, amuado, enfadonho 841; sério, grave, solene, circunspecto, severo, tétrico, tetro, fúnebre, funéreo, funerário, atro, negro, lutuoso, plangente, nubloso.

Adv. tristemente, abatidamente & *adj.*

△ **838. (Manifestações de prazer) Regozijo**, alacridade, gáudio, exultação, júbilo, festividade, fanfarra, triunfo, aclamação ruidosa, comemoração, champanhota, gala, divertimentos, parabéns, cumprimentos, emboras, festas, festejos 840; jubileu (*comemoração*) 883; aleluia, te-déum 990; parada militar, ação de graças, congratulação, hosana; ditrambo, declamação, passeata, carreata, vivas, vivório (dep.), frêmito, salva, girândola, fogos de artifício, rojão, tiros de roqueira = roqueirada, foguete, foguetaria, foguetaria, foguetório, foguetada, es-

395

No grupo analógico de *tristeza*, estão dispostas as palavras e as ideias correspondentes do mesmo campo semântico.

Em Azevedo (2010), também é possível realizar a busca pela própria palavra a ser pesquisada, pois, na segunda parte do dicionário, há um índice alfabético:

Figura 3: Reprodução de índice

<i>triândrio</i> 367	trifauce 94	trincolear 402a	trissulco 94, 259
triangular 244	trífido 94	trincolhos 840	tristaminífero 367
triângulo 244, 417	trifloro 94, 367	Trindade 126, 976	triste 422, 432, 735, 828, 830, 837,
trianual 138	trifólia 371	trindade 72, 92	838, 841, 950
triarquia 737	trifoliado 367	trinervado/ trinérveo 92, 94,	triste de mim! 838
triatlo 337, 840	triforme 20a, 81, 92, 93	367	triste fadário 735
tribade 962	trifurcação 94	trineto 167	tristemente 31, 837
tribadismo 961	trifurcado 94	trineto, trineta 11	Tristeza 837
tribásico 93	trifurcar 94	trinfar 412	tristeza 828, 832, 901a

752

Fonte: Azevedo (2010, p. 752).

A metodologia de pesquisa do iDicionário Aulete está descrita na página do projeto (Aulete, s. d.):

A partir da consulta de uma palavra vocábulo no Aulete ou no módulo Dicionário Analógico, estando ele disponível entre os 100 mil análogos, é mostrada uma teia, na qual a palavra aparece no centro, cercada por todos os ‘verbetes’ do Analógico que a contenham. Ao se clicar em uma das palavras da teia, abre-se o verbete correspondente no Analógico, com dezenas de palavras de proximidade semântica à palavra inicial.

A seguir, ilustração da página do iDicionário Aulete, que traz o resultado da pesquisa por palavras analogias à “tristeza” (Figura 4).

Ao clicar no termo “tristeza”, que orbita em volta do igual termo pesquisado, a pesquisa traz um rol de palavras que tenham com ela uma relação. As resultantes estão classificadas entre substantivos e adjetivos. Recortando apenas a classe dos substantivos, o resultado é o demonstrado na Figura 5.

Figura 4: Resultado de pesquisa – palavras análogas de tristeza

The screenshot shows a web browser window with the URL www.aulete.com.br/analogico/Tristeza. The page has a navigation bar with the following items: 'Sua língua na Internet', 'Dicionário Aulete', 'Gramática básica', and 'Dicionário analógico'. Below this is a secondary navigation bar with 'Página principal', 'Palavra do dia', 'Downloads', and 'Convide um amigo'. The main content area features the 'Analógico Digital' logo and a search bar. On the left, there is a 'Índice de verbetes' (Index of terms) with a scrollable list including 'Tolo', 'Tópico', 'Trabalho', 'Tração', 'Transcursão', 'Transferência', 'Transgressão', 'Transitoriedade', 'Transparência', 'Tristidade', 'Tribunal', 'Triplicação', 'Trisseção', 'Tristeza' (highlighted), 'Troca', 'Troféu', and 'Umidade'. The central part of the page displays a diagram with 'Tristeza' in a central red oval, connected by yellow lines to four other red ovals: 'Hipocondria' (top-left), 'Tristeza' (top-right), 'Descontentamento' (bottom-left), and 'Sofrimento' (bottom-right). At the bottom of the page, there is a footer with '© Lexikon Editora Digital', 'Contato', 'Termos de uso', and 'Créditos'.

Fonte: Aulete e Valente (s. d.).

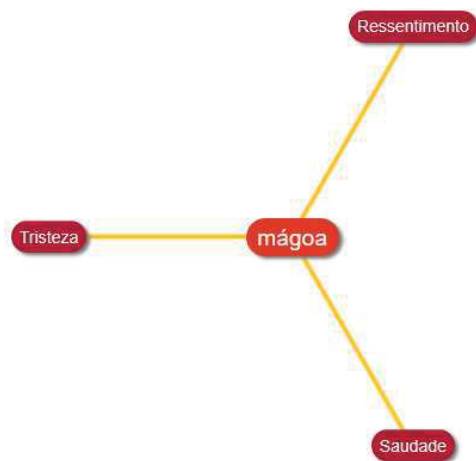
Figura 5: Resultado de pesquisa – palavras análogas de “tristeza”, no recorte da classe dos substantivos

The screenshot shows a web browser window with the URL www.aulete.com.br/analogico/Tristeza/4/Tristeza. The page has a navigation bar with the following items: 'Sua língua na Internet', 'Dicionário Aulete', 'Gramática básica', and 'Dicionário analógico'. Below this is a secondary navigation bar with 'Página principal', 'Palavra do dia', 'Downloads', and 'Convide um amigo'. The main content area features the 'Analógico Digital' logo and a search bar. On the left, there is a 'Índice de verbetes' (Index of terms) with a scrollable list including 'Transferência', 'Transgressão', 'Transitoriedade', 'Transparência', 'Tristidade', 'Tribunal', 'Triplicação', 'Trisseção', 'Tristeza' (highlighted), 'Troca', 'Troféu', 'Umidade', 'Uniformidade', 'Universo', 'Untuosidade', 'Uso', and 'Utilidade'. The central part of the page displays the word 'Tristeza' followed by the subcategory 'Substantivo'. Below this, there is a list of related terms: 'caimento', 'choque = cacotimia', 'disposição viciosa do espírito', 'depressão', 'acabrunhamento', 'demissão do ânimo', 'prostração', 'abatimento', 'quebradeira', 'quebreira', 'desconforto', 'desalento', 'desconsolo', 'descorçoamento', 'desânimo', 'atimia', 'quebramento', 'quebranto', 'cansaço moral', 'desconsolo', 'desconsolação', 'desconsoladeza', 'insatisfação', 'desolação', 'amargura', 'consternação', 'amuo', 'assombramento', 'inconsolabilidade', 'pesadume', 'enfado', 'tédio', 'marasmo', 'mazombice', 'aborrecimento', 'desgosto', 'travo de tristeza', 'nostalgia', 'saudades', 'malenconia', 'melancolia = trabuzana (pop.)', 'lipemania', 'tristimania', 'atrabilis', 'bilis negra', 'cadilhos', 'tristura (ant.)', 'nuvem', 'pena', 'pesar', 'sentimento', 'mágoa', 'desalegria', 'hipocondria', 'misanthropia', 'neurastenia', 'spleen', 'enxaqueca = hemicrania', 'cefalalgia', 'pessimismo', 'derrotismo', 'meditação', 'cisma', 'congeminação', 'desespero', 'caverna de Trofônio', 'gravidade', 'graveza', 'circunspeção', 'seriedade', 'fisionomia carrancuda', 'fisionomia rebarbativa', 'fisionomia rude', 'aspecto torvo', 'aspecto sombrio', 'cara de poucos amigos', 'focinheira', 'tromba', 'cenho', 'misanthropia', 'triste', 'vencido', 'malade imaginaire', 'pessimismo', 'derrotismo', 'pessimista', 'hipocondríaco', 'misanthropo', '(causa de abatimento): aflição', 'agruira', 'dissabor', 'memento mori', 'luto', 'ave aquareira', 'desilusão', 'tribulação', 'insucesso', 'depressão', 'bipolaridade'. At the bottom of the page, there is a footer with '© Lexikon Editora Digital', 'Contato', 'Termos de uso', and 'Créditos'.

Fonte: Aulete e Valente (s. d.).

Com os resultados apresentados, tem início a busca pelas palavras que serão estudadas. Destacadas, em azul mais forte, estão as palavras-chave: “desânimo”, “insatisfação” e “mágoa”. Perseguindo os termos, de “mágoa” chega-se também a “ressentimento”:

Figura 6: Resultado de palavras análogas à mágoa



Fonte: Aulete e Valente (s. d.).

A busca das palavras se desencadeia, com uma levando à outra, no mesmo campo semântico. Na órbita de “tristeza”, está “descontentamento”, que leva à “decepção”:

Figura 7: Resultado de palavras análogas a *descontentamento* – recorte de substantivos

A captura de tela mostra a interface do site "Analógico Digital". No topo, há uma barra de navegação com links para "Página principal", "Palavra do dia", "Downloads" e "Convide um amigo". Abaixo, o menu "Índice de verbetes" está aberto, mostrando uma lista de termos. O termo "Descontentamento" é selecionado, e os resultados são exibidos em duas seções: "Substantivo" e "Adjetivo".

Substantivo

displícência , aborrecimento , queixa , aflição , agrura , dessatisfação , arelia , desgosto , amargura , desprazer , desconsolo , dissabor , mal-estar , contrariedade , pesadume , constrição , padecimento , sofrimento , pesadumbre , tristeza , enfado , acabrunhamento , desolação , desagrado , dissentimento ; inquietação , rabinico , carranca , cenho , micterismo (neol) , desapontamento , quizia , decepção , agravo , ofensa , despeito , enojo , arrulo , arufamento , consternação , mortificação , chateação , aporinhamento , saudade , queixa , murmuração , pesar , queixume ; hipercriticismo , pessimismo , derrotismo , cara de vergalho , murmurador , despeitado , invejoso , descontente , pessimista , sebastianista , saudosista , derrotista , indignação , protesto ; riso forçado , riso contrafeito , riso amarelo ; vaia , assuada , sobreceho = semblante carrancudo .

Adjetivo

descontente , dessatisfeito , insatisfeito , mal satisfeito , dissidente , derrotista , opositorista , impidoso , agastado , dissaboroso , desgostoso , despeitado , zangado , entourado , marfado , aborrecido , ressentido , queixoso , exigente , emcrenqueiro ,

© Lexikon Editora Digital Contato Termos de uso Créditos

Fonte: Aulete e Valente (s. d.).

Ligado à “tristeza” diretamente, como visto na Figura 4, está “sofrimento”, que traz “aflição”, “agonia”, “angústia”, “ansiedade”, “náusea” e “suplício” como alguns dos termos próximos por analogia. Chegamos, assim, à busca por “náusea”, “aversão”, “enfado” e “nojo”. Partindo de “nojo”, chegamos em “lamento”. De “tristeza”, passando por “hipocondria”, chegamos à “melancolia” e a “obsessão”. Perseguindo a busca por “suplício, por meio de “punição”, chega-se à “solidão”, análoga a “isolamento”, e à “submissão”.

E, assim, conclui-se o recorte da pesquisa, com as vinte palavras eleitas: “aflição”, “agonia”, “angústia”, “ansiedade”, “aversão”, “decepção”, “enfado”, “insatisfação”, “lamento”, “mágoa”, “melancolia”, “náusea”, “nojo”, “obsessão”, “ressentimento”, “sofrimento”, “solidão”, “submissão”, “suplício”, “tristeza”. Na pesquisa em curso, cada uma será apresentada em um tópico específico, no qual serão descritos o termo correspondente em latim, os metaplasmos observados, as informações encontradas nos dicionários de consulta e os subsídios oriundos de pesquisas anteriores e atuais, inclusive a datação, a fim de determinar a ocorrência mais antiga encontrada nos *corpora* pesquisados.

2.2 O início da pesquisa das palavras: dicionários

A etapa seguinte foi a pesquisa de cada uma das vinte palavras nos dicionários, tendo Houaiss (2001, 2009)¹¹ como ponto de partida. A pesquisa reversa, que parte de uma acepção para que se chegue aos termos que a contêm, demonstra 124 palavras ao se pesquisar “tristeza” no Houaiss (2009) (Figura 8).

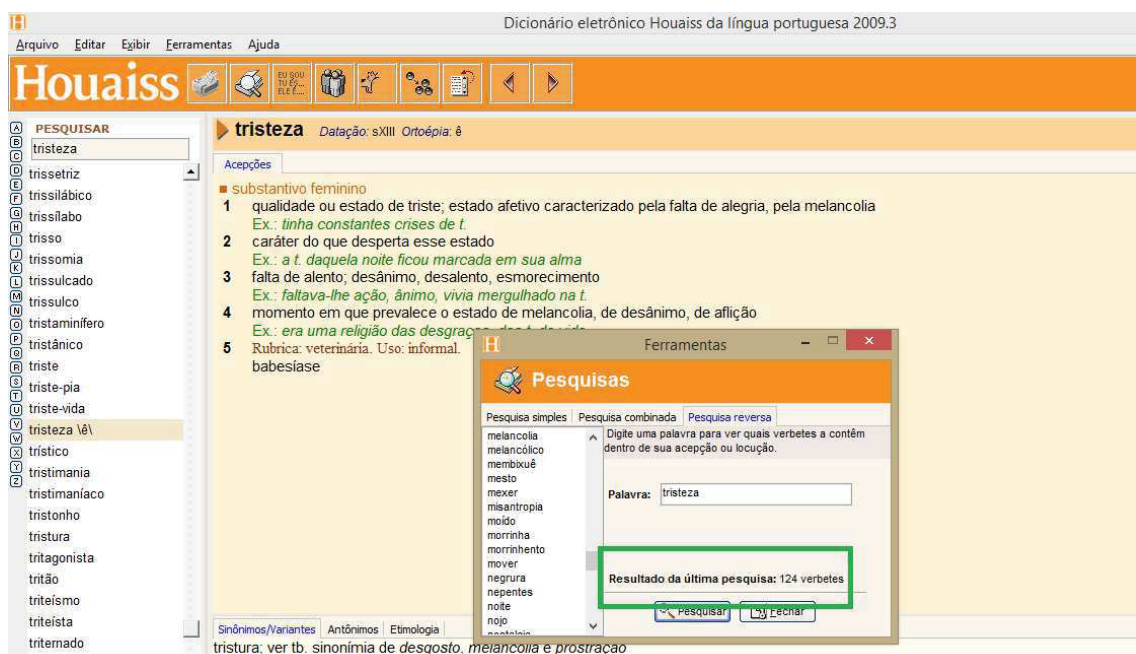
A partir do Houaiss (2001, 2009), a pesquisa foi complementada com a busca em outros dicionários, de orientação etimológica, para que se pudesse formular uma proposta etimológica mais completa. As opções de consulta foram Bluteau (1713, 1789), Coelho (1890), Corominas (1954, 1987), Cunha (2010), Ernout e Meillet (2001), Faria (2001).

Com as buscas em dicionários distintos, seguiu-se a pesquisa, contrastando as acepções, as informações etimológicas e as datações de um mesmo substantivo entre eles, para constituir a base de uma proposta etimológica verossímil.

Além disso, em sincronias, partindo da atual rumo às pretéritas, foi possível observar as características comparáveis entre os vocábulos, como aspectos fonológicos e lexicográficos.

¹¹ Além da versão impressa do grande dicionário (Houaiss, 2001), a pesquisa digital (Houaiss, 2009) foi extremamente útil e fundamental para o trabalho.

Figura 8: Pesquisa reversa de “tristeza”



Fonte: Houaiss (2009).

Na sequência, a pesquisa seguiu para os *corpora* digitais a fim de indicar a primeira ocorrência, ou pelo menos a ocorrência mais remota informada, de cada vocábulo pesquisado, sendo possível estabelecer uma data mais precisa de sua entrada, quando por empréstimo, ou criação e, com isso, apontarmos seu étimo. Por meio dessa pesquisa, haverá a possibilidade de apresentarmos uma abonação mais confiável para cada uma das palavras.

São essenciais os *corpora* com acesso *on-line*, como o *CTA do Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), *Corpus do Português* (CDP) e, também, o acervo digitalizado do *Google Books* (GB)¹², que contém obras desde o século XVI para serem pesquisadas, pois “com frequência apontam” uma obra com a data mais antiga que em outros *corpora* (FREITAS, 2018).

A pesquisa buscou as confirmações dos étimos, ressaltando as palavras de Viaro (2011): “para o estudo etimológico, toda e qualquer pista advinda de outras áreas do conhecimento é muito útil. Uma vez levantada uma hipótese, é preciso buscar indícios para a confirmação do étimo” (p. 291).

¹² Disponível em: <http://books.google.com>. Acesso em 5 abr. 2020. Deve-se ter uma conta no “Google” para, logo após o acesso, entrar no *link* “minha biblioteca” e, em seguida, “Pesquisa de livros avançada”, a fim de filtrar os dados e obter uma pesquisa mais precisa, como somente obras datadas – a serem conferidas em seu acesso.

2.3 Exemplificando a metodologia

Para ilustrar a metodologia utilizada, segue uma breve pesquisa da palavra “emoção”, hiperônimo¹³ de “tristeza”, cuja definição assim consta em Houaiss (2011):

emoção s.f. 1. ato de deslocar, movimentar; 2. agitação de sentimentos; abalo afetivo ou moral; turbação, comoção; 2.1. PSIC reação orgânica de intensidade e duração variáveis, ger. acompanhada de alterações respiratórias, circulatórias etc. e de grande excitação mental. GRAM acp. 2 foi consid. gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: comoção, abalo. ETIM fr. *émotion* (1475) 'perturbação moral', der. de *émouvoir*, este do fr. ant. *motion*, der. do lat. *motio* 'movimento, perturbação (de febre)'; ver *mov-*. (p. 1123).

A palavra “emoção”, segundo Houaiss (2001) e Cunha (2010), entrou no léxico português a partir de *émotion*, no francês, derivado do latim *motio*, com sentido de “movimento”, remetendo a *ex+movere* > *emovere*, palavra composta pelo verbo *movere* precedido da partícula *ex*, com sentido de “fora” e “de dentro para fora” em clara oposição a *in*, conforme Ernout e Meillet (2001).

Movere consta como verbete em Faria (1962), assim descrito:

mōvēō, -ēs, -ēre, mōvi, mōtum, v. tr. I – Sent. Próprio: 1) Por em movimento, mover, pôr-se em movimento, mover-se, agitar, agitar-se (sent. físico e moral) (Cíc. Tusc. 1, 53); (T. Lív. 35, 40, 7); (Cíc. Dej. 5). Daí: 2) Afastar, tirar de, deslocar, despejar (Cíc. Verr. 1, 116); (Cíc. Of. 3, 76) – II – sent. figurado: 3) Excitar, provocar, causar (Cíc. At. 6, 3, 7); (Cíc. De Or. 1, 228). 4) Impressionar, causar impressão, comover, abalar (T. Lív. 3, 20, 1); (Cíc. At. 7, 3, 6). 5) Perturbar, irritar, encolerizar (T. Lív. 25, 26, 7). 6) Impelir, lançar a (T. Lív. 35, 12, 5). 7) Produzir, manifestar (...). (p. 623).

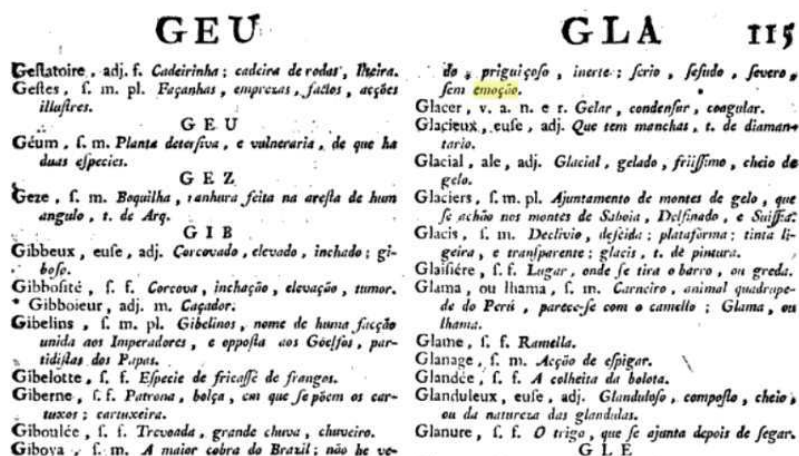
A partir da busca da etimologia de “emoção”, é possível verificar uma imagem concreta, que expressa o movimento de algo que está dentro para fora, a fim de algo sair de um estado de tranquilidade para outro diferente. Essa imagem está prevista pelo ato de deslocar e movimentar presente na primeira acepção do termo, como descrito no Houaiss (2001, p. 241). Cunha traz também a acepção de “abalo moral”.

¹³ Consideramos “hiperônimo” o termo que define um campo lexical, pertencente ao mesmo campo semântico de outra palavra, mas com o sentido mais abrangente, podendo ter várias possibilidades para um único hipônimo.

O passo seguinte é confirmar a datação proposta por Houaiss (2001), ou retrodatar. Houaiss propõe o século XVIII como datação de “emoção” na língua portuguesa, a partir de Silva e Bluteau (1789)¹⁴.

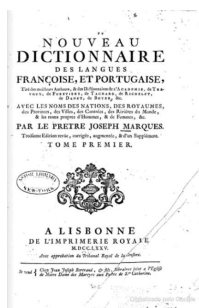
O resultado encontrado para a busca de “emoção” na ocorrência mais antiga do *Google Books* remete ao *Nouveau Dictionnaire des Langues Françoise, et Portugaise*¹⁵, datado de 1775, conforme Figuras 9 e 10:

Figura 9: Resultado de pesquisa da palavra ‘emoção’



Fonte: GOOGLE BOOKS (s. d.).

Figura 10: Página de rosto da obra *Nouveau Dictionnaire des Langues Françoise, et Portugaise*



Fonte: GOOGLE BOOKS (s. d.)

¹⁴ SILVA, Antônio de Moraes e BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa, oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

¹⁵ MARQUES, Joseph. *Nouveau Dictionnaire des Langues Françoise, et Portugaise*. Lisboa, de L'imprimerie royale, 1775. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=2oZaAAAAYAAJ&pg=RA1-PA115&dq=emo%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjmnPOu3dLoAhWQErkGHbj6B98Q6AEIjAH#v=one&q=emo%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em 5 abr. 2020.

Assim, como outros *corpora* não trouxeram resultados relevantes, com datas anteriores às do *Google Books*, pode ser proposta ao menos uma datação mais exata para a ocorrência de “emoção”, no português: 1775, no lugar do século XVIII proposto por Houaiss (2001), baseada em Silva e Bluteau (1789).

3 Hipótese etimológica: “mágoa”

O vocábulo “mágoa” já existia no latim, na forma *macula*, cujo sentido concreto é mancha, como de alguma fruta na roupa. “Mágoa” é considerada uma forma semierudita, aparentemente introduzida na língua portuguesa tardiamente, no século XV, por via culta, através do latim eclesiástico. Segundo Bassetto (2010):

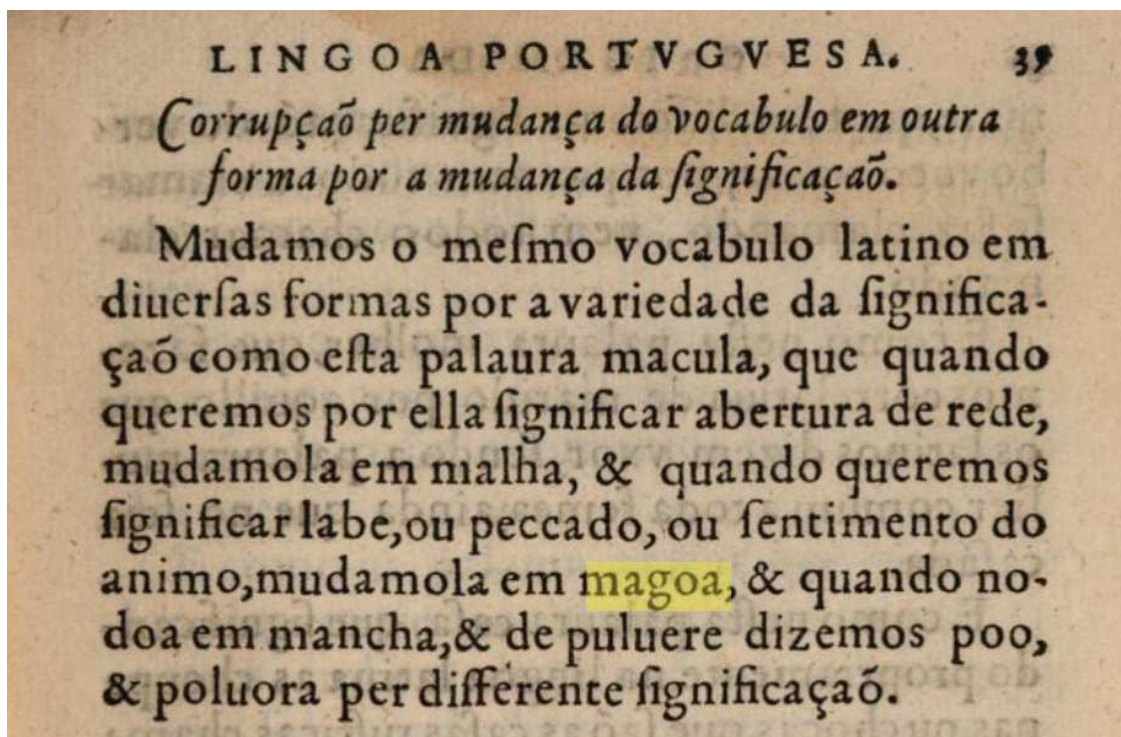
[...] os *semieruditos* são introduzidos na língua geralmente por via culta; ao entrarem, porém, no uso corrente, sofrem mudanças segundo os padrões e as tendências características da língua, que podem afetar tanto sua forma como seu conteúdo semântico (p. 128).

“Mágoa” passou por diversas modificações específicas da época, diversamente em relação às das que foram herdadas do mesmo latim *macula*, como as formas “mancha” e “malha”. Observemos os metaplasmos descritos por Bassetto (2010):

maculam > macula (apócope do /-m/) > magula (sonorização da surda intervocálica /-c-/ > /-g-/) > magua (síncope do /-l-/ intervocálico) > **mágoa** (fixação ortográfica); maculam > macula (apócope do /-m/) > macla (síncope da postônica) > mãcla ou mancla (prolação, característica do português, que consiste na nasalização da vogal seguinte pela nasal anterior) > **mancha** (palatalização do grupo /-cl-/ não intervocálico > /-ch-/) > maculam > macula (apócope do /-m/) > macla (síncope da postônica) > macla (sem prolação, > **malha** (/cl-/ intervocálico > /-ch-/) (p. 128).

Essas descrições trazem as alterações formais dos vocábulos a partir das mudanças fonéticas e morfológicas apresentadas. Há também a forma erudita *mácula*, que não sofreu qualquer modificação fonética, sendo que “apenas o uso restringiu seu significado a “mancha moral”, enquanto *mancha* apresenta um significado mais amplo” (BASSETTO, 2010, p. 28).

A relação entre “mágoa”, “malha” e “mancha”, formas advindas das alterações semânticas observadas em “mácula”, foi tema de Duarte Nunes de Leão ao discorrer sobre mudanças de significação na obra *Origem da Lingoa Portuguesa* (1606), que está digitalizada e disponível para acesso pelo *Google Books*:

Figura 11: *Origem da Lingoa Portuguesa*

Fonte: Google Books (s. d).

Nunes de Leão provavelmente foi o primeiro a descrever as alterações formais e semânticas que ocorreram na língua portuguesa a partir de “mácula”, sendo seguido por outros estudiosos da língua e autores modernos que sustentam sua teoria até os dias atuais.

Ernout e Meillet (2001) trazem também como primeira acepção restrita do sentido físico de *macula*, como “mancha sobre a pele”, que depois alargou seu significado para o geral, tanto físico quanto moral (p. 376).

Há ainda a forma *mangra*, que significa “orvalho que o nevoeiro ou neblina deixa nos frutos que estão ainda no princípio de seu desenvolvimento e que os impede de medrar e vingar”, cujo étimo é o castelhano *mangla* e esse também do latim *macula*, segundo Cunha (2010, p. 400).

Mesmo no Houaiss (2001), as acepções constam como “nódoa ou mancha natural causada por contusão (arcaico); impureza, mácula; desgosto recolhido cujas marcas transparecem no semblante, nas palavras; “tristeza”, amargura, pesar (figurado)” (p. 1813).

No aspecto semântico, por ter sido originada de uso culto, “mágoa” passou a designar uma dor ou um sofrimento diferenciado de outras emoções ou dores, como se fosse a sensação de algo que incomoda, como uma mancha ou nódoa concreta na roupa ou em lugar indevido.

Designa mais um incômodo, um sofrimento tênue, porém persistente, ligado a uma decepção com alguma pessoa, fato ou anseio.

Houaiss (2001) informa que mágoa entrou para a língua portuguesa no século XIV, porém não há indicação de data. Contudo, “mágoa” está no texto “Crónica Geral de Espanha”, de 1344, disponibilizado no *site* “*Corpus do Português*”:

E, depois que elle foy arcebispo, veeron da Gallya Gotica dous escomûgados herejes, dos quaaes hûu avya nome Elvydro e outro Pallayo; e estes corromperon grãde parte da Espanha, poendo grande **magoa** em a vyrgiindade de Sancta Maria.

Com esse resultado, é possível indicar uma abonação real para confirmar a acepção semântica de sentimento e/ou estado de “tristeza”.

Considerações finais

Estudos de linguística histórica que se voltem para a diacronia são necessários para a compreensão da língua portuguesa e da formação de seu léxico. Portanto, a Etimologia se faz muito relevante, pois tem como objetivo possibilitar a reconstituição de um passado linguístico.

A formação do léxico da língua portuguesa e das línguas românicas faz do latim um adstrato que pode ser considerado permanente, o qual se pode tomar como “herança” linguística. Herança essa que é um “código herdado”, geração após geração, conforme Viaro (2011).

Recuperar essa herança é essencial para os falantes de qualquer língua, sendo ainda elemento da identidade cultural de um povo e expressão de sua visão de mundo.

Com a inclusão da tecnologia e suas aplicações, como a pesquisa em *corpora* digitalizados e *on-line*, as “Humanidades Digitais” trazem novas possibilidades para a pesquisa etimológica, tornando acessíveis estudos que, sem suas perspectivas, teriam obstáculos e complexidades dificilmente transponíveis a curto ou médio prazo.

Referências bibliográficas

- AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974.
- AULETE, C; VALENTE, Antonio L. **Dicionário analógico**. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Rio de Janeiro: Lexikon, s. d. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/analogico>. Acesso em 18 mar. 2020.
- AZEVEDO, Francisco F. dos Santos. **Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**. Vol. I - História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2005.

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**. Vol. II - História Interna das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2010.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BLUTEAU, R. **Vocabulario Portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445>. Acesso em 5 abr. 2020.

BLUTEAU, R. **Diccionario da lingua portuguesa**. Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789. CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL (CIPM). Disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt>. Acesso em 1 mar. 2020.

COELHO, F. ADOLPHO. **Diccionario manual etymologico da lingua portugueza**. Lisboa: P. Plantier Editor, 4ª Milhar, 1890. Edição digitalizada disponível para acesso na Biblioteca Digital da Unesp em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26038>. Acesso em 1 mar. 2020.

COROMINAS, J. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madri: Gredos, 1954. 6v.

COROMINAS, J. **Breve diccionario etimológico de la lengua castellana**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1987.

COROMINAS, J; PASCUAL, J. A. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Edición electrónica. Madrid: Gredos, 2012.

CORPUS DO PORTUGUÊS (CDP). Disponível em: www.corpusdoportugues.org. Acesso em 8 set. 2020.

CORPUS DE TEXTOS ANTIGOS (CTA). Disponível em: <http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/cta/>. Acesso em 1 mar. 2020.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionaire étymologique de la langue latine**. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 2001.

FARIA, E. **Vocabulário latino-português**. Belo Horizonte: Garnier, 2001.

FREITAS, Érica Santos Soares de. **Glossário de palavras portuguesas sufixadas em -mento**. São Paulo: NEHiLP/FFLCH-USP, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/220/200/922-1>. Acesso em 5 nov. 2020.

GOOGLE BOOKS. Disponível em: <http://books.google.com.br/>. Acesso em 14 out. 2020.

GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão beta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível para assinantes em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em 5 out. 2020.

- HOUAISS, A.; VILLAR, M. (org.). **Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. (org.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão. 1.3. CD-ROM. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JESPERSEN, Otto. **Language: its nature, development and origin**. London: George Allen & Unwin, 1922.
- LEÃO, Duarte Nunes. **Origem das Lingoa Portuguesa**. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1606.
- MALKIEL, Yakov. **Etymological dictionaries: a tentative typology**. Chicago: University of Chicago, 1976.
- MALKIEL, Yakov. **Etymology**. New York: Cambridge University Press, 1993.
- MÜLLER, F. Max. On the principles of etymology. In: **Lectures on the science of language**. London: Longman, Green & Co, 1873. v. 2.
- NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA EM ETIMOLOGIA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (NEHiLP). Disponível em: <https://nehilp.prp.usp.br/>. Acesso em 4 nov. 2020.
- VIARO, M. E. **Por trás das palavras**. Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.
- VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- VIARO, M. E. Reconstrução fonético-fonológica de seis sincronias do latim ao português. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**, n. 52, p. 94-145, ago.-dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/view/15465/10612>. Acesso em 10 fev. 2019.
- ZAMBONI, Alberto. **La etimologia**. Madrid: Gredos, 1988.

A expressão *se pá* e sua gramaticalização no português brasileiro

Monique Ganasin

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, os estudos da língua em uso, tanto na modalidade oral ou escrita, têm ganhado grande destaque, sobretudo em trabalhos que seguem os estudos cognitivistas e funcionalistas de linguagem, pois apresentam uma nova perspectiva de análise linguística. Assim, para tentar explicar a funcionalidade dos elementos linguísticos a partir de diversas situações comunicativas, ou seja, considerando seu uso no sistema linguístico, essas pesquisas procuram contribuir para a descrição dos usos que compõem os sistemas gramatical, lexical, semântico e discursivo.

Nesta pesquisa, procura-se oferecer subsídio para o desenvolvimento de outros trabalhos, principalmente de cunho cognitivista e funcionalista, por meio da investigação de ocorrências com a expressão *se pá*, a qual não consta nos compêndios gramaticais, portanto não existe uma classificação tradicional para ser usada como suporte de comparação com seus usos reais.

Outra justificativa para a realização desta pesquisa é que, até o momento, os estudos científicos realizados com essa expressão são relatórios de trabalho de conclusão de curso de graduação e de pesquisa de iniciação científica (AGOSTINI e HIRATA-VALE, 2014 e 2017). Nesses estudos, foi verificado que a expressão *se pá* pode ser empregada como advérbio de dúvida, como conjunção condicional ou, ainda, como marcador discursivo. Entretanto, nas pesquisas citadas, pouco foi investigado e discutido sobre aspectos sintáticos e pragmáticos que classificam a expressão, muito menos como se dá seu processo de gramaticalização em elemento conjuntivo, o que justifica a pertinência do tema para uma tese de doutorado. Assim, para poder descrever e explicar o processo de gramaticalização da expressão *se pá*, esta pesquisa ampara-se na teoria linguística do Funcionalismo, ou seja, parte-se do princípio de que a linguagem é um instrumento de comunicação, a qual não pode ser compreendida sem que se leve em conta os fenômenos associados ao seu uso em contextos reais. Neste trabalho, a perspectiva funcionalista considera que a linguagem é uma atividade sociocultural, cuja estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas e, por isso, possui uma dinamicidade constante que resulta da criatividade dos usuários da língua ao adaptar sua fala aos diferentes contextos de comunicação.

Junto da teoria funcionalista, esta pesquisa tem sua base no Cognitismo, que compreende a cognição como um conjunto de sistemas conectados, que envolve, além da linguagem, a percepção do mundo que cerca os falantes, a sua capacidade de armazenar as informações na memória, seus sentimentos e as informações do contexto sociocultural em que estão inseridos. Assim, a linguagem se relaciona com o pensamento e com a experiência. Os sentidos corporais fornecem os dados referentes aos ambientes em que vivem os falantes, e as informações referentes a domínios mais concretos podem levar a projeções metafóricas e metonímicas a fim de desenvolver noções mais abstratas.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, a análise foi feita a partir de um *corpus* constituído por 50 ocorrências da expressão *se pá* no português brasileiro, as quais foram encontradas na rede social *Twitter*, portanto em modalidade escrita da língua, embora seu registro seja muito permeado pela língua falada. A escolha dessas ocorrências partiu dos seguintes critérios: i) os usuários deveriam ser brasileiros, e os *posts* escritos em língua portuguesa; ii) os usuários deveriam ter informado em seus perfis a cidade em que moravam; iii) as expressões do *se pá* também poderiam variar gráfica e foneticamente, por exemplo, *sepá*, *sepa*, *se pa* e *cipá*; iv) as expressões do *se pá* poderiam ocorrer em qualquer posição na sentença (início, meio ou final) e serem expressas tanto no corpo do texto, quanto nas *hashtags*.

Dessa forma, o desenvolvimento deste trabalho se iniciará com a apresentação de alguns pressupostos teóricos sobre o processo de gramaticalização e a gramática de construções. Em seguida, será apresentada a análise de algumas ocorrências que comprovam a gramaticalização do *se pá*, sendo esta em duas categorias: locução adverbial de dúvida e conjunção condicional.

1 O processo de gramaticalização

De acordo com Traugott e Heine (1991, *apud* NEVES, 1997), o termo *gramaticalização* refere-se à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo. Portanto, com base em Neves (1997), o fenômeno de gramaticalização põe em evidência a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, ressaltando a indeterminação relativa da língua e o caráter não discreto de suas categorias.

A partir disso, entende-se por que a autora salienta o processo de gramaticalização: em termos gerais, há uma mudança específica nos elementos linguísticos, a qual depende de interferência pragmática.

Nesse sentido, Hopper (1987), ao descrever o West Coast Functionalism (Funcionalismo da Costa Oeste), também considera que uma consequência importante do ponto de vista da gramática emergente é o fato de que o estudo da gramática em si não é o foco da linguística, mas sim os processos de gramaticalização, em que certas formas linguísticas persistem em determinadas usos da língua e se tornam cristalizados, ou seja, passam a ser reconhecidos como *gramaticais*.

Para Furtado da Cunha (1996), o termo *gramaticalização* pode ser entendido como paradigma ou como processo. A gramaticalização entendida como paradigma focaliza como as formas e construções gramaticais surgem, como são usadas e como modelam a língua. Assim, o paradigma de gramaticalização diz respeito à interdependência entre estrutura e uso e procura descrever e explicar, concomitantemente, um tipo especial de variação/mudança linguística e o grau de desgaste/manutenção das formas que mudam. Quando entendida como processo, a gramaticalização diz respeito ao fenômeno linguístico que o paradigma de gramaticalização procura entrever, ou seja, aos processos pelos quais os itens se tornam mais gramaticais ao longo do tempo.

Castilho (2020, no prelo) disserta que a *língua-enquanto-processo* pode ser basicamente estruturada em quatro domínios: *lexicalização*, *discursivização*, *semanticização* e *gramaticalização*. Para o autor, a *lexicalização* é “o processo de criação das palavras, por meio da etimologia (...) neologia (...), derivação (...), ou por meio de empréstimo lexical (...)” (CASTILHO, 2020, no prelo). Na *semanticização*, ocorre criação, modificação e categorização do sentido linguístico, e “esse processo cobre os campos da semanticização lexical, composicional e pragmática” (CASTILHO, 2020, no prelo).

Entende-se a discursivização como o processo de criação do texto (falado ou escrito), a qual engloba uma quantidade de atividades de interação que envolvem o falante e o ouvinte (ou o escritor e o leitor),

através das quais nós (i) instanciamos os participantes da conversação, construindo imagens sobre eles, (ii) organizamos a interação, desenvolvemos o tópico conversacional, objetivando agir sobre o outro, informar ou externar sentimentos, (iii) reorganizamos a interação por meio dos processos de correção sociopragmática, (iv) abandonamos o ritmo corrente por meio de digressões e parênteses, que habitualmente geram outros tópicos do discurso, e (v) estabelecemos a coesão textual por meio de vários expedientes (CASTILHO, 2020, no prelo).

Por último, Castilho (2020, no prelo) afirma que o processo de *gramaticalização* é o mais estudado entre os quatro processos constitutivos da língua. Assim, a abordagem *multissistêmica*

reduz o papel da gramaticalização à criação e mudança das seguintes estruturas: fonológica das palavras (fonologização), morfológica da palavra (morfologização) e sintática da sentença (sintaticização). De acordo com o autor,

a Gramática é o sistema que resulta da gramaticalização, consistindo de estruturas em processo de cristalização, arranjadas em três subsistemas: fonologia, morfologia e sintaxe. Reflexões sobre a Gramática têm sido organizadas à volta de suas classes, relações entre essas classes, e as funções que elas desempenham nos enunciados. Constituem classes gramaticais o fonema, a sílaba, o morfema, a palavra, o sintagma e a sentença. As relações gramaticais são expressas pela transitividade, concordância e colocação. As funções gramaticais são expressas pelo predicado, pelos argumentos e pelos adjuntos (CASTILHO, 2020, no prelo).

Tanto como paradigma quanto como processo, a gramaticalização tem como base a distinção entre *categorias lexicais* e *categorias gramaticais*. Para Gonçalves *et al* (2007, p.17), itens lexicais são entendidos como signos linguísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais. Ser lexical “identifica categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio- psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades”. Em contrapartida, os itens gramaticais são signos linguísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias. Ser gramatical “identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto”. Dessa forma, pode-se entender como itens lexicais os substantivos, os adjetivos, os verbos etc. e itens gramaticais os advérbios, os morfemas flexionais etc.

Segundo Hopper e Traugott (2003) existem diferenças em se abordar a gramaticalização do ponto de vista da diacronia e do ponto de vista da sincronia. Para os autores, na abordagem diacrônica, a gramaticalização é vista de uma perspectiva histórica, em que são investigadas as fontes gramaticais e os caminhos típicos das mudanças que os afetam. Já na abordagem sincrônica, considera-se a gramaticalização especialmente como um fenômeno sintático ou discursivo-pragmático, o qual deve ser estudado do ponto de vista de padrões fluidos dos usos linguísticos. Porém, atualmente, tem-se buscado romper essa barreira entre diacronia e sincronia por meio da abordagem pancrônica, que entende a gramaticalização como um processo diacrônico que se desenvolve em um *continuum* sincrônico.

Antoine Meillet (1912) propunha que a gramaticalização ocorria a partir da passagem de itens lexicais para itens gramaticais e considerava que as classes de palavras poderiam ser divididas em três: *as principais* (itens lexicais), *as auxiliares* e *as gramaticais* (itens gramaticais,

palavras “vazias”). A partir dessa proposta, já podem ser identificados os *clines* de mudança, isto é, a mudança linguística, em qualquer língua, não ocorre de maneira abrupta, imediata, pelo contrário, são mudanças graduais e transições.

Em relação à mudança, consoante Hopper e Traugott (2003), as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, ao contrário, há uma série de transições graduais, transições que tendem a ser de tipo similar em todos os idiomas. Os autores exemplificam que a progressão de um item lexical para um advérbio ou para uma preposição, ou até mesmo um afixo, define o que eles chamam de *cline*, o qual pode ser analisado de um ponto de vista sincrônico ou diacrônico. Hopper e Traugott (2003) distinguem da seguinte maneira: na perspectiva diacrônica, um *cline* reflete um caminho natural, ao longo do qual as formas evoluem, o qual orienta o desenvolvimento de formas linguísticas. Já na perspectiva sincrônica, um *cline* pode ser entendido como um *continuum*, em que se tem em uma extremidade formas do léxico e em outra extremidade formas gramaticais.

Furtado da Cunha (2012) considera que a gramaticalização é um processo segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais. Para a autora, é “um fenômeno relacionado a essa *necessidade de se refazer* que toda gramática apresenta” (p. 173), ou seja, na gramaticalização, as estruturas linguísticas alteram-se para atender às necessidades e aos interesses dos falantes, para servir ao discurso. De acordo com Neves (2007, p. 20), a gramaticalização tem destaque no Funcionalismo linguístico, pois “reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, isto é, explica-se pela interação entre as motivações internas ao sistema e as motivações externas a ele”.

Portanto, a teoria da Gramaticalização é definida como o estudo da mudança linguística lexical, morfossintática e semântico-discursiva, podendo incluir, também, questões fonético-fonológicas. Essa mudança é vista como um processo que ocorre quando itens lexicais se tornam gramaticais ou, quando já gramaticalizados, têm o seu estatuto gramatical intensificado.

2 A expressão *se pá* e sua gramaticalização

Conforme exposto, as ocorrências da análise a seguir foram escolhidas a partir de um critério, inicialmente, lexical – considerando as variações do *se pá* – e, em seguida, partiu-se do critério sintático-semântico. Dessa forma, foram selecionados exemplos em que o *se pá* encontra-se em contextos sintáticos variados, para assim identificar a possível categoria em que esse pode ser classificado e quais marcas do discurso justificam tal categoria.

Um primeiro ponto observado foi a região/cidade do país que o falante informou como local onde mora, em seu perfil do Twitter. A princípio, havia uma hipótese de que o uso do *se pá* fosse mais recorrente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹, também conhecida como Grande São Paulo, porém, a partir do *corpus* coletado, foi possível perceber que há informantes residentes em todas as regiões do Brasil, nos seguintes estados identificados e conforme consta especificado no Anexo 1: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo, Amazonas e Distrito Federal.

Vale ressaltar, assim, que, embora a maioria desses falantes possam ser naturais de São Paulo, estes ainda fazem o uso da expressão *se pá* na cidade em que vivem, ou seja, ainda conseguem se comunicar de uma maneira funcional utilizando tal expressão. Dessa forma, conclui-se que a gramaticalização da expressão em estudo se dá de maneira bastante espalhada no português brasileiro, não sendo, portanto, mais caracterizada como uma expressão regional específica.

A partir da coleta e análise de 50 ocorrências de construções do *se pá*, pôde-se identificar seu uso nas seguintes categorias, as quais serão discutidas e exemplificadas a seguir: locução adverbial de dúvida e conjunção condicional.

(1) Localidade: São Paulo – SP

se pa ser um problema não é tão ruim. problemas obrigam pessoas a pensar ou a fugir.....
ou a pessoa muda ou mete o pé.

O exemplo (1), “*se pa* ser um problema não é tão ruim.”, demonstra o uso do *se pa* como adjunto adverbial de dúvida, ou seja, o falante está modalizando o conteúdo de seu enunciado – o fato de um problema ser ruim ou não – o que é posteriormente explicado, a

¹ De acordo com os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, a RMSP possui 39 municípios, incluindo a cidade de São Paulo, e uma população de 21.138.247 habitantes (SEADE, 2020). Além disso, essa região foi subdividida em cinco regiões, contemplando, segundo dados do IPEA (2015), os seguintes municípios: –1º Sub-região – Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã; –2º Sub-região – Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano; –3º Sub-região – Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; –4º Sub-região – Sudoeste: Cotia, Embu, Embu- Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; –5º Sub-região – Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba (COSTA, 2020, p. 396).

fim de mostrar que, embora no geral se pense num problema como algum ruim, ele ainda assim tem seu lado positivo, de obrigar as pessoas a pensarem, mudar ou “meter o pé” que, neste caso, significa ir embora. Além disso, é interessante notar que, por ser um adjunto adverbial, embora este esteja no início da oração, também poderia ser deslocado para o meio (“ser um problema *se pa* não é tão ruim”) ou para o final da oração (“ser um problema não é tão ruim *se pa*”), o que, naturalmente, não seria recomendado para uma análise de matiz funcionalista, mas nos ajuda a perceber a funcionalidade do termo.

(2) Localidade: Naviraí – MS

to com carenciavirus **se pa**

Essa mobilidade já pode ser vista também no exemplo (2), em que a expressão *se pa* ocorre em final de oração, porém caberia perfeitamente em seu início também (“*se pa* to com carenciavirus”). Neste caso, é colocada a dúvida/hipótese do falante sobre estar ou não com “carenciavirus”. Em ambos os exemplos, é possível notar que o tempo e modo verbal são o presente do indicativo, algo muito comum no *corpus* – sobretudo o modo – que, embora não seja tão recorrente com o advérbio “talvez”, por exemplo, é mais utilizado com a expressão *se pá*.

(3) Localidade: São Bernardo do Campo – SP

Tava gato **se pá**, com minha amigx

No exemplo (3), ainda é possível perceber a mobilidade do advérbio que, neste caso, encontra-se no meio da oração e pode também ser deslocado para início ou final de oração. O uso do verbo no presente do indicativo confere ao conteúdo do enunciado um baixo grau de dúvida, colaborando para o uso do advérbio asseverativo relativo, com o qual, de acordo com Neves (2011), o conteúdo dito é manifestado como uma eventualidade, algo que o falante acredita ser possível, ou impossível, provável, ou improvável que confere um baixo grau de adesão.

(4) Localidade: São Paulo – SP

Lancei um riso, **se pá**, é a forma q encontrei de conservar o que valorizo

Ainda entre os casos de adjunto adverbial de dúvida, encontra-se o *se pá* isolado entre vírgulas, algo menos recorrente no *corpus*, conforme exemplo (4). Embora seja em início de

oração, é interessante notar que a expressão acaba ligando a primeira oração, “Lancei um riso”, à segunda oração, que leva o falante a conferir um baixo grau de dúvida sobre esta, ou seja, ele acredita que é a forma de conservar o que valoriza. Esse exemplo se mostra relevante no sentido de expor uma direção do percurso de gramaticalização do *se pá*, ou seja, conjunção condicional (*se*) -> advérbio de dúvida (*se pá*) -> locução conjuntiva condicional (*se pá*), ou seja, não é unidirecional, pois a expressão não tem função exclusiva de locução adverbial, uma vez que também atua como conectivo. Além disso, observa-se o verbo no presente do indicativo, colaborando para o uso desse advérbio asseverativo relativo.

(5) Localidade: São José dos Campos – SP

2020

- vai fazer quantos anos: 15
- vai ter festa: tvlz
- vai estudar onde: Sebastião Pereira
- vai pra que série: primeiro
- vai estar namorando?: queria estar
- vai fazer novas amizades: **se pa**
- vai trocar de melhor amigo ou melhor amiga: nemfudendo

O exemplo (5) demonstra o adjunto adverbial asseverativo absoluto, ou seja, aquele em que o conteúdo do enunciado expressa uma resposta que predica todo o enunciado anterior. Neste caso, o falante lista uma série de perguntas que são respondidas logo após os dois pontos de forma bem sintética e, quando é perguntado a ele sobre o fazer novas amizades, isso é respondido como algo possível.

(6) Localidade: Belo Horizonte – MG

Ninguém mais dramática que eu no mundo. meu charme **se pá**

No exemplo (6), é possível perceber o uso do “se pá” atuando sobre um sintagma nominal, diferentemente das ocorrências anteriores, em que este recaía sobre o enunciado todo. Tal evidência, embora não tão recorrente no *corpus*, deixa claro o uso do adjunto adverbial periférico sobre o sintagma, cujo núcleo é um substantivo, e demonstra a credibilidade do falante sobre ser seu charme o fato de ele ser dramático. É interessante observar também que não há uso explícito de verbo no enunciado, o que colabora para o uso de adjunto adverbial periférico sobre o sintagma nominal.

(7) Localidade: São Paulo – SP

Se pa vo brota na cave mas bem **se pa** pelo jeito

Uma ocorrência relevante e menos comum no *corpus* é a do exemplo (7), em que há um outro adjunto adverbial – no caso o “bem” – intensificando o adverbial “se pa”, o qual aparece duas vezes. Esse uso, ao contrário dos exemplos (3) e (4), confere ao enunciado um alto grau de adesão do que é dito, ou seja, o falante intensifica a sua dúvida sobre “brotar” na cave que, neste caso, refere-se a aparecer ou chegar ao lugar denominado como “cave”. O uso do verbo no modo indicativo também colabora para a intensificação da dúvida enunciada. Além disso, é possível perceber que a expressão *se pa* é repetida, e o advérbio “bem” recai apenas sobre a segunda ocorrência na oração, a qual retoma a primeira já explicitada, ou seja, embora apareça duas vezes, o *se pa* recai sobre o mesmo enunciado.

(8) Localidade: Londrina – PR

Se pá que vai cair um toró hoje

Exemplos como o (8) foram, de certa forma, recorrentes no *corpus* e demonstram um uso muito significativo dos advérbios, em que estes funcionam como subordinadores de oração junto da conjunção “que”. Embora seja facilmente possível substituir o “se pá que” por um “talvez” e imaginar sua mobilidade na oração, já se pode perceber uma direção do percurso de gramaticalização do *se pá*, ou seja, advérbio de dúvida -> locução conjuntiva condicional (*se pá que*).

(9) Localidade: Valença – BA

Na real tenha consideração por pouquíssima pessoas, pq assim diminui a porcentagem de decepções, quem diria, considerava p crlh, me preocupava de coração tlgd? Sem maldade e hj em dia noto que não tem, não existe e **se pá** nunca existiu absolutamente nenhuma reciprocidade

Na ocorrência (9), percebe-se o *se pá* precedido da conjunção aditiva “e”, iniciando uma oração coordenada. Neste caso, a expressão é categorizada como um advérbio de dúvida, o qual expressa um baixo grau de certeza sobre o que está enunciado. Além disso, observa-se que a expressão confere mais uma modalização do que uma dúvida sobre o que é dito, ou seja, pelo fato de, anteriormente, o falante dizer que a reciprocidade não existe e considerando todo o seu pedido aos interlocutores para ter consideração por poucas pessoas, ele apenas modaliza o que enuncia com o *se pá*, inclusive ao empregar o modo indicativo nos verbos e o advérbio “absolutamente” na última oração.

(10) Localidade: São Paulo – SP

Se pá que eu sou irmão gêmeo do ney e to perdendo a chance de ser milionário

No enunciado expresso em (10), também é possível identificar a expressão *se pá* e a conjunção aditiva *e* no mesmo contexto. Nesse caso, o *se pá* modaliza ambas as orações que se coordenam pela adição, ou seja, aqui encontra-se como locução adverbial de dúvida, em que o falante deixa clara a possibilidade de ser irmão gêmeo do ney e, ao mesmo tempo, estar perdendo a chance de ser milionário.

(11) Localidade: Ruy Barbosa, RN

se pá minha sombrancelha ficasse assim todos os dias eu era tão feliz

O exemplo (11) foi o único encontrado no *corpus* e demonstra o uso do *se pá* como conjunção condicional. Neste caso, a oração subordinada, em que há a condição, está anteposta à sua oração principal, reforçando o princípio de iconicidade. É interessante notar que, na primeira oração, o falante conjuga o verbo no modo subjuntivo, enquanto que na segunda a conjugação é feita no modo indicativo. Isso reflete justamente a dúvida/hipótese enunciada na oração condicional, com o verbo no subjuntivo, e a certeza enunciada na segunda oração, que é condicionada à primeira. O resultado que se tem na segunda oração é do tipo não realização/não fato, ou seja, primeiro é dada a não realização na oração condicionante, pois o falante deixa claro que não tem a sobrancelha da maneira como gostaria. Na oração condicionada, está a não factualidade, em que o falante expressa o fato de não ser tão feliz justamente pela não realização de uma sobrancelha da maneira como gostaria. Esse exemplo é muito interessante no sentido de mostrar que não existe uma unidirecionalidade no processo de gramaticalização do *se pá*, ou seja, a conjunção *se* é cristalizada na expressão *se pá*, passa a ser usada como advérbio e, posteriormente, volta às origens novamente como conjunção.

(12) Localidade: Vila Velha – ES

Oi deu muito trabalho organizar esse feed então **se pa** segue aí

Por último, no exemplo (12), é possível perceber um uso mais exortativo do *se pa*, em que o falante, primeiramente, explica por que quer que os interlocutores sigam o seu *feed* – tanto é que o uso do *então* pode estabelecer essa relação de conclusão – e, em seguida, faz esse pedido que é reforçado pelo *se pa*. Aqui, o falante expressa um baixo grau de incerteza sobre o enunciado “segue aí”, justamente porque sua vontade é que os interlocutores não fiquem na dúvida de seguir seu *feed*, pois, como dito anteriormente, foi algo que deu muito

trabalho. Além disso, destaca-se aqui a função da interjeição *pa*, que constitui a expressão *se pa*: a interjeição parece ter assumido uma função vicária em lugar de um verbo qualquer. Neste caso, uma substituição mais adequada para a expressão *se pa* não seria um “talvez”, mas um “se der”/“se puder”, ou seja, há mais uma relação próxima de condição do que de dúvida.

Considerações finais

Este trabalho investigou a gramaticalização da expressão *se pá* no português brasileiro, mais especificamente em postagens da rede social *Twitter*.

A partir da análise, pôde-se confirmar, primeiramente, que a expressão em estudo encontra-se em situação comunicativa em todas as regiões do Brasil – o que refutou a hipótese de que seu uso fosse mais recorrente na Região Metropolitana de São Paulo –, ou seja, sua gramaticalização não é mais caracterizada como uma expressão regional específica.

Quanto à categorização do *se pá*, foi possível, por meio da análise do *corpus*, identificar que esta ocorre como locução adverbial de dúvida e locução conjuntiva condicional. Quando gramaticalizado como locução adverbial, o *se pá* pode se localizar tanto em início, meio ou final de frase, tendo como efeito a modalização de dúvida/hipótese sobre o discurso. Uma ocorrência muito comum, nesses casos, foi o uso dos verbos no modo indicativo, que não seria possível com uma outra locução adverbial de dúvida. Também pôde-se observar muitas ocorrências em que o *se pá* atua como subordinador de oração junto da conjunção *que*, mostrando uma direção do percurso de gramaticalização do *se pá*, ou seja, advérbio de dúvida -> locução conjuntiva condicional (*se pá que*).

Por fim, quando categorizado como locução conjuntiva condicional – uma única ocorrência, por enquanto, no *corpus* –, o *se pá* encontra-se em oração subordinada anteposta à sua oração principal. Uma característica relevante é que a dúvida/hipótese é enunciada na oração condicional, com o verbo no subjuntivo, e a certeza enunciada na segunda oração, que é condicionada à primeira.

Portanto, ainda que não totalmente concluída, a análise deste trabalho já mostra alguns aspectos relevantes a serem observados na continuação desta pesquisa. Assim, ainda espera-se responder e investigar outras hipóteses, a fim de concluir o trabalho e, dessa forma, colaborar, com futuras pesquisas sobre gramaticalização.

Referências bibliográficas

AGOSTINI, T. D.; HIRATA-VALE, F. B. M. **O estatuto categorial da construção 'se pá' no português do Brasil**. 2014. v.20. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

- _AGOSTINI, T. D.; HIRATA-VALE, F. B. M. **A categorização da construção “se pá” no português do Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso). 2017. v. 47. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- CASTILHO, Ataliba T. de **Nova gramática do português brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- FURTADO DA CUNHA, A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2012.
- FURTADO DA CUNHA, A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org.). **Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 93-105.
- GONÇALVES, S. C. L. et al.(org.) **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.
- HOPPER, P.J. **Emergent grammar**. Proceedings of the Berkeley Linguistics Society. v. 13, 1987, p. 139-157.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1912.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. **A Gramática e suas interfaces**. São Paulo: Alfa (ILCSE/UNESP), v.51, 2007, p. 81– 98.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Análise do par correlativo proporcional “quanto mais... mais” e similares à luz da perspectiva cognitivo-funcional

Valéria Adriana Maceis

Considerações iniciais

A construção objeto deste estudo, formada pelo par proporcional “*quanto mais... mais*” e similares, é classificada tradicionalmente como “oração subordinada adverbial proporcional”; para muitos autores de vertente funcionalista, trata-se de uma oração *hipotática adverbial*.

A nosso ver, tal construção dispõe de cláusulas *correlativas proporcionais*, isto é, orações *interdependentes*, uma vez que se conectam pelo par prototípico “*quanto mais... mais*” ou por seus similares: “*quanto mais... menos*”; “*quanto menos... mais*”; “*quanto maior... maior*” etc.

Para a análise neste trabalho, faremos uso de ocorrências extraídas do “*Corpus do Português*”, organizado por Mark Davies e Michael J. Ferreira, disponível em “<http://corpusdoportugues.org>”. Segundo informações desse *site*, esse *corpus* reúne 45 milhões de palavras e traz textos do século XIV ao século XX, de diferentes esferas discursivas (acadêmica, jornalística, literária) e de distintos registros linguísticos (o escrito e o oral).

Apresentaremos, com base nesse *corpus*, um estudo¹ analítico acerca das construções proporcionais constituídas por tal par correlativo, focalizando, neste momento, a análise da formação considerada mais prototípica, isto é, “*quanto mais... mais*”, sem nos aprofundar, por ora, no exame de similares como (“*quanto mais... menos*”; “*quanto menos... mais*”; “*quanto maior... maior*”; “*quanto menor... menor*”). Pretendemos, com esse trabalho, desbravar ainda mais a “floresta inexplorada” (hoje já mais acessada, mas ainda pouco explorada), a que se referia Oiticica (1952, pág. 2) ao discorrer sobre o que denominou de “Teoria da Correlação”, e, assim, oferecer - sob a perspectiva da Linguística Cognitivo-Funcional - mais dados teórico-científicos à literatura correspondente à área, em especial, ao que se refere ao comportamento sintático-semântico do par “*quanto mais... mais*”.

¹ Este artigo tem caráter introdutório e sintético, uma vez que se pretende vertê-lo em tese de doutorado futura, a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Assim, objetivamos i) mapear, dentro do total de ocorrências coletadas, os tipos e a frequência de uso das formações encontradas no que tange à estruturação morfológica do par correlativo “quanto mais... mais”; ii) investigar a atuação e o funcionamento sintáticos, em termos de constituição do enunciado, das variantes do par “quanto mais... mais”, verificando como se dá a distribuição desses expedientes de correlação na organização da sentença; iii) analisar os deslizamentos semânticos de tais construções, conferindo – se e quando – dessas ocorrências podem emergir outras relações lógico-semânticas além da proporção.²

A partir de tais objetivos, seguem abaixo as hipóteses para esta pesquisa, a qual se propõe, sobretudo, a explorar os valores semânticos da estrutura em questão.

A hipótese geral, a qual engloba as demais que se seguem, é a de que a noção de interdependência das construções em análise - bem como a questão da ordem dos termos na oração - podem ser explicados mediante à análise, no enunciado, do comportamento e distribuição sintática dos itens formadores do par correlativo em questão;

A formação do par correlativo – a depender de sua construção, sua atuação sintática, e sua composicionalidade (SWEETSER, 1999) – pode favorecer a realização de interpretações semânticas distintas, além da proporção;

O caráter de simultaneidade em que ocorrem as ações dispostas em tais orações correlativas proporcionais pode estimular a aquisição de valores de comparação, contraste, condição e causa-efeito ao enunciado (NEVES, 2000).

1 Pressupostos teórico-metodológicos

1.1 Princípios cognitivos-funcionais

Nossa pesquisa faz parte do rol de estudos tanto funcionalistas quanto cognitivistas. Estes concentram pesquisas que consideram o conhecimento linguístico humano como um sistema incorporado às demais capacidades conceituais mentais; aqueles têm como cerne investigativo a análise de situações contextuais reais de uso da língua, examinando não só dados de escrita, mas também de fala, bem como seus respectivos interlocutores e propósitos comunicativos.

² Há também o intuito de, posteriormente, analisar o emprego tanto do par tido como mais prototípico “quanto mais... mais”, quanto dos similares “quanto mais... menos”; “quanto menos... mais”; “quanto maior... maior”; “quanto menor... menor”, não só em amostragens do português brasileiro – desde o século XIV até a atualidade – mas também em contextos próprios de outras variedades do português. É válido destacar também que se pretende ainda cotejar o comportamento dessas construções em outras línguas.

Por questão de espaço, não nos estenderemos na exposição de tal fundamentação, mas salientamos os estudos de autores funcionalistas que se dedicaram ao estudo dos processos sintáticos de articulação de orações (HALLIDAY, 1985; HOPPER & TRAUGOTT, 1993) e de pesquisadores de orientação cognitivista que também já se debruçaram na investigação da estrutura sintática das sentenças e apresentam uma análise consistente dos aspectos sintáticos e construcionais das orações (CROFT, 2001; KORTMANN, 1997), além, ainda, de outros cognitivistas que nos ajudam a entender a dimensão cultural da cognição humana (TOMASELLO, 2000) e o conceito de esquemas mentais (BYBEE, 2016).

1.2 A correlação

Há muito, vem sendo questionada a dicotomia tradicional coordenação *versus* subordinação que orienta as postulações gramaticais acerca dos processos de articulação de orações. O gramático José de Oiticica, na década de 50, já apontava uma nova forma de analisar os mecanismos sintáticos de estruturação de orações - forma essa hoje estudada e desenvolvida por linguistas como Módolo (2004), Rodrigues (2007), Rosário (2012) e Castilho (2010). Todos esses estudiosos defendem um tipo de conexão de orações realizado com dois elementos – diferentemente da conexão por coordenação, pois não há independência entre as sentenças – e diferente também da subordinação, pois não há dependência de uma à outra conexão; trata-se de *correlação*, processo sintático em que as orações são *interdependentes*. Para tais linguistas, são consideradas construções correlatas ou correlativas, sentenças *aditivas* com “não só... mas também” e *alternativas* com os pares “ora... ora”, “quer... quer”, “seja... seja” – ambas classificadas como “coordenadas sindéticas” pela tradição gramatical. Além dessas, as tidas gramaticalmente como “subordinadas adverbiais” dos tipos *consecutivas*, com “tão/tanto... que”; *comparativas*, com “mais/menos... que”, “tanto... quanto”, “tal... qual”; e também as *proporcionais*, objeto deste estudo, com “quanto mais... mais” e similares.³

Para os já citados autores Oiticica (1952), Módolo (1999, 2004, 2005), Rodrigues (2007), Rosário (2012), Castilho (2010), seria mais coerente substituir a dicotomia - coordenação e subordinação - por um *continuum*. Contudo, tal *continuum* não seria linear, mas um *continuum* multidimensional, uma vez que, ao que parece, a correlação encontra-se em um plano distinto daquele em que estão a coordenação e a subordinação, e muitas das sentenças - tanto coordenadas, quanto subordinadas ou correlativas - não apresentam um único comportamento

³ Há ainda mais três tipos de orações correlatas descritas por Módolo (2005), *hipotéticas*, com “se.. então”; *equiparativas*, com “assim como... assim”; e *diferençativas*, com “senão... ao menos”.

e/ou sentido; determinadas cláusulas podem manifestar-se em níveis e campos variados, expressando valores também distintos.

Rodrigues (2007, p. 232) pontua que a gramática tradicional acaba por simplificar demais a descrição linguística no que diz respeito à articulação de orações, propondo, assim, um tratamento homogêneo a estruturas heterogêneas. No que diz respeito ao ensino de tais sentenças, Rodrigues (2007) orienta que o professor precisa se atentar às seguintes particularidades das estruturas correlativas:

a) a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração; b) no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a modalidade posicional típica das subordinadas adverbiais. (...) c) as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas, as adverbiais e as adjetivas. (RODRIGUES, 2007, P. 232)

Castilho (2010) destaca que as conjunções, em períodos correlativos, não são formas simples nem se resumem a encabeçar a segunda sentença. Pelo contrário, trata-se de conjunções mais complexas, assim estruturadas: I. junção de advérbios de negação, focalização na primeira sentença, comparação e inclusão na segunda sentença; II. repetição de expressões; III. junção de advérbios de intensificação a complementadores.

Vale destacar também que, segundo Módolo (1999), a correlação compreende um tipo de conexão sintática de uso relativamente frequente e, particularmente, útil para emprestar vigor a um raciocínio. O autor acrescenta também que tais sentenças correlatas são empregadas, sobretudo, nos textos apologéticos e enfáticos, que se destacam mais por expressarem opiniões, defenderem posições, angariarem apoio, do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

1.3 Quanto mais estudo correlação, mais me convenço de sua pertinência: a construção correlativa proporcional “quanto mais... mais” e similares

De modo geral, as gramáticas tradicionais classificam as construções que dispõem do par “quanto mais... mais” e similares como “orações subordinadas adverbiais proporcionais”. Bechara (2009, p. 328), ao tratar das conjunções subordinativas, explica que são proporcionais “quando iniciam oração que exprime um fato que ocorre, aumenta ou diminui na mesma proporção daquilo que se declara na oração principal”. O gramático, então, apresenta as principais locuções conjuntivas proporcionais: “à medida que”, “à proporção que”, “ao passo que”, além do par que nos interessa neste estudo, o qual Bechara (2009) traz como “(tanto

mais)... quanto mais, (tanto mais)... quanto menos, (tanto menos)... quanto mais, (tanto mais)... menos, etc.". Para ilustrar, o autor expõe dois exemplos: um com uso da locução "à medida que" e outro com o emprego do par objeto de nossa análise:

"O ano quanto mais alto sobe, mais pequeno se afigura" [MM].

Quando trata das orações adverbiais, ao apresentar as proporcionais, o autor retoma o texto e os tipos de conectivos já expostos na seção sobre conjunções. E, dessa vez, não chega a apresentar um exemplo de construção com "quanto mais... mais"; cita apenas dois com uso de "à proporção que" e "ao passo que". Em sua gramática escolar, Bechara (2010, p. 329), esse autor traz a mesma definição já apresentada para as conjunções proporcionais, porém, dessa vez, nem ao menos cita o uso de "quanto mais... mais" e similares; apresenta apenas "à medida que", "à proporção que", "ao passo que". Tal fato vai ao encontro do que afirma Fernandes (2017) em seu estudo "Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da linguística funcional centrada no uso". Tal pesquisadora alcançou resultados relevantes em seu trabalho sobre o tema e afirma que tais construções proporcionais com uso de "quanto mais... mais" e similares compõem um uso produtivo para estabelecer a noção de proporção na língua, mas que, ainda assim, são precariamente abordadas em postulações tradicionais, as quais privilegiam a menção a ocorrências com "à medida que" e "à proporção que".

Oiticica (1952) classifica como "*correlação quantitativa*" as construções as quais denominamos *correlativas proporcionais*, isto é, aquelas que apresentam o par "quanto mais... mais" e similares. Segundo o autor, tal "correlação quantitativa, já de si intensiva, pode ser intensificada pelo advérbio mais e pelos adjetivos comparativos." (OITICICA, 1952, p. 29). Ele apresenta os exemplos:

- "Tanto mais se ouvirem os tiros, tanto mais se alvoroçava o povo."

- "Tanto maior se afigurava o conflito, tanto maior ia sendo a azáfama para debelá-lo."

Tais exemplos, não com o uso de "quanto", mas sim de "tanto", são classificados pelo autor com uma análise semântica mais fina de *quantitativos progressivos*. Assim o faz a fim de diferenciá-los dos exemplos que apresenta na sequência, os categorizados como tipos de *correlação antitética*, já que se nota a ideia de oposição, conduzida pelo uso de "tanto mais... tanto menos" e "tão maiores... tão menores". Veja:

- "Tanto mais lavrava o incêndio, tanto menos cresciam os recursos para dominá-lo."

- “**Tão maiores** as nossas responsabilidades, **tão menores** se nos afiguram os proveitos dêste⁴ sacrifício.”

Ney (1955), na obra “Guia de análise sintática”, lançado logo depois do livro de Oiticica, retoma as postulações deste autor, dedica um capítulo ao “período composto por correlação” e classifica as construções objeto de nosso estudo, não como proporcionais, mas sim como “*correlatas comparativas de igualdade quantitativa, ligadas por mais... mais.*” (NEY, 1955, p. 122).

Como exemplo, ele apresenta:

- “**Tanto mais** ela gritava, **tanto mais** o marido lhe batia.”

O autor ainda acrescenta que o “mais”, nas duas sentenças, é “denotativo intensivo progressivo”.

Módolo (2005), ao tratar das construções proporcionais de nosso interesse neste trabalho, cita o exemplo:

— “**Quanto mais** conhecimento o cético adquiria das filosofias, **tanto mais** conflitantes elas lhe iam parecendo.” (CET) *Apud* NEVES (2000: 928)

Explica que, em sentenças como essa, “a noção conformativa sobrepõe-se à noção de proporção, implicando —um ‘acordo’ entre as asserções das duas orações correlacionadas”. (MÓDOLO, 2005, p. 14).

Neves (2010), ao tratar da complexidade do modo de expressão das relações adverbiais na combinação de orações, destaca a questão da quantificação e da intensificação nas proporcionais com o par “quanto mais... mais” e similares, conforme se lê em:

A quantificação e a intensificação constituem a peça central também da construção proporcional, altamente ligada à operação comparativa, e que é mais correlativa das construções, com um sem-número de expedientes de correlação, embora nem todos produtivos atualmente. (NEVES, 2010, p. 146)

A autora cita como exemplos:

⁴ “Dêste” ainda tinha acento no período em que a obra de Oiticica foi escrita.

- **Quanto mais amo mais me derramo** (“Cavalo Marinho, criação e cantilena”, de Gilberto Mendonça Teles)

- **Quanto mais** leve **tanto mais** sutil /O prazer que das coisas nos provém; (“Espelho Mágico”, de Mário Quintana)

- Poupa o riso e o prazer porque a alegria/ **Tanto é mais** doce **quanto mais** é parca; (“Tarde”, Olavo Bilac)

- **Mais me embaraço quanto mais me agito!** (“Sarças de fogo”, de Olavo Bilac)

- E **quanto mais** imaginando, é tarde,/ **quanto mais** cedo o sonho se imagina. (“A fantasia temerária” de Carlos Nejar)

Segundo a pesquisadora, esse tipo de construção é complexa na medida em que apresenta ainda um complicador, no que ela denomina como “equacionamento das funções”. Ela esclarece que, na conexão entre tais sentenças, não ocorre conjunção – elemento que marca a subordinação oracional: “na verdade, entre as duas orações que se colocam em relação de proporcionalidade, uma delas (a que traz o elemento gramatical *quanto*) apresenta-se como de nível inferior à outra, em termos de dependência sintática, mas a sua catalogação como subordinada, sem relativizações, é problemática” (NEVES, 2010, 147).

Em sua análise, Neves (2010), a fim de comprovar sua proposição de que tais construções são complexas, promove um cotejo entre essas, com “quanto mais... mais” ou similares, e as que apresentam o par, também correlativo: “tão/tanto... quanto”, as quais são essencialmente comparativas e não proporcionais. Para a autora, nas sentenças de nosso interesse, com “quanto mais... mais”, há uma relação de proporcionalidade alicerçada no uso de um elemento quantitativo ou intensificado e outro elemento proporcionalmente relacionado a essa quantificação ou intensificação e também quantificado ou intensificado, formando a proporcionalidade direta ou inversa. Já as comparativas com “tão/tanto... quanto” não dispõem desse complicador, porque apresentam: um elemento comparado e um comparante em linearidade, chegando mesmo, muitas vezes, dada tamanha simetria, expressar valor de adição. Exemplo: “Os médicos estarão **tão** distantes do organismo **quanto** os astrônomos dos planetas” (APA – exemplo da autora) – “Os médicos estarão distantes do organismo **e** os astrônomos, dos planetas”.

Outro dado relevante, apontado por Neves (2000) em outra obra, a “Gramática de Usos”, é que as construções proporcionais ocorrem nos tempos verbais: presente, passado ou futuro dos modos indicativo ou subjuntivo.

A exemplo de Ney (1955), Azeredo (2012) também disserta que as construções que se utilizam de “quanto mais... mais” e similares fazem parte do rol das comparativas. Ao tratar dos

sintagmas modificadores, discorre sobre os modificadores verbais, chegando, então, entre outras relações, à relação comparativa. Segundo o autor, muitas das construções comparativas têm sua origem em estruturas relativas, devido ao uso da locução “do que” em sentenças como “A pele dela é **mais** branca **do que** neve”, já que “do que” forma-se pela preposição “de” + o pronome “o” + o pronome relativo “que”. Para o autor, a perda de consciência dessa origem resultou nas construções proporcionais do tipo em estudo nesta pesquisa. Ademais, Azeredo (2012) ressalta mais algumas particularidades das construções com “quanto mais... mais”: sinaliza que tais sentenças subjazem o valor semântico de causa e efeito simultâneos; destaca seu papel enfático; vincula, mais uma vez, essas orações com as cláusulas relativas; e cita ainda a semelhança delas com estruturas hipotéticas, aditivas e equiparativas.

Compara-se com o exemplo (...), também vinculado historicamente a construções relativas: 430. *Essa dívida aumenta à proporção que é paga (...)*. Temos nessa forma enfática a realização do esquema correlativo prótase/apódose, próprio dos enunciados cuja primeira parte – prótase – cria uma tensão que a segunda – apódose – se encarrega de dissolver: ‘se... então’, ‘não só... mas também’, ‘tanto... que’, ‘assim como... assim’. O introdutor do segundo termo da comparação pode concordar em gênero e número com o antecedente, à maneira de um autêntico pronome relativo, e funcionar como SN: 431: *Ela leu tantos livros quantos eu lhe recomendei*; 432. *Ele capturou tantas aves quantas apareceram no quintal*. (grifos nossos) (AZEREDO, 2012, p.120)

Fernandes (2017) analisou as construções proporcionais tanto no padrão não correlato, com a locução “à medida que” ou “à proporção”, quanto no padrão com os correlatores “quanto mais/menos... (tanto) mais/menos”. Entre as conclusões alcançadas em sua pesquisa, no plano morfológico, segundo a autora, tais construções exprimem maior capacidade de correlacionar elementos com verbos codificados, não codificados e estruturas complexas. Semanticamente, a investigação de tal autora enfatiza a noção de interdependência de construções proporcionais e pontua que as construções com o par em análise neste trabalho demonstram aproximação com a matiz de causa e efeito (bem como já propunha Azeredo (2012), conforme já aqui exposto). Ademais, Fernandes (2017) discorre também sobre a força enfática de tais construções, as quais apresentam correlatores mais icônicos para introduzir prótase e apódose.

Em nossa revisão teórica acerca da literatura já existente sobre o assunto, encontramos ainda pesquisadores holandeses e ingleses com interesse na investigação das sentenças correlativas objeto de estudo neste trabalho. Estudiosos como Borsley (2004, 2006), da Universidade de Essex, no Reino Unido, e Den Dikken (2005), da Universidade de Leiden, na Holanda, têm proposto uma interessante discussão acerca das sentenças encabeçadas pelo par “quanto mais... mais” e similares. Ambos, assim como já o fazem aqui Ney (1955) e Azeredo

(2012), por exemplo, denominam tais orações como *Comparative Correlatives*, isto é, como construções comparativas⁵ e não proporcionais. E parecem construir suas pesquisas em direções distintas, apresentando, inclusive, divergências entre as análises – algo que nos estimula ainda mais ao exame de tais sentenças correlativas, as quais, por muito tempo, tiveram seu estudo esquecido e/ou negligenciado.

Den Dikken (2005) analisa tais construções no holandês e também em inglês. Para o autor, tais construções exibem um alto grau de consistência interlinguística e sua sintaxe é o de um correlativo “bem comportado”, analisável de acordo com os princípios e parâmetros da gramática universal. Ademais, tal autor defende que essas sentenças necessitam de uma análise que atue observando regularidades e não só suas irregularidades. Já Abeillé e Borsley (2008) argumentam que

A construção comparativa correlativa, exemplificada por *Quanto mais eu leio, mais eu entendo*, tem uma série de idiosincrasias, destacadas em Culicover e Jackendoff (1999), que colocam um problema para a visão de que os sistemas gramaticais são o resultado de uma configuração relativamente pequena ao número de parâmetros (Abeillé e Borsley, 2008, p. 1139)⁶.

Tais autores seguem sua análise dissertando que essas cláusulas correspondem a um tipo *sui generis* de orações e rebatem as pontuações de Den Dikken (2005), afirmando que o autor holandês ignora as idiosincrasias de tais construções e se atém mais à análise da primeira cláusula do período – aquela que dispõe da parte “quanto mais”, referente ao par “quanto mais... mais” e similares. Além disso, para Abeillé e Borsley (2008) - que, em outro trabalho, juntamente com Espina (2006), comparam a sintaxe das construções correlativas comparativas em espanhol e em francês, destacam que Den Dikken (2005) afirma basear-se na gramática universal, mas subestima as singularidades e as variações que tal construção correlativa apresenta, por exemplo, no idioma francês. À parte do embate entre tais estudiosos, tal discussão motivou-nos ainda mais a pesquisar tais sentenças em português e, por que não, investigá-las, futuramente (conforme já se explicou), em cotejo com outras línguas, isto é, comparativamente, propondo, por exemplo, uma análise analógica sobre o comportamento dessas construções com o par correlativo “quanto mais... mais” e similares tanto em português quanto em espanhol e em francês.

⁵ Muito embora, em um de seus artigos, Den Dikken (2005) menciona que tais construções são “*variously called comparative conditional, comparative correlative, or **proportional** correlative*” (grifos nossos). (DEN DIKKEN, 2005, p.497).

⁶ *The comparative correlative construction, exemplified by The more I read, the more I understand, has a number of idiosyncrasies, highlighted in Culicover and Jackendoff (1999), which pose a problem for the view that grammatical systems are the result of setting a relatively small number of parameters.*

1.4 Corpus e critérios de análise

Até então, foram coletadas 169 ocorrências, segundo se descreve no quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipos e quantidade de formações encontradas

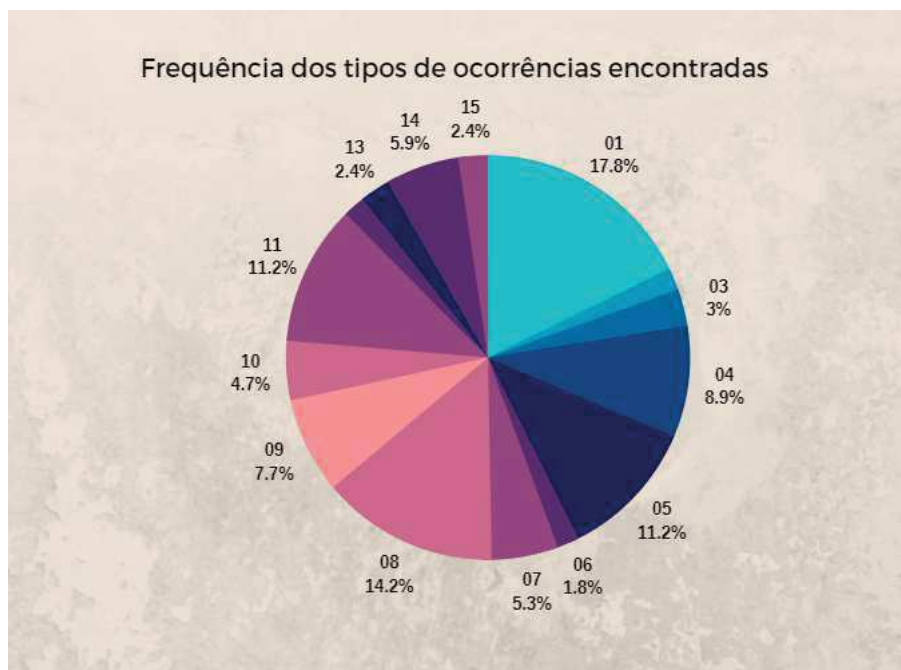
Formações encontradas/quantificadas até então	Quantidade
1) “Quanto mais/mais; tanto mais”	30
2) “Quanto mais/menos”	03
3) “Quanto mais/maior; tanto maior; quanto maior” ⁷	05
4) “Quanto mais/melhor; tanto melhor, pior; tanto pior” ⁸	15
5) “Quanto menos/mais; tanto mais; quanto mais”	19
6) “Quanto menos/maior; tanto maior; menor”	03
7) “Quanto menos/melhor; tanto melhor”	09
8) “Quanto maior/maior; tanto maior”	24
9) “Quanto maior/menor; tanto menor”	13
10) “Quanto maior/melhor; tanto melhor; pior; tanto pior”	08
11) “Quanto maior/mais; tanto mais; menos”	19
12) “Quanto menor/melhor”	03
13) “Quanto menor/menor”	04
14) “Quanto menor/maior; tanto maior”	10
15) “Quanto menor/mais; tanto mais; menos”	04
TOTAL	169

Fonte: dados selecionados pela autora.

⁷ Não foram encontradas, até então, ocorrências, no respectivo *corpus* em análise, de construções formadas por “**Quanto mais/menor**” e por “**Quanto menos/menos**”.

⁸ Optamos por agrupar alguns pares correlativos, bem como “**Quanto mais/melhor; tanto melhor, pior; tanto pior**”, por apresentarem baixa frequência e papel sintático-semântico semelhante.

Gráfico 1 - Porcentagem dos tipos encontrados do par correlativo “quanto mais... mais” e similares



Fonte: produzido pela autora.

Conforme já exposto no capítulo introdutório, tais ocorrências foram extraídas do *corpus* “*Corpus do Português*”, organizado por Mark Davies e Michael J. Ferreira, disponível em “<http://corpusdoportugues.org>”.

Para se ter uma ampla visão do funcionamento de tais construções - e de suas variedades de formação - a coleta realizada, nesse momento, apresenta exemplos oriundos tanto do português brasileiro quanto do europeu, empregados não só em modalidade escrita, como também na falada e em gêneros diversos.⁹ Ademais, vale mencionar também, que os dados levantados, no que tange à diacronia, centram-se, sobretudo, em excertos do século XX¹⁰ até a atualidade (desde 1906 ; há apenas dois exemplos do século XIX: 1878 e 1891), período em que se encontrou, no *corpus* em análise, maior frequência de uso de tais ocorrências.¹¹

⁹ É possível que, para um trabalho futuro, um recorte será realizado mais à frente. Por exemplo, uma opção por centrar a pesquisa apenas em alguns dos tipos de formação encontrados ou apenas na variedade do português brasileiro (e depois se comparando com outras línguas) ou ainda apenas em uma das modalidades (escrita ou falada), quiçá em apenas um dado período de tempo.

¹⁰ Muitas ocorrências estavam sem data no *corpus*, conforme se vê na tabela constante nos anexos.

¹¹ Para um trabalho futuro, se julgarmos necessário, faremos a devida explicação de distinções de emprego notadas entre diferentes variedades, modalidades e períodos variados (entre tipos de formação do par, provavelmente, faremos).

Estudos de cunho funcionalista sobre os mecanismos de estruturação de orações, via de regra, procuram abranger, juntos, os quatro critérios voltados à produção dos enunciados: o sintático, o morfológico, o semântico e o discursivo-pragmático; não se prima, portanto, apenas por um desses critérios, como o fazem, em geral, autores formalistas ou tradicionais. Portanto, a análise de dados que se quer aqui será de natureza quantitativa-qualitativa e se centralizará, nesse momento, em uma investigação apenas nos âmbitos: sintático-morfológico e semântico. No que diz respeito ao primeiro, verificar-se-á como se estruturam as possibilidades de formação do par correlativo – em especial, por ora, apenas do prototípico “quanto mais... mais” conferindo, o comportamento sintático, em termos de constituição do enunciado, desses constituintes. Em se tratando do semântico, verificar-se-ão: i) a natureza correlativa proporcional de tais sentenças e ii) possíveis valores distintos entre um tipo de formação do par e outro, bem como as motivações para tanto.

Para o exercício de análise realizado, neste momento, tomou-se como exemplo oito das ocorrências coletadas com “quanto mais... mais”. Elas foram selecionadas por serem representativas de cada uma das formações que nos informam acerca do comportamento e função do par prototípico “quanto mais... mais”. Por exemplo, ocorrência com a composição *locução adverbial + advérbio (ambos modificando verbos)* ou com *locução adverbial + advérbio (ambos modificando adjetivo)* entre outras composições, conforme se verá no quadro que segue.

Quadro 2 – Estruturação da formação prototípica “quanto mais... mais”

Descrição dos elementos do par:	Exemplos:	Número de ocorrências (total de 30)
- <i>Locução adverbial + Advérbio (ambos modificando verbos)</i>	01) “ Quanto mais Paulo Bento <i>enriquecia</i> , mais Sofia <i>pararicava</i> a santíssima família.” (1990, “Onde andaré Dulce Veiga”, Caio Fernando de Abreu) 02) “O Banco vai chupando o cara e ele quanto mais paga mais deve.” (1960, “O burro de ouro”, Gastão de Holanda)	14
- <i>Locução adverbial + Advérbio (ambos modificando adjetivo)</i>	03) “Os amigos, quanto mais íntimos , mais <i>benevolentes</i> têm de ser.” (1978, “A noite sobre a Alcântara”, Josué Montello)	03
- <i>Locução adverbial (modificando verbo) + Advérbio (modificando adjetivo)</i>	04) “Porém quanto mais <i>aprofundava</i> meu exame de consciência, mais <i>distante</i> ficava a perspectiva da confissão.” (1963, “O braço direito”, Otto Lara Resende)	07
- <i>Locução adverbial (modificando adjetivo) + advérbio (modificando verbo)</i>	05) “(...) quanto mais <i>disparatada</i> é a armação da frase insulsa, tanto mais <i>parece</i> que o público integra o espirituoso autor no olimpo dos cerebrais com direitos a estátua - como se essa obra calina	01

		fosse a verdadeira Comédia Humana a escrever duma sociedade de chanfrados e hidrocéfalos.” (“Almeida: Gatos2”, Fialho de Almeida)	
- Locução adverbial (modificando adverbializado) + quantificador (quantificando substantivo)		06) “Eu queria matá-lo, mas que ele sofresse, como sofrem os bois aos sábados, amarrados no mourão e arrastados, magem, (...) e quanto mais <i>alto</i> magem, mais <i>apunhaladas</i> recebem, quantos rabos não cortei com o bicho ainda respirando, e vai um e arranca os olhos, e ficamos passando de mão em mão as bolotas escorregadias, que pouco antes viam a morte chegar.” (1996, “Não és tu, Brasil”, Marcelo Rubens Paiva)	01
- Locução adverbial (modificando verbo) + quantificador (quantificando substantivo)		07) “- Quanto mais <i>enriquecia</i> , mais <i>amigos</i> arrebanhava, além dos filhos crescentes e até, de vez em quando, os rapazes de Odete e a prole do vigário, deslumbrados, todos eles, com a riqueza e o desperdício.” (1990, “Onde andaré Dulce Veiga”, Caio Fernando de Abreu)	02
- Quantificador + Quantificador (ambos quantificando substantivo)		08) “Começou a decadência com as barcas da Cantareira, e quanto mais <i>barca</i> foi tendo mais <i>gente</i> foi desistindo do trabalho bruto na terra e procurando ofício mais maneiro no Rio.” (1975, “Dôra, Doralina”, Rachel de Queiroz)	02

Fonte: quadro elaborado pela autora

2 Análise e resultados

Realizamos uma análise não exaustiva de um grupo de ocorrências, entre as coletadas, no que diz respeito ao par em questão: “quanto mais... mais” e similares. Optamos por examinar, em separado, cada tipo de formação encontrada, e, neste capítulo de análise, nosso foco é demonstrar a investigação da composição de uso, aparentemente, mais frequente entre as possibilidades encontradas; trata-se de: “quanto mais... mais”. Conforme se observa no gráfico 1, tal ocorrência apresenta a porcentagem de 17,8% (30 das 169 ocorrências listadas)

Observemos três exemplos abaixo, apenas a título de ilustração:

- 1) “**Quanto mais** Paulo Bento *enriquecia*, **mais** Sofia *paparicava* a santíssima família.” (1990, “Onde andaré Dulce Veiga”, Caio Fernando de Abreu)
- 3) “Os amigos, **quanto mais** íntimos, **mais** benevolentes têm de ser.” (1978, “A noite sobre a Alcântara”, Josué Montello)
- 4) “Porém **quanto mais** *aprofundava* meu exame de consciência, **mais** *distante* ficava a perspectiva da confissão.” (1963, “O braço direito”, Otto Lara Resende)

Vemos que, por meio da conexão que se estabelece entre o par correlativo “quanto mais... mais”: “quanto mais” encabeçando a prótase, e “mais”, por sua vez, a apódase – as

sentenças expressam relação de interdependência entre si, encadeando, neste caso, prototipicamente, a ideia de proporção. Em 01), o aumento da riqueza ocorre na mesma proporção do aumento da “paparicação”, descrita na sentença posterior. Em 03), o aumento da intimidade entre amigos é tido como proporcional ao aumento da benevolência entre eles. Essa relação de proporção é visivelmente manifestada pelo uso de “quanto mais...mais”. Assim como em 04, em que o aumento do aprofundamento do exame de consciência, manifesta-se como proporcional ao aumento da distância da perspectiva de confissão. E assim sucessivamente nos demais exemplos.

Em se tratando de sua estruturação, o par “quanto mais... mais”, como se vê, é formado por um quantificador (quanto) + um advérbio (mais) – os quais, em geral, são empregados na prótase; e um mais um advérbio, o “mais”, que, normalmente, inicia a apódase. De acordo com os dados analisados, tais itens, nessa formação, com maior frequência (vide quadro 2), atuam modificando os verbos que compõem as sentenças por eles introduzidas, conforme se nota em 1), em que tais elementos se referem aos verbos “enriquecer” e “paparicar”.

Procuramos conferir o grau de interdependência, e, por conseguinte, de correlação das sentenças por meio da tentativa de uso de uma ocorrência sem um dos elementos no par. E, nesse quesito, de fato, as construções com “quanto mais” parecem ser fiéis ao princípio correlativo, pois não funcionam sem o segundo par da sentença. Veja:

5) **“(…) quanto mais disparatada** é a armação da frase insulsa, **tanto mais parece** que o público integra o espirituoso autor no olimpo dos cerebrais com direitos a estátua - como se essa obra calina fosse a verdadeira Comédia Humana a escrever duma sociedade de chanfrados e hidrocéfalos.” (“Almeida: Gatos2”, Fialho de Almeida)

- **“(…) quanto mais disparatada** é a armação da frase insulsa, **parece** que o público integra o espirituoso autor no olimpo dos cerebrais com direitos a estátua

6) “Eu queria matá-lo, mas que ele sofresse, como sofrem os bois aos sábados, amarrados no mourão e arrastados, magem, (...) e **quanto mais alto** magem, **mais apunhaladas** recebem, quantos rabos não cortei com o bicho ainda respirando, e vai um e arranca os olhos, e ficamos passando de mão em mão as bolotas escorregadias, que pouco antes viam a morte chegar.” (1996, “Não és tu, Brasil”, Marcelo Rubens Paiva)

- (...) **alto magem, mais apunhaladas recebem, (...)**¹²

¹² Com a conjunção aditiva “e” acompanhando “quanto mais”, em ordem inversa, parece tornar o enunciado mais agramatical: - (...) **mais apunhaladas recebem, e quanto mais alto** magem, (...).

7) “- **Quanto mais** *enriquecia*, **mais** *amigos* arrebanhava, além dos filhos crescentes e até, de vez em quando, os rapazes de Odete e a prole do vigário, deslumbrados, todos eles, com a riqueza e o desperdício.” (1990, “Onde andaré Dulce Veiga”, Caio Fernando de Abreu)

“- **Quanto mais** *enriquecia*, *amigos* arrebanhava,(...)”

8) “Começou a decadência com as barcas da Cantareira, e **quanto mais** *barca* foi tendo **mais** *gente* foi desistindo do trabalho bruto na terra e procurando ofício mais maneiro no Rio.” (1975, “Dôra, Doralina”, Rachel de Queiroz)

“(...) e **quanto mais** *barca* foi tendo, *gente* foi desistindo do trabalho bruto (...)”.

Tais sentenças até podem ter seu sentido compreendido dessa forma parafraseada, sem um dos elementos do par. Contudo, parece faltar algo à construção.

Como vimos, para autores como Azeredo (2012) e Den Dikken (2005), as construções com “quanto mais... mais” e similares podem expressar outros valores semânticos, tais como comparação, condição, causa-efeito e contraste. Indicando contrastes, as chamadas, antitéticas por Oiticica (1952), ou inversas, por Neves (2010), são bastante frequentes e se manifestam, sobretudo, muito em função do uso contrastivo já nos elementos do par, exemplos: “quanto mais... menos”; “quanto menos... mais” e “quanto maior... menor”, mas também pode se manifestar em formações como “quanto mais... mais”, conforme se observa a seguir:

“O Banco vai chupando o cara e ele **quanto mais** paga **mais** deve.” (1960, “O burro de ouro”, Gastão de Holanda)

A proporção estabelecida por “quanto mais... mais” indica aumento simultâneo tanto do pagamento quanto da dívida, o que, na teoria, contrasta com o esperado, uma vez que, se muito se paga, o esperado é menos – e não mais – dever.

No que tange aos valores de causa-efeito e condição, nota-se que, por exemplo, em 07,

“- **Quanto mais** *enriquecia*, **mais** *amigos* arrebanhava, parece que o fato de enriquecer é condição para se ter mais amigos: “**Se** *enriquecia*, *amigos* arrebanhava (...)”.

Por essa linha, segue também a análise dessas construções aventando valor de causa-efeito:

“- Quanto mais enriquecia, mais amigos arrebanhava, parece que o fato de enriquecer (que seria a causa) gera, ocasiona, tem como feito o “arrebanha mais amigos”.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos como se deu a realização do exercício de análise de construções selecionadas referentes ao par correlativo proporcional “quanto mais... mais” e similares, sob perspectiva da Linguística Cognitivo-Funcional. Conforme já se expôs, enfatizou-se, neste trabalho, a investigação do comportamento da ocorrência considerada mais prototípica no que tange ao par correlativo em questão, isto é, a formação “quanto mais... mais”.

A princípio, expusemos objetivos e hipóteses de pesquisa. A seguir, citamos e delimitamos as postulações teóricas que nortearam nossa investigação. Em se tratando da revisão teórica, optamos por privilegiar a descrição da literatura corrente sobre a correlação, processo sintático de combinação de orações defendido por nós, no qual as sentenças combinam-se por meio de pares conjuntivos, os quais trazem interdependência a essas orações. Debruçamo-nos também sobre a pesquisa e exposição de dados teóricos específicos sobre o par correlativo em questão: “quanto mais... mais” e similares, o qual, como se viu, também é considerado por muitos linguistas como comparativo e não proporcional.

Realizamos coleta de dados; organizamos tais dados; mapeamos as formações possíveis do par e iniciamos, tendo em vista os propósitos e aspectos de análise estabelecidos, nossa investigação. Neste exame, já nos foi possível constatar que, no que se refere à composição mais prototípica “quanto mais... mais”, a estruturação mais recorrente é aquela constituída por locução adverbial + advérbio (ambos modificando verbos), uma vez que - de trinta ocorrências encontradas com “quanto mais... mais” -, quatorze apresentam de tal composição.

Verificamos que, no que se refere à tentativa de uso de uma ocorrência sem um dos elementos no par, tais construções demonstraram, de fato, interdependência, por se manifestarem como agramaticais neste caso, algo esperado para pares correlativos. Ademais, confirmou-se, como se viu, que relações lógico-semânticas como contraste, causa-efeito e condição podem, de fato, emergir de construções consideradas pela tradição como puramente proporcionais.

Desse modo, já ousamos – todavia, com convicção – afirmar: estamos de acordo com Neves (2010) e com Abeillé e Borsley (2008), quando tais estudiosos citam a complexidade de tais construções; as sentenças com “quanto mais... mais” e similares não correspondem a estruturas simples; merecem, portanto, estudo e dedicação.

Por ora, o vasto número de formações possíveis englobados no adjetivo “similares”, que nomeia nosso trabalho, além da possibilidade, já conferida, de se emergirem outros valores semânticos em tais construções – tradicional e restritamente – nominadas de proporcionais; a busca por entendimento de como se dá essa diversidade de sentidos; um possível futuro cotejo entre os tipos de formação do par e também entre seu comportamento em diferentes línguas. Tudo isso motiva-nos ainda mais a seguir, explorando as idiosincrasias de tais enunciados, os quais proporcionam muita reflexão e ressignificações teóricas acerca dos mecanismos sintáticos de articulação de orações. Lidando, já há um tempo, com o ensino de tais sentenças a jovens dos ensinos fundamental e médio, instiga-nos ainda mais a busca por particularidades e valores de tais orações, não suscitados nas gramáticas e livros didáticos de modo geral.

Referências bibliográficas

- ABEILLÉ, Anne & BORSLEY, Robert D. **Comparative correlatives and parameters**. 2008. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024384108000302> Acesso de 01 out. 2020.
- ABEILLÉ, Anne; BORSLEY, Robert D.; ESPINAL Maria-Teresa. **The syntax of Comparative Correlatives in French and Spanish**. 2006. Disponível em <http://web.stanford.edu/group/cslipublications/cslipublications/HPSG/2006/abe.pdf> Acesso de 02 out. 2020.
- AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à Sintaxe do Português**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990. Ed. 2012.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CRISTOFARO, Sonia. **Subordination**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CROFT, William. **Radical Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- DEN DIKKEN, Marcel. **Comparative Correlatives Comparatively**. 2005. Disponível em <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/002438905774464377> Acesso de 02 out. 2020.
- FERNANDES, Thaís Pedretti Lofeudo Marinho. **Construções Correlatas Proporcionais sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017, <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5564/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20final.pdf>
- HALLIDAY, Michael. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: E. Arnold, 1985.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth. C. **Grammaticalization**. Cambridge: University Press, 1993.
- LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.
- MÓDOLO, Marcelo. **CORRELAÇÃO: ESTRUTURALISMO versus FUNCIONALISMO**. (*Pré*) *publications: forskning og undervisning*. n.º. 168, februar. Romansk Institut: Aarhus Universitet, Danmark, 1999.
- MÓDOLO, Marcelo. **Gramaticalização das conjunções correlativas no Português**. 154 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. <https://repositorio.usp.br/item/001390991>
- MÓDOLO, Marcelo. **Correlacionando orações na língua portuguesa**. 2005. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_6.pdf>. Acesso em 30 out. 2020
- NEVES. Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo, Editora UNESP, 2000.
- NEVES. Maria Helena de Moura. **Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto**. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEY. João Luiz. **Guia de Análise Sintática**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1956.
- OITICICA. José. **Teoria da Correlação**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- RODRIGUES, Violeta Virgínia. “Correlação”. In: VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa. **Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional**. 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. <http://www.eduff.uff.br/index.php/livros/762-construcoes-correlatas-aditivas-em-perspectiva-funcional>

SWEETSER, Eve. **Compositionality and blending: semantic composition in a cognitive realistic framework.** In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (orgs.) *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology.* Berlin: Mouton de Gruyter. 1999.

TOMASELLO, Michael. **Do young children have adult syntactic competence?** *Cognition*, v. 74, p. 209-253, 2000. Disponível em <https://philpapers.org/rec/TOMDYC> Acesso de 01 out. 2020.

Sociolinguística Quantitativa, estatística e *softwares*

Nancy Mendes Torres Vieira

Introdução

Este artigo surgiu a partir da fundamentação teórica da dissertação de mestrado de mesma autoria, na qual é realizada uma revisão sistemática da monotongação de ditongos orais do português brasileiro (PB), especificamente, de dissertações de mestrado e teses de doutorado que investigaram o fenômeno, empregando a metodologia da Sociolinguística Quantitativa. Revisão sistemática é um tipo de estudo, desenvolvido para a área da saúde, pela *Cochrane Collaborations*, que visa reunir, de forma organizada, os resultados de diversos estudos com a finalidade de responder a uma pergunta de pesquisa específica. Sua metodologia consiste em aplicar métodos explícitos e sistematizados para identificar e selecionar estudos relevantes, denominados estudos primários, bem como, coletar, avaliar a validade e analisar os dados dos estudos selecionados. (cf. HIGGINS *et al.*, 2019). Embora desenhado para revisões sistemáticas nas áreas da saúde, o método Cochrane também pode ser aplicado nas ciências sociais (cf. PETTICREW; ROBERTS, 2006) permitindo que se desenvolvam critérios para seleção, coleta, compilação e análise dos dados relevantes, obtidos a partir dos estudos primários, eliminando eventuais vieses que possam influenciar o resultado da síntese desses dados.

Um dos objetivos da dissertação de mestrado descrita é discutir a aplicação da metodologia da Sociolinguística Quantitativa nos estudos primários selecionados e, para tanto, nos dedicamos a uma análise dos pressupostos teóricos da Sociolinguística e do emprego de sua metodologia, o que inclui os modelos matemáticos e *softwares* utilizados no tratamento quantitativo dos dados. A análise quantitativa está presente nos estudos sociolinguísticos desde os primeiros trabalhos sobre variação e mudança linguística e, desde então, houve consideráveis avanços tanto nos modelos matemáticos empregados quanto nos *softwares* que realizam os cálculos.

Isto posto, este artigo visa (i) apresentar os modelos estatísticos e os softwares que podem ser utilizados no tratamento quantitativo de dados em estudos sociolinguísticos; (ii) discutir a utilização de tais ferramentas nos doze estudos primários incluídos na revisão sistemática realizada na dissertação de mestrado de mesma autoria. Esses estudos primários (cf. Anexo I) são dissertações de mestrado, defendidas em universidades brasileiras, entre 1995

e 2017¹, que estudam o fenômeno da monotongação de ditongos orais no PB a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]; CEDERGREN; SANKOFF, 1974; ROUSSEAU; SANKOFF, 1978).

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção 1 tratamos da metodologia da Sociolinguística Quantitativa; na seção 2 introduzimos noções básicas de estatística, e apresentamos o modelo estatístico de regressão logística, quando discutimos sobre a importância de se empregar um modelo de efeitos mistos em estudos de dados linguísticos. Em seguida, na seção 3, discutimos a utilização dos *softwares* Varbrul, Rbrul e RStudio e, na seção 4, discutimos o tratamento quantitativo dos dados realizado em doze dissertações de mestrado que utilizam o método da Sociolinguística. Por fim, tecemos as considerações finais.

1 A Sociolinguística Quantitativa

A Sociolinguística Variacionista estuda a língua, como esta é usada na vida cotidiana de uma comunidade, considerando os fatores sociais que se correlacionam com ela (cf. LABOV, 1972). Resumidamente, segundo o postulado da Sociolinguística, a língua é um objeto constituído de heterogeneidade ordenada e governada por um conjunto de regras (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). Com isso, vamos à metodologia da Sociolinguística Quantitativa, a qual, conforme com Labov (1972), é composta por vários estágios, mas é possível resumi-los da seguinte forma:

1. Identificação da variável linguística e dos fatores que possam influenciar a escolha de uma das variantes;
2. Seleção da comunidade de fala e dos informantes;
3. Coleta de dados;
4. Análise quantitativa e apresentação dos dados;
5. Interpretação dos resultados e análise dos fatores que favorecem o uso de uma variante sobre a outra.

¹ Não porque tenhamos delimitado a seleção dos estudos a esse período, mas devido ao fato de não haver dissertações ou teses anteriores ou posteriores a esse período que atendam aos critérios de elegibilidade preestabelecidos na 2ª etapa da revisão sistemática: (i) o estudo deve analisar o fenômeno da monotongação em alguma variedade do português falado no Brasil; (ii) o estudo deve utilizar a metodologia da Sociolinguística Quantitativa aplicando uma análise estatística aos dados.

O foco deste estudo é a etapa 4: a análise quantitativa dos dados. Essa etapa consiste numa análise distribucional dos dados, através de um método quantitativo, e o cálculo do efeito dos fatores (linguísticos e sociais), na seleção de uma das variantes da variável linguística em estudo (cf. TAGLIAMONTE, 2007). O objetivo da análise distribucional dos dados é conseguir resumir os dados de forma que os detalhes sem importância sejam minimizados e que se apresente uma visão geral do que é relevante para o pesquisador, isso tudo sem distorcer, significativamente, os dados originais. A escolha do método para resumir os dados depende do tipo da variável a ser estudada: se numérica², como valores de formantes para articulação de vogais, ou nominal³, como a ocorrência ou não de um segmento fonológico cf. GUY; ZILLES, 2007; OUSHIRO, 2017). Na análise de uma variável nominal, como a realização variável de um ditongo oral do PB, o primeiro passo é verificar a frequência das variantes nos dados e em cada um dos contextos considerados, nomeadamente, os níveis, ou fatores, que compõem cada uma das variáveis previsoras, ou independentes e, na sequência, é preciso calcular a proporção, ou percentual, correspondente aos valores de frequência encontrados. Essa análise distribucional possibilita a formulação de hipóteses as quais serão testadas por meio de um modelo estatístico que estimará o efeito dos fatores sobre a variável resposta.

Antes de tratar do cálculo do efeito dos fatores (linguísticos e sociais), na escolha de uma variante, é necessário esclarecer o conceito de “regra variável”, uma regra de reescrita sensível ao contexto que relaciona um par de variantes como $x \rightarrow \langle y \rangle$, de forma que, quando a regra se aplica, ocorre “y” e quando não é aplicada ocorre “x” (cf. LABOV, 1969; CEDERGREN; SANKOFF, 1974; GUY; ZILLES, 2007). Segundo Guy e Zilles (2007, p. 49-50), a análise da regra variável envolve “a contagem das ocorrências da variável, a descrição de tendências e da extensão da variabilidade”, bem como dos fatores que a influenciam, mediante métodos estatísticos.

Assim, a análise de uma regra variável é um tipo de análise multivariada⁴, desenvolvida na linguística como uma forma de dar conta da variação estruturada, governada por regras, no uso da língua, que tem o objetivo de separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais sobre uma variável linguística, sendo amplamente empregada em estudos de variação linguística (GUY; ZILLES, 2007).

Explicitemos os termos utilizados na análise de uma regra variável: (i) a variável que se está estudando é a variável resposta, chamada, na Sociolinguística, de *variável dependente*. Se

² Variáveis numéricas, também chamadas de quantitativas, podem ser contínuas (podendo assumir qualquer valor) ou discretas (valores que representam um conjunto finito ou enumerável).

³ Variáveis nominais, também chamadas categóricas, incluem um número finito de categorias.

⁴ Uma análise multivariada é um tipo de análise que testa o efeito de mais de uma variável independente sobre uma variável dependente (cf.: GUY; ZILLES, 2007).

tal variável for categórica pode ser classificada de acordo com o número de variantes que possui, podendo ser binária, quando possui duas variantes, ternária, com três variantes ou enerária, com mais de três; (ii) as variáveis linguísticas (como o Contexto fonético que precede o ditongo na palavra ou a Tonicidade da sílaba em que está o ditongo) e sociais (como Gênero ou Faixa etária dos informantes) que interagem com a variável dependente condicionando, favorecendo ou desfavorecendo em algum grau, a aplicação de uma regra variável são as variáveis previsoras, denominadas na Sociolinguística, *variáveis independentes* ou *conjunto de fatores* (cf. SANKOFF, 1988: 985). É importante destacar que cada regra variável só é capaz de modelar com sucesso uma única variável resposta que possua apenas duas variantes possíveis, dessa forma, se houver mais de duas variantes, é preciso postular regras adicionais (cf. GUY; ZILLES, 2007). Cada variável independente é constituída por um conjunto de fatores como “átona” e “tônica” da variável “tonicidade”. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 38), cada grupo de fatores pode ser definido “como um locus na regra variável onde ocorre o condicionamento e consiste em uma lista exaustiva de todos os possíveis fatores mutuamente exclusivos que podem ocorrer naquele locus”.

O centro de uma análise de regra variável é a estimativa dos efeitos dos fatores, sobre a aplicação da regra, e sua significância, o que requer o cálculo de um valor para cada fator de uma variável previsoras. Os valores para cada um dos fatores são estimados por um modelo estatístico, nomeadamente, o modelo logístico, proposto por Henrietta Cedregen e David Sankoff em 1974 e aprimorado por Pascale Rousseau e David Sankoff em 1978, sobre o qual discorreremos na seção 2.

Todavia, esse não é o único modelo estatístico que pode ser empregado para verificar o efeito de variáveis previsoras sobre uma variável resposta. Quando a variável resposta é numérica, como a altura de uma vogal, se medida pelo primeiro formante em Hertz, o modelo adequado é o de regressão linear. Os trabalhos de Labov (1994) e Labov (2001) são exemplos de utilização desse modelo. Dessa forma, a escolha do modelo estatístico depende do tipo da variável resposta que se pretende estudar. Na seção 3, apresentamos algumas noções básicas de estatística, bem como o modelo de regressão mais utilizado em estudos sociolinguísticos, nomeadamente o modelo de regressão logística.

2 Uma introdução à estatística e ao modelo de regressão logística

Para compreender os modelos de regressão é essencial conhecer algumas noções básicas de estatística sobre probabilidade, chance e razão de chances, além do teste de significância utilizado para testar hipóteses. Desse modo, nas subseções 2.1 e 2.2, apresentamos tais noções para, então, apresentar, na seção 2.3, o modelo de regressão logística.

2.1 Probabilidade, *odds* e *odds ratio*

Começamos com noções sobre três medidas importantes para o entendimento do modelo de regressão logística: (i) probabilidade, (ii) chance ou *odds* e (iii) razão de chances ou *odds ratio* (OR). Para demonstrar os cálculos utilizaremos uma tabela com a distribuição dos dados do estudo de ARAÚJO (2000) sobre a realização variável do ditongo [ej].

Probabilidade é uma medida que indica a possibilidade de ocorrência de um evento qualquer, podendo ser obtida pela razão (divisão) entre o número de ocorrências do evento e o número total de ocorrências da amostra, sendo sempre um número entre 0 e 1.

Tabela 1 – A monotongação de [ej] de acordo com a tonicidade da sílaba

Variantes	Átona	Tônica	Total
[ej]	149	1327	1476
[e]	161	544	705
Total	310	1871	2181

Fonte: Araújo (2000) – Adaptada

Considerando a tabela 1 que mostra a distribuição da monotongação de [ej] de acordo com a tonicidade da sílaba, a probabilidade de ocorrer a monotongação de [ej] em qualquer tipo de sílaba é:

$$P_{\text{total}} = 705 / 2181 = 0,32$$

Já a probabilidade de ocorrer a monotongação numa sílaba tônica é obtida a partir da divisão do número de ocorrências de monotongação em sílabas tônicas pelo número total de ocorrências nesse contexto. Utilizando o mesmo raciocínio, obtemos a probabilidade de que a monotongação de [ej] ocorra em sílaba átona:

$$P_{\text{tônica}} = 544 / 1871 = 0,29$$

$$P_{\text{átona}} = 161 / 310 = 0,52$$

A chance, ou *odds*, é a razão entre a probabilidade de um evento ocorrer e a probabilidade de que ele não ocorra. Sabendo que P é a probabilidade de um evento ocorrer, isto é, de sucesso, a probabilidade de o evento não ocorrer, ou de fracasso, é dada por $1 - P$. Esse valor também pode ser obtido pela divisão do número de vezes que o ditongo foi mantido, nesse contexto,

pelo total de ocorrências, no mesmo contexto. Dessa forma, a probabilidade de que a monotongação não ocorra numa sílaba tônica é:

$$1 - P = 1 - 0,29 = 0,71 = 1327 / 1871 = 0,71$$

Assim a chance ou *odds* para cada uma das probabilidades calculadas acima é:

$$Odds_{total} = P / 1 - P \rightarrow 0,32 / 1 - 0,32 = 0,47$$

$$Odds_{tônica} = P / 1 - P \rightarrow 0,29 / 1 - 0,29 = 0,41$$

$$Odds_{átona} = P / 1 - P \rightarrow 0,52 / 1 - 0,52 = 1,08$$

A interpretação das chances é a seguinte: a probabilidade de que a monotongação ocorra numa sílaba tônica é 0,41 vezes a probabilidade de que o fenômeno não ocorra. A razão de chances ou *odds ratio* compara as chances de ocorrência de um evento em dois diferentes contextos, ou fatores de uma variável, verificando o grau de associação entre fatores de uma variável previsora (cf. OLIVEIRA, 2009):

$$OR = Odds_{átona} / Odds_{tônica} \rightarrow 1,08 / 0,41 = 2,63$$

A razão de chances entre sílaba átona e sílaba tônica mostra que a chance da monotongação ocorrer numa sílaba átona é 2,63 vezes maior do que a chance de que ocorra numa sílaba tônica.

2.2 Significância, hipótese nula e hipótese alternativa

Para identificar e explicar fenômenos linguísticos é preciso testar hipóteses e desenvolver modelos a partir dos quais seja possível fazer previsões e a estatística inferencial fornece as ferramentas necessárias para tal tarefa. Uma dessas ferramentas é o teste de significância estatística, conhecido como “*p*” ou “*valor-p*”, que pode ser entendida como a probabilidade de se observar determinada distribuição em caso de a hipótese nula ser verdadeira ou, em outras palavras, a probabilidade de que a hipótese nula seja verdadeira considerando determinada distribuição. O que nos remete a dois importantes conceitos da estatística inferencial: *hipótese nula* (H_0) e *hipótese alternativa* (H_1). Esta última é a hipótese que está sendo testada, como, por exemplo, a afirmação de que há uma relação entre duas variáveis, enquanto a H_0 , normalmente, é formulada como a negação da H_1 , afirmando que não há relação entre as variáveis e que a

distribuição dos dados observada resulta de uma flutuação aleatória e/ou erro de amostragem. O valor-p sempre é calculado, tendo como referência, a H_0 e, portanto, pode ser entendido como a probabilidade de se observar determinado resultado, em caso de a hipótese nula ser verdadeira, contudo, uma definição mais ampla para o valor-p é: a probabilidade de que a distribuição dos dados tenha ocorrido ao acaso (cf. GUY; ZILLES, 2007; OUSHIRO, 2017).

Se essa probabilidade for muito baixa, a distribuição dos dados observada é estatisticamente significativa, o que significa que a relação que está sendo testada é verdadeira, uma vez que, a probabilidade dessa distribuição ocorrer por acaso é muito pequena. Então, quanto menor o valor-p, mais significativa é a distribuição dos dados analisada (cf. GUY; ZILLES, 2007, OUSHIRO, 2017).

Convencionalmente, a comunidade científica costuma usar o limite de 0,05 ou 5% para considerar algo como muito pouco provável para acontecer ao acaso. Esse valor é chamado de *nível α* (alfa) que pode ser definido como o limite estabelecido pelo pesquisador para rejeitar a hipótese nula: se o valor-p for igual ou superior a 0,05, a hipótese nula não pode ser rejeitada. No entanto, esse valor (0,05) é apenas uma convenção, então, o pesquisador pode adotar outro valor para o nível α , maior ou menor, dependendo do objeto de estudo e do que se pretende fazer com o resultado obtido (GUY; ZILLES, 2007, p. 31-33; OUSHIRO, 2017).

O valor-p é uma medida de probabilidade. Logo, sempre há uma chance de erro. Por conseguinte, quando se estabelece um nível α de 5%, existe uma probabilidade de se chegar a conclusões equivocadas em média 5% das vezes, ou uma em cada vinte. Assim, essa medida deve ser vista apenas como uma ferramenta para testar hipóteses e não como prova definitiva de que uma hipótese seja verdadeira ou falsa (OUSHIRO, 2017).

2.3 Modelo de regressão logística

Uma análise de regressão consiste no desenvolvimento de um modelo estatístico que possa ser utilizado para prever valores de uma variável resposta, com base nos valores de uma ou mais variáveis previsoras, dessa forma, seu objetivo é estimar e/ou prever o valor da variável resposta em função dos valores conhecidos das variáveis previsoras (cf. GUJARATI, 2000; LEVINE, BERENSON, STEPHAN, 2000).

As regressões podem ser simples ou múltiplas. Se o interesse é a relação de apenas uma variável previsoras com a variável resposta temos um caso de regressão simples ou um modelo denominado univariado. Mas se o objetivo for relacionar a variável resposta a mais de uma variável previsoras, a regressão é múltipla, já que a análise será multivariada (cf. LEVSHINA, 2015; WINTER, 2020). Além disso, há diversos modelos que permitem analisar diferentes tipos de

variáveis respostas. Enquanto um modelo linear analisa variáveis numéricas contínuas, o modelo logístico analisa variáveis respostas categóricas binárias (como 0/1, sim/não etc.). Portanto, a escolha do modelo depende do tipo de variável resposta que se quer estudar.

No modelo de regressão logística a variável resposta (dependente) Y_i é binária e a representação gráfica da relação entre a variável resposta e uma previsoras é uma curva com o formato da letra "S". Variável binária é uma variável que pode assumir um de dois valores ou categorias possíveis, como por exemplo, $Y=0$ e $Y=1$ que podem ser denominados "fracasso" e "sucesso", respectivamente. "Sucesso" é o evento de interesse, como a aplicação da regra variável de monotongação (redução do ditongo a uma vogal simples ou monotongo), e fracasso é a não ocorrência do evento de interesse, para usar o mesmo exemplo, a não aplicação da regra de monotongação (manutenção do ditongo). As variáveis previsoras ou independentes, por sua vez, podem ser numéricas ou categóricas.

A regressão logística permite que se estime o logaritmo da chance ou a probabilidade de ocorrência de determinado evento considerando uma ou mais variáveis previsoras, gerando resultados entre 0 e 1. Mas o interesse desse tipo de análise é trabalhar com múltiplas variáveis previsoras, verificando o efeito simultâneo dessas variáveis, com a finalidade de se chegar a um modelo para descrever, explicar e prever o comportamento da variável resposta (cf. GUY; ZILLES, 2007; LEVSHINA, 2015; OUSHIRO, 2017). A função do modelo logístico é:

$$\ln \frac{P}{1 - P} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_n X_n = \text{logit} (\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_n X_n) \quad (1)$$

Em que $\frac{P}{1 - P}$ é a chance de um evento ocorrer em relação à chance de que o

mesmo evento não ocorra ou odds, como visto na seção 2.5.1, e

$\ln \left(\frac{P}{1 - P} \right)$ é a variável resposta, dada em *logit*, que pode ser lida como o logaritmo

natural⁵ de odds.

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ são os parâmetros do modelo e $X_0, X_1, X_2, \dots, X_n$ são as variáveis previsoras. Sendo que, como na regressão linear, β_0 é o coeficiente linear, também chamado intercepto, e

⁵ Entende-se $\ln x = b$ como: logaritmo natural de x é igual a b . Sabendo que o logaritmo é o expoente e que a base de um logaritmo natural é o número de Euler (e), esse logaritmo corresponde a seguinte equação exponencial: $e^b = x$ que se lê: o número de Euler elevado ao expoente b é igual a x ou exponencial de b é igual a x .

corresponde ao valor da variável resposta quando os X (de uma variável numérica) são todos igual a 0. No caso de uma variável previsora categórica, com dois ou mais fatores, o intercepto será o valor do efeito de um desses fatores, o qual será o nível de referência para o cálculo dos parâmetros dos demais fatores dessa variável. Os parâmetros $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ representam os coeficientes angulares, correspondendo aos valores que multiplicarão as variáveis predictoras numéricas ou níveis (fatores) de uma variável previsora categórica. Assim, esses coeficientes correspondem ao efeito de cada fator de uma variável previsora categórica ou da própria variável, quando esta for numérica, sobre a variável resposta.

No modelo de regressão logística, a variável resposta é dada em *logodds* (logaritmo de odds), bem como o intercepto. Já os coeficientes angulares, apesar de também serem fornecidos em *logodds*, são obtidos, com base no logaritmo de odds ratio. Valores em *logodds* podem assumir qualquer valor, negativo ou positivo. Sua interpretação se dá da seguinte forma: (i) valores negativos representam variáveis ou fatores que desfavorecem a aplicação da regra variável; (ii) valores positivos correspondem a fatores que favorecem a regra; (iii) um valor igual a zero indica que o fator ou variável não tem efeito na regra (cf. GRIES, 2013, OUSHIRO, 2017; WINTER, 2020). Não obstante, se quisermos obter resultados em probabilidade, numa escala entre 0 e 1, para os coeficientes das variáveis predictoras, podemos empregar a função logística em (2):

$$P(Y_i = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n)}} \quad (2)$$

No modelo logístico os valores dos parâmetros, ou coeficientes, são calculados pelo método da máxima verossimilhança que consiste em estimar os parâmetros do modelo utilizando as estimativas que tornam máximo o valor da função de verossimilhança, ou seja, entre todos os valores possíveis, esse método encontra os valores mais prováveis de terem gerado os dados observados (cf. OLIVEIRA, 2009). Esses valores podem ser obtidos por meio da utilização de *softwares* como o pacote Varbrul e, mais recentemente, o Rbrul e o RStudio, que automatizam os cálculos.

Contudo, para que os resultados obtidos sejam confiáveis é necessário verificar se o modelo de regressão logística não viola alguns pressupostos básicos: (i) não pode haver multicolinearidade entre as variáveis predictoras, que ocorre quando algumas dessas variáveis incluídas no modelo se referem a um mesmo efeito, ainda que de uma forma diferente; (ii) verificar se o efeito de cada uma das variáveis é independente. Quando isso não ocorre, há

interação – isto é, uma relação de dependência – entre variáveis, o que deve ser considerado no modelo estatístico; (iii) a distribuição dos resíduos deve ser normal, com valores simétricos entre os quartis e uma mediana próxima a zero; e (iv) é preciso verificar se cada observação é independente das outras (cf. TAGLIAMONTE, 2012; OUSHIRO, 2017).

Idealmente, cada dado coletado da população deveria ter a mesma chance de entrar na amostra. Todavia, em estudos linguísticos, isso raramente acontece, uma vez que, se trabalha com um número pequeno de informantes e, desse modo, os dados vêm de um conjunto pequeno da população. De cada informante, é extraído um determinado número de dados, logo, os dados de um informante não são independentes uns dos outros. Assim, o informante é uma variável, dado que, boa parte da variabilidade nos dados se deve a ele, entretanto, não é uma variável fixa, replicável em outros estudos como o gênero dos informantes, e sim uma variável aleatória⁶. Portanto, para incluir a variável Informante na modelagem estatística, é necessário utilizar um modelo de regressão logística de efeitos mistos que analisa variáveis fixas e aleatórias (cf. JOHNSON, 2009; TAGLIAMONTE, 2012; OUSHIRO, 2017). Outro exemplo de variável aleatória é o Item lexical, haja vista que, comumente, num estudo linguístico pode-se trabalhar com várias ocorrências de um mesmo item lexical e parte da variabilidade dos dados pode estar relacionada à frequência de alguns itens lexicais. Na seção 3, discutimos a utilização dos *softwares* Varbrul, Rbrul e RStudio.

3 Os *softwares* Varbrul, Rbrul e RStudio: limitações e desafios

O *software* Varbrul (*Variable Rule Program*) foi criado, no início dos anos 1960, especialmente para realizar a modelagem estatística de uma regra variável em estudos que utilizavam os pressupostos da Sociolinguística Variacionista. Não obstante, desde o início dos anos 2000, passou a haver um ceticismo quanto ao fato dessa ferramenta continuar a ser a mais apropriada para realizar os cálculos estatísticos em estudos variacionistas (JOHNSON, 2009; TAGLIAMONTE, 2012).

Em 2009, durante o 38^o New Ways of Analyzing Variation (NWAV), realizado na Universidade de Ottawa, começa uma discussão a respeito de limitações do Varbrul, em função

⁶ Variáveis aleatórias se diferenciam das variáveis fixas na medida em que estas possuem um número restrito de fatores e podem, facilmente, ser reproduzidas em outros estudos, em diferentes momentos e lugares, enquanto as aleatórias não podem. Os fatores da variável Gênero do informante (feminino / masculino), por exemplo, podem ser facilmente reproduzidos numa nova amostra de falantes, dado que, se repetirmos um mesmo estudo a partir de uma nova amostra, provavelmente, haveria homens e mulheres nessa amostra. De outra forma, essa nova amostra, dificilmente, conteria os mesmos informantes ou os mesmos itens lexicais da primeira amostra (JOHNSON, 2009: 364-365; TAGLIAMONTE, 2012: 130-137; OUSHIRO, 2017: 174-176)

de novas teorias linguísticas que tratam do papel da frequência do item lexical e/ou consideram a variabilidade nos dados que pode ser atribuída ao indivíduo. Além desta houve outras discussões sobre esta questão. Tais discussões apontaram para a existência de novas ferramentas (*softwares*) que não possuem as limitações do Varbrul, sobretudo, quanto à inclusão, na análise estatística, das variáveis aleatórias Item lexical e Informante (SCHERRE, 2012, p. 6-7).

Para considerar o efeito de variáveis aleatórias na análise de uma regra variável é necessário empregar um modelo estatístico de efeitos mistos, e as versões do Varbrul modelam apenas variáveis predictoras categóricas e de efeitos fixos, não estando equipado para trabalhar com modelos de efeitos mistos. Se adicionarmos uma variável aleatória, como o Informante, numa análise realizada numa versão do Varbrul, o programa irá subestimar a significância do efeito de fatores sociais como Classe social, Gênero, Faixa etária e Grau de escolaridade, também referentes aos informantes, que podem ser excluídos da melhor rodada, mesmo sendo significantes. De outra forma, ao não considerar a variável Informante, o modelo estará tratando cada ocorrência nos dados como uma observação independente e ignorando a influência do falante, o que superestimar o efeito dos fatores sociais (JOHNSON, 2009: 363-364; TAGLIAMONTE, 2012). Ademais, o Varbrul executa apenas a modelagem estatística de regressão logística e, por conseguinte, só pode analisar variáveis dependentes (respostas) binárias. (cf. GUY; ZILLES, 2007; JOHNSON, 2009; TAGLIAMONTE, 2012).

Na verdade, a modelagem utilizada no Varbrul – regressão logística – está disponível em qualquer *software* que executa cálculos estatísticos, no entanto, o Varbrul apresenta resultados em um formato raramente visto em outros programas e usa uma terminologia diferente dos demais *softwares*: as variáveis predictoras são denominadas grupos de fatores e o que a estatística denomina níveis é chamado de fatores (JOHNSON, 2009: 360). Os valores dos efeitos dos fatores, das variáveis selecionadas, ou parâmetros do modelo, reportados em valores de probabilidade, numa escala entre 0 e 1, são denominados pesos relativos (cf. TAGLIAMONTE, 2006; GUY; ZILLES, 2007) e o método empregado para realizar os cálculos é denominado *sum contrasts*, também chamado de desvio da média (JOHNSON, 2009: 361).

Esse não é o método mais utilizado por *softwares* que realizam a modelagem estatística de regressão logística, como o SPSS (cf. OLIVEIRA, 2009: 106) e o R (cf. GRIES, 2013; LEVSHINA, 2015; OUSHIRO, 2017; WINTER, 2020). Tais *softwares* empregam o método do *Fator de referência*, no qual os níveis/fatores de uma variável predictoras categórica são codificados de forma que um nível ou fator é escolhido como referência ou *baseline*, e a partir dela, os valores dos efeitos dos fatores de uma variável são calculados em relação ao fator ou nível de referência dessa mesma variável. Desse modo, o valor do parâmetro, ou coeficiente, de um nível é a

estimativa do efeito da troca do nível de referência para o nível em questão (JOHNSON, 2009: 361).

O método *sum contrasts*, por sua vez, calcula o logaritmo natural (\ln) da odds (chance) de cada fator da variável previsora e, em seguida a média entre esses valores. Na sequência se verifica a diferença entre o valor de cada fator e a média e calcula-se a razão de chance ou odds ratio (OR) desses valores em relação à média e, aqui, reside uma grande diferença em relação ao método descrito acima. A razão de chances é calculada em relação à média geométrica das chances de todos os fatores da variável previsora e não em relação a um fator de referência (cf. HOSMER; LEMESHOW, 2000; OLIVEIRA, 2009). Por fim, o chamado *peso relativo* é obtido a partir da odds ratio, da seguinte forma: $OR / 1+OR$. Além disso, as versões mais recentes do *software* consideram, ainda, o tamanho da interferência do fator na variável dependente a partir da quantidade de ocorrências dele (cf. MORRISON, 2005; OLIVEIRA, 2009).

Os valores dos pesos relativos (P.R.) são dados numa escala de probabilidade, entre 0 e 1, devendo ser interpretados da seguinte forma: um valor superior a 0,5 indica que o fator favorece a aplicação da regra, ao passo que um valor menor que 0,5 aponta que o fator a desfavorece. Um valor igual a 0,5, por sua vez, indica que o fator não tem efeito na aplicação da regra. Já um valor muito próximo de 0 indica que a regra não se aplica no contexto daquele fator e um valor próximo de 1 aponta que a regra é categórica, ou seja, sempre se aplica no contexto daquele fator (GUY; ZILLES, 2007, p. 41).

Em resumo as versões do Varbrul utilizam um método de codificação específico, fornecendo um *output* num formato, com o qual, os sociolinguistas estão habituados a trabalhar e, apesar de suas limitações, ainda é o programa mais utilizado em estudos sociolinguísticos realizados no Brasil. Entretanto, para modelar variáveis fixas e também aleatórias por meio um modelo de regressão logística (ou outro tipo de modelo de regressão, como a linear, por exemplo) de efeitos mistos é necessário utilizar outros *softwares*, como o Rbrul e o RStudio.

O Rbrul é um *software* gratuito, escrito por Daniel Ezra Johnson, que roda no R e na sua *interface* RStudio. O autor disponibiliza um manual de uso do *software*, facilitando, assim, sua utilização. O programa e o manual de uso estão disponíveis na página <http://www.danielezrajohnson.com/rbrul.html>. O *software* foi desenvolvido com a finalidade de replicar as funcionalidades do Goldvarb, última versão do Varbrul, calculando, inclusive, os pesos relativos, além de fornecer valores em logodds para os parâmetros ou coeficientes do modelo (JOHNSON, 2009: 362). O programa executa modelos de efeitos mistos que incluem variáveis aleatórias como o Informante e o Item lexical, modelos de regressão linear, no qual a variável resposta é numérica contínua, e modela variáveis predictoras numéricas contínuas.

As versões anteriores eram *interfaces*, baseadas em texto, para as funcionalidades do *software* R (JOHNSON, 2009: 362), funcionando a partir de comandos, que guiavam o usuário por uma série de passos para executar um modelo de regressão (TAGLIAMONTE, 2012: 139). Porém, a versão atual do programa também possui uma *interface* gráfica que facilita ainda mais sua utilização.

Essa ferramenta estabelece uma *interface* com algumas das funcionalidades do R, no entanto, não permite a realização de tarefas de manipulação da base de dados, como, por exemplo, a criação de novas variáveis e a filtragem de dados. Para ter acesso a todas as funcionalidades do R é preciso utilizar o RStudio.

O R é um *software* especializado em manipulação, análise e visualização gráfica de dados estatísticos que utiliza uma linguagem de programação homônima⁷. Além disso, é um *software* expansível graças à possibilidade de utilização dos chamados *packages* (cf. GRIES, 2013) com dados e funções para diferentes áreas do conhecimento relacionado à estatística. Uma de suas vantagens é o fato de o *software* ser gratuito e estar disponível para uma variedade de plataformas (Unix, Windows e MacOS) sob os termos da Licença Pública Geral GNU da *Free Software Foundation* (cf. FERREIRA, 2013).

O RStudio é uma *interface* funcional e mais amigável para o R, sendo o principal ambiente de desenvolvimento integrado para R, que disponibiliza ferramentas adicionais diretamente na *interface* gráfica, tais como a visualização dos *scripts* abertos recentemente, o histórico de linhas de comando executadas, a lista de pacotes instalados, entre outras (OUSHIRO, 2014:136).

Além de executar vários modelos estatísticos, como a regressão linear, e os demais modelos da família de modelos lineares generalizados (regressão logística, ordinal, poisson, multinomial, etc.), o RStudio analisa, também, variáveis previsoras de efeitos aleatórios por meio de modelos de efeitos mistos, executando, ainda, diversas outras tarefas, como elaboração de diversos gráficos, tabelas e cálculos de medidas estatísticas, tais como, média, mediana, desvio padrão, variância etc. (cf. GRIES, 2013; LEVSHINA, 2015; OUSHIRO, 2017; WINTER, 2020).

No RStudio os comandos são efetuados por meio de linhas de códigos em linguagem R que constituem *scripts*. Um dos maiores desafios de se utilizar essa ferramenta não é dominar a linguagem de programação R – uma vez que, há uma grande comunidade internacional de usuários do *software* que disponibiliza códigos e *scripts* completos para realizar diversas funções – e sim interpretar o *output* fornecido pelo programa. Os parâmetros de um modelo de regressão logística são gerados em *logodds* a partir do método do *Fator de referência*.

⁷ A linguagem de programação R é voltada para a análise de dados, e pode ser utilizada para realizar computações estatísticas e gráficas, entre outras diversas tarefas (OUSHIRO, 2014:134-136).

4 Tratamento quantitativo dos dados nas dissertações de mestrado

A análise quantitativa, em todas as doze dissertações de mestrado, é realizada por uma versão do Varbrul, portanto o modelo matemático utilizado, em todos esses estudos, é a regressão logística, única modelagem estatística que o *software* realiza. Seria esperado que trabalhos mais antigos utilizassem uma versão do Varbrul, todavia, apesar da disponibilidade, há mais de uma década, de outras ferramentas, como o Rbrul, até os estudos mais recentes (cf. CYSNE, 2016; FREITAS, 2017) utilizam o Goldvarb X, última versão do Varbrul, para Windows (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), desconsiderando, em suas análises, o efeito das variáveis aleatórias Item lexical e Informante, dado que o *software* não está equipado para executar modelos de efeitos mistos.

As análises realizadas no Varbrul, ao desconsiderarem a atuação das variáveis aleatórias Item lexical e Informante, podem superestimar o efeito de outras variáveis sobre a regra variável. Quando o efeito da variável Informante não é considerado, o efeito das variáveis fixas sociais pode ser superestimado. Já ao desconsiderar a variável item lexical, a análise pode superestimar o efeito das variáveis fixas linguísticas, o que ocorre porque o *software* pode atribuir às variáveis fixas o efeito das variáveis aleatórias não incluídas no modelo. Assim sendo, as conclusões das análises conduzidas por esses estudos podem estar pautadas em valores superestimados. Portanto, para que a estimativa dos efeitos das variáveis predictoras seja calculada de forma a se aproximar mais da realidade, seria necessário empregar um modelo de efeitos mistos que incluísse, também, as variáveis aleatórias, utilizando, para tanto, ferramentas como o Rbrul e o RStudio.

Considerações finais

A análise quantitativa está presente nos estudos sociolinguísticos desde os primeiros trabalhos sobre variação e mudança linguística e, desde então, houve avanços tanto nos modelos matemáticos usados quanto nos *softwares* que realizam os cálculos estatísticos. Há mais de uma década, percebeu-se a importância das variáveis aleatórias Informante e Item lexical e para modelar esse tipo de variáveis é preciso utilizar um modelo de efeitos mistos. Como o Varbrul, em suas várias versões, não está equipado para modelar efeitos mistos, o Rbrul foi desenvolvido para, além de realizar as funções do Varbrul, analisar variáveis predictoras aleatórias, bem como analisar variáveis respostas numéricas por meio de modelos de regressão linear, estabelecendo, ainda, *interface* com as funcionalidades gráficas do R. Porém, para ter

acesso a todas as funcionalidades do R é necessário usar o ambiente de desenvolvimento integrado para R, RStudio.

Apesar das limitações da Varbrul e da disponibilidade do Rbrul e do RStudio, todos os doze estudos analisados, inclusive os mais recentes (CYSNE, 2016; FREITAS, 2017) escolheram utilizá-lo desconsiderando, em suas análises, o efeito das variáveis aleatórias Informante e Item lexical, o que indica uma preferência de grande parte dos linguistas brasileiros por versões do Varbrul, em detrimento de outras ferramentas que oferecem mais recursos. Dito isto, apontamos a necessidade de que os linguistas busquem conhecer os *softwares* estatísticos, que estão à sua disposição, a fim de aprimorar suas análises quantitativas com a utilização de modelos de regressão logística de efeitos mistos, ou de outras modelagens estatísticas, como o modelo linear (com a inclusão ou não de variáveis aleatórias), por exemplo, o qual possibilita a análise de variáveis respostas numéricas.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Aluiza Alves. **A monotongação na norma culta de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- ARAUJO, Maria Francisca Ribeiro. **A alternância /ei/ - /e/ no português falado na cidade de Caxias, MA**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- CABREIRA, Silvio Henrique. **A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- CARVALHO, Solange Carlos de. **Estudo variável do apagamento dos ditongos decrescentes orais na fala de Recife**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- CEDERGREN, Henrietta J; SANKOFF, David. Variable Rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence. *Language*, v. 50, n. 2, p. 333-355, 1974.
- CYSNE, Marcus Rodney Portela. **A monotongação do ditongo [ej] no falar popular de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
- FARIAS, Maria Adelina Rodrigues de. **Distribuição geo-sociolinguística do ditongo no português falado no estado do Pará**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FERREIRA, Daniel Furtado. Recursos Computacionais Utilizando R. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Exatas, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.dex.ufla.br/~danielff/meusarquivospdf/RRCO.pdf>. Acesso em 06/09/2020.

FREITAS, Bruna Faria Campos de. **Estudo da monotongação dos ditongos orais decrescentes na fala Uberabense**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017.

GRIES, Stefan. **Statistics for Linguistics with R**. A Practical Introduction. Gruyter Mouton, 2013.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

HIGGINS J. P. T., THOMAS J., CHANDLER J., CUMPSTON M., LI T., PAGE M. J., WELCH V. A. (eds.). 2019. **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.0** (updated July 2019). Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 25 jun. 2020.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. **Applied Logistic Regression**. 2.ed. John Wiley & Sons, Inc., 2000.

JOHNSON, Daniel Ezra. Getting off the GoldVarb Standard: Introducing Rbrul for Mixed-Effects Variable Rule Analysis. **Language and Linguistics Compass** 3/1, p. 359-383, 2009

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. **Language**, v. 45, p. 715-62, 1969.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: internal factors**. Oxford: Black Well, 1994.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: social factors**. Oxford: Black Well, 2001.

LEVINE, David; BERENSON, Mark; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

LEVSHINA, Natalia. **How to do Linguistics with R**. Data exploration and statistical Analysis. John Benjamins, 2015.

LOPES, Raquel. **A realização variável dos ditongos [ow] e [ej] no português falado em Altamira/PA**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MORRISON, Geoffrey Stewart. Dat is What the PM Said: A Quantitative Analysis of Prime Minister Chrétien's Pronunciation of English Voiced Dental Fricatives. **Cahiers linguistiques d'Ottawa**, n. 33, p. 1-21, 2005.

OLIVEIRA, Alan Jardel. Análise quantitativa no estudo da variação linguística: noções de estatística e análise comparativa entre Varbrul e SPSS. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 17, p. 93-119, 2009.

- OUSHIRO, Livia. Tratamento de dados com o R para análises sociolinguísticas. In: FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Editora Blucher, 2014, p. 133-177.
- OUSHIRO, Livia. **Introdução à Estatística para Linguistas**, v.1.0.1 (dez/2017), 2017. Disponível em: DOI 10.5281/zenodo.822069. Licença Creative Commons 4.0 Atribuição – Não comercial. Acesso em 22/02/2020.
- PALLADINO NETTO, Luiz. **Do latim ao português: revisitando os ditongos**. Dissertação (Mestrado em Filologia Românica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- PETTICREW, Mark; ROBERTS, Hellen. **Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- ROUSSEAU, Pascale; SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: Rousseau, Pascale; Sankoff, David. (orgs.) **Linguistic variation: models and methods**. New York: Academic Press., 1978, p. 57-69.
- SANKOFF, David; LABOV, William. On the Uses of Variable Rules. *Language in Society*, v. 8, n. 2, p. 189-222, 1979.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SANTOS, Williane Brasil. **O ditongo /ej/ nas capitais do norte do Brasil: um estudo geossociolinguístico**. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – Tabuleiro de letras**, n. 4, p. 1-32, 2012.
- SILVA, Fabiana de Souza. **O processo de monotongação em João Pessoa**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.
- TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge University Press: New York, 2006.
- TAGLIAMONTE, Sali A. Quantitative analysis In: BAYLEY, Robert; LUCAS, Ceil. **Sociolinguistic Variation. Theories, Methods and Applications**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- TAGLIAMONTE, Sali A. **Variationist Sociolinguistic**. Change, Observation, Interpretation. Oxford: Wiley Blackwell, 2012.
- TOLEDO, Eduardo Elisalde. **A monotongação do ditongo decrescente [ej] em amostra de recontato de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Isidoro. **Estatística Básica**. São Paulo: Atlas, 1999.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WINTER, Bodo. **Statistics for linguists**. An Introduction Using R. Routledge - Taylor & Francis Group: New York, 2020.

Anexos

Anexo I – Estudos incluídos na revisão sistemática

Quadro 1: Estudos incluídos na revisão sistemática

Título	Tipo de trabalho	Autor	Ano
Do latim ao português: revisitando os ditongos	Dissertação	Luiz Palladino Netto	1995
A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre	Dissertação	Silvio Henrique Cabreira	1996
O processo de monotongação em João Pessoa	Dissertação	Fabiana de Souza Silva	1997
A alternância /ei/ - /e/ no português falado na cidade de Caxias, MA	Dissertação	Maria Francisca Ribeiro de Araújo	1999
A monotongação na norma culta de Fortaleza	Dissertação	Aluiza Alves de Araújo	2000
A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira-PA	Dissertação	Raquel Lopes	2002
Estudo variável do apagamento dos ditongos decrescentes orais na fala de Recife	Dissertação	Solange Carlos de Carvalho	2007
Distribuição geo-sociolinguística do ditongo no português falado no estado do Pará	Dissertação	Maria Adelina de Rodrigues de Farias	2008
A monotongação do ditongo decrescente [ej] em amostra de recontato de Porto Alegre	Dissertação	Eduardo Elisalde Toledo	2011
O ditongo /ej/ nas capitais do norte do Brasil: um estudo geossociolinguístico	Dissertação	Williane Brasil dos Santos	2012
A monotongação do ditongo /ej/ no falar popular de Fortaleza	Dissertação	Marcus Rodney Portela Cysne	2016
Estudo da monotongação dos ditongos orais decrescentes na fala Uberabense	Dissertação	Bruna Faria Campos de Freitas	2017

Produção escrita de artigo de opinião em manual didático no contexto da BNCC

Renata Lara de Moraes

Introdução

O atual documento norteador da Educação Básica no Brasil, a *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, tem força de lei atuando nas instâncias de ensino e é responsável por definir o conjunto das aprendizagens essenciais que irá resultar nas competências gerais, um total de dez, asseguradas aos estudantes. Além delas, há também as competências específicas de Língua Portuguesa para o ensino fundamental. Seu discurso apoia-se na intenção de construir “(...) atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Entre essas competências, este artigo faz um recorte na importância do desenvolvimento da sétima competência geral e da sexta competência específica de Língua Portuguesa, respectivamente, dentro do eixo da produção de textos:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9)

6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. (BRASIL, 2018, p. 87)

O documento organiza as práticas de linguagem dentro de eixos (leitura, produção de textos, oralidade, análise linguística/semiótica) que, por sua vez, são sistematizados nos campos de atuação, representativos da vida social, de modo a tornar o aprendizado significativo. Nos anos finais do ensino fundamental, temos os campos: 1) artístico-literário; 2) práticas de estudo e pesquisa; 3) jornalístico-midiático e 4) atuação na vida pública. Há, em cada um, diversidade de gêneros do discurso que lhe são representativos, e entre eles a possibilidade de trânsito e conexões que favorecem uma dinamicidade semelhante à da vida em sociedade.

Essa organização dos saberes do componente *Língua Portuguesa*, na BNCC, coincide com a perspectiva enunciativa-discursiva de linguagem de seu documento predecessor, os PCN's (1998), cujo conceito de texto é central na unidade de trabalho, mobilizado em seu contexto de produção - histórica, social, temporal e espacialmente.

Neste artigo, o objetivo é analisar uma proposta didática de artigo de opinião em manual aprovado no Programa Nacional do Livro Didático, anos finais do ensino fundamental (PNLD/2020). O contexto de produção dessa obra deu-se, pela primeira vez, sob as diretrizes do documento da BNCC. A escolha desse gênero discursivo, inserido no campo jornalístico-midiático, deve-se ao fato de conter, em seu eixo estrutural, a exposição de opinião por meio de um percurso de construção argumentativa que é movida pelos valores de quem escreve.

Com essa finalidade, três perguntas norteiam o trabalho: (1) Qual o tratamento dado às esferas de circulação, no manual didático? (2) Como os textos argumentativos, como o artigo de opinião, são orientados para as atividades de produção escrita? (3) De que modo as atividades propostas exploram o posicionamento crítico do estudante?

1 Perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e do Círculo

A perspectiva enunciativo-discursiva dos dois documentos curriculares mencionados nesse artigo coincide com a que encontramos nas obras de Bakhtin e do Círculo. Para compreendê-la, será feito um percurso que traz os conceitos bakhtinianos de texto como acontecimento na vida da linguagem, enunciado concreto e gêneros do discurso.

Bakhtin (2016) conceitua texto como acontecimento, pois o considera situado na fronteira de duas consciências – a de quem enuncia e a de seu interlocutor, que reage, completa os sentidos e os recria. Há responsividade de quem está ouvindo, concordando ou não, completando os significados no processo ativo em que a fala é viva. Assim como o ouvinte se posiciona após o enunciado do falante, este também se manifesta a partir de enunciados anteriores, sua fala nunca é a partir do nada. Nesse encontro dão-se as relações dialógicas, que por sua vez elevam o texto a dimensões ideológicas, históricas, temporais e espaciais que o fazem singular.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017), temos que o objetivo de todo falante é direcionado ao enunciado concreto que se manifesta por meio do texto e cuja significação vai variar de acordo com o contexto e o ponto de vista de seu interlocutor.

(...) a consciência linguística do falante e daquele que escuta e compreende não lida na prática ou na fala viva com um sistema abstrato de formas linguísticas normativas idênticas, mas com a linguagem no sentido do conjunto de diferentes contextos possíveis em que essa forma linguística pode ser usada. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 180)

Seu direcionamento é discursivo, ou seja, o enunciado é elo numa cadeia discursiva e, somado a outros enunciados, dispostos antes e depois, em contínua interação, vive uma relação de tensão em que é compreendido de maneira ativa e responsiva, nunca passiva.

No capítulo *Os gêneros do discurso*, em *Estética da criação verbal* (2011), para explicar o que são gêneros do discurso Bakhtin traz à cena o funcionamento da realidade humana, que acontece pelo uso da linguagem nos inesgotáveis e diferentes campos em que são proferidos os enunciados concretos e únicos. Os gêneros do discurso fazem parte das nossas escolhas para manifestar os enunciados, segundo nossas intenções, desde uma fala padronizada, formal, até outra mais flexível e criativa, seja em um contexto do cotidiano, ou em um científico, por exemplo, e assim vamos organizando e moldando nosso discurso, diferenciando-o segundo a situação, a posição social, as relações entre os participantes. São infinitos, porque acompanham os campos de atividade humana e, assim, complexificam-se, crescem e desenvolvem-se, em uma conexão entre língua e vida.

2 Artigo de opinião: um gênero opinativo da esfera jornalístico-midiática

Artigo de opinião é um gênero que tem em seu eixo estrutural a argumentação. Circula em jornais e revistas, impressos e *online*, com a possibilidade, ainda, da presença desse gênero em outros espaços virtuais. Tem como objetivo expor opinião relevante, geralmente relacionada a política, economia, cultura e sociedade, ou também a relevância do tema pode partir do ponto de vista dos participantes, produtores de sentido, do espaço institucional e do momento histórico. Nele, mais do que a apresentação dos fatos, interessa a análise e posição do autor, pois tem como objetivo principal persuadir, influenciar e transmitir valores. De maneira geral, tem um formato que engloba sua tese, argumentos, contra-argumentos e conclusão.

Compõem o seu texto, operadores argumentativos que orientam a sequência do discurso - *mas, porém, conforme, portanto, além disso* etc.; os dêiticos – *este, agora, hoje, neste momento, ultimamente, recentemente, ontem, há alguns dias, antes de, de agora em diante*; e o tempo verbal que predomina é o presente do indicativo. Além disso, conta com a dialogicidade com outras vozes (para trazer autoridade, por exemplo) e a de seus leitores, uma vez que o autor costuma colocar-se em seu lugar, antevendo seus posicionamentos para poder refutá-los, de modo que justifica suas afirmações prevendo possíveis argumentos contrários (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2014, p. 34).

Pertence à esfera jornalística e sua transmissão dá-se, cada vez mais, via mídias digitais, em detrimento da via impressa. Rojo & Barbosa (2013, p. 68-69) problematizam esse fenômeno na constatação de mudanças significativas no jornalismo e na sociedade: se antes o seu valor

estava na informação inédita, agora está na dispersão em várias “(...) redes, sites, dispositivos e espaços de significação (...)”. Ou seja, há uma mudança de mentalidade - a especialidade sobre determinado assunto, concentrada numa pessoa ou numa instituição, em um espaço fechado, controlado e com propósitos delimitados, altera-se para uma mentalidade em que os espaços são abertos, compartilhados, e o conhecimento e a autoridade passam a ser distribuídos e coletivos. Nisso, vemos circular muita opinião, no ato de compartilhar, comentar, curtir, ironizar, mas com pouca qualidade e responsabilidade.

3 Argumentação e seus modos de organização

Partindo de Charaudeau (2016, p. 206-250), tem-se a argumentação como uma atividade discursiva com finalidade persuasiva, cujo ato de argumentar insere-se numa relação entre sujeito argumentante, proposta sobre o mundo e sujeito-alvo. Nela, contempla-se a experiência do indivíduo, individual e social, em um tempo e espaço, pois o verossímil depende das representações socioculturais compartilhadas por um determinado grupo. Uma concepção que coincide com a dialógica bakhtiniana.

O argumentativo é o modo de organização que vai levar esse discurso por diferentes caminhos, e assim permitir a construção de explicações sobre asserções de mundo por meio de uma dupla perspectiva: a da razão demonstrativa, que busca estabelecer causalidade entre as asserções; e a da razão persuasiva, cujo mecanismo busca estabelecer prova com base em argumentos.

Na perspectiva da razão demonstrativa, tem-se como componentes dessa organização a “asserção de partida (A1)” – dado, premissa; a “asserção de chegada (A2)” – conclusão, resultado; e uma (ou várias) “asserção de passagem” – inferência, prova, argumento. Essa última é responsável pela relação de causalidade para unir A1 e A2, que não deve ser feita de modo arbitrário, mas deve justificar sua relação de causalidade. Há diferentes modos de encadeamento para estabelecer causalidade, por meio de articulações que podem ser a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição, a causa, a consequência e a finalidade.

Da premissa (A1) à conclusão (A2) há a inferência que é feita por meio de um vínculo modal e que pode estar no eixo do possível ou do obrigatório, e tem como escopos a generalização, a particularização ou a hipótese. São elementos que, combinados, compõem modos de raciocínio, que podem ser: a dedução (silogismo, pragmática, por cálculo e condicional); a explicação (silogismo, pragmática, por cálculo e hipotética); a associação – entre contrários ou de identidade; a escolha alternativa, cujo raciocínio é dedutivo e explicativo; a concessão restritiva, com modo de raciocínio também dedutivo.

A todos esses elementos devem-se associar também os da razão persuasiva, que articula o sujeito que argumenta, a situação em que se encontra e o seu destinatário, num processo constituído de proposta (diz algo sobre o mundo), que em seguida deve ser relacionada a uma proposição (questionamento, tomada ou não de posição), desenvolvida na persuasão (o raciocínio, com refutação, justificativa, ponderação).

Dependendo da situação comunicativa, pode haver troca monologal ou dialogal, argumentação implícita ou explícita, e um sujeito que vai se posicionar a favor ou contra à sua própria proposta, usando de procedimentos para provar a validade da argumentação – semânticos (baseiam-se em valores e consenso social); discursivos (por exemplo, a definição, a comparação, a citação, a reiteração); de composição, cujo objetivo é facilitar a localização de raciocínio e a compreensão da conclusão.

4 Por uma metodologia dialógica

Para analisar o ensino da argumentação no ensino fundamental, anos finais, a escolha do gênero artigo de opinião deve-se por participar do campo jornalístico-midiático e apresentar posições valorativas do autor, além de estabelecer relações com o leitor/interlocutor, do qual exige uma compreensão ativa e responsiva da leitura. É um dos gêneros discursivos que mais se aproxima das propostas de redação dissertativo-argumentativas do Enem e dos vestibulares em geral.

A seleção do manual didático *Tecendo Linguagens: Língua Portuguesa, 9º ano*, de Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo, seguiu o critério de compor, com outras cinco coleções, o Guia de Livros Didáticos do ensino fundamental anos finais do PNLD 2020, estando em sua 5ª edição. As autoras organizam o volume do 9º ano em quatro unidades temáticas, tendo dois capítulos em cada uma delas. Esses capítulos estão compostos com a seção intitulada “Produção de texto”.

Note-se no quadro a seguir, que contém a visão geral da produção escrita dessa obra, que a produção do artigo de opinião é antecedida pela produção de gêneros literários ou a eles relacionados, como é o caso da resenha. Só a partir da segunda metade desse manual as propostas didáticas passam a abarcar o campo jornalístico-midiático, na Unidade 3, em que se concentram os gêneros argumentativos artigo de opinião e crônica, muito diferentes entre si em seu funcionamento, em aspectos como o estilo do gênero, a abordagem do tema e a linguagem empregada.

Quadro 1. Visão geral da produção escrita em Tecendo linguagens – 9º ano

Visão geral da produção escrita Tecendo linguagens	Unidade 1: Por dentro da literatura	
	Capítulo 1	Capítulo 2
	Produção de texto: Conto	Produção de texto: Conto
	Unidade 2: Vida de adolescente	
	Capítulo 3	Capítulo 4
	Produção de texto: Poema	Produção de texto: Resenha
	Unidade 3: Face a face	
	Capítulo 5	Capítulo 6
	Produção de texto: Artigo de opinião	Produção de texto: Crônica
	Unidade 4: Informação e escolhas	
	Capítulo 7	Capítulo 8
	Produção de texto: Campanha: cartaz, <i>banner</i> , panfleto para internet e vídeo para TV	Produção de texto: Enquete

Fonte: Oliveira & Araújo (2018, p. 2-288).

No capítulo 5 da unidade 3, a seção *Produção de texto* “Artigo de opinião” faz a retomada do que foi visto na seção Prática de leitura 1, da página 125, em que o estudante fez a leitura do artigo de opinião “Paz social”, do jornalista Gilberto Dimenstein. O tema é sobre a infância marginal e seus reflexos na sociedade brasileira. Antes dessa leitura, há duas questões introdutórias para levantamento de conhecimentos prévios sobre o tema do capítulo e o artigo de opinião. Após a leitura, apresenta-se quem é Gilberto Dimenstein, no box *Conhecendo o autor*, seguido das subseções *Por dentro do texto*, com dez questões extensas, e a subseção *Linguagem do texto*, com três questões e dois quadros que sistematizam o que é argumento, argumentação e o gênero artigo de opinião, suas características e forma (p. 126-130). Por fim, há o Planejamento (p. 152), com cinco itens de orientações; a Elaboração (p. 152-153), com dez itens que conduzem ao passo a passo da escrita; Avaliação e reescrita (p. 153), momento de reler o texto escrito e revisá-lo. Abaixo, o quadro com a visão geral dessa seção, conforme descrito.

Quadro 2. Sequência organizada da seção de produção de texto “Artigo de opinião”

Produção de texto Artigo de opinião	Seções	Subseções	Coletânea	Atividades
	Prática de leitura (p. 125)	—	“Paz social”, de Gilberto Dimenstein. In: O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 16. Ed. São Paulo: Ática, 1993. (p. 126)	1 e 2 (p. 125)
	—	Conhecendo o autor (p. 126)	—	—
	—	Por dentro do texto (p. 126-128)	—	1 a 10 (p. 126-128)
	—	Linguagem do texto (p. 129-130)	—	1 a 3 (p. 129-130)
	—	Planejamento (p. 152)	—	1 a 5 (p. 152)
	—	Elaboração (152-153)	—	1 a 10 (p. 152-153)
	—	Avaliação e reescrita (p. 153)	—	1 a 9 (p. 153)

Fonte: Oliveira & Araújo (2018, p. 125-153).

5 Tecendo linguagens – leitura do artigo de opinião

O texto de leitura que serve como referência ao estudante para a proposta de escrita é o artigo de opinião “Paz social”, do jornalista Gilberto Dimenstein, que faz parte do livro O cidadão de papel, de 1993. A seleção desse único exemplo de artigo de opinião, da década de 1990, publicado em um livro, desloca as condições específicas de produção, de recepção e de circulação, pois não são contempladas durante as atividades. A maneira escolhida por Oliveira & Araújo para essa contextualização foi, além da fonte de referência ao final do fragmento publicado no manual didático, o boxe *Conhecendo o autor*, que traz à cena informações sobre o jornalista, como uma foto sua, as atividades que realiza em favor da sociedade e a informação de que o livro em questão foi vencedor do Prêmio Jabuti em 1994 sem, no entanto, esclarecer o que significa essa premiação. Essa falta de esclarecimento torna a informação irrelevante no contexto do manual didático, pela ausência de sentido para o estudante. Esse boxe também faz uma rápida correspondência com o Estatuto da Criança e do Adolescente, recém-aprovado na época. Por último, a apresentação visual do artigo na transposição para o manual didático dá-se

em um espaço delimitado por borda e na composição com uma foto de 1987, bastante antiga, de crianças em situação de rua na Praça da Sé, em São Paulo.

O assunto do artigo, ou seja, a premissa de que parte Dimenstein, é a infância marginal e como ela se reflete na sociedade brasileira, em um mecanismo que perpetua um Brasil de contrastes e desigualdades. Sua afirmação inicial é categórica e sustentada pelo uso do termo “provado”, que dá autoridade à opinião comum de que “violência só gera mais violência”. Essa é a tese de Dimenstein, que no decorrer do texto vai desenvolver um raciocínio demonstrativo a seu favor, até chegar à conclusão.

Em seguida, estabelece uma relação de equivalência entre o menino e o adulto marginais, que assim o são por dependerem um da construção do outro, e por sua vez reféns de uma estrutura maior, a sociedade violenta que os priva de condições básicas de vida – “Do menino marginal esculpe-se o adulto marginal, talhado diariamente por uma sociedade violenta (...)”.

O segundo parágrafo traz novamente essa relação, na perspectiva da causalidade. A conjunção “e” inicia a frase em relação à anterior, encadeando a argumentação, por meio do recurso de adição que resulta em uma explicação – a do funcionamento do “círculo vicioso” que produz as vítimas da sociedade: “Por trás de um garoto abandonado existe um adulto abandonado. E o garoto abandonado de hoje é o adulto abandonado de amanhã”.

A opinião do autor expande-se à noção de um futuro comprometido pela soma de crianças e adultos abandonados. Essa noção está subentendida, e é representada pelos advérbios de tempo “hoje” e “amanhã”, que estabelecem a relação presente e futuro. Além disso, a repetição encontrada de uma frase à outra (“garoto abandonado” / “adulto abandonado”) tem efeito no discurso ao se assemelhar à imagem transmitida pela expressão “círculo vicioso”, que remete à continuidade de ações, indefinidamente, argumento em favor da urgência de se pensar no assunto.

Para explicar o conceito de “paz social”, o terceiro parágrafo é todo ele construído com implícitos: “(...) num país civilizado não existe pivete” – a ideia subentendida é a de que o Brasil não é civilizado, pois não oportuniza o desenvolvimento das potencialidades de suas crianças, ao contrário, as trata como “pivetes” que incomodam. Dimenstein passa a elencar situações verossímeis para o contexto da realidade brasileira, como sequestros, uso de armas e extermínio de pessoas: “Paz é não ter medo de sequestradores. É nunca desejar comprar uma arma para se defender ou querer se refugiar em Miami. É não considerar normal a ideia de que o extermínio de crianças ou adultos garanta a segurança.” Fica para o leitor construir o raciocínio acerca desses eventos representativos da falta de paz social. Ou seja, para conceituá-la, Dimenstein o faz por meio de exemplos que contrariam o contexto brasileiro, pois se esse

público não está familiarizado ao estado de “paz social”, conhece bem as consequências da ausência dele.

O quarto parágrafo segue com o contraste de situações entre uma infância marginal e uma infância estruturada, resultando na diferença entre o que ele chama de “país desenvolvido” e “país de Terceiro Mundo”. Até esse momento o problema discutido está inserido em um cenário macro, não localizado explicitamente, porque o modo de organização dos argumentos recorre às inferências de seu leitor e ao senso comum a respeito do país em que vive. Nesse percurso, o Brasil é primeiro qualificado como “incivilizado” e “Terceiro Mundo” até que, no quinto parágrafo, seu nome é finalmente mencionado no argumento em favor da necessidade de conhecimento de sua História, perpassada pela submissão dos menos privilegiados à elite.

O sexto e último parágrafo finaliza com a opinião do autor em seu entendimento da origem desse problema social, simbolizada pela frase “caso social é caso de polícia”. Segundo Dimenstein, é esse o conceito embutido nas relações desde o início do século passado, no tratamento do trabalhador e, atualmente, no modo igual de tratar a infância carente e os meninos de rua. Assim fecha-se seu raciocínio, uma vez mais com o tempo em perspectiva, agora na relação com o passado para explicar o presente.

6 Tecendo linguagens – texto argumentativo em processo de escrita

Após essa leitura, a subseção *Por dentro do texto* tem o objetivo de articular os sentidos do texto, a começar pelas informações sobre o seu autor (no exercício 1). O exercício 2 é de identificação da tese do artigo e do parágrafo onde se encontra – a violência e a marginalidade na infância e suas consequências, no primeiro parágrafo.

No exercício 3 há mobilização de conhecimentos sobre a esfera de circulação desse gênero; público-alvo e o efeito de sentido do título do livro *Cidadãos de papel*, um trocadilho com o fato de no Brasil as leis ficarem apenas no papel.

O exercício 4 é de identificação do ponto controverso trazido pelo autor nesse artigo (“violência só gera violência”), com o qual o estudante deve dizer se concorda ou não.

O exercício 5 explora os sentidos da palavra “pivete”, no dicionário e no contexto coloquial (bandido), uso cuja conotação negativa deve ser percebida na contraposição feita pelo autor na menção a “crianças desenvolvendo suas potencialidades”.

O exercício 6 explora o significado da expressão e do esquema gráfico de “círculo vicioso”, de modo a evidenciar essa reação em cadeia que a ausência do Estado provoca na vida de crianças e adultos. É solicitada uma opinião sobre o fato de serem ou não vítimas, diante desse cenário, concordando ou não com Dimenstein.

O exercício 7 explora o significado do título, “Paz social”. O estudante deve explicá-lo com suas próprias palavras, e a sugestão é que o sentido se aproxime da ideia de pavor que a ausência de paz, causada pela desigualdade, provoca em toda a sociedade.

O exercício 8 traz a expressão “país de Terceiro Mundo”, usada por Dimenstein, mas cujo uso atual é o de “país em desenvolvimento”. O item *a* desse exercício explicita o fato de o Brasil se inserir nesse contexto, algo que o autor não o fez no decorrer do texto, pois seu recurso argumentativo foi justamente o de contar com a leitura responsiva e conhecimento de mundo do seu leitor, deixando-o implícito. No item *b*, o estudante deve relacionar infância marginal no contexto de país desenvolvido e em desenvolvimento (mencionado como subdesenvolvido, conceito antigo e não esclarecido no manual didático). O exercício 9 é para o estudante anotar as principais ideias de cada parágrafo.

O exercício 10 solicita o posicionamento do estudante frente à ideia “caso social é caso de polícia”; a identificação dessa ideia como recurso de contra-argumento; a identificação do uso da palavra “descaso” para refutação dessa ideia e, por fim, no item *d*, que o estudante desenvolva seu ponto de vista a partir dessas considerações e de seu conhecimento de mundo com relação a propostas que conheça para resolução desse problema.

A subseção *Linguagem do texto* que vem na sequência esquematiza o que é argumento e argumentação. O primeiro, definido como recurso para justificação e convencimento de mudança de opinião, o segundo, como presente em diferentes gêneros para defesa de ideias.

Nesse momento, conforme explicita o manual didático, percebe-se que essa subseção veio para atender a uma habilidade específica da BNCC (2018, p. 181): “EF89LP14 – Analisar, em textos argumentativos e propositivos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação e os tipos de argumentos, avaliando a força/tipo dos argumentos utilizados”.

A partir daí, há três exercícios cujo objetivo é trabalhar com recursos estilístico-semióticos que foram mobilizados para argumentação no texto. O exercício 1 é todo de identificação dos argumentos usados nos parágrafos; no exercício 2 pede-se que o estudante perceba todas as ocorrências de causa e consequência estabelecidas no texto; o exercício 3 é de identificação dos argumentos de exemplificação, princípio e autoridade. Evidencia-se, nesse momento, a relação de causalidade e as diversas maneiras como pode ser encadeada no texto, da tese à conclusão, num movimento de demonstrar, além da articulação com os tipos de argumentos usados para persuadir, trabalho esse, na mobilização de tais exercícios, que recupera a argumentação e seus modos de organização sob a perspectiva demonstrativa e persuasiva, assim como visto anteriormente em Charaudeau, 2016.

Quando por fim chega o momento da escrita, o estudante deve construir seu próprio texto sobre as causas de violência em sua cidade ou estado, com a sugestão de depois compartilhá-lo no *blog* da escola ou nas redes sociais. Para orientar no planejamento, pede-se que se atente às condições de produção e circulação, como: público-alvo, linguagem a ser empregada, estrutura do texto, esfera de circulação. Durante a elaboração, as orientações são modelares com relação ao gênero: primeiro parágrafo como introdução, contextualização e apresentação da tese defendida; demais parágrafos como desenvolvimento e análise para sustentação da tese, por meio de argumentos, contra-argumentos e diferentes tipos de argumentos, como princípio, causa, consequência, comprovação, exemplificação e autoridade; atenção aos mecanismos corretos de citação; construção da conclusão após argumentos; uso coerente dos organizadores textuais; atenção aos conhecimentos linguísticos e escolha de título.

Considerações finais

Na análise da seção de produção de texto do artigo de opinião, foi possível identificar o processo didático organizado pelas autoras com foco na articulação entre leitura do texto, atividades e proposta de escrita.

A reflexão desse trabalho é a de que, mesmo que os jovens estejam imersos na cultura digital, constata-se que os manuais didáticos ainda trazem os gêneros discursivos fora dessa esfera. A circulação do campo digital ocorre de modo fragmentado, pois o ensino da produção de textos argumentativos valoriza, na maioria das vezes, o impresso, ainda que ao final do percurso da seção de produção escrita seja solicitado ao estudante publicar seu texto em *blogs* e redes sociais, cuja mentalidade, sabemos, não é a da leitura linear e localizada, como a ensinada no livro, mas dinâmica devido à velocidade com que se dissemina e pela proposta dos *hiperlinks* e comentários, desencadeadores de muitos outros pontos de vista e debates. Discutir essa esfera de circulação digital no manual didático configuraria uma nova maneira de propor ao estudante uma discussão de ponto de vista, e nela desenvolver responsabilidade.

Constata-se também que os exercícios de compreensão leitora focam na identificação de ponto de vista, argumentos, refutação e contra-argumentação. Ao estudante é muito solicitado ter e identificar ponto de vista no formato do artigo de opinião, porém a autoria se constrói também com os recursos que vão levá-lo ao seu raciocínio argumentativo, como saber usar dados, demonstrar, usar informações confiáveis, negociar e identificar ideias comuns, além dos elementos linguísticos, como as marcas de tempo verbal, modalizadores e conjunções. Nesse caso, a atenção dispensada a alguns desses recursos encontra-se somente na subseção *Linguagem do texto*, que explicita seu objetivo de atender a uma habilidade específica da BNCC,

constatação positiva com relação a esse documento, que traz como novidade a obrigatoriedade de trabalhar com certas habilidades.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. 1. O problema e sua definição. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2018, p. 261-269.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. **Os gêneros do discurso**. Org., Trad., posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: 34, 2016, p. 11-69.
- BRAIT, Beth. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In: BATISTA, R. O. (Org.). **O texto e seus contextos**. São Paulo: Parábola, 2016, p. 13-30.
- BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 9-30.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: dez. 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. Modo de organização argumentativo. **Linguagem e discurso – modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 201-234.
- GRILLO, Sheila.; COSTA, L. Gêneros jornalísticos na perspectiva bakhtiniana. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. (Orgs.). **Gêneros – um diálogo entre Comunicação e Linguística**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 147-171.
- KOCHE, Vanilda; BOFF, Odete; MARINELLO, Adiane. Artigo de opinião. In: **Leitura e produção textual – gêneros textuais do argumentar e expor**. 6 ed. Petrópolis: editora Vozes, 2014. p. 33-44.
- OLIVEIRA, Tânia; ARAÚJO, Lucy. **Tecendo linguagens – língua portuguesa 9º ano**. 5 ed. São Paulo: IBEP, 2018, p. 124-153.
- ROJO, Roxane.; BARBOSA, Jaqueline. Gêneros jornalísticos e novos letramentos: novos ethos, curadoria, redistribuição. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. (Orgs.). **Gêneros – um diálogo entre Comunicação e Linguística**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 57-79.
- VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). Parte II – Os caminhos da filosofia da linguagem marxista. 2. Língua, linguagem e enunciado. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. notas e glossário Sheila Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 173-200.

A dissertação em livros didáticos da redemocratização brasileira

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Introdução

A partir da década de 1980, os conteúdos de produção textual ensinados e o enfoque que se dava a eles se tornaram preocupações centrais para linguistas aplicados. A aula de língua portuguesa era tida por eles como a agência que poderia promover a transformação social, e o ensino da produção de texto, um caminho. Desenvolveram-se então, com base nas redações dos vestibulandos, diversas teorias que chamavam o aluno a tomar um posicionamento diante de questões sociais em seu texto, em uma tentativa de se vencer práticas e concepções autoritárias do período militar. Nesse contexto, foi publicada pela primeira vez *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990), obra de referência no ensino de língua portuguesa, reeditada e amplamente adotada por professores da rede pública e privada de ensino durante quase três décadas.

Considerando o livro didático um gênero do discurso (BUNZEN, 2005; 2007; BUNZEN; ROJO, 2005) e o conceito de discurso alheio (VOLÓCHINOV, 2017), o objetivo deste artigo é analisar o conceito de dissertação nessa coleção. Para tanto, foram selecionadas seções de redação do terceiro volume. Esse enfoque justifica-se pelo fato de esse volume trazer, pela primeira vez, o conceito de dissertação argumentativa, a partir da (re)apresentação da proposta de redação do vestibular da Universidade de São Paulo de 1990¹.

A teoria de Bakhtin e o Círculo, nos conceitos de gênero do discurso e discurso alheio, considera o livro didático como apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta. Sua expressividade é determinada por enunciados alheios, às vezes imediatos, às vezes não, visões de mundo, por vezes, contraditórias sobre a dissertação e sobre as concepções de língua/linguagem que a ela subjazem, aos quais responde. Nesse sentido, a análise de *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) pelo método dialógico da linguagem prevê a tensão entre o monólogo e o diálogo, identificando marcas de uma posição discursiva que circulou entre discursos e que faz circular discursos sobre o que deve ser o ensino de produção de texto.

¹ Recorte do *corpus* de minha dissertação de mestrado, defendida no primeiro semestre do ano de 2020 (MITSUNARI, 2020).

O artigo se divide em três partes. Na primeira, há uma breve reflexão sobre o ensino da dissertação no livro didático da década de 1980 e do início da década de 1990. Na segunda, serão discutidos os fios teórico-metodológicos com os quais se desenvolveu a análise. Na terceira, foram analisadas as seções de Redação do terceiro volume de *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) com enfoque no conceito de dissertação.

1 A dissertação no livro didático das décadas de 1980 e 1990

Na dicotomia língua e literatura, há alguns títulos de livros didáticos para o segundo grau (hoje, ensino médio) da década de 1980, como *Teoria e prática de língua e literatura* (MATTOS, 1982), *Língua e Literatura* (FARACO; MOURA, 1982) e *Fundamentos de Língua e Literatura* (MARTOS; MESQUITA, 1987)². Esses títulos marcam que, a despeito do perfil heterogêneo de aluno presente desde a década de 1950³ (SOARES, 2012, p. 151), conservava-se uma concepção de ensino de língua materna beletrista, voltado para a formação propedêutica de um grupo homogêneo, social e economicamente privilegiado que frequentava a escola com exclusividade anteriormente. Perpassa a dicotomia, pois, uma concepção de língua como sistema homogêneo e autossuficiente, passível de ser descrito e analisado a partir de categorias preestabelecidas, fundamentos de língua.

Esses fundamentos seriam adquiridos via leitura pelo aluno e “estando vagamente presente[s] na memória, entraria[m], no momento da produção, como um modelo para os novos textos” (CORRÊA, 1992, p. 27). Daí o destaque à língua e à literatura. O texto literário era fonte de regras e qualidades de estilo. Esse percurso que se fazia da análise para a síntese, conforme Corrêa (1992), se foi facilmente aceito, o foi porque, formulado como uma questão de se desenvolver a capacidade de raciocínio, foi tratado como uma questão pedagógica.

No ensino da gramática, essa questão pedagógica estava por trás de exercícios de descrição gramatical e, no ensino da literatura, do estudo de classificação de gêneros literários e de qualidades de estilo. No ensino da redação, também se privilegiava o universal, o previsível e o mensurável: prevalecia o que Lemos (1977, p. 62) denominou “estratégias de preenchimento”, treinamento que consistia na exposição a textos modelos, seguida da utilização de um esquema formal, definível como uma articulação de posições vazias a serem preenchidas. Os temas eram genéricos, provérbios, pensamentos célebres, virtudes cívicas e

² Coleções de livros didáticos de língua portuguesa encontradas no acervo da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Livres/USP).

³ “como consequência da crescente reivindicação, pelas camadas populares, do direito à escolarização, democratiza-se a escola, e já não são apenas os ‘filhos-família’, os filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores – nos anos 1960, o número de alunos no ensino médio quase triplicou, e duplicou no ensino primário” (SOARES, 2012, p. 151-152).

domésticas (BUNZEN, 2005, p. 60). O conceito de criatividade marcava manuais de redação (CAMPOS, 2018), e a criatividade era “compreendida em sua relação com o aprendizado do uso da linguagem, que implica apropriar-se da cultura e produzir significados que sejam apropriados à cultura” (PIETRI, 2010, p. 79).

A redação tinha um caráter estritamente disciplinar e, desse modo, era menos um objeto de ensino que um objeto de distinção, uma propriedade adquirida que possibilita o sujeito acumular prestígios e méritos por sua aquisição (BOURDIEU, 1979). Em “Tradição erudita e conservação social” (BOURDIEU; PASSERON, 2014), explica-se como se dá esse processo de acúmulo: sem jamais ser para ninguém uma língua materna, a língua escrita – privilegiada pela dissertação – não pode ser plenamente apropriada, exceto pelos que puderem converter o domínio de linguagens adquirido no grupo familiar numa aptidão para o manejo erudito da linguagem escolar. É fornecida, assim, uma formação que só pode ser recebida por aqueles que têm a formação que ela não fornece. A linguagem escolar utilizada e a maneira de utilizá-la, desse modo, são instrumentos de exclusão do vulgar que partem de princípios logicamente fundantes sobre a língua, nos quais se afirma a distinção de classes que têm interesse em legitimar seu poder (POSSENTI, 2011).

No Brasil, sobretudo a partir do período de redemocratização, as aulas de português passaram a ser compreendidas como a agência que poderia promover a transformação social, e o ensino da produção de texto, um caminho, devido ao seu caráter interacional que deve convidar o aluno a assumir posicionamentos. Desenvolveram-se então pesquisas em Linguística Aplicada, com base nas redações de vestibulandos, que questionavam as condições de produção e de circulação dos gêneros escolares (GERALDI, 1986). Em 1982, o Ministério da Educação aprovou a lei nº. 7044 (BRASIL, 1982), que eliminava as denominações “Comunicação e Expressão” nas séries iniciais do 1º grau; “Comunicação em Língua Portuguesa” nas séries finais do 1º grau; e “Língua Portuguesa” e “Literatura Brasileira” no 2º grau, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º grau (BRASIL, 1971), as quais, por meio da resolução do Conselho Federal de Educação, foram amalgamadas em “Português”. Essa alteração não se tratava de mera mudança terminológica, mas resultava de profundas discussões acerca de concepções de língua e de ensino de língua materna.

A lei 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971) determinava que ao ensino de língua materna devia-se dar especial relevo como instrumento de comunicação, sob forte influência da Teoria da Comunicação do estruturalista Roman Jakobson. Os objetivos eram de desenvolver o aluno como emissor e receptor de mensagens que utiliza e compreende a língua enquanto código, através de suas funções classificatórias. Já o Conselho Federal de Educação propunha políticas educacionais em que ficavam evidentes a busca pela universalização da educação básica e a

concepção de educação como resgate da dívida social com as minorias, como Educação para Todos – caminho para mudança (1985) e a própria Constituição da República Federativa do Brasil (1988) (PALMA; FRANCO, 2018, p. 16). Essa última apresenta o mais longo capítulo sobre a Educação de todas as constituições brasileiras (PALMA; FRANCO, 2018, p. 17).

Outro importante esforço empreendido, para Campos (2018), foi o processo de revisão dos Guias Curriculares Nacionais, também conhecido como “verdão”, com os Subsídios à proposta curricular para o ensino de língua portuguesa para o 1º e 2º graus (SÃO PAULO, 1988). Segundo a linguista,

No terceiro volume da coletânea de textos, uma discussão é apresentada sobre a “perspectiva dialógica da leitura e dos textos e a história literária” (CENP, 1988, p. 5). O volume publica onze artigos e alguns trazem foco na teoria dialógica [...] No artigo “Recepção ativa de textos: uma forma de diálogo”, por exemplo, de Yara F. Vieira, os conceitos de “interação verbal” no contexto dialógico e “diálogo intertextual” são apresentados, e a obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de M. Bakhtin (sic) são citados em notas bibliográficas (CAMPOS, 2018, p. 104).

Nesse contexto, foi publicada pela primeira vez a coleção *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) para o ensino médio, obra de referência no ensino de língua portuguesa, reeditada e amplamente adotada por professores da rede pública e privada de ensino de 1990 a 2017. A coleção foi reeditada nove vezes: em 1990 (1ª edição); 1994 (2ª edição); 1999 (3ª edição); 2004 (4ª edição); 2005 (5ª edição); 2008 (6ª edição); 2010 (7ª edição); 2012 (8ª edição); e em 2015 (9ª edição). Considerando, ainda, que o livro didático de língua portuguesa assumiu um papel central em sala de aula a partir da grande abertura da escola na década de 1950 (BUNZEN, 2005), quando iniciou-se um processo de depreciação da função do professor e de precarização de suas condições de trabalho, compreende-se a importância de investigar suas formas de apresentação dos objetos de ensino.

2 Por uma compreensão dialógica das formas de apresentação dos objetos de ensino no livro didático

A teoria de Bakhtin e o Círculo, nos conceitos de gênero do discurso e discurso alheio, considera a materialidade do livro didático como apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta que circula entre discursos e que faz circular discursos. Para entender os fios teórico-metodológicos com os quais se desenvolveu a análise das seções com enfoque na dissertação de *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3), é necessário retomar os capítulos “Língua, linguagem e enunciado” e “A interação discursiva”, respectivamente, segundo e terceiro capítulo da parte II de *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas*

fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (VOLÓCHINOV, 2017). Após levantar, no primeiro capítulo, duas principais tendências do pensamento filosófico linguístico diametralmente opostas, o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista, nesses capítulos, Volóchinov (2017) discute as principais ideias de cada uma das tendências, a fim de investigar qual realidade linguística fundamenta o sistema da língua.

O objetivismo abstrato – de Jakobson – considera que a língua é um sistema estável e imutável, cujas leis são inatas, e que os atos individuais de fala são refrações e variações ocasionais desse sistema. Essa concepção de língua, no entanto, não corresponde a nenhum momento real do processo de formação histórica. Para o falante, um enunciado não se trata da aplicação de uma forma normativa sempre idêntica em um contexto concreto. O que importa é o aspecto da forma linguística graças ao qual ela se torna um signo adequado às condições de uma situação concreta, levando em consideração aquele que escuta e compreende (VOLÓCHINOV, 2017, p. 177).

O subjetivismo individualista, por sua vez, considera que a língua é um processo ininterrupto de criação, cujas leis são individuais e psicológicas. Supõe que o expresso pode existir fora da expressão em uma forma interna que, depois, se converte em uma forma externa. Volóchinov (2017) questiona o dualismo entre o interior e o exterior e a primazia do interior nesse pensamento. Não há, pois, vivência fora da encarnação signíca, da materialidade que representa e substitui algo encontrado fora dela, refletindo e refratando outra realidade: a ideologia, conjunto não ordenado nem fixado de vivências e expressões sociais que abarca todas as ações e estados – convergentes ou divergentes – de esferas da atividade humana (VOLÓCHINOV, 2017, p. 213). A consciência do indivíduo, que se faz pela compreensão de signos, ocorre apenas na relação de um signo com outros signos já conhecidos, e essa cadeia nunca se rompe nem assume uma existência interna imaterial não encarnada no signo.

A vivência expressa e a sua objetivação exterior, desse modo, são criadas a partir do mesmo material, cujo centro organizador e formador se encontra no social. A palavra como signo é tomada de empréstimo da reserva social de signos disponíveis e só se torna do falante quando ele a satura de sua intenção, de seu acento, a coloca em seu centro, espacial e temporal, de valorações reais. Até esse momento, no entanto, a palavra não está numa língua neutra e impessoal, “(pois não é do dicionário que o falante tira a palavra!), mas em lábios alheios, em contextos alheios, a serviço de intenções alheias, e é daí que deve ser tomada e tornada sua” (BAKHTIN, 2015, p. 69).

A língua, assim, nunca é única, é uma “coexistência concreta de contradições socioideológicas entre o presente e o passado, entre diferentes épocas do passado, entre diferentes grupos socioideológicos do presente, entre correntes, escolas, círculos” (BAKHTIN,

2015, p. 66). No entanto, a palavra não perde sua unicidade, porque seus significados não se encontram lado a lado, como se não percebessem um ao outro, mas estão em estado de interação e embate tenso e ininterrupto. As línguas cruzam-se entre si e formam novas línguas sociotípicas. Esse heterodiscurso se amplia e se aprofunda de acordo com o trabalho de forças centrífugas e centrípetas – respectivamente, forças descentralizadoras e forças de unificação do mundo verboideológico, essas últimas privilegiadas por uma concepção de língua como sistema homogêneo e autossuficiente.

Cada enunciado concreto é um ponto de aplicação de forças centrífugas e centrípetas. Por oposição ao conceito de oração, cuja significação está na imanência de valores puros, dessa forma, o enunciado concreto emana de integrantes de esferas da atividade humana, refletindo condições específicas e finalidades de cada uma delas não só por seu tema (limite superior e indivisível, mutável e instável, da capacidade de significar) e por seu estilo (seleção dos recursos gramaticais da língua), mas também por sua composição (plano da sequência organizacional).

Um campo discursivo (científico, técnico, didático, pedagógico, oficial) e suas condições sócio-históricas permitem considerar aspectos mais constantes e estáveis da vida, bem como avaliações sociais essenciais e fundamentais, uma vez que em cada etapa do desenvolvimento social existe um conjunto específico e limitado de objetos que, ao chamarem a atenção da sociedade, recebem uma ênfase valorativa em formas relativamente estáveis de enunciados concretos: os gêneros do discurso (VOLÓCHINOV, 2017, p. 110). Desse modo, esses guardam uma memória das condições de existência de dada coletividade. O livro didático de língua portuguesa é entendido como um, porque seleciona, sistematiza e organiza determinados objetos de ensino, para satisfazer anseios de esferas de produção, avaliação e circulação (BUNZEN, 2005; 2007; BUNZEN; ROJO, 2005). Dessas, retira seus temas, sua composição e seu estilo, formando uma arquitetônica de realização que permite distinguir estilos didáticos e formas de apresentação distintos dispostos a partir de um centro concreto de valores, o autor, que gera, por sua vez, julgamentos de valor em relação aos interlocutores e ao próprio ensino de língua.

Para fazer compreender a unidade arquitetônica que se dispõe ao redor de um centro concreto de valores, o autor, Bakhtin (2010), analisa *Razluka*, de Pushkin. Nessa poesia, há dois personagens: o herói lírico e sua amada, Riznich. A Rússia é a pátria dele e a terra estrangeira dela. A Itália, por sua vez, é a terra distante para ele e, para ela, a Rússia o é, país de onde partiu. O contexto valorativo da heroína é afirmado e incluído no contexto do herói, que se acha no ponto presente do tempo singular de sua vida e dispõe o passado, o presente da separação do casal e a promessa de um futuro em que estejam juntos novamente. Toda essa arquitetônica no seu conjunto é dada pelo sujeito estético, o artista contemplador, que está situado fora dela e

que condiciona, pelo lugar único que ocupa na arquitetônica concreta do evento, os valores da dor, do sofrimento. Desse modo, esses valores não partem de um princípio logicamente fundante sobre o que são esses sentimentos, mas de um ponto de vista do lugar singular de um sujeito participante.

De maneira semelhante, os objetos didáticos de língua portuguesa recebem tons diferentes a partir de centros diferentes de autores de livros didáticos, não podendo, sob essa perspectiva, ser compreendidos como fundamentos de língua cujo valor é inquestionável, porque se apoiam em uma pretensa objetividade. Esses tons estão ligados não só aos elos que os sucedem, à eventual reação-resposta de seus diferentes interlocutores (professores, alunos, instituições de avaliação e editores, no caso do livro didático), objetivo preciso de sua elaboração, mas também aos elos que os precedem na cadeia discursiva ininterrupta sobre o que deve ser o ensino de língua materna.

O discurso alheio, assim, não é apenas o tema de um enunciado, ele entra como seu elemento construtivo: “o discurso alheio é o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249). Em um livro didático de língua portuguesa, não é apenas a voz dos autores de textos (re)apresentados, mas também é a própria forma de (re)apresentação, à qual subjazem concepções de língua/linguagem e de ensino de texto. Está no acabamento estético e na conclusibilidade ética dados pelo autor do livro didático. As vozes históricas e sociais que povoam sua materialidade organizam-se em um sistema estilístico que traduz a posição socioideológica diferenciada do autor e de seu grupo no heterodiscurso da época.

3 Gênero escolar ou tipo textual?

Português: Linguagens (1990) é a primeira coleção para o ensino médio de Cereja e Magalhães. Seus três volumes foram divididos em quatro unidades sem título com um número de capítulos variado, cujas seções são ou de literatura e de redação ou de gramática. Os capítulos que apresentam seções de gramática têm como título categorias de análise da oração determinadas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (RIO DE JANEIRO, 1958). Já os capítulos que apresentam seções de literatura e de redação têm como título o nome de um autor da literatura brasileira ou portuguesa ou um período literário, organizado cronologicamente: o volume 1 vai do trovadorismo ao arcadismo; o volume 2 vai do romantismo ao pré-modernismo; e o volume 3 vai do modernismo à literatura dos anos 1970. As seções de redação se intitulam “Redação”. A coleção didática, desse modo, traz a memória de um ensino de língua materna

apoiado em fundamentos de língua que, adquiridos via leitura pelo aluno, devem ser por ele reproduzidos.

Por outro lado, por vezes, as seções “Redação” têm o subtítulo “Produção de texto”, que remete aos estudos linguísticos feitos a partir dos anos 1980. No volume 3, de 39 capítulos, 24 apresentam seções de redação, sendo que 13 delas tratam da dissertação. As outras 11 têm como objeto de ensino o poema, a carta, a notícia, a reportagem, o anúncio, a legenda, a crítica, a crônica, as histórias em quadrinhos e a paráfrase. Nas seções de redação, dessa maneira, são apresentados “tipos de mensagem” diversificados, como os autores os categorizam na apresentação da coleção e nas unidades didáticas, conforme a Teoria da Comunicação de Jakobson. Apesar de se recuperar a língua enquanto código dessa maneira, é dado destaque à argumentação como objeto de ensino em duas seções de redação na coleção e há no interior das seções coletâneas de textos. No quadro abaixo, as 13 seções de redação do terceiro volume de *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) são listadas, bem como os textos motivadores para o texto do aluno que nelas aparecem:

Quadro 1 – Seções Redação (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3) com enfoque na dissertação

Capítulo		Seção de redação	Textos motivadores
Unidade 1	4 – A primeira fase do Modernismo (p. 41-51)	Redação: Exercícios de linguagem (p. 49-51)	Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>Exame</i> , ano 21, n. 14 Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>Isto é</i> , 12/07/89 Trecho de conto: Braga (1953) Poema: Fernandes (1977) Fotografia não identificada Poema: Camões (1515)
	9 – Manuel Bandeira: o resgate lírico (p. 88-98)	Redação: Editorial (p. 97-98)	Editorial: O Estado de S. Paulo, 16/07/89
Unidade 3	1 – A segunda fase do Modernismo. A poesia. Carlos Drummond de Andrade (p. 174-187)	Redação: A dissertação (p. 185-187)	3 trechos de livro de divulgação científica: Marcondes Filho (1988) Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>Revista Leia</i> , n. 130 Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 10/12/87 Charge: Glauco (1981)

	3 – Murilo Mendes: a poesia em pânico (p. 196-202)	Redação: O desenvolvimento do parágrafo dissertativo (p. 201-202)	Trecho de livro de divulgação científica: Marcondes Filho (1988) Fotografia não identificada
	4 – Jorge de Lima: a consciência mutante (p. 203-211)	Redação: A estrutura do texto dissertativo (p. 209-211)	Trecho de letra de música: Fortunato e Siqueira Jr. (1984) 2 trechos de crônica: Mendes (s.d). Charge: Liberati (s.d.)
	6 – Cecília Meireles: o efêmero e o eterno (p. 219-226)	Redação: Exercitando a estrutura dissertativa (p. 225-226)	Trecho de livro de divulgação científica: Marcondes Filho (1988)

Unidade 3	8 – Vinícius de Moraes: um cantor modernista (p. 232-245)	Redação: Interpretação de texto (p. 240-244)	Letra de música: Veloso (1984) Letra de música: Holanda e Hime (1984) Trecho de texto jornalística não identificado: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 19/03/87 Manchete: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 19/03/87 Fotografia não identificada Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>Folhetim</i> , 24/06/79 Charge: Henfil (s.d.) Manchete: <i>Visão</i> , 13/09/82 Trecho de texto jornalístico não identificado: <i>Família Cristã</i> , n. 605
Unidade 4	1 – A geração de 45. Clarice Lispector (p. 246-254)	Redação: Argumentação (I) (p. 252-254)	Artigo de opinião: Osakabe (1989) Artigo de opinião: Lacaz (1989) Artigo de opinião: Mello Neto (1989)
	3 – Guimarães Rosa: a linguagem reinventada (p. 261-269)	Redação: Argumentação (II) (p. 267-269)	Capítulo de livro de divulgação científica: Lanes (1978)
	5 – João Cabral de Melo Neto: a linguagem-objeto (p. 276-284)	Redação: Interpretação de texto (p. 283-284)	Poema: Melo Neto (1965) Charge: Nilson (1979)

	8 – Tendências da prosa contemporânea (p. 303-307)	Redação: Exercícios de linguagem (p. 306-307)	Trecho de romance: Ramos (1938) Trecho de conto: Veríssimo (1978) Trecho de ensaio: Candido (1971) Trecho de livro de divulgação científica: Bernadet (1980) 4 Charges: Henfil (s.d.); Frisson (s.d.); Angel (s.d.); Nicolíelo (s.d).
	9 – Tendências da poesia contemporânea: os anos 70 (p. 308-314)	Redação: Produção de texto (p. 313-314)	Poema: Ferreira Gullar (1981)
	11 – Panorama do teatro brasileiro (p. 320-334)	Redação: Exercitando para o vestibular (p. 325-334)	-

Fonte: Adaptado de Mitsunari (2020).

Para compor o *corpus* deste artigo, selecionamos 6 das 13 seções de redação apresentadas, nas quais os autores conceituam a dissertação. Essas 6 seções encontram-se hachuradas no quadro 1.

A primeira delas, “Redação: A dissertação”, é a seção de redação do capítulo 1 da unidade 3, “A segunda fase do Modernismo. A poesia. Carlos Drummond de Andrade”. Nessa, os autores definem o texto dissertativo como “texto que visa expor, de modo claro e objetivo, as idéias de seu autor acerca de determinado assunto” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 185, nossos grifos). Desse modo, há espaço para um ensino das formas imutáveis da língua. A clareza e a objetividade, pois, compreendem que há uma razão, centrada no sujeito, que pode interpretar a realidade articulando pensamento, língua e mundo em uma única relação termo a termo. Dessa identidade entre pensamento e objeto pensado pode decorrer uma relação conteudista com o ensino da dissertação a partir de estratégias de preenchimento, que presumem a aquisição de fundamentos de língua via leitura.

Cereja e Magalhães (1990), com efeito, preestabelecem, em seguida, a estrutura do parágrafo dissertativo: “o tópico frasal (ou idéia principal), o desenvolvimento (idéias secundárias que desenvolvem ou fundamentam o tópico frasal) e a conclusão (nem sempre presente, que retoma e sintetiza as ideias anteriores)” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 185). É dado, em um parágrafo inventado pelos autores, um exemplo de cada uma dessas partes ao aluno. Não se explica, contudo, como diferentes parágrafos se articulam em um texto dissertativo. A dissertação, assim, é um exercício de simulação de fazeres de caráter disciplinar.

São apresentados quatro tipos de tópico frasal – (i) declaração inicial; (ii) conceituação; (iii) divisão; (iv) interrogação –, e há três exercícios. O primeiro pede que o aluno crie um parágrafo dissertativo a partir de um tópico frasal inventado pelos autores, e o segundo, que ele crie um tópico frasal para um desenvolvimento também criado pelos autores. Esses exercícios, que tratam o parágrafo como uma unidade acabada de sentido, ainda passam a impressão de que a dissertação é uma justaposição de parágrafos e um exercício de simulação de fazeres. A terceira atividade, no entanto, que propõe que o aluno crie um parágrafo dissertativo a partir de uma charge de Glauco (*apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 187), publicada no n. 216 do *Folhetim* da Folha de S. Paulo de 08/03/1981⁴, na seção “Vira lata”, admite que, no exercício de simulação de fazeres da dissertação, haja um compromisso com o seu espaço-tempo. Há uma tentativa, desse modo, de aproximação do projeto de aula de produção textual como espaço de produção cidadã.

Essa tentativa, contudo, tem uma expectativa interlocutiva muito específica nesse terceiro exercício. No número do *Folhetim* da Folha de S. Paulo em questão, que tinha como tema “O que as mulheres tanto procuram?”, tratava-se do direito da mulher de trabalhar fora de casa, de explorar sua sexualidade e de escolher ou não o casamento e a maternidade. Nesse contexto, a seção “Vira lata” tinha como tema: “Se Deus fez o homem à sua imagem e semelhança por que a mulher saiu melhor?”. Esses temas, estilos e formas composicionais que constroem o sentido da charge, por fazerem parte de seu contexto de produção, recepção e circulação, no entanto, podem não ser depreendidos pelo aluno que não teve acesso ao jornal em casa ou na escola, pelo livro didático que fez um recorte descontextualizado.

A segunda seção de redação do volume 3 de *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) que conceitua a dissertação é “Redação: O desenvolvimento do parágrafo dissertativo”, seção do capítulo 3 da unidade 3, “Murilo Mendes: a poesia em pânico”. Nessa, como na seção sobre a dissertação anterior, insiste-se no parágrafo como uma unidade acabada de sentido. Os autores descrevem o desenvolvimento do parágrafo dissertativo como parte que visa fundamentar ou explicar o tópico frasal, através de exemplos, ilustrações, enumerações, causas, consequências, contrastes, testemunhos. Não se explica, contudo, como esses recursos, sobretudo, os dois últimos, podem construir a exposição de forma clara e objetiva.

Em seguida, em três exercícios, é estabelecido que o aluno deve: (i) identificar os recursos empregados no desenvolvimento de três parágrafos retirados de *Televisão, a vida pelo vídeo* (MARCONDES FILHO, 1988, p. 47 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 201) – e, dessa

⁴ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7609&anchor=4175939&origem=busca&originURL=>

Acesso em: 28 dez. 2020.

maneira, o texto jornalístico é (re)apresentado como um modelo, em seu aspecto formal; (ii) construir parágrafos dissertativos a partir dos assuntos “o voto aos dezesseis anos” e “a pena de morte”, temas até então inéditos na coleção; (iii) escrever, a partir de uma foto, de autoria desconhecida, de um idoso sentado em um banco público com um jornal, um parágrafo dissertativo cujo tópico frasal seja uma interrogação e cujo desenvolvimento se valha de causas e consequências. Esse último exercício, em especial, pode ser um verdadeiro desafio para o aluno. A fotografia não é um objeto de ensino da coleção, é apresentada apenas como um texto motivador de redação. Desse modo, o aluno precisa sozinho apreender as semelhanças entre o texto visual e o texto dissertativo.

No capítulo 4 da unidade 3, “Jorge de Lima: a consciência mutante”, na seção “Redação: A estrutura do texto dissertativo”, finalmente, os autores têm como objetivo definir o texto dissertativo como um todo: tese, desenvolvimento e conclusão. Nessa seção também buscam inserir a dissertação em esferas reais da atividade humana, ao afirmarem: “a todo instante deparamos com textos dissertativos. Eles estão nos jornais, nos livros didáticos e científicos e, às vezes, até mesmo no interior de certas narrativas mais longas, como os romances” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 209). Respondem, desse modo, às pesquisas da década de 1980 que questionavam as condições de produção e de circulação dos gêneros escolares.

Para Cereja e Magalhães (1990), devem ser preestabelecidas técnicas objetivas e devem ser apresentados modelos de texto para que o aluno se sinta preparado para sua integração à sociedade letrada, dos jornais, dos textos científicos e de certas narrativas longas, como o romance. Assim, apresentam mais um trecho de *Televisão, a vida pelo vídeo* (MARCONDES FILHO, 1988, p. 26-27 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 210-211), texto caracterizado como dissertativo. O trecho em questão trata da parcialidade de algumas formas de comunicação, como a literatura, o teatro, a pintura e o rádio, que “não possuem limites fixados, horizontes delimitados, não fecham a mensagem” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 27 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 211). Essa definição de parcialidade, na voz de autoridade do texto de Marcondes Filhos (1988), corrobora com a visão anteriormente apresentada de que se pode interpretar transparente e objetivamente a realidade, articulando pensamento, língua e mundo em uma única relação termo a termo. O aluno, entretanto, poderia se sentir confuso, nesse momento, em relação à seção anterior, na qual se aproximava a linguagem da fotografia, texto visual como a pintura, da linguagem clara e objetiva do texto dissertativo.

Há quatro exercícios que demandam que o aluno identifique no excerto parágrafos de tese, desenvolvimento e conclusão; quais recursos foram utilizados em cada uma dessas partes; e de que forma esses recursos comprovam a tese do texto. Esse tipo de análise, no entanto, não fora feito anteriormente pelos autores. Opta-se, assim, por uma metodologia transmissiva de

descrição da língua, baseada na exposição dedutiva. Por fim, propõe-se que o aluno escreva uma dissertação, a partir de uma charge de Liberati retirada de seu contexto de circulação; de um trecho da letra de *Nada tanto assim* (LEONI; FORTUNATO, 1984 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 21); e de dois excertos de *Ser brotinho* (CAMPOS, 1961 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 211). Os três textos tratam, sob uma mesma perspectiva, mas em linguagens diferentes, da futilidade da juventude. A comparação desses discursos alheios poderia servir para mostrar para o aluno como diferentes construções composicionais constroem de maneiras também diferentes o sentido. No entanto, eles se tornam, antes, um objeto de distinção que só pode ser compreendido por aqueles que têm a formação que o discurso autoral não fornece, ou ainda, uma voz de autoridade que deve ser por ele reproduzida, uma vez que o foco é identificar fundamentos de língua em textos modelos e completar estruturas preestabelecidas.

No capítulo 1 da unidade 4, “A geração de 45. Clarice Lispector”, na seção “Redação: Argumentação (I)”, o objetivo é definir o conceito de argumentação em oposição ao conceito de dissertação:

Poucos autores fazem distinção entre a dissertação e a argumentação. Isso se deve ao fato de ambas apresentarem a mesma estrutura: tese, desenvolvimento e conclusão. A diferença essencial entre esses dois tipos de texto reside no papel que cumpre cada um, ou na sua intenção: enquanto a dissertação é uma mera exposição de idéias acerca de determinado assunto, a argumentação visa, sobretudo, persuadir o leitor acerca da nossa posição. Por isso, quanto mais polêmico for o assunto em questão, mais dará margem à abordagem argumentativa (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 252, grifos nossos).

Após essa definição, são (re)apresentados os artigos de opinião “Polícia para quem precisa” (OSAKABE, 1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 253)¹⁸; “Todos contra todos” (LACAZ, 1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 254)¹⁹; e “Da livre manifestação ao vandalismo” (MELLÃO NETO, 1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 254). Os três artigos foram publicados na seção “Tendências e Debates” da Folha de S. Paulo de 07/10/1989, que na ocasião, perguntava aos três diferentes especialistas: “Você acha que pichação é caso de polícia?”, assunto controverso que reitera a definição de argumentação de Cereja e Magalhães (1990). Há três perguntas de verificação de leitura do texto de Osakabe (1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 253).

Na proposta de produção de texto, pede-se que o aluno escreva um texto argumentativo a partir dos textos de Guto Lacaz (1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 254) e de João Mellão Neto (1989 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 254), que trazem posições distintas, também enfatizando o caráter polêmico do texto argumentativo. A seção de

redação opõe, desse modo, o texto argumentativo, que permite a abertura a diferentes posicionamentos e a expressão da posição do aluno, à dissertação, exposição de ideias alheias, vozes de autoridade. As temáticas das propostas de produção de dissertação anteriores – o voto aos dezesseis anos, a pena de morte e a futilidade da juventude –, no entanto, contrariam a indicação dessa seção de que quanto mais polêmico for o assunto, mais distante estará da dissertação.

No capítulo 3 da unidade 4, “Guimarães Rosa: a linguagem reinventada”, na seção “Redação: Argumentação (II)”, mantém-se esse impasse. (Re)apresenta-se, inicialmente, “A geração sem palavras”, capítulo de *Laboratório de literatura* (LANES, 1978 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 267-268). Em seguida, os autores propõem ao aluno que, em classe, a partir do excerto e de um entre três temas – (i) a geração sem palavras; (ii) o papel da literatura e da arte no mundo da tecnologia; (iii) homem do século XX: criatura intransitiva –, escolha posicionar-se contra ou favor ao tema escolhido em um debate com seus colegas de sala, coordenado pela professora. Há, ainda, uma proposta de redação de uma dissertação, apesar de a seção ter como objeto de ensino a argumentação, a partir de um entre cinco temas: (i) formação profissional; (ii) aborto; (iii) contos de fadas; (iv) reforma agrária; (v) ensino público e gratuito. Temas polêmicos, contrariam a definição de dissertação da seção de redação anterior. Sugere-se que o aluno realize uma pesquisa em jornais, revistas, enciclopédias e livros especializados para escrever a dissertação e que siga, ainda, o esquema “tese, argumentos a favor, argumentos contra, conclusão” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 269), não apresentado anteriormente. Reforça-se, dessa maneira, a metodologia transmissiva de descrição da língua, baseada na exposição dedutiva.

Na última seção de redação da coleção, “Redação: Exercitando para o vestibular”, seção do capítulo 11 da unidade 4, “Panorama do teatro brasileiro”, são enumeradas 10 recomendações para o aluno “enfrentar tranquilamente qualquer tema proposto pelo vestibular” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 325): (i) fazer um rascunho; (ii) não rasurar e escrever com letra legível; (iii) não fugir do tema proposto e, se ele for muito amplo, delimitá-lo; (iv) atenção ao tipo redacional pedido e à estrutura própria de cada tipo; (v) lembrar-se de que “a redação visa avaliar seu desempenho de língua escrita (e não falada). Portanto, empregue bom vocabulário, esteja atento às regras de sintaxe, busque clareza, elegância, estilo” (CEREJA; MAGALHÃES, 1990, v. 3, p. 326); (vi) fazer uma revisão gramatical antes de entregar a redação; (vii) o conteúdo deve ser rico e profundo, evitando radicalizações, críticas pessoais ou defesa de ideias sectárias ou partidárias; (viii) não ultrapassar o limite de linhas recomendado; (ix) mesmo que não seja pedido, dar um título; (x) ficar tranquilo e fazer o melhor possível. São frisados, desse modo, os aspectos formais da redação.

Em seguida, há doze propostas de redação de provas de universidades diversas, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; a Fundação Getúlio Vargas; a Fundação Armando Álvares Penteado; o Instituto Tecnológico de Aeronáutica; a Universidade Federal da Bahia; a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade de São Paulo. Dentre as doze, três exigem que o aluno escreva uma dissertação, uma solicita uma dissertação argumentativa e oito são propostas de redação livre, narração ou carta.

As três propostas de dissertação assemelham-se bastante às das seções anteriores da coleção. A primeira proposta é do vestibular da Fundação Armando Álvares Penteado de um ano não identificado. Nessa, é (re)apresentado um trecho do romance *O prisioneiro* (1967), de Érico Veríssimo, a partir do qual o aluno deve redigir seu texto com o tema “As palavras são as sombras das coisas”. Há nove recomendações para a elaboração da dissertação, separadas nos planos do conteúdo, da estrutura e da correção, que evidenciam o aspecto formal da redação e seu intuito disciplinar. A segunda proposta é do vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica de 1989, que expõe a estrutura da dissertação de introdução, desenvolvimento e conclusão e, em seguida, pede que o aluno exponha seu ponto de vista sobre o tema “A Terra é um só país e os seres humanos seus cidadãos”, frase de Bahá'u'lláh⁵, descontextualizada. A terceira proposta, por fim, é do vestibular da Universidade Estadual de Campinas de 1990. Nessa, o aluno deve escolher entre redigir uma dissertação com o tema “Nossa sociedade de final de século e seus heróis”, a partir de quatro textos jornalísticos; escrever uma narração sobre a investigação de mortes ocorridas em circunstâncias misteriosas, descritas em dois excertos de textos não identificados de Woody Allen e Agatha Christie; e escrever uma carta ao editor da *Veja*, comentando uma de duas cartas enviadas à revista, publicadas no seu nº 18 do ano 22.

A proposta de redação do vestibular da Universidade de São Paulo de 1990 (re)apresenta um conceito inédito para as formas de (re)apresentação da dissertação em *Português: Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990). O conceito de dissertação argumentativa era então novidade não só na coleção, como também nos livros didáticos de língua portuguesa e nos vestibulares. No levantamento feito pelo Estadão das provas de redação de 1977 aos dias atuais da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)⁶, responsável pelo vestibular da Universidade de São Paulo, observa-se que até 1984, utilizava-se o conceito de texto em prosa.

⁵ Autor iraniano de várias obras religiosas da Fé Bahá'í.

⁶ Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/public/educacao/fuvest-redacoes/>. Acesso em: 19 de out de 2019.

De 1985 a 1989, utilizava-se o conceito de dissertação. Em 1990, apareceu o conceito de dissertação argumentativa pela primeira vez.

O especificador “argumentativa” pressupõe que nem toda dissertação é argumentativa, ou então, que a dissertação não é em si um gênero argumentativo, conforme as seções “Redação: Argumentação (I)” e “Redação: Argumentação (II)”. Em suma, nem todo texto é argumentativo sob essa perspectiva. Ora, apenas uma percepção monológica da língua, que ignora a participação ativa e necessária de um interlocutor em toda comunicação verbal, parte de uma cadeia de comunicação discursiva ininterrupta, compreende que nem todo texto é argumentativo. Por mais que se busque, dessa forma, dar uma função social à dissertação com o adjetivo “argumentativa”, resta a indagação: será que a dissertação, tipo textual ou gênero escolar, como intercambiam as definições de Cereja e Magalhães (1990) para ela, é capaz de preparar para o exercício cidadão?

Para responder a essa pergunta, deve-se levar em consideração que os textos visuais, verbo-visuais e verbais não são (re)apresentados como objetos de ensino. Esses discursos alheios são objetos de distinção (re)apresentados pela coleção didática em uma metodologia transmissiva de descrição da língua, baseada na exposição dedutiva, e assim, só podem ser compreendidos e se tornar interlocutores do texto daqueles que têm a formação que o discurso autoral não fornece, ou funcionam como vozes de autoridade a serem reproduzidas, o que distancia a dissertação do exercício cidadão que os autores se propõem a simular. Há, nesse caso, um exercício disciplinar de formas e de ideias.

Considerações finais

Tomando o livro didático como gênero do discurso, compreende-se que *Português: linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 1990) é um momento da comunicação discursiva ininterrupta sobre o conceito de dissertação que guarda uma memória sobre ele. Sua expressividade é determinada tanto pelo discurso alheio imediato sobre esse objeto de ensino, conforme os estudos sobre o ensino da produção textual que se desenvolviam na década de 1980 e os documentos oficiais, quanto pelo discurso alheio não imediato, visões desse conceito no “grande tempo” (BAKHTIN, 2003, p. 362) que, mesmo que contraditórias, são tendências sobre o mesmo tema ao qual se responde.

Interpretar os discursos alheios em sua (re)apresentação da dissertação como seus elementos constitutivos, vozes que perpassam sua arquitetônica de realização às quais ele ativamente responde, auxilia-nos a fugir de um caráter essencialmente avaliativo, que segundo Bunzen (2005, p. 12), busca apenas uma vigilância epistemológica. O livro didático não é mera transposição de uma teoria linguística e de documentos oficiais. Esse ponto de vista, ainda

segundo o linguista, transfere para o livro didático toda a responsabilidade docente e cria um alibi para o fracasso escolar.

Há, nele, pois, a hipótese de que o problema do ensino de língua materna são os livros didáticos e que, com a sua melhoria, automaticamente, há uma mudança positiva nas práticas de ensino. Essa perspectiva surgiu com força, justamente, na década de 1980 (MUNAKATA, 2003), como forma de lutar contra a ditadura militar. Tal qual se compreendeu, contudo, nessa época, que o caráter interacional do texto é essencial no ensino de sua produção, para que não se permaneça preenchendo lacunas com as vozes de autoridade de um outro desconhecido, é necessário considerar o caráter interacional do livro didático, de responder a diferentes esferas de produção, avaliação e circulação e de se posicionar a diferentes concepções de língua e de ensino-aprendizagem de língua materna no plano do “grande tempo” (BAKHTIN, 2003, p. 362), para que esse não seja a voz de autoridade e a voz autoritária em sala de aula.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro&João, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **A teoria do Romance I. A estilística**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Org., Trad., posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: 34, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.
- BRASIL. **Decreto nº. 79.298, de 24 de fevereiro de 1977**. Altera o Decreto nº. 68.908, de 13 de julho de 1971 e dá outras providências. Brasília, 1977.
- BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da lei n nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, 1982
- BOURDIEU, Pierre. Le trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 30, p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Tradição erudita e conservação social. In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BUNZEN, Clécio. **Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BUNZEN, Clécio. Reapresentação de objetos de ensino em livros didáticos de língua portuguesa: um estudo exploratório. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores**. Campinas: Mercado de letras, 2007, p. 79-108.

BUNZEN, Clécio; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005, p. 73-117.

CAMPOS, Maria Inês Batista. **Dissertação nos manuais escolares do ensino médio: entre mudanças e permanências**. Conexão letras, v. 13, n. 19, p. 101-113, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.85036>

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Da leitura à produção do texto: uma modalidade de ensino de redação. **Alfa**, v. 36, p. 25-38, 1992.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Língua e literatura**. São Paulo: Ática, 1982
GERALDI, João Wanderley. Prática de produção de textos na escola. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 7, 1986.

LEMOS, Cláudia. Redações de vestibular: algumas estratégias. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n. 23, 1977.

MARTOS, Cloder Rivas; MESQUITA, Roberto Melo. **Fundamentos de língua e literatura**. São Paulo: Saraiva, 1987.

MATTOS, Geraldo. **Teoria e prática de língua e literatura**. São Paulo: FTD, 1982

MITSUNARI, Nathalia Akemi Sato. **A dissertação nos livros didáticos de língua portuguesa de 1980-1990: uma presença constante**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-03082020-204747>

MUKANATA, Kasumi. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade. **Historia de las ideas, actores y instituciones educativas**. Memoria del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latino Americana. San Luis Potosí. 2003.

PALMA, Dieli Vesaro; FRANCO, Maria Ignez Salgado de Mello. A década de 1980: suas características principais. In: BASTOS, Neusa Maria; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). **Língua Portuguesa na década de 1980: linguística, gramática, redação e educação**. São Paulo: Terracota, 2018, p. 9-28.

PIETRI, Émerson de. Sobre a constituição da disciplina curricular de língua portuguesa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, 2010, p. 70-197. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100005>

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011, p. 53-62.

RIO DE JANEIRO. Ministério do Estado de Educação e Cultura. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro, 1958.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. CENP. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. Coletânea de textos. v. III. São Paulo: SE/ CENP, 1988.

SOARES, Magda. Português na escola. Uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2012, p. 141-161.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo, 34, 2017.

Fonte

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. São Paulo: Atual, 1990. v. 3.

Gêneros argumentativos no *Currículo da Cidade*

Elvis Lima de Araújo

Introdução

Ao passo em que se inicia esta discussão, cabe salientar que o presente pesquisador é integrante do grupo de pesquisa “Linguagens, discurso e ensino”¹, coordenado pela Professora Dra. Maria Inês Batista Campos. A linha de pesquisa atual é identificada como “Linguística textual e Teorias do discurso no Português” e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP”.

No Brasil, a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos/EJA aparece como tentativa dessa população reingressar à escola para ter acesso ao conhecimento formal. A partir dos 15 anos, jovens, adultos e idosos têm oportunidade de ampliar sua formação pessoal e profissional, frequentando a escola no turno noturno. O ensino para esses alunos precisa se apoiar num currículo análogo às demandas sociais emergentes, dando condições ao seu pleno funcionamento. Nas duas primeiras décadas do século XXI, os estudantes têm passando por mudanças e, a juvenilização constitui-se como característica desse público multigeracional. Isso se deve por uma vida longe dos bancos escolares, ou por memórias de insucesso nas turmas regulares, de modo que a EJA representa uma oportunidade de ampliação da ação cidadã.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE² mostram que em 2018 o país ainda apresentava 11,5 milhões de pessoas não alfabetizadas. A maioria está situada nas regiões Norte e Nordeste, ou seja, mais afastadas dos grandes centros econômicos do país. Esse panorama nos ajuda a compreender a necessidade de maior investimento em políticas públicas de apoio a uma parcela significativa da população que, pelas adversidades da vida, vive marginalizada numa sociedade capitalista e competitiva. As questões voltadas à dignidade e cidadania ganham notoriedade, uma vez que a luta pela sobrevivência permeia contextos em que a escola não tem conseguido se fazer perene.

No ensino formal, cabe a organização de um currículo que dialogue com a realidade e corrobore com a efetivação de aprendizado, ampliando as oportunidades de participação social, além da garantia de direitos. Historicamente, o país sempre apresentou altos índices de

¹ Site do grupo de pesquisa: <https://discursoensino.fflch.usp.br/>. Acesso em 02 ago. 2021.

² Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em 02 ago. 2021.

analfabetismo, possivelmente pelos incentivos públicos muito escassos em relação ao acesso e permanência de alunos nas escolas – principalmente entre os menos favorecidos. Para esses sujeitos, a busca pelo trabalho sempre ocupou prioridade, pois na sociedade capitalista a sobrevivência advém com o capital. Volóchinov (2018 [1929]) reflete sobre o mundo dos signos para explicar a natureza ideológica da linguagem e, com isso, estabelece a importância dos sistemas de produção e suas condições de funcionamento. De acordo com o linguista russo, “[...] um instrumento de produção é em si mesmo privado de significação e possui apenas uma utilidade: a de servir para algum objetivo de produção” (2018 [1929], p. 92), na verdade, o que se persegue é a noção consciente de que é necessário fomentar a voz da língua em uso no contexto social. O desenvolvimento de currículos genéricos, pautados em referenciais curriculares nacionais, sem especial atenção às especificidades locais, corrobora a disjunção entre o que se objetiva e o que realmente se faz.

A partir da necessidade de se observar a atualização referente a um currículo de língua portuguesa que privilegie a participação cidadã, este artigo tem como objetivo analisar os encaminhamentos propostos no “Currículo da Cidade” de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (documento da prefeitura de São Paulo, 2019) em torno do ensino da argumentação. As propostas de argumentação do documento tratam de aspectos relacionados à formação de opiniões, conhecimento e defesa de direitos sociais e trabalhistas, constituindo assim o processo de emancipação social.

Em relação aos direcionamentos pedagógicos, o “Currículo da Cidade” (SÃO PAULO, 2019) mantém estreita relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto na Agenda 2030 da UNESCO (2017). Com um total de 17 objetivos, esse documento se estrutura no conjunto de metas, no que se refere EJA, representa avanços com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Esses objetivos estão compreendidos em 169 metas ambiciosas para o cumprimento pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). A integração do Currículo da Cidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se dá tanto por escolhas temáticas de assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula nos diversos componentes curriculares, quanto na escolha das metodologias de ensino que priorizem uma educação integral, em consonância com a proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO. (SÃO PAULO, 2019, p. 35).

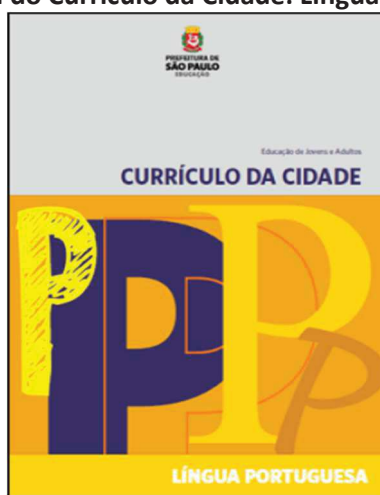
A articulação curricular dos objetivos de desenvolvimento da aprendizagem com a temática da sustentabilidade instaura uma relação de concretude linguística e dialoga com a realidade dos jovens e adultos e responde a uma agenda internacional sobre o direito a educação. Sua emergência se dá a partir da necessidade de ampliar oportunidades de acesso e

permanência de sujeitos nas escolas, assim como intensificar ações de melhoria da qualidade de vida.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ODS (UNESCO, 2017) enfatizam tratar de conhecimentos historicamente construídos com temáticas relacionadas à ação concreta de uso da língua. Insere-se nessa discussão a importância de proposições teórico metodológicas sobre o ensino de língua portuguesa numa visão horizontal, construída a partir da realidade local com abrangência global. No que tange ao ensino da argumentação, os temas apresentados pelos ODS possibilitam atenção à ação docente no ensino de língua amparado na concretude linguística.

O “Currículo da Cidade: Educação de Jovens e Adultos: Língua Portuguesa” configura-se como um documento norteador, instituído na rede municipal da cidade de São Paulo para orientar o ensino de língua portuguesa na EJA. Trata-se de uma “resposta” ao processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018)³, que, dentre outras orientações, estabelecia que estados e municípios efetivassem suas propostas curriculares.

Figura 1 – Capa do Currículo da Cidade: Língua Portuguesa: EJA



Fonte: Capa do documento da prefeitura de SÃO PAULO – SP (2019).

A escolha pela observação e análise sobre as normativas curriculares para o ensino da argumentação na EJA ganham relevância nesta discussão, pois instaura reflexões sobre políticas públicas afirmativas direcionadas a sujeitos historicamente marginalizados. Entende-se assim, que o ato de argumentar intensifica diálogos, pontos de vista, enfim, amplia e permite maior atenção à ação cidadã.

Como problemática, as propostas de argumentação presentes no “Currículo da Cidade” para o e EJA, e os encaminhamentos propostos ganham atenção nesta discussão. Trata-se de

³ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 30 ago. 2021.

uma pesquisa documental, sustentada pela teoria bakhtiniana, com discussões referentes aos conceitos de língua e gêneros discursivos. Em relações ao embasamento sobre a argumentação, referencia-se a pesquisadora Ruth Amossy, com discussões sobre a *doxa* argumentativa e a relação entre orador e auditório no discurso.

São premissas deste estudo as ideias de que o ensino da argumentação, com a ação docente alicerçada pelos gêneros discursivos, possibilita ampliação da ação cidadã; e que a língua em uso se configura como representativa da heterogeneidade linguística. Assim, faz-se necessária a oferta de um ensino de língua que contemple, da concepção à prática, um currículo que dê visibilidade à diversidade enunciativa, fortalecendo assim a identidade e identificação dos educandos com aquilo que lhes é oferecido nas instituições formais de ensino.

Em relação à identificação das seções, este artigo compõe-se, na primeira seção, do item “Língua, gêneros discursivos e ensino da argumentação: possibilidades de atualização”, com discussões sobre a atenção à atuação discursiva da língua em uso a partir dos gêneros discursivos argumentativos; na segunda seção “Encaminhamentos para discussão e análise das orientações sobre o ensino da argumentação”, organiza-se a metodologia com identificação da materialidade, singularidade e combinatória, assim como estabelecimento de categorias para análise do *corpus*; na sequência, tem-se a seção “Direcionamentos curriculares sobre os gêneros discursivos e o ensino da argumentação”, na qual se efetivam as discussões de excertos representativos do *corpus* de análise e compreensão dos direcionamentos sobre o ensino da argumentação no documento (SÃO PAULO, 2019); por fim, com as “Considerações finais”, reforça-se a discussão a partir de respostas sobre a problemática da pesquisa.

1 Língua, gêneros discursivos e ensino da argumentação: possibilidades de atualização

Nesta seção, são discutidos os conceitos teóricos de língua, gêneros discursivos e ensino da argumentação sob a perspectiva enunciativa discursiva, própria da teoria bakhtiniana. Para isso, se faz necessária também a identificação da constituição heterodiscursiva dos estudantes da EJA, uma vez que suas características e realidades sócio-históricas acompanham a escolha e foco deste trabalho, que é a argumentação no Currículo da Cidade.

Os sujeitos que estudam na Educação de Jovens e Adultos/EJA figuram na modernidade como um público diverso, constituído em sua maioria pela classe trabalhadora. O ingresso/ retorno/ transferência dos estudos para classes multigeracionais, refletem atenção às relações de valores em torno do que se deseja alcançar e o que as escolas oferecem em termo de currículo. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de atenção ao ensino da argumentação

como possibilidade de ampliação da ação cidadã e, conseqüentemente, considerar a heterodiscursividade constituinte desse público na proposição de documentos normativos.

O acesso e a permanência dos estudantes da EJA nos espaços formais de ensino, em sua grande maioria as escolas, são vistos nesta discussão como conquista de direitos, muitas vezes conseguidos por meio de grande pressão popular. Assim, há necessidade de desenvolvimento de currículos com vistas aos interlocutores mais diretos, com observação de seus valores, culturas, enfim, de questões que constituem as realidades de vida de pessoas historicamente marginalizadas.

Em relação ao ensino de língua portuguesa, há de se observar que, independente da modalidade, deve-se considerar a constituição curricular a partir de situações de uso. No que refere à EJA, essa reflexão ganha ainda mais notoriedade, uma vez que a longa tradição formal representa uma memória de ensino pautada no texto, sem atenção maior para ações concretas de usos da língua. Convém ratificar a importância do estabelecimento de proposições curriculares que possibilitem a integração de saberes, igualmente articulados, numa conjuntura que relacione à diversidade uma tensão de forças de progressão linguística.

A atenção aos ideais de diversidade e progressão linguísticas, no ensino, perpassa pela organização de documentos normativos que privilegiem a língua em uso, constituindo assim perspectivas de ensino e aprendizagem baseadas na heterogeneidade. Nesse sentido, observa-se demasiada atenção à presença de interlocutores que, na constituição de enunciados, respondem dialogicamente ao outro nas relações discursivas em que então inseridos.

A noção da presença do outro na construção de cadeias discursivas ampara-se na teoria bakhtiniana, de tradição russa e difundida no Brasil na década de 90, através de políticas que redemocratizaram o ensino através de reestruturações curriculares. Os ensinamentos do filósofo russo Mikhail Bakhtin e o Círculo auxiliam o redirecionamento da natureza diversa da língua, elevando assim o que ora se desenha como língua em uso. Nesse sentido, a natureza constitutiva de enunciados considera a presença do outro como mote nas relações discursivas e se organiza na consolidação de enunciados concretos. Essa dinâmica identifica a noção de incompletude heterodiscursiva e insere questões ideológicas também como constituintes da natureza dialógica da linguagem.

Os indivíduos não recebem em absoluto uma língua pronta; eles entram nesse fluxo de comunicação discursiva, ou mais precisamente, é nesse fluxo que sua consciência se realiza pela primeira vez. Apenas no processo de aprendizagem de uma língua alheia a consciência pronta – pronta graças à língua materna – opõe-se uma língua também pronta, a qual resta-lhe apenas aceitar. A língua materna não é recebida pelas pessoas; é nela que elas despertam pela primeira vez. (VOLÓCHINOV, 2018 [1929], p.198).

No capítulo “O discurso na poesia e o discurso no romance” (2015 [1975]), Bakhtin discute a presença do outro nos enunciados que se constituem como elos que suscitam respostas. Observa-se a ação concreta da língua na forma de atualização enunciativa, uma vez que instaura representações históricas inerentes à memória de língua e, conseqüentemente, às instâncias de uso.

A língua, como meio concreto vivo habitado pela consciência do artista da palavra, nunca é única. Só é única como sistema gramatical abstrato de formas normativas, desviada das assimilações ideológicas concretas que a preenchem e da contínua formação histórica da língua viva. A vida social viva e a formação histórica criam no âmbito de uma língua nacional abstratamente única uma pluralidade de universos concretos, de horizontes verboideológicos sociais e fechados. (BAKHTIN, 2015 [1975], p. 63).

A língua atualiza-se nos enunciados concretos, uma vez que esses convocam, e instauram, respostas. Assim, criam-se relações dialógicas necessárias para a efetivação de sua língua, além de estabelecer efeitos de sentidos necessários para compreensão do contexto. São as relações dialógicas, permeadas pela presença do outro, que constituem a natureza heterodiscursiva da língua e por assim dizer, constituem seus efeitos de sentidos. Nesse construto, a ideia de um ser humano múltiplo, diverso e inconcluso, identifica tensões discursivas que ora ampliam, e ora unificam suas formas de atenção à diversidade, em detrimento de uma centralização que eleva a instituição escola a um *status* de agente normatizador.

O sistema que direciona políticas linguísticas sobre o ensino de língua portuguesa dimensiona a norma culta como ideal a ser ensinado. O contraponto situa-se numa realidade tradicional que não valoriza a diversidade característica da heterogeneidade da população brasileira – daí surgem as expressões “falar certo” e “falar errado”. Esse silenciamento heterodiscursivo é percebido na própria tradição docente de utilizar os livros didáticos como manuais de ensino.

O fortalecimento do diverso em detrimento da centralização linguística identifica a heterodiscursividade e impõe a emergência de novas políticas sobre o ensino de língua portuguesa com vistas à elaboração de documentos curriculares que tratem a diversidade linguística como real possibilidade de uso, ressignificando a noção de completude/incompletude entre interlocutores. Infere-se aqui a natureza de língua viva e em constante atualização, pautando-se no outro como pertencimento e aprimoramento constitutivos da memória de ensino de língua e formação de sentidos.

Os valores constituintes e mantenedores de potência de sentido se atualizam através de padrões historicamente desenvolvidos na esfera social. O que potencializa os direcionamentos linguísticos são as forças de abertura e tensão discursivas (Bakhtin, 2015 [1975]), que viabilizam a atualização da língua. Nesse construto, as divisões de classes sociais, fomentadas por questões ideológicas, instauram valores sociais e evidenciam padrões sociais que devem ser seguidos. Historicamente, o acesso ao ensino formal no Brasil sempre privilegiou classes economicamente mais abastadas. A classe trabalhadora, na questão da valorização da sua diversidade linguística, manteve-se silenciada. Com isso, as tensões linguísticas de centralização têm, na longa tradição formal, privilegiado a norma culta da língua como padrão no ensino.

Nessas relações entre as forças de abertura e centralização discursivas, a língua atualiza-se e os direcionamentos de políticas públicas em torno do ensino se concretizam. Com os ideais de língua em uso, a diversidade linguística não se apresenta nos currículos de língua portuguesa apenas como conteúdo a ser ensinado. Pelo contrário, a diversidade é vista como forma de dar sentido de progressão ao ensino de língua portuguesa no país, uma vez que considera a diversidade como constituinte de sua atuação.

Infere-se então, que a língua se atualiza constantemente mediada por tensões discursivas oriundas de uma memória construída historicamente. Essa discussão retoma questões de ensino com índices de valor social que sinalizam as esferas mercadológicas, educacionais e políticas. Desse construto emergem produções de manuais para escolha e produção de documentos normativos que corroboram o reforço e/ ou transformação axiológica sobre políticas linguísticas. Assim, merece relevância a discussão sobre as práticas de linguagem necessárias para ampliação da língua em uso relacionadas ao ensino, e os gêneros do discurso como potencializadores de dessa efetivação.

As discussões sobre os gêneros discursivos sempre estiveram no campo de visão da teoria bakhtiniana, uma vez que identificam campos de atuação da língua, assim como as esferas de circulação. Volóchinov (2018 [1929]) estabelece a relação entre tema e significado como formas de efetivação e uso da palavra: “[...] o tema deve ser único, caso contrário não teremos nenhum fundamento para falar sobre um enunciado. Em sua essência, o tema deste é indivisível e irrepetível como próprio enunciado. Ele expressa a situação histórica concreta que gerou o enunciado” (2018 [1929], p. 228). A temática é responsável por dar sentido aos enunciados que, ampliam as suas possibilidades de atuação, e ativam a perspectiva enunciativo-discursiva, necessária para compreensão da dimensão sócio-histórica e cultural envolta da diversidade linguística.

Para ampliação das discussões sobre os gêneros discursivos, é importante destacar que, há muitas controvérsias e discussões difusas sobre esse assunto. Não é incomum observar

discussões que tratem os conceitos de tipologia, gênero textual gênero discursivo num mesmo bojo. No entanto, são assuntos distintos e, conforme efetivação prática relacionada ao ensino de língua portuguesa, a perspectiva da tipologia textual não acompanha as nuances necessárias para atualização do texto no que tange aos gêneros discursivos.

Falamos apenas através de certos gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados têm *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do conjunto*. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discursos orais (e escritos). Em *termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em *termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente a sua existência. (BAKHTIN, 2016 [1952-53], p. 38, itálicos do autor).

Mesmo sem ter conhecimento formal dos gêneros do discurso, o falante os utiliza com proficiência da língua viva. Seja numa conversa informal com amigos, seja numa entrevista de emprego, enfim, os gêneros discursivos, através de enunciados, se estabilizam e se efetivam em diversas formas típicas. Cabe destacar que, ainda de acordo com Bakhtin (2016 [1952-53]), os gêneros do discurso se constituem a partir de três elementos indissolúveis: conteúdo temático, estilo e construção composicional. A complexidade que envolve o repertório de gêneros compõe sua heterogeneidade e alimenta a fonte inesgotável que os atualiza, ou seja, ou seja a língua em uso.

As formas de atuação dos gêneros discursivos se orientam a partir de esferas mais próximas (cotidianas, ou primárias) e mais distantes (com maior complexidade, ou secundárias) e se moldam a partir de campos da atividade humana. Seja no meio jornalístico, poético, literário, da vida pública, enfim, os gêneros se estabilizam e suscitam respostas de interlocutores imersos nas diversas situações comunicativas.

Em relação aos documentos norteadores curriculares, as esferas que os mobilizam são orientadas a partir relações constituídas. O processo de elaboração efetivação dos mesmos, nas diversas unidades federativas do país, passa pelo crivo de profissionais com concepções distintas sobre a natureza linguística. Aos profissionais da educação, a noção de língua em uso e da natureza dialógica de enunciados é de suma importância para que o ensino de língua portuguesa privilegie a diversidade constituinte dos sujeitos.

A perspectiva dialógica, no trato com o ensino da língua portuguesa, coaduna com a concepção da presença do outro nos enunciados. Historicamente, os currículos de língua portuguesa sistematizam estudos de textos que, muitas vezes, silenciam a concretude heterodiscursiva e isso evidencia a necessidade do trato didático cada vez mais contextualizado e de natureza inclusiva.

A análise da oração orienta-se na busca do que na língua é sistemático, organizado em estruturas, operando com categorias pré-definidas, exatamente o que tem subsidiado tradicionalmente o ensino de língua materna. O enunciado concreto apoia-se em outras bases. Comporta o já-dito, as antecipações, as relações entre, no mínimo, dois sujeitos sociais. O estudo da linguagem, a partir do enunciado concreto, introduz uma noção de texto, como um acontecimento, uma resposta a outros textos, que tratam do mesmo objeto do discurso, e, com os quais se relaciona, ao mesmo tempo, que é uma resposta orientada ao seu interlocutor. (CAMPOS, 2016, p. 127).

Essa visão sobre a relação de incompletude estabelecida entre enunciados se faz necessária para a orientação sobre objetos do discurso. Como exemplo, podem-se citar os gêneros discursivos relacionados à argumentação. Seja o artigo de opinião, o editorial, a carta do leitor, enfim, para que esses gêneros assumam a natureza discursiva se faz necessária a observação de suas esferas de circulação, assim como dos modos de atuação na vida. Dessa visão, depende a eficácia do ensino de língua, em se tratando da perspectiva enunciativo-discursiva discutida na teoria bakhtiniana. O que se perscruta é a relação de pertencimento e concretude linguística necessária para ampliação de oportunidades na esfera educacional. Com isso, justifica-se a escolha pelo exemplo da argumentação por sua característica maior, que é a efetivação da participação e da ação cidadã. No caso dos alunos da EJA, o domínio de gêneros que lhes permitam maior domínio capacidade argumentativa amplia oportunidades e progressão na melhoria da qualidade de vida, assim como na constituição da cidadania.

A professora Ruth Amossy, na obra *A argumentação no discurso* (2018), discute sobre a natureza dialógica presente na palavra argumentativa. Assim, a argumentação prevê a presença do outro através da interlocução necessária para a arte do convencimento. Nesse construto, doxa e auditório são necessários na construção do orador, que tem um alocutário subentendido.

Em outros termos, o auditório possui um papel capital na medida em que ele define o conjunto das opiniões, das crenças e dos esquemas de pensamento no qual a fala, que visa a levar à adesão, pode se apoiar. Adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta sua doxa. Prolongando as perspectivas aristotélicas sobre a importância dos lugares comuns. (AMOSSY, 2018, págs. 54-55).

Compreende-se assim, que os esquemas argumentativos levam em consideração os interlocutores, não somente do ponto de vista das situações comunicativas, mas também das relações sociais que se constituem do auditório. Em relação a definição de argumentação, lê-se em AMOSSY (2018, p. 08) “A finalidade da empreitada é, ao mesmo tempo filosófica e pedagógica: trata-se de formar os espíritos a desenvolver as capacidades críticas. É uma propedêutica, que deve formar cidadãos esclarecidos”. Em se tratando do ensino de argumentação na EJA, os alunos precisam desenvolver o aprendizado da prática argumentativa

com vistas à ação cidadã e, conseqüentemente, participação ativa na busca pela garantia de direitos, legalmente constituídos, assim como desenvolvimento da criticidade.

Chama atenção nessa discussão a importância da *doxa* argumentativa como elemento constitutivo para identificação de interlocutores. Nesse sentido, cabe atenção ao processo de adaptação do orador ao auditório, numa constante relativa aos processos culturais, sociais, entre outros que compõem a vida cotidiana e direcionam os movimentos em torno da argumentação. Vale salientar que, nesse construto, o orador/ locutor constrói seu auditório a partir de hipóteses sobre a constituição de valores (opiniões, crenças etc.) de seus interlocutores. Em se tratando da EJA, importa identificar os sujeitos instaurados na modalidade para ampliação das oportunidades de transformação social e ação cidadã, possibilitadas pela ação intencional da argumentação.

De fato, o locutor deve elaborar a imagem de seu público se quiser ter como referência “opiniões dominantes”, “as convicções indiscutíveis”, as premissas admitidas que fazem parte da bagagem cultural. Ele deve conhecer o nível de educação de seus interlocutores, o meio social do qual fazem parte, as funções que eles assumem na sociedade. É somente quando ele consegue ter uma ideia de seu público que o orador pode tentar aproximá-lo de seus próprios pontos de vista. (AMOSSY, 2018, p. 55 – aspas da autora).

Nessa discussão, cabe retomar a composição de gêneros do discurso definida por Bakhtin (2016 [1952-53]), no que diz respeito à temática, estilo e construção composicional, para ampliação do entendimento sobre o ensino da argumentação. Nesse construto, ganha relevância as esferas de circulação dos gêneros para que os estudantes possam, de fato, expressarem seus pontos de vista e ampliarem as discussões nas relações entre interlocutores. Próprios da esfera jornalístico-midiática, os gêneros argumentativos (artigo de opinião, carta do leitor, editorial etc.) atuam na vida pública como forma de atualizar discursos sobre o cotidiano. Assim, suas publicações atuam como réplicas e suscitam respostas sobre seus processos de atuação.

A observância de documentos curriculares com vistas à concepção enunciativo-discursiva relacionada ao ensino de língua portuguesa na EJA é tratada nesta discussão. Concebe-se também a ideia de que à escola cabe, entre outras, a sistematização de padrões, mas não se concebe a língua como algo estático ou desarticulado. O acesso aos conhecimentos historicamente construídos, inerentes à educação formal, precisa ser visto como possibilidade para ampliação das capacidades crítica, reflexiva e transformadora dos alunos. Ou seja, como um fenômeno social que, a partir da articulação entre teoria e prática, constitui a natureza heterodiscursiva da linguagem.

2 Encaminhamentos para discussão e análise das orientações sobre o ensino da argumentação

Nesta seção, encaminham-se as diretrizes metodológicas necessárias para a realização da análise do *corpus*. Para compreensão da materialidade discursiva, se faz necessário o entendimento de que o *Currículo da Cidade: Educação de Jovens e Adultos: Língua Portuguesa* (SÃO PAULO, 2019) figura como representativo da normatização curricular para a rede regular de ensino na rede municipal da cidade de São Paulo.

Vale salientar que, o documento é direcionado à forma de atendimento regular, através de curso presencial. A duração total é de quatro anos, sendo divididos em etapas de duzentos dias letivos (dois semestres para cada etapa), conforme seguem: Alfabetização, Etapa Básica, Etapa Complementar e Etapa Final. A estrutura das práticas de linguagem é direcionada a partir dos eixos: leitura, escrita, oralidade, escuta e análise linguística, respectivamente.

Sobre a identificação da singularidade do objeto, evidencia-se que, no sumário, o documento (SÃO PAULO, 2019) apresenta os itens “Parte 1 – Introdução”, “Parte 2 – Língua Portuguesa” e “Parte 3 – Orientações Didáticas – Língua portuguesa”.

Para análise do *corpus*, cabe identificar a “Parte 2 – Língua Portuguesa” em suas 3 seções: “Currículo de língua portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo” (item relacionado à apresentação), “Ensinar e aprender língua portuguesa na EJA” e “O ensino de língua portuguesa nas etapas da EJA”, respectivamente. Nessa última, que trata especificamente dos objetivos de desenvolvimento da aprendizagem, será observado o constante da Etapa Final – relacionada aos dois últimos anos do ensino Fundamental, por abarcar o ensino da argumentação.

Com isso, este estudo busca responder:

- a) No documento, como é tratada a perspectiva de gênero? E como isso reflete nas orientações de conteúdo?
- b) Em relação aos encaminhamentos didáticos, como os gêneros argumentativos são apresentados?

Ao final das discussões, observa-se a combinatória através de relações dialógicas e possibilidades de atenção aos movimentos de ampliação do discurso. Ou seja, atenção à concepção de ensino empreendida no documento.

Os conceitos relacionados à língua, gêneros do discurso e argumentação figuram na seção relacionada a análise de *corpus* como elementos guarda-chuva, uma vez que são necessários para compreensão da perspectiva de ensino. A compreensão teórica sobre a língua

auxilia na observação de como os interlocutores são tratados no documento. Em relação aos gêneros do discurso, a tratativa teórica sobre sua constituição reflete nas orientações de conteúdo. Já a compreensão da *doxa* argumentativa amplia as possibilidades de atualização da análise em torno da argumentação.

Com isso, cabe salientar que em relação ao ensino da argumentação, a concepção de língua/ linguagem identificada no documento analisado, figura como ponto de chegada e atualiza os estudos sobre a linguística aplicada e estudos discursivos.

3 Direcionamentos curriculares sobre os gêneros discursivos e o ensino da argumentação

No documento *Currículo da Cidade: Língua Portuguesa: EJA* (SÃO PAULO, 2019), identifica-se a “Parte 2 – Língua Portuguesa” como constituinte de direcionamentos norteadores curriculares para o componente curricular. Em sua introdução, acompanhada do título “Currículo de língua portuguesa para a Educação de jovens e adultos da cidade de São Paulo” percebe-se a identificação dos sujeitos da modalidade com reflexões sobre a característica multigeracional. Assim, infere-se que os estudantes da EJA fazem parte da classe trabalhadora e retornam à escola com objetivos distintos, desde à transferência compulsória das classes regulares diurnas, passando pela necessidade de atualização para o mercado de trabalho, e até mesmo como forma de socialização e ampliação de vínculos.

Dentre os princípios pedagógicos que fundamentam o currículo de língua portuguesa, “levantamento dos conhecimentos, prévios, contextualização, problematização, sistematização e avaliação, favorecendo o aprendizado da língua” (SÃO PAULO, 2019), nota-se o estabelecimento de aspectos muito próximos aos ideais de língua em uso, favorecendo o amparo ao estudo de temas na estruturação curricular. Essa constatação se dá por conta dos direcionamentos que citam contextos, reflexões e problematizações sobre a língua, conforme se observa no “excerto 1” de análise.

Excerto 2 – Referência ao trabalho com “temas” no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 71 – destaque do pesquisador).

Evidenciando os aspectos – contextualização e problematização – ambos possibilitam que seja oferecido aos estudantes um ambiente para pensar e analisar os **temas** que serão trabalhados. Seguindo a mesma linha reflexiva, a garantia desses princípios pedagógicos dará suporte aos jovens e adultos para que exerçam um papel verdadeiramente ativo no interior da escola e fora dela.

No trato com o ensino de língua portuguesa, percebe-se que o documento inicia sua construção já instaurando uma perspectiva de ensino sob o aspecto do papel ativo e da ação cidadã, próprios do ensino da argumentação (Amossy, 2018). Para isso, a indicação do trabalho a partir de temas retoma a referência aos gêneros discursivos, uma vez que são organizados a partir de esferas de circulação e discussão sobre a atuação da língua viva. A concretude da língua é refratada nessa discussão a partir do que se lê em VÓLOCHINOV (2018 [1929], págs. 227-28), “o sentido da totalidade do enunciado será chamado de seu tema”.

Nesse construto, percebe-se que o ensino de língua portuguesa na EJA então se orienta a partir de uma concepção de ensino própria da teoria enunciativo-discursiva. Convém discutir que o documento é dirigido a uma heterogeneidade de alunos das unidades educacionais da cidade de São Paulo, constituída assim por diferentes grupos sociais, e, por assim dizer, experiências de vida.

Na sequência, tem-se o item “Ensinar e Aprender Língua Portuguesa na EJA” (SÃO PAULO, 2019, p. 72), com aprofundamento de discussões teóricas para embasamento curricular. As reflexões se iniciam a partir de “língua, linguagens, e ensino da EJA (saberes, experiências e conhecimento)” (SÃO PAULO, 2019, p. 73 – parênteses do autor), com atenção à diversidade constitutiva dos sujeitos.

A língua/ linguagem, conforme Volóchinov (2018 [1929]), concretiza-se a partir da interação humana. Assim, o documento analisado assume uma ação responsiva de considerar os interlocutores constituintes na modalidade da EJA. A ação responsiva de sujeitos imersos nas relações dialógicas pode ser observada a partir do que se discute no documento, conforme próximo excerto de análise, como “ensino do português brasileiro”.

Excerto 2 – Referência ao português brasileiro no Currículo da Cidade (SÃO PAULO,

O ensino do **português brasileiro**, nesse sentido, precisa ser comprometido com a construção de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que permitam a participação – de estudantes, mas também dos professores – na vida pública, em suas esferas política, econômica (cuja expressão mais direta é o mundo do trabalho), bem como na vida cultural e social, no fortalecimento dos laços comunitários, como alternativa possível à crescente exclusão e ao enfrentamento de preconceitos e discriminações diversas.

2019).

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 74 – destaque do pesquisador).

A atenção a esfera da vida pública infere a estruturação de uma construção curricular com vistas à participação ativa do cidadão. Dessa forma, novamente, se instaura a importância de um ensino de língua pautado na ação concreta e diversa da língua. A vida pública, nesse

sentido, se insere no mundo do trabalho que, na discussão, é representado pelos sujeitos da modalidade da EJA. Esse construto representativo se pauta na identificação de relações dialógicas com vistas aos índices de cultura, história e sociedade. A heterodiscursividade, representativa da língua em uso, se efetiva nessa discussão a partir de direcionamentos heterodiscursivos que constituem os diferentes sujeitos e suas histórias de vida.

Na sequência, o documento (SÃO PAULO, 2019) direciona atenção para as diferentes práticas sociais em que o currículo precisa se pautar. Com isso, vê-se novamente a identificação de sua perspectiva de ensino.

Excerto 3 – Referência à perspectiva de ensino no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

[...] Cabe enfatizar, ainda, que tal proposta organizacional além de ter uma preocupação estritamente didática, tem a intenção de contribuir para que os docentes alfabetizadores e de Língua Portuguesa consigam pensar em suas práticas pedagógicas como sistemas abertos, que lhes permitam, desse modo, **pensar e agir com maior autonomia em face da realidade educativa que vivenciam.**

Na perspectiva adotada, é fundamental que as situações de aprendizagem da língua estejam alicerçadas em um entendimento de linguagem que abarca a **multimodalidade discursiva, a mediação pelos signos – dos quais os linguísticos são parte –, e os discursos multissemióticos.** [...].

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 74 – destaques do pesquisador).

A referência às práticas pedagógicas como sistemas abertos amplia as possibilidades e ações responsivas dos docentes. Percebe-se que a visão de signos, tendo como parte os aspectos linguísticos, se vê complementada na discussão pelos aspectos ideológicos abarcados pelo indicativo de multimodalidade discursiva. Ao passo em que se instaura a discussão sobre um ensino de língua abarcado pelo discurso, inevitavelmente os aspectos ideológicos dele fazem parte. Volóchinov (2018 [1929]), discute a questão da ideologia do cotidiano como inerente ao processo de atuação linguística.

Os sistemas ideológicos formados – a moral social, a ciência a arte e a religião – cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência inversa e costumam dar-lhe o tom. Todavia, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos formados preservam constantemente a mais viva ligação orgânica com a ideologia do cotidiano, nutrem-se da sua seiva e fora dela estão mortos, assim como estão mortas uma obra literária finalizada ou uma ideia cognitiva fora da sua percepção avaliativa viva. (VOLÓCHINOV, 2018 [1929], p. 213).

Vale ativar a questão dos signos ideológicos nesta discussão, uma vez que o documento (SÃO PAULO, 2019) sugere atenção aos discursos multissemióticos que se realizam a partir da constituição de efeitos de sentidos e amplitude de suas formas concretas. Com isso, há um

direcionamento para que os gêneros do discurso sejam tratados de forma a inter-relacionar os diferentes eixos estruturantes do ensino na organização dos gêneros.

Na sequência, direcionam-se as discussões sobre a constituição teórica, e prática, dos gêneros discursivos que “integram as práticas sociais e são por elas gerados e formatados” (SÃO PAULO, 2019, p. 77). Conforme se observa no excerto de análise a seguir, a teoria bakhtiniana embasa sua construção.

Excerto 4 – Referência à teoria bakhtiniana sobre os gêneros do discurso no no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

A noção de gêneros, aqui descrita, tem como elementos fundamentais: o **conteúdo temático** (o que é possível dizer por intermédio daquele gênero); a **organização composicional** (a forma como os textos produzidos naquele gênero se organizam internamente); e o **estilo** (as marcas linguísticas típicas de cada gênero, e não do texto) (BAKHTIN, 1997). Nesse sentido, o trabalho com gêneros tem, como critério de classificação ou distinção genérica, as **esferas discursivas**, uma vez que os professores alfabetizadores e de Língua Portuguesa podem ter autonomia na definição dos textos a serem trabalhados, considerando a especificidade da Educação de Jovens e Adultos, podendo, assim, **organizar o trabalho pedagógico desenvolvido em qualquer um dos eixos aqui propostos** (leitura, produção de texto, análise linguística, escuta e oralidade), a partir de **gêneros de diferentes esferas**, tais como: esfera do cotidiano (bilhete, lista, convite, receita culinária), esfera do mundo do trabalho (currículo, entrevista, relatório, carta de solicitação de emprego...), esfera literária em prosa (“causos”, contos de artimanha, biografia, romance, HQ, fábulas, crônicas literárias...), esfera literária em verso (canções, sonetos, cordel, haicais, slam...), esfera jornalística (notícia, reportagem, classificados, charge, crônica esportiva...), esfera relacional (atas de reuniões, relatos de experiências, pensamentos divergentes sobre um tema), entre outras esferas.

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, págs. 77-8 – destaques do pesquisador).

O direcionamento à teoria bakhtiniana como referência para o ensino de língua portuguesa, relacionada ao estudo dos gêneros norteadores do seu desenvolvimento, evidencia atenção aos elementos constituintes (conteúdo temático, organização composicional e estilo) uso de esferas discursivas. O que chama atenção é que um documento publicado em 2019 tenha como referência para orientação dos gêneros a obra *Estética da criação Verbal*, traduzida do francês em 1997. Na modernidade, o texto *Os gêneros do discurso* já tem tradução direta do russo (2016 [1952-53]), na qual os elementos constituintes dos gêneros não são somente fundamentais, mas indissolúveis. Talvez por isso, haja confusão teórica no trato indiscriminado dos gêneros como textuais ou discursivos. Para a orientação dos conteúdos, é importante ter clareza na ótica teórica, pois infere o trato com enunciados e ampliação das oportunidades de usos da língua.

Um fator que também chama atenção no excerto 4, é a ausência da esfera da vida pública tão discutida na identificação dos interlocutores e sujeitos da EJA. Esse recorte, possivelmente evidencia uma tensão no que se refere a orientações teóricas, mas a indicação de “outras esferas” não apaga o direcionamento da vida pública.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo ganha complexidade. (BAKHTIN (2016 [1952-53], p. 12).

Importa compreender que os gêneros do discurso se constroem na efetividade da vida. A interação humana, medida pela língua/ linguagem, possibilita que os diferentes sujeitos se insiram na sociedade e organizem suas formas de comunicação. Com isso, entende-se os gêneros discursivos a partir dessa atuação na realidade da vida.

Vale salientar que a teoria bakhtiniana identifica os gêneros a partir da perspectiva dialógica, e esse direcionamento precisa ser compreendido para que não se destoem os direcionamentos curriculares. A tensão observada sobre o uso indiscriminado do gênero discursivo/ textual, representa um erro conceitual, e pode ser lida no próximo excerto de análise.

Excerto 5 – Referência à gênero textual no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 82 – destaques do pesquisador).

[...] Escrever, portanto, depende necessariamente da **esfera discursiva** em questão, considerando-se da parte de quem escreve a mobilização de diversas estratégias, como:

- Ativar conhecimentos prévios acerca dos seus **interlocutores, o gênero textual em questão**, a recuperação do **contexto global de sua produção**, o estilo composicional do texto, o portador e os **modos de divulgação e circulação da sua produção**; [...]

Sob a perspectiva do texto, o gênero apaga a esfera de circulação e não amplia as possibilidades de um trabalho mais aberto com os leitores. Por isso, se faz necessária a atenção aos aspectos constitutivos do gênero discursivo, que possibilita maior abertura ao desenvolvimento de estratégias de ensino. Conforme se observa no excerto 5, toda a discussão (esfera discursiva, interlocutores, contexto, divulgação, circulação e produção) refere-se ao gênero discursivo, mas cita-se o gênero textual. Possivelmente, o documento tenha sido produzido por várias frentes. Pelo contexto geral, essa tensão não apaga os efeitos de sentido do documento, mas interfere na orientação e escolha dos conteúdos, pois reduz as possibilidades de ampliação de atuação no ensino.

O próximo movimento analítico observa direcionamentos constituintes do documento (SÃO PAULO, 2019) para o ensino dos gêneros argumentativos. Assim, tem-se a parte que se identifica como “O Ensino de Língua Portuguesa nas Etapas da EJA” (SÃO PAULO, 2019, p. 90), com atenção a estruturação curricular das etapas: Alfabetização, Etapa Básica, Etapa Complementar e Etapa Final, devidamente orientadas pela estruturação dos eixos estruturantes: leitura, escrita, oralidade, escuta e análise linguística. Os eixos são organizados sob a constituição de objetos de conhecimento e seus relativos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Dessa forma, os próximos excertos de análise se referem à Etapa Final, relacionada aos dois últimos anos do Ensino Fundamental. Essa escolha se dá por ser a etapa em que os gêneros argumentativos se orientam como objetos de conhecimento de maneira mais própria no currículo de língua portuguesa – as etapas anteriores são mais orientadas pela ordem do narrar, enquanto a final se constitui pelo argumentar.

O documento propõe um ensino de gêneros discursivos de forma articulada, cabendo à ação docente a atividade de escolha e trabalho na perspectiva dialógica.

O primeiro eixo estruturante apresentado no Currículo da Cidade se refere à “leitura” e identifica sua prática a partir da indicação de “ler para ler o mundo” (SÃO PAULO, 2019, p. 78). Essa leitura de mundo instaura relações dialógicas, imersas em valores, culturas etc. Dessa forma, como se observa no próximo excerto de análise, a atenção é em relação às intenções enunciativas.

Excerto 6 – Referência à argumentação no eixo leitura no Currículo da Cidade

(EFEJAEFLP01) Ler e reconhecer as **múltiplas vozes e suas intencionalidades**, presentes em **textos argumentativos** e em discursos políticos, religiosos, culturais, jornalísticos entre outros.

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 109 – destaques do pesquisador).

Em relação ao eixo leitura, o objetivo de desenvolvimento e aprendizagem, apresentado no excerto 6, direciona discussão sobre as múltiplas vozes presentes nos textos que circulam na vida cotidiana. Sobre isso, Bakhtin (BAKHTIN, 2015 [1975]) discute sobre as representações verboideológicas e sociais constitutivas do discurso. A questão da intencionalidade também reforça os efeitos de sentidos que se instauram nos enunciados. O público da EJA necessita dessa representação que, remete ao discurso do outro como respostas na instauração da esfera argumentativa. Vale salientar que, o ensino da argumentação é permeado por intenções, entre elas a de convencimento (Amossy, 2018). Por isso, a perspectiva adotada para o ensino de

gêneros discursivos prevê a articulação com as esferas de circulação e, por assim dizer, as múltiplas vozes e intenções que podem ser entendidas como repostas de interlocutores inseridos e relações dialógicas.

O próximo excerto de análise relaciona-se ao eixo “escrita”, acompanhado no documento com a indicação de “emancipação” (SÃO PAULO, 2019, p. 81), bem próprio dos gêneros discursivos relacionados à argumentação. A produção de escrita argumentativa infere orientação sobre a adaptação do orador ao auditório (Amossy, 2018), numa constante que representa participação e ação cidadã, constituídas pelo domínio da cultura letrada. Cabe salientar que o ensino da escrita argumentativa, e emancipatória, constitui suas representações através de práticas de uso da língua.

Excerto 7 – Referência à argumentação no eixo escrita no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

(EFEJAEFLP25) **Elaborar** mapas textuais, resenhas e fichas de leitura de textos expositivos e argumentativos.

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 111 – destaques do pesquisador).

Convém salientar que, o objetivo de aprendizagem identificado no excerto 7 está relacionado ao objeto de conhecimento “Reescrita, transcrição, revisão e edição de textos”. Etimologicamente, o verbo transitivo direto “elaborar” suscita representações em torno de pensar sobre o que se deseja alcançar. Nesse sentido, para que o aluno consiga elaborar textos argumentativos, na perspectiva dialógica, é necessário a que o ensino de língua ocorra frente às diversas esferas de circulação relacionadas aos textos escolhidos para o trabalho docente.

A elaboração de textos argumentativos infere conhecimento dos gêneros discursivos relacionados às suas esferas. Nesse sentido, o documento instaura a ação responsiva de seus interlocutores (alunos da EJA) no contato com esferas de circulação e atuação de diferentes textos. Por isso, importa a ação de apropriar-se das intenções enunciativas e, não somente desenvolver um texto amparado em suas normas de organização. Assim, reforça-se a observação sobre a organização indissolúvel pela qual se orientam os gêneros discursivos: tema, estilo e construção composicional (Bakhtin, 2016 [1952-53]).

O excerto seguinte refere-se ao eixo “oralidade”, tratado no documento como “uma inserção no mundo” (SÃO PAULO, 2019, p. 83). Vale salientar que, a tradição oral é inerente ao próprio desenvolvimento humano e, por conseguinte, deve ser considerada no ensino de Língua portuguesa.

Excerto 8 – Referência à argumentação no eixo oralidade no Currículo da Cidade

(EFEJAEFLP29) **Construir discursos** que apresentem premissas lógicas tanto na construção de **argumentos contrários ou favoráveis** a uma tese socialmente compartilhada, quanto na construção de **réplicas e trélicas consistentes**.

(SÃO PAULO, 2019).

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 112 – destaques do pesquisador).

Dentre os cinco eixos estruturantes, o relacionado à oralidade apresenta expressiva discussão relacionada à argumentação. A atenção à inserção no mundo, no caso da EJA, prevê participação social relativa ao mundo do trabalho, constituindo assim a ação cidadão. conforme se observa no excerto 8, o objetivo de desenvolvimento e aprendizagem refrata ideia de construção de argumentos. Cabe retomar os ensinamentos de Amossy (2018) em relação à *doxa* argumentativa necessária para que o orador construa a imagem de seu auditório. Na oralidade, a argumentação está relacionada com a prática social da participação e emancipação. Assim, a esse eixo se estruturam os demais e, em relação ao ensino dos gêneros argumentativos, a vida pública se torna essencial. Sua efetivação se faz a partir da interrelação entre os demais eixos do currículo para estabelecimento construções discursivas.

Segundo a professora AMOSSY (2018, p. 77), “Falamos do auditório como construção do orador”. Com isso, percebe-se que no ensino da argumentação há necessidade de construção de intencionalidades e, dessa forma, estabelecimento de estratégias de convencimento, com aceitação ou refutação de opiniões contrárias.

O próximo excerto de análise se refere ao eixo “escuta”, que é identificado no documento como “atividade fundamental na relação dialógica” (SÃO PAULO, 2019, p. 85). Sua efetivação se torna necessária à medida que se relaciona a um público diverso e com histórias de vida diversas. Como atividade fundamental na relação dialógica, esse eixo reforça a necessidade de atenção às relações humanas. Para além capacidade sensorial, o movimento de escuta representa a natureza dialógica e ativa noções de pertencimento no ambiente escolar.

Excerto 9 – Referência à argumentação no eixo escuta no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

(EFEJAEFLP36) **Escutar, compreender e analisar diferentes pontos de vista sobre um tema**, no intuito de **reconhecer** vozes externas e internas, que permitam **formular** os próprios pontos de vista, com autonomia.

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 113 – destaques do pesquisador).

Em relação aos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem, o excerto 9 relaciona-se objeto de conhecimento “Escuta para formação de ponto de vista” (SÃO PAULO, 2019, p. 113). Embora não haja, textualmente, menção à argumentação, a atenção à construção de pontos de vista tem estreita relação com esta, pois infere o processo de emancipação. Dessa forma, cabe ratificar que, argumentação e emancipação instauram a ação cidadã. A atenção aos verbos objetivos diretos “escutar, compreender, analisar, reconhecer e formular” em relação com a diversidade de vozes e constituição de pontos de vista instaura interlocutores imersos em relações dialógicas.

[...] o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual. Por isso, pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, ela já está compenetrada na minha expressão. (BAKHTIN, 2016 [1952-53], p. 53 – itálicos do autor).

As palavras, sejam escritas ou faladas, não se efetivam aleatoriamente pois se constituem em forma de enunciados. Enquanto materialização discursiva, os enunciados sempre respondem ao já dito, ou seja, às vozes alheias. Dessa forma, a ação de escuta persegue a insaturação de relações discursivas. Em relação à argumentação, entende-se a formulação de pontos de vista como necessários ao desenvolvimento da autonomia a ampliação de oportunidades de ação cidadã.

O excerto 10, último de análise, refere-se ao eixo “análise linguística”, relacionada ao “direito à apropriação” (SÃO PAULO, 2019, p. 87). Embora mais relacionado aos aspectos formais da língua, sua efetividade se realiza através de estratégias argumentativas. No documento (SÃO PAULO, 2019, p. 87), lê-se que “[...] é importante acentuar que as práticas de ensino de análise linguística interpenetram os demais eixos trabalhados nesta proposta”. Com isso, nota-se atenção aos processos de planejamento, elaboração e revisão de textos.

Excerto 10 – Referência à argumentação no eixo análise linguística no Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2019).

(EFEJAEFLP47) **Reconhecer os sentidos dos verbos de dizer** no discurso indireto, por exemplo, em textos jornalísticos e literários.

Fonte: Extraído de SÃO PAULO – SP (2019, p. 114 – destaques do pesquisador)

O excerto 10 é um objetivo de aprendizagem e desenvolvimento relacionado ao objeto de conhecimento “Uso de verbos de dizer em diferentes discursos” (SÃO PAULO, 2019, p. 114). Em relação aos verbos de dizer, são importantes para instaurar a participação de interlocutores nos discursos. Por isso, se constituem próximos ao ensino da argumentação, pois preveem a ação de locutores em auditórios diversos (Amossy, 2018). Reforçam-se no excerto 10 os efeitos de sentidos constituintes de enunciados nas diversas esferas de circulação. Mesmo sem mencionar, textualmente, a esfera argumentativa, observa-se atenção aos textos jornalísticos e, com isso, aproximação com gêneros argumentativos. De modo geral, pode-se dizer que a argumentação é problematizada a partir das diferentes esferas discursivas, mais precisamente no espaço público.

Para finalizar esta seção de análise, vale retomar questões empreendidas na seção metodológica, afim de recuperação de sentidos e resultados de análise. No documento, há uma oscilação conceitual entre gêneros discursivos e gêneros textuais. O trato indiferente desses conceitos infere perspectivas distintas nas orientações de conteúdo, uma vez que nesta, o texto torna-se pretexto para o ensino de gêneros e, naquela, enxerga-se a constituição de elementos constituintes de sua atuação na vida social. Mesmo assim, em relação à perspectiva de ensino, assumida pelo documento, entende-se que a enunciativo-discursiva, amparada nos ensinamentos da teoria bakhtiniana, torna-se representativa. Sobre os encaminhamentos realizados para o ensino dos gêneros argumentativos, percebe-se que o documento enfatiza atenção à interlocução e interrelação entre os eixos estruturantes do currículo para efetivação do ensino de língua portuguesa.

Conclui-se que a presença dos vários gêneros do discurso presentes no documento amplia oportunidades de atenção e desenvolvimento das capacidades de leitura, interpretação de produção de textos. Os resultados mostram que o documento se constitui a partir dos conceitos de linguagem, texto e esfera discursiva, tendo este último como conceito norteador. Os encaminhamentos para o ensino da argumentação não são focados no gênero, mas na articulação das esferas que constituem os eixos estruturantes dos objetos de conhecimento.

Considerações finais

A Educação de Jovens e Adultos tem em seu bojo um legado marcado por ideais de educação popular. Como direito construído historicamente, vê-se alinhada a diretrizes próprias, uma vez que requer proposições curriculares baseadas em ações políticas, ou seja, com tensões amplas de direcionamento do diverso. Importa, nessa discussão, questões voltadas à escuta

como principal eixo norteador das práticas pedagógicas desenvolvidas no *Currículo da Cidade: Língua Portuguesa: EJA* (SÃO PAULO, 2019).

O acesso ao ensino formal, muitas vezes tratado como forma de melhoria da qualidade de vida, precisa considerar os ideais de participação e transformação social. As especificidades da modalidade da Educação de Jovens e Adultos/EJA devem considerar a participação dos sujeitos nas propostas pedagógicas/ curriculares. Em relação ao ensino de língua portuguesa, mais precisamente nas questões que envolvem o ensino da argumentação, tais como carta do leitor, artigo de opinião, editorial, entre outros, é preciso considerar temáticas que evidenciam a concretude linguística. À escola, cabe a oferta de conhecimentos como forma de progressão de condições de vida a partir da valorização e inserção dos estudantes como sujeito de direitos.

Para finalizar, vale salientar que o documento *Currículo da Cidade: Língua Portuguesa: Educação de jovens e Adultos* (SÃO PAULO, 2019) amplia as oportunidades pedagógicas relacionadas ao ensino da argumentação, uma vez que sugere atenção à interrelação entre os eixos estruturantes do ensino de língua. Pode-se dizer que, embora haja erros conceituais em relação ao trato com o conceito de gêneros discursivos, sua atuação na esfera educacional possibilita avanços, pois se constitui no trato com ações concretas da língua. A heterogeneidade é desenvolvida a partir da constituição de sujeitos e na proposição dos ideais de participação social.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa... [et. Al.]. São Paulo: Contexto, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-53].
- BAKHTIN, Mikhail. M. **Teoria do Romance I: a estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015 [1975].
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/ CONSED/ UNDIME, 2018.
- CAMPOS, Maria Inês Batista. **Bakhtin e o ensino de língua materna no Brasil: algumas perspectivas**. Conexão Letras (UFRGS), v.11, nº 16, 2016, p. 223 – 237.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SÃO PAULO (SP). **Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação de Jovens e Adultos: Língua Portuguesa.** São Paulo: SME/ CoPeD, 2019.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem.** Brasília: UNESCO, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo – São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

Sobre os organizadores

Beatriz Daruj Gil

Professora da área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Realizou seus estudos de pós-graduação na Universidade de São Paulo em 1997 (Mestrado em Didática) e 2002 (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), e pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos, em 2018. Atua também como professora e orientadora do ProfLetras-USP (Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional). Integra a comissão coordenadora do subprojeto Língua Portuguesa do PIBID-USP (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - CAPES). Dedicar-se ao estudo da Lexicologia, com ênfase ao ensino do léxico, além de outras áreas como Formação de professores de língua portuguesa e Letramento acadêmico.

Elis de Almeida Cardoso

Professora associada da Universidade de São Paulo. É mestra (1994) e doutora (2001) em Filologia e Língua Portuguesa. Fez pós-doutorado na Universidade de Lisboa (2008-2009) e na Universidade Nova de Lisboa (2018). Fez livre-docência na Universidade de São Paulo (2016). Orienta em nível de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa e em nível de mestrado no Profletras/USP. É autora dos livros *Drummond: um criador de palavras* (São Paulo, Annablume, 2013) e *O léxico no discurso literário: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea* (São Paulo, EDUSP, 2018).

Marcelo Módolo

Professor pesquisador da Universidade de São Paulo e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6). É mestre (1998) e doutor (2004) em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Cumprir estágio de pós-doutorado (2006) em Linguística Histórica e Semântica Cognitiva no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é professor de Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Maria Inês Batista Campos

Professora doutora, pesquisadora, orientadora do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Desenvolveu estudos de pós-doutorado na Universidade de Paris 8, França; Líder do

grupo "Linguagens, Discurso e Ensino" (FFLCH-USP) e do subgrupo "Redes bakhtinianas" que integra o Grupo de Pesquisa GEDUSP (Grupo de estudos do discurso da USP) e integrante do Grupo de Pesquisa "Linguagem, identidade e memória" (PUC-SP/CNPq). Algumas publicações: *Gêneros em rede: leitura e produção de texto*; *Esferas das linguagens* (coleção didática em 3 volumes, aprovada no PNL D 2918), *Ensinar o prazer de ler*; *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*.

Phablo Roberto Marchis Fachin

Professor associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Pesquisador nas áreas de filologia, paleografia e história da língua portuguesa, publicou *Descaminhos e dificuldades: leituras de manuscritos do século XVIII* (Trilhas Urbanas, 2008) e, com Silvia Hunold Lara, organizou *Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678* (Chão editora, 2021).

Sobre os autores

Adriana Tavares Lima

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da tese em andamento: *A toponímia de Guarulhos*. Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalhinhos.

Amanda Macedo Balduino

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Processos Fonológicos no Português de São Tomé e de Santo Antônio do Príncipe*. Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antunes de Araújo.

Arlete Nestlehner Cardoso de Almeida

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica*. Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalhinhos.

Clara Beatriz Haag

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *As mudanças nos topônimos amazônicos na Era Pombalina: um olhar para além da motivação saudosa*. Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalhinhos.

Dafne Rodrigues Alvares de Castro

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da tese em andamento: *Ensino de vocabulário na prática de leitura de crônicas*. Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Daruj Gil.

Elenice Alves da Costa

Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2020). Título da tese: *Um estudo de metáforas terminológicas*

presentes em gêneros acadêmicos da Economia: aspectos linguísticos, comunicativos e cognitivos. Orientadora: Profa. Dra. Ieda Maria Alves.

Elvis Lima de Araújo

Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da tese em andamento: *Uma análise dialógica dos manuais didáticos da Educação de Jovens e Adultos.* Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos.

Erika Gimenez

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da dissertação em andamento: *Etimologia, semântica e datação de substantivos indicativos de sentimentos e estados de tristeza, no português.* Orientador: Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro.

Fábio Ferreira Pinto

Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Escolha lexical e ideologia nas canções de Anitta.* Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Daruj Gil.

Ivo Aloide Ié

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *Marcação de plural: um estudo semântico de classe nominal do pepel.* Orientador: Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto.

João Henrique Lara Ganança

Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2021). Título da tese: *Os compostos neológicos S+S no Português Brasileiro Contemporâneo: um estudo cognitivo do significado.* Orientadora: Profa. Dra. Ieda Maria Alves.

Mayke Suênio Soares Matias

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da dissertação em andamento: *O diagnóstico*

do mal na obra de Palahniuk: uma análise estilística sociológica do campo léxico-semântico do grotesco, do escatológico e do sexual/pornográfico. Orientadora: Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso.

Monique Ganasin

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Gramaticalização da construção se pá no português brasileiro segundo uma perspectiva funcionalista-cognitivista.* Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo.

Nancy Mendes Torres Vieira

Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2021). Título da dissertação: *Monotongação de ditongos orais no português brasileiro: uma revisão sistemática da literatura.* Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antunes de Araújo.

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2021. Título da tese em andamento: *A construção de uma memória em torno da identidade nacional em manuais didáticos online.* Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos.

Renata Lara de Moraes

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *Proposta de artigo de opinião em manual didático do ensino fundamental, anos finais - diálogo entre PCNs e BNCC.* Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos.

Rodrigo Schulz Ferreira

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2020). Título da dissertação: *Léxico e estilo em “Olhinhos de Gato”, de Cecília Meireles.* Orientadora: Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso.

Valéria Adriana Maceis

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da tese em andamento: *Análise interlinguística do par correlativo proporcional “quanto mais... mais” e similares à luz da perspectiva cognitivo-funcional*. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo.